



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Sérgio Lima Conceição

EM GUERRA QUE COBRA FUMA, ALAGOANO É CONVOCADO

Maceió – Alagoas

2015

SÉRGIO LIMA CONCEIÇÃO

EM GUERRA QUE COBRA FUMA, ALAGOANO É CONVOCADO

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Paula Palamartchuk.

Banca Avaliadora:

Prof. Dr. José Alberto Saldanha de Oliveira.

Prof.^a Dr.^a Michelle Reis de Macedo.

Maceió – Alagoas

2015

Catlogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Maria Helena Mendes Lessa

C744e Conceição, Sérgio Lima.
 Em guerra que cobra fuma, alagoano é convocado / Sérgio Lima Conceição. –
 Maceió, 2015.
 238 f. : il.

 Orientadora: Ana Paula Palamartchurk
 Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas.
 Instituto de Ciências humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação
 em História. Maceió, 2015.

 Bibliografia: f. 149-159.
 Apêndices: f. 160-205.
 Anexos: f. 206-238.

 1. Alagoas – História. 2. Ex-combatentes - Segunda Guerra Mundial.
 4. História e memória. I. Título.

CDU: 981.35

Folha de Aprovação

SÉRGIO LIMA CONCEIÇÃO

EM GUERRA QUE COBRA FUMA, ALAGOANO É CONVOCADO.

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 24 de março de 2015.



Profª. Drª. Ana Paula Palamartchuk (Orientadora)
Universidade Federal de Alagoas

Banca Examinadora:



Prof. Dr. José Alberto Saldanha de Oliveira (Examinador Externo)
Universidade Federal de Alagoas



Profª. Drª. Michelle Reis de Macedo (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Alagoas

A COBRA FUMANDO

*Eu vi a terra tremer,
Eu vi o mundo se acabando.
Eu vi a morte de perto,
Eu vi a cobra fumando.*

*Foram cinco contingentes
De soldados do Brasil,
Que somados todos juntos,
Mais de vinte cinco mil.*

*Muitos ficaram na Itália,
No cemitério de Pistóia,
Não voltando para casa
Para contar a história.*

*Foi uma guerra terrível,
Sem igual nem precedentes.
Morreram pra muito mais
De cem milhões de viventes.*

*Nossa tropa era bem moça,
Valente e de qualidade.
Muitos dela deram a vida
Em troca de nossa liberdade.*

*A lei da guerra é terrível, é coisa de estarrecer.
É uma lei desumana:
Matar para não morrer.*

(...)

*Eu vi cabeça sem corpo.
Também vi corpo sem braço.
Por todo lado se viam
Os companheiros aos pedaços.*

*Naqueles campos sinistros
Aconteceu muita desgraça.
Mas, ficou gravado para sempre
A epopéia de uma raça.*

*(ALBURQUEQUE, Macário L. de. Coletânea
Poética. Maceió: Print Shop, 2003, p.18-19).*

AGRADECIMENTOS

Hoje entendo porque os agradecimentos devem ser feitos por último. Mais de dois anos se passaram, desde o momento em que tive a felicidade de ver meu nome na lista dos aprovados para o ingresso no mestrado de História da UFAL, e fico pensando sobre a quantidade de pessoas que me ajudaram desde aquele momento inicial. O número é verdadeiramente expressivo. Colegas, professores, amigos, minha família, ente outros que tanto me entenderam e respeitaram este momento tão especial na minha vida.

Peço primeiramente que me desculpem por não ter sido mais atencioso e amigo nas horas que me pediram auxílio. Mesmo não sendo omissos e nem indiferentes, sei que poderia ter participado e colaborado muito mais do que acabei fazendo. Esse talvez seja o maior de todos os problemas enfrentados por mim nestes mais de dois anos. A conciliação entre o profissional e o pessoal me desgastou muito, mas espero que tenha valido a pena.

Como tentativa de redenção e como exteriorização dos meus mais profundos sentimentos de amor, afeto e carinho agradeço ao meu pai Osmar, meu eterno conselheiro e exemplo maior de honestidade; à minha mãe Regina, poço de fé e de compreensão; às minhas irmãs Karlene e Karleide, sempre as mais inteligentes; ao meu irmão Zifa, o mais sonhador, por isso o mais verdadeiro; às minhas sobrinhas Maria Kamila e Vitória, lindas em todos os sentidos; à Kalil, meu sobrinho querido e que tantas alegrias ainda há de nos dar.

Em nome de Sr. Geraldo e de D. Ivete, pais da minha esposa, agradeço por tudo. Representam a minha segunda família, que me adotou e me ajudou não só no apoio moral como também na construção desta dissertação, orientando-me nas viagens e nos lugares que tive que visitar para poder assim colher as entrevistas e algumas imagens que estão dispostas neste trabalho.

Não poderia deixar de registrar neste trabalho, da mesma forma, o auxílio de um outro guia, o meu mais novo amigo Roberval. O seu interesse e a sua boa vontade em me ajudar, levando-me com o maior prazer a pontos de Maceió que guardam alguma relação com a participação de alagoanos na Segunda Guerra Mundial, é uma prova de que a amizade e a solidariedade podem existir entre duas pessoas que se conhecem apenas há pouco tempo. Para isso, basta que haja certa empatia entre elas.

Agradeço aos colegas de mestrado, meus amigos que sempre pude contar. Apesar de termos ficado juntos, mais próximos, apenas por um ano, sinto que nossas amizades não se dissiparão e não se tornarão estranhas com o tempo. Espero sinceramente que possamos num futuro breve nos encontramos novamente e discutirmos como os velhos amigos fazem.

Dentre os meus colegas, queria agradecer de uma forma muito especial uma pessoa extremamente solidária e companheira. Gustavo, cara novo, mas que tantos conselhos acabou me dando, mostrando-me que nem tudo está perdido. A amizade de Gustavo foi uma das boas coisas que me aconteceram durante esse tempo que estive no mestrado e que faço público o meu carinho e o meu respeito pela sua pessoa. Acredito muito que as dificuldades possam ser superadas ou entendidas de outra forma com a ajuda de amigos como Gustavo. Muito obrigado.

Registro também os meus mais sinceros agradecimentos a Laura Curvelo, amiga de curso e de luta, uma pessoa companheira e solidária que muito me incentivou a prosseguir e me auxiliou em alguns momentos neste trabalho. Agradeço a você Laura, por tudo.

Da mesma forma registro os meus mais profundos agradecimentos à minha eterna colega e amiga Fabiana, que tornou as minhas visitas no IHGAL mais objetivas e mais proveitosas em todos os sentidos. Fica aqui minha querida amiga um abraço desse baiano que tanto te gosta.

Ao senhor Abel do Amor Divino e a todos os Ex-combatentes alagoanos, verdadeiros colaboradores desta dissertação os meus mais sinceros agradecimentos. Espero que tenha conseguido produzir algo à altura das suas contribuições. Sou e serei eternamente grato por tudo que vocês fizeram por mim.

Aos professores e aos outros profissionais da UFAL também exteriorizo os meus agradecimentos, por terem me auxiliado e me ajudado tão satisfatoriamente nesta minha caminhada. Em seus nomes agradeço à minha orientadora Ana Paula Palamartchuk, muitíssimo obrigado.

E por último agradeço à minha querida esposa Viviane. Vi, não tenho palavras para descrever o quão importante você foi para mim nestes mais de dez anos. Não teria condições de enfrentar muitos dos meus medos e receios sem o seu apoio. Aprendi com você que entre um dia e outro existe sempre uma noite no meio, e é neste momento que a resposta se faz presente. Você é minha selva: linda, forte e necessária. Espero que possamos continuar nossa cumplicidade por muitos e muitos anos e que consiga pagar a você todo o meu débito, que acabou crescendo recentemente com o maior de todos os presentes que alguém poderia ter me dado: a nossa querida Alícia. Um sonho, sonhado junto e que acabou se tornando realidade. Um beijo e um cheiro desse eterno devedor.

E não poderia deixar de agradecer, também, ao meu companheiro de noites em frente ao computador, Max. Mesmo não sabendo falar, sempre me acompanhou e espero acompanhá-lo para sempre. Um afago e um abraço meu amigo chocolate de quatro patas.

RESUMO

O trabalho aqui apresentado tem como objetivo investigar a trajetória de ex-combatentes alagoanos que participaram direta e indiretamente da Segunda Guerra Mundial, como convocados das Forças Armadas brasileiras entre os anos de 1944-45. A sua participação deverá ser analisada com o intuito de confirmar não só o envio de 148 alagoanos para os campos da Itália, mas, também, de verificar a convocação de outros alagoanos que defenderam o litoral brasileiro e o seu posterior processo de reintegração social, por intermédio da criação da Associação dos Ex-combatentes do Brasil Seção Alagoas (AECB-AL). Estudar esse tema após quase setenta anos do fim da Segunda Guerra Mundial, em um estado que desenvolve pouco incentivo para o registro de sua memória ou da memória de seus naturais, foi um dos fatores que dificultou sobremaneira a construção dessa dissertação. A existência de um número reduzido de alagoanos convocados ainda vivos e com vontade de expressar as suas experiências sobre o período em questão, soma-se ao quadro geral de dificuldades encontradas durante esses mais de dois anos de pesquisa, mas que foram aos poucos sendo superadas. Por não se ter registros suficientes de alagoanos convocados na bibliografia oficial, teve-se que recorrer a depoimentos de alguns homens, com mais de oitenta anos, que se propuseram a servir como colaboradores desta pesquisa, relatando as suas experiências antes, durante e após a guerra.

Palavras Chaves: Segunda Guerra Mundial. Ex-combatentes alagoanos. História e Memória.

ABSTRACT

The work presented here, aims to investigate the participation of Alagoas ex-combatants who participated directly and indirectly in the Second World War, as summoned of the Brazilian Armed Forces between the years 1944-45. Their participation should be examined in order to confirm not only sending 148 men from Alagoas to the fields of Italy, but also to check the convening of others men who defended the Brazilian coast and its subsequent process of social reintegration for through the creation of the Association of Ex-combatants in Brazil Alagoas Section (AECB-AL). To study this issue after nearly seventy years since the end of World War II, in a state that develops little incentive to register your memory or memory of their natural, was one of the factors that greatly hindered the construction of this dissertation. The existence of a few men still alive here in Alagoas and willing to express their experiences on the period in question, adds to the overall picture of difficulties encountered during these more than two years of research, but were gradually overcome . We did not have sufficient records of men from Alagoas called in this official literature, it had to resort the statements by some men, with more than eighty years, that proposed to serve as reviewers of this research, reporting their experiences before, during and after war.

Key Words: World War II. Ex- Alagoas combatants. History and Memory.

LISTA DE ABREVIATURAS

- AECB-AL** – Associação dos Ex-combatentes do Brasil-Secção Alagoas.
- ANL**- Aliança nacional libertadora.
- ANVFEB**- Associação Nacional dos Veteranos da FEB.
- CAN**- Correio Aéreo Nacional.
- CEBRAP**- Centro Brasileiro de Análise e Planejamento.
- CFCE**- Conselho Federal de Comércio Exterior.
- CONAB**- Companhia Nacional de Abastecimento.
- CPDOC**- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.
- DEIP**- Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda.
- FAB**- Força Aérea Brasileira.
- FEB**- Força Expedicionária Brasileira.
- IAA**- Instituto do Açúcar e do Alcool.
- IBGE**- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- IHGAL**- Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.
- IUPERJ**- Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.
- OFAG**- Organização Feminina Auxiliar de Guerra.
- PCB**- Partido Comunista do Brasil.
- SER**- Serviço de Assistência Religiosa.
- TO**- Teatro de Operações.
- 1ª DIE**- 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária.
- 20º BC**- 20º Batalhão de Caçadores.
- 20º CSM**- 20ª Circunscrição de Serviço Militar.
- 59º BIM**- 59º Batalhão de Infantaria Motorizado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. BRASIL E ALAGOAS NO CENÁRIO DE GUERRA	19
1.1. O Brasil na Década de Trinta: Crise Econômica Mundial e Início do Governo Vargas	20
1.2. A Política de Interesses do Estado Novo	38
1.3. As Consequências dos Acordos de Guerra em Alagoas	46
2. SOLDADOS ALAGOANOS NO BRASIL E NA ITÁLIA	66
2.1. O Soldado Brasileiro e a Modernização das Forças Armadas	68
2.2. Do Processo de Convocação dos Brasileiros para a Guerra na Itália	75
2.3. A Guerra no <i>Front</i>	85
3. MEMÓRIAS DE GUERRA EM ALAGOAS	97
3.1. Memórias de Velhos Sobre os Dias de Guerra	98
3.2. A Memória de Ex-Combatentes Alagoanos Longe do Front	108
3.3. A Associação de Ex-Combatentes Secção Alagoas: Um Espaço de Memória dos Pracinhas Alagoanos da Segunda Guerra	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS	149
APÊNDICE A – Entrevista I: Rosalvo José de Souza (14/09/2013)	160
APÊNDICE B – Entrevista II: Ulisses Firmino de Oliveira (14/09/2013)	168
APÊNDICE C – Entrevista III: Abel Silva do Amor Divino (21/02/2014)	177
APÊNDICE D – Entrevista IV: Joaquim Balbino dos Santos (09/03/2014)	185
APÊNDICE E – Entrevista V: Aurino Ribeiro da Silva (12/04/2014)	193
APÊNDICE F – Entrevista VI: Assis de Barros Costa (21/02/2014)	200
ANEXOS	206

INTRODUÇÃO

O trabalho aqui apresentado tem como objetivo investigar a trajetória de ex-combatentes alagoanos que participaram diretamente da Segunda Guerra Mundial, assim como os convocados pelas Forças Armadas brasileiras entre os anos de 1944 - 1945. A sua participação deverá ser analisada com o intuito de confirmar não só o envio de 148 alagoanos para os campos da Itália, mas, também, de verificar a convocação de outros alagoanos que defenderam o litoral brasileiro e o seu posterior processo de reintegração social, por intermédio da criação da Associação dos Ex-combatentes do Brasil-Secção Alagoas (AECB-AL).

Estudar esse tema após quase setenta anos do fim da Segunda Guerra Mundial, em um estado que desenvolve pouco incentivo para o registro de sua memória ou da memória de seus naturais, é um dos fatores que dificultaram sobremaneira a construção deste trabalho. A existência de poucos alagoanos convocados ainda vivos, e com vontade de expressar as suas experiências sobre o período em questão, soma-se ao quadro geral de dificuldades encontradas durante esses mais de dois anos de pesquisa.

A maioria dos depoimentos colhidos de pracinhas alagoanos, que participaram da Segunda Guerra, foi exclusivamente obtida para este trabalho. Existem poucos registros de convocados alagoanos para a guerra, como exemplo, tem-se algumas menções em livros de autores militares¹, trabalhos catalogados pelo Exército², alguns diários³ e reportagens resumidas, divulgadas em jornais locais⁴.

As visitas feitas às instituições públicas, civis e militares foram de grande valia na consecução desta dissertação, no que diz respeito à obtenção da documentação referente à temática proposta. Mesmo que se tenha observado que o material encontrado em algumas tenha sido mais substancial do que os obtidos em outras, toda parte documental encontrada foi utilizada. Instituições como o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL), a Associação dos Ex-Combatentes do Brasil-Secção Alagoas (AECB-AL), a 20ª CSM e a 59º Batalhão de Infantaria Motorizado, todos localizados em Maceió, foram locais visitados e de certa importância para que se pudesse concluir este estudo.

¹ MORAES, J. B. Mascarenhas. *A FEB Pelo Seu Comandante*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005.

² HISTÓRIA Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

³ CANSANÇÃO, Elza. *E Foi Assim que a Cobra Fumou*, Rio de Janeiro: Imago, 1987.

⁴ S/A, "Oficiais Brasileiros estagiário nos Estados Unidos: Designados três capitães servindo em nossa capital". *Jornal de alagoas*; 04/05/44, p.02 (IHGAL).

Da mesma forma que existiram locais de razões sociais diversas, ora de cunho militar, ora de natureza pública ou particular, a bibliografia aqui utilizada também teve esta característica. Não se pôde basear esta pesquisa apenas nos estudos de um ou de outro segmento, houve a necessidade de se estudar textos de autores ou de instituições militares objetivando encontrar dados ou referências a respeito do tema.

Textos como do General Mascarenhas de Moraes (2005) ou de estudiosos do assunto como o historiador Frank D. McCann (1982), serviram de base, em certa medida, para esta dissertação. Essa bibliografia foi analisada juntamente com outros textos de autores que não fazem parte de nenhuma instituição militar ou que detenham algum vínculo com tal instituição.

Autores como Gerson Moura (2012), que criticam a bibliografia oficial do Exército, serviram de contraponto na avaliação a respeito da participação do Brasil na guerra. Destaca-se o fato de se ter construído uma história pelos militares baseada, em grande parte, apenas nas ações militares dos soldados no *front*, esquecendo-se de registrar os interesses do Governo Vargas quando houve o envio de tropas brasileiras para a Europa.

No caso em questão, queria o governo brasileiro consolidar o seu papel junto às nações vencedoras e adquirir um acento no órgão internacional de decisões de conflitos entre os Estados membros, que já estava sendo imaginado antes mesmo do fim da guerra em 1945. Houve, também, a pretensão do governo brasileiro de manter uma política de influência no continente, sobre os países vizinhos da América do Sul⁵.

A ascensão de Vargas ao poder (1930-1945) e a sua consolidação com a implantação do Estado Novo foram estudadas dentro de uma conjuntura que envolve fatores internos, como a necessidade do governo em subtrair para si o controle e o apoio de parte da classe trabalhadora e a adesão de parcela dos segmentos industrial e militar brasileiro, como também de fatores internacionais com a sua política pendular, onde ora se posicionava em favor da Alemanha nazista, ora em favor de países que compunham o bloco dos Aliados, em especial os Estados Unidos.

Os trabalhos elaborados sobre esses três segmentos sociais, que foram cooptados para apoiarem o Governo de Getúlio, desenvolveram-se ao longo dos anos com várias interpretações diferentes. No caso da classe operária, especificadamente, optamos pelos

⁵ MOURA, Gerson. *Relações Exteriores do Brasil: 1939-1945 : Mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos Durante e após a Segunda Guerra Mundial* / Gerson Moura; apresentação de Letícia Pinheiro; prefácio à nova edição de Leslie Bethell.— Brasília: FUNAG, 2012.

estudos de Alexandre Fortes, Fernando Teixeira da Silva e Hélio da Costa⁶, além de Angela de Castro Gomes⁷.

A importância dada por esses autores ao movimento operário dos anos 40 vai de encontro ao que se tinha produzido, sobre essa década, nos anos 60. Já a interpretação deles a respeito do papel da classe operária durante a ditadura de Vargas distingue-se das suas antecessoras, dado o fato de terem concebido os trabalhadores não apenas como agentes passivos das políticas sociais promovida pelo Governo. Tais autores entendem que esses agentes participaram e contribuíram de forma decisiva para a construção de uma legislação e de um modelo de desenvolvimento em que o trabalhador pudesse ter alguns direitos e algumas garantias confirmadas pelos dispositivos legais.

A preocupação do governo em ter os trabalhadores ao seu lado, garantindo os direitos sociais, estava intimamente ligada com a sua postura política autoritária frente à crise que havia assolado o mundo desde 1929 e que se arrastava por toda a década de 30. Esse quadro internacional de instabilidade não poderia deixar de ser mencionado, visto que Vargas assumiu o posto de Presidente da República do Brasil no momento em que o mundo vivia uma de suas maiores crises econômica. A crise de 1929 foi um fator relevante para a ascensão de ditadores ao poder pelo mundo. Tiveram, como exemplos, os casos da Alemanha com Hitler, da Itália com Mussolini, da Espanha com Francisco Franco, de Salazar em Portugal e Vargas no Brasil.

Embora os aspectos econômicos, políticos e sociais do Governo Vargas não tenham sido o objeto principal desta pesquisa, fez-se necessário, também, estudá-los para que houvesse um maior entendimento dos acontecimentos publicados nos jornais locais durante os primeiros anos da década de 40. Foi na procura de referências de alagoanos convocados para a guerra que se notou nos periódicos uma constante discussão a respeito da questão da produção sucroalcolera e da borracha no estado⁸.

As enquetes encontradas nos jornais discutiam o futuro da economia alagoana, que se via dentro de obrigações impostas pelo Governo federal, baseadas na necessidade de produzir mais matéria-prima por conta do Esforço de Guerra aos Aliados. Havia uma preocupação por parte de setores ligados aos produtores de álcool e de cana de açúcar, quanto à diminuição de

⁶ FORTES, Alexandre, et al. *Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

⁷ GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

⁸ Jornais como o *Jornal de Alagoas* eram constantes as notícias que traziam as reivindicações dos usineiros e banguezeiros criticando ou defendendo as medidas impostas pelo Governo federal, que eram reflexo direto da assinatura dos tratados e dos acordos firmados com os países aliados, principalmente com os Estados Unidos.

lucro na venda de seus produtos, por conta da concorrência com outros estados de infraestrutura mais modernizada do que as encontradas no Nordeste.

Essa e outras medidas impostas pelo governo se coadunavam com as questões externas, advindas por conta da guerra, mas refletia, também, o aspecto autoritário e dominador do governo brasileiro. A ideia de se ter governos fortes, de cunho intervencionista e que conseguissem anular a influência da União Soviética sobre a massa de trabalhadores, foi um dos fatores que levaram a adoção de uma política mais ditatorial, pelos países supracitados. O Brasil, neste período, se caracterizará por uma postura de regime autoritário, em que a figura do líder será a base de sustentação do poder e da possibilidade de criar um caminho de saída para a crise econômica internacional.

Além dos aspectos econômicos que irão marcar o Governo de Vargas, o estudo da história da política internacional, que compôs o seu Governo, também será lembrada neste trabalho, alertando para o fato de que por muito tempo o seu estudo ter sido mantido em segredo. Estudada por autores que conseguiram utilizar uma documentação mais substancial apenas no final da repressão militar, com a abertura dos arquivos públicos, a política internacional desse período passou por décadas de interpretações pouco ou quase nada satisfatórias do ponto de vista historiográfico.

Francisco Teixeira (2010) ateu-se a essa questão e descreveu em um de seus trabalhos o caminho que a historiografia brasileira passou para poder se chegar a uma análise menos factual e despolitizada das conjunturas político econômicas do Brasil, principalmente durante a ditadura Vargas (1930-45).

Foi através de trabalhos organizados por Teixeira (2010), que se verificou a importância dos acordos firmados entre o Brasil e os países beligerantes na condução da sua política pendular durante os anos quarenta. Delmo de O. Arguelhes (2010) destaca a importância que teve as conferências dos chanceleres americanos para o Estado brasileiro durante o período da Segunda Guerra Mundial⁹.

A III Reunião de Consulta dos Chanceleres das Repúblicas Americanas, realizada no Rio de Janeiro, em 1942, teve como principais pontos a declaração de guerra do Brasil à Alemanha, o fechamento de acordos comerciais envolvendo a produção de matérias-primas para a guerra, especialmente a borracha, e algumas restrições que se fizeram sentir nos estados brasileiros por consequência direta da sua assinatura. Esses acordos internacionais

⁹ ARGUELHES, D. de Oliveira. *A Conferência dos Chanceleres Americanos de 1942 e o Envolvimento Brasileiro na Segunda Guerra mundial*. In: TEIXEIRA da SILVA, F. C. (Org.) *et al.* O Brasil e a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010.

acabaram envolvendo não só os estados mais ricos da federação, como, também, estados mais pobres, a exemplo o de Alagoas.

A confirmação dessa postura governamental foi sentida na economia e na política do país praticamente em todo o seu território. A convocação e o envio de soldados brasileiros, que compuseram o que seria mais tarde denominada de Força Expedicionária Brasileira (FEB), tornou-se o ato que consolidaria a opção de grande parte do governo de apoiar a causa aliada. As mudanças ocorridas dentro da corporação militar por conta da guerra também foram sentidas. Tanto foi assim, que a escola militar deixou de ter como base a linha francesa e passou a se guiar pela escola de guerra norte-americana (SVARTMAN, 2009).

Muito militares brasileiros detinham certa inclinação à postura militar nazista. Góes Monteiro e Gaspar Dutra eram alguns desses dirigentes germanófilos, sendo que ambos ocupariam postos de destaque no governo durante a guerra. Do outro lado, existia um grupo de governistas, liderado por Oswaldo Aranha, que defendiam uma aliança com os Estados Unidos.

A posição pró-Estados Unidos saiu vencedora. Alguns setores militares, apesar de não verem com bons olhos o apoio aos norte-americanos, tinham, como parte do setor industrial, a ideia de conceber o Brasil como uma potência regional. Para tanto, acreditavam que a industrialização do país seria uma saída lógica e necessária para a realização desse projeto (CORSI, 2000).

A construção dessa relação Brasil - Estados Unidos foi feita com base em inúmeras promessas. Tinha o Governo Roosevelt a pretensão de neutralizar a possível aproximação do Brasil com a Alemanha. O fortalecimento do armamento militar brasileiro, o envio de recurso financeiro para a aceleração do processo de modernização e industrialização do país, só se concretizaram em parte. Havia muita desconfiança do Governo norte-americano para com o Governo Vargas.

Tentando tornar as negociações mais atrativas para os Estados Unidos, o Brasil concedeu ao seu vizinho do norte pontos estratégicos do seu território, localizados em grande parte no nordeste brasileiro, como garantia para que os acordos fossem cumpridos. Já tendo acesso às matérias-primas produzidas para a guerra e agora com acesso livre aos locais mais estratégicos do país, os Estados Unidos prontamente aceitaram as novas condições (MOURA: 2012).

Mesmo assim, precisou-se que comandantes brasileiros fizessem várias visitas aos Estados Unidos para que pudessem observar as táticas e os equipamentos do Exército norte-

americano. Essas visitas tinham também o objetivo de demonstrar o desejo brasileiro de participar da guerra (MOURA, 2012).

O treinamento, o embarque e a efetiva entrada na guerra no Teatro de Operações na Itália foram acontecimentos que também puderam ser estudados e que juntos fizeram parte da construção de uma força expedicionária que representasse o Brasil na Segunda Guerra Mundial. Autores como a Major Enfermeira Elza Cansanção (1987), o jornalista Joel Silveira (1987), o soldado Carlos Scliar entre outros que puderam participar diretamente do conflito, ajudaram no entendimento da guerra na Itália e da formação do contingente de soldados brasileiros que dela participaram.

As discussões que envolveram a formação do soldado brasileiro naquele momento específico são as mais variadas possíveis. As publicações dos periódicos da época, com o depoimento de comandantes brasileiros, sobre o grau de formação dos seus soldados são bastante questionadas. Alguns soldados que foram convocados e que participaram da guerra, em depoimentos posteriores, confirmam a falta de condições físicas, psicológicas e materiais do Exército brasileiro no conflito.

Esses depoimentos foram colhidos ao longo dos anos, em alguns registros de ex-combatentes que acabaram sendo feitos pouco tempo depois de a guerra ter terminado. Outros continuam sendo elaborados, contudo, pelo fato da Segunda Guerra Mundial ter acabado em 1945 e de ter os ex-combatentes atualmente uma saúde frágil, consequência, na maioria das vezes, das suas idades avançadas, tais depoimentos tornaram-se cada vez mais difíceis.

Ao todo foram seis alagoanos que conseguimos entrevistar. Os senhores Abel do Amor Divino, Rosalvo José de Souza, Ulisses Firmino de Oliveira, Joaquim Balbino dos Santos, Aurino Ribeiro da Silva e Assis de Barros Costa. Todos tiveram a espontaneidade de relatar as suas impressões da guerra e tentaram estabelecer um nexo de relação entre a sua vida durante e depois de terem sido convocados para defenderem o Brasil.

A nossa preocupação maior quanto às entrevistas era de tentar não alterar as expressões e os sentidos empreendidos pelos ex-combatentes alagoanos sobre a Segunda Guerra Mundial. Tiveram, acima de tudo, a boa vontade e o compromisso de nos relatarem aquilo que viram e o que sentiram naqueles momentos tão cheios de dúvidas sobre o futuro do mundo e deles mesmos.

Para estudarmos as lembranças desses velhos combatentes alagoanos utilizamos o trabalho de Ecléa Bosi (1994) que analisa o papel do velho na sociedade contemporânea, apontando o seu lugar como agente detentor da obrigação de lembrar, em uma sociedade cada vez mais esquecida do seu passado.

A falta de memória de um país ou de um estado sobre determinados acontecimentos pode ser vista também como a ação de instituições governamentais que se acham no direito de criarem uma memória que seria considerada por elas como a única possível de ser estudada. Contra essa posição, de se ter apenas uma memória oficial como base de estudos, foi de grande valia para este trabalho os estudos de Pollak (1989), que descreve sobre as memórias subterrâneas, entendendo-las como aquelas que foram por muito tempo soterradas pelos discursos e pelas práticas de setores ligados a algumas instituições oficiais, no caso em questão, setores militares e governamentais.

Algumas instituições privadas, diferentemente das ligadas diretamente aos governos, tiveram sua cota de contribuição nesta dissertação. Foi caso das Associações de Ex-combatentes do Brasil (AECB), em especial, a Secção alagoana. Somada a alguns poucos lugares que ainda detém um espaço reservado à memória dos ex-combatentes alagoanos da Segunda Guerra, a Associação de Alagoas representa um local que apesar de ser necessário para o estudo desses homens e mulheres, passa atualmente por grandes problemas financeiros e de continuação na divulgação da memória de seus associados.

Os trabalhos de Francisco Ferraz (2012) e de Patrícia Ribeiro (2013) apontam para necessidades imediatas de se ter no país políticas públicas de incentivo à sua memória de guerra. O quadro de descaso para com os ex-combatentes e suas respectivas associações torna-se, assim, reflexo de tantos outros descasos e atitudes contrárias à manutenção e ao desenvolvimento de espaços de memórias, sabidos pelo poder público e que se mantêm ainda longe de serem solucionados.

Todas essas questões que foram dispostas nesta introdução serão desenvolvidas em três capítulos. No primeiro, “Brasil e Alagoas no Cenário de Guerra”, será descrito, preliminarmente, o início do Governo Vargas, abordando a sua política de cooptação dos trabalhadores, o apoio de outros setores e a proposta de industrialização nacional. Será discutida a política pendular do governo brasileiro, que ora se direcionava para os países do Eixo, ora se declinava para os países do bloco dos Aliados, principalmente com relação aos Estados Unidos.

O reflexo das medidas tomadas pelo governo, quando da assinatura dos acordos firmados na III Reunião de Consulta dos Chanceleres das Repúblicas Americanas, acontecida no Rio de Janeiro, em 1942, também será analisada. O Estado de Alagoas, assim como outros estados da federação, vão tentar se adaptar à nova realidade imposta pelo governo, por conta da política do esforço de guerra. Uma dessas mudanças acontecerá na produção da borracha no estado, que envolverá o seu setor sucroalcooleiro.

O II capítulo, “Soldados Alagoanos no Brasil e na Itália”, foi desenvolvido em torno dos pracinhas de Alagoas e de outros ex-combatentes brasileiros. Para tanto, foi estudado as suas convocações, passando pela preparação para o combate, até a efetiva viagem para a Itália e a entrada definitiva ao lado dos Aliados contra o Eixo no Teatro de Operações italiano. As dificuldades que passaram ao longo de sua preparação, a despedida sem certeza de volta, o frio, a fome e o medo são alguns dos vários sentimentos que atormentaram o soldado brasileiro durante seu convívio mais próximo com a morte durante a guerra.

Alguns relatos de alagoanos que participaram diretamente da guerra vão ser transcritos nesta dissertação, sendo parte de bibliografias elaboradas com o intuito de preservar a memória dos soldados brasileiros da FEB. Entrevistas feitas exclusivamente para esta pesquisa, com soldados alagoanos, também elencarão o quadro de depoimentos que serão utilizados nessa parte do trabalho.

No III capítulo, Memórias de Guerras, tentamos registrar as falas dos ex-combatentes alagoanos, suas memórias da guerra e de vida, de uma forma mais destacada, dada a importância desses depoimentos não só para a conclusão dessa dissertação, como também para se somar aos outros trabalhos de registro da memória de outras pessoas que também foram convocadas para a Segunda Guerra Mundial e só agora estão sendo ouvidas.

Ficará registrado, também no terceiro capítulo, o trabalho desenvolvido pela Associação de Ex-combatentes do Brasil - Seção Alagoas (AECB-AL), quanto à preservação dos espaços de memória, do patrimônio histórico de Alagoas referente à Segunda Guerra e o auxílio aos soldados que dela participaram. O papel de lugar de memória desempenhado pela associação alagoana de ex-combatentes será visto como um local em que o registro do passado sobre essa guerra pode-se tornar uma das poucas referências para o seu futuro.

1. BRASIL E ALAGOAS NO CENÁRIO DE GUERRA

Antes da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, alguns acontecimentos irão marcar a sua política interna e externa de adesão aos Aliados e o envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para a Itália. A quebra da bolsa de Nova York (1929), o governo Vargas e os acordos firmados entre o Brasil e os países beligerantes, em especial com os Estados Unidos, serão sentidos em quase todo o território nacional. Estados como o de Alagoas que enviou 148 soldados para a guerra e que teve outros naturais convocados para defender o litoral brasileiro, também sofreram as influências desses acordos e do cenário de guerra.

Acontecimentos como a crise de 1929, a chegada de Vargas ao poder e a adesão de segmentos da sociedade para a sua sustentação na criação do Estado Novo, os acordos de 1942 entre os norte-americanos e o governo brasileiro, sem se esquecer de mencionar as mudanças ocorridas em Alagoas por conta desses contratos deverão ser vistos neste capítulo.

Assim, com a crise de 1929 muitos países se viram numa situação de extrema dificuldade. Parte do mundo capitalista tentava de alguma forma sobreviver aos problemas causados por conta da quebra da bolsa de Nova York. O centro do capitalismo vai ser conduzido por políticas de cunho protecionistas, que variavam conforme o regime escolhido.

A Inglaterra, a França e os Estados Unidos, representando os países de democracia liberal, vão escolher fortalecer seu comércio com as suas regiões de dominação através de acordos internacionais. A Alemanha e a Itália, países de regime totalitário, por sua vez, partiram em busca de novos mercados. Já os países menos industrializados, como os da América Latina, tentarão, à sua maneira, reverter o quadro de caos econômico, criando medidas que fortalecessem a sua incipiente indústria.

A crise de 1929 será um dos pontos que desencadeará a detonação da Segunda Guerra Mundial e que possibilitará a subida ao poder de governos ditatoriais. A necessidade de se fortalecer diante da crise e o medo da influência da União Soviética, único país que não sofreu tragicamente a crise econômica, fez com que alguns Estados adotassem a ideia de governos fortes, com postura política autoritária e intervencionista. O Brasil foi um deles.

O governo de Getúlio Vargas (1930-1945), que foi instaurado no momento da crise econômica, é marcado por vários acontecimentos que se relacionavam de alguma forma com o ambiente externo. A instauração de uma política econômica visando ao processo de fortalecimento da industrialização brasileira, através de acordos firmados ora com a Alemanha Nazista, ora com os Estados Unidos; a cooptação dos trabalhadores através de

medidas que davam a entender ser o governo o protetor dos operários; e o apoio a setores militares ligados ao movimento de 1930, farão de Vargas o principal detentor do poder político do país em 1937 com o surgimento do Estado Novo.

Durante o Estado Novo (1937-1945), o mundo esteve envolvido na Segunda Guerra Mundial. As relações comerciais existentes entre as nações foram sendo mais direcionadas de acordo com a escolha pelo bloco de países desejado. O Brasil, em 1942, corta suas relações diplomáticas com a Alemanha, declara guerra a ela e inicia uma rodada de acordos com os Estados Unidos.

Os vários acordos feitos entre os governos norte-americano e brasileiro terão como objetivo estreitar as relações entre os dois, tanto no que diz respeito ao acesso às reservas naturais, no caso as brasileiras, quanto a investimentos nos vários setores de desenvolvimento econômico, partindo na sua maioria dos Estados Unidos para o Brasil. O principal acordo firmado por eles foi assinado durante a III Reunião de Consulta dos Chanceleres das Repúblicas Americanas (1942). Este acordo repercutirá praticamente em todo o país. A dimensão política-econômica dele será sentida em vários estados da federação, inclusive em Alagoas.

Estudar a influência dos acordos firmados na III Reunião de 1942 no estado de Alagoas e suas repercussões no ambiente político-econômico local, juntamente com alguns aspectos da política internacional de formação e sustentação do governo Vargas, será o objetivo do primeiro capítulo desta dissertação.

1.1. O Brasil na Década de Trinta: Crise Econômica Mundial e Início do Governo Vargas

Os anos da década de trinta foram marcados por um aprofundamento da crise estrutural do capital extremamente forte. Tanto os países capitalistas centrais, quanto os de economia periférica sentiram violentamente o golpe ocorrido no sistema econômico internacional no ano de 1929. Foi o chamado *crack* da bolsa de Nova York, que teve como causas principais a política imperialista das grandes potências econômicas, desenvolvida mais intensamente no século XIX, e a I Guerra Mundial (1914-1918), prelúdio não só da crise econômica, como também da Segunda Guerra Mundial.

A ideia de um mundo de paz e fraternidade é diametralmente oposta ao pensamento político-econômico do final do século XIX e início do século XX. Um novo tipo de exploração capitalista foi se intensificando nesse período. A esse modelo, deu-se o nome de imperialismo, que marcará um período da história, de 1875-1914, quando houve um número

máximo de governantes tidos como verdadeiros imperadores dos tempos modernos¹⁰. Na era do imperialismo, diferentemente de tudo que se tinha visto até o momento, os elementos políticos e econômicos já não eram claramente separáveis (HOBBSAWM, 2010, p.93).

Não dava para separar os motivos econômicos para a aquisição de territórios coloniais da ação política necessária para este fim. Pois, como afirma Hobsbawm (2010),

o protecionismo de qualquer tipo é a economia operando com a ajuda política”. Tanto é assim que o autor, citando Lênin, assevera que “essa nova etapa específica do capitalismo levava à divisão territorial do mundo entre as grandes potências capitalistas, sendo que as rivalidades entre elas gerariam a Primeira Guerra Mundial. (HOBBSAWM, 2010, p.104).

Essa corrida por novos mercados servirá, junto com outros fatores, para a eclosão das duas grandes guerras mundiais, a de 1914-1918 e a de 1939-1945, ou da guerra de 31 anos, como é definida por Hobsbawm que em um de seus estudos sobre as guerras ocorridas durante o século XX¹¹, esclarece sobre essa sua opinião alegando a existência de uma única guerra mundial.

Para Hobsbawm (1995), as duas grandes guerras do século passado correspondem na verdade a uma só guerra. Para ele a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi, juntamente com alguns acontecimentos que marcaram o período das décadas de 20 e de 30, como a crise econômica da bolsa de Nova York, o início da Segunda Guerra. O século XX, de acordo com o autor britânico, não poderia ser compreendido sem o entendimento da Guerra Mundial de 31 anos¹².

Assim, uma das causas da Segunda Guerra Mundial foi a Primeira Guerra, onde todas as grandes potências europeias participaram - com exceção da Espanha, dos países Baixos, dos três países da Escandinávia (Dinamarca, Suécia e a Noruega) e da Suíça. Países de outras regiões - como o Canadá, a Austrália, a Nova Zelândia, os Estados Unidos e a Índia - também tiveram a sua cota de participação direta nesse conflito de estratégia militar, de armamento bélico, tempo de duração e contingente humano nunca visto anteriormente na história das guerras¹³.

¹⁰ HOBBSAWM, E. J. *A era dos Impérios, 1875-1914*. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p.98

¹¹ HOBBSAWM, Eric. J. *Era dos Extremos: O Breve Século XX, de 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

¹² Para Hobsbawm (1995, p.30), a guerra mundial começará no dia da declaração de guerra da Áustria à Sérvia, em 28 de julho de 1914, até a rendição incondicional do Japão, que ocorreu em 14 de agosto de 1945.

¹³ Hobsbawm (1995) afirma que antes do início do século XX não existiram guerras mundiais. O campo de batalha não havia se estendido muito além das fronteiras dos países beligerantes. Ele dá o exemplo das guerras entre: Inglaterra e França, do século XVIII; Estados Unidos contra o México, em 1846-8, e a Espanha, 1898, e as várias campanhas que objetivavam a ampliação dos impérios coloniais britânicos e franceses. Para o autor, “esses conflitos exóticos eram material para livros de aventura ou reportagens dos correspondentes de guerra,

As consequências da Primeira Guerra Mundial estão, dessa forma, diretamente ligadas às origens da Segunda Guerra. A assinatura do armistício de guerra entre as potências vencedoras, celebrada no Tratado de Versalhes, lideradas pela Grã-Bretanha, França e Estados Unidos, e os países derrotados, representados pela Alemanha e a Áustria-Hungria, vai ser um dos pontos amplamente criticados pelos partidos ultraconservadores criados durante a década de 1920.

Alguns Estados que no decorrer do conflito acharam mais conveniente optar pela neutralidade ou passar para o lado dos países que formavam o bloco de oposição ao da Tríplice Aliança, como no caso da Itália e do Japão, viram as suas promessas serem esquecidas ao termino do conflito¹⁴. Para esses países a derrota se fez presente não só do lado dos que efetivamente perderam a guerra, como a Alemanha e o Império Austro-Húngaro, mas, também, para aqueles que foram impossibilitados de concretizar o que havia sido acordado no Tratado de Versalhes.

Esse acordo de paz, imposto pelos países vencedores, baseava-se em cinco pontos: a preocupação com a Revolução Russa (1917); o controle da Alemanha; a redivisão do mapa europeu, com o objetivo de enfraquecer o Estado alemão e preencher os espaços deixados pelo Império Russo, Habsburgo e Otomano na Europa e no Oriente Médio; tratava da política de interesses dos países vitoriosos em relação aos atritos que existiam principalmente entre Estados Unidos, Grã-Bretanha e França; e, por último, havia o desejo das potências vencedoras de se ter um acordo de paz que impossibilitasse outra guerra das dimensões da que havia ocorrido (HOBSBAWM, 1995, p. 39). Como se sabe, falharam.

Embora esses pontos tenham sido sublinhados e bastante observados pelos acordantes, nenhum deles obteve êxito no transcurso de pouco tempo. A Revolução Russa não conseguiu ser detida; a Alemanha não se manteve isolada e desmilitarizada; os países vencedores não sanaram seus problemas de interesses internacionais, principalmente econômicos; e a paz desejada durou apenas vinte anos, sendo que a guerra que acabou deflagrada em 1939 tornar-se-ia maior e mais letal do que a de 1914, contrariando o que havia

mais que assuntos de relevância direta para a maioria dos habitantes dos Estados que os travavam e venciam” (HOBSBAWM, 1995, p.31).

¹⁴ Mesmo tendo recebido por conta da sua entrada na guerra do lado dos vencedores, em 1915, alguns territórios nos Alpes, o Estado italiano ficou insatisfeito. Esse sentimento foi bastante utilizado com o tempo pelo grupo de militantes do fascismo, que reivindicava a posse das terras prometidas através de uma política ultraconservadora e imperialista (HOBSBAWM, 1995, p.44). No caso do Japão, por ser, já àquela época, uma potência regional militar e econômica em franco crescimento, a ideia de ter que depender da aprovação de países como os Estados Unidos e da Inglaterra para a consecução de seus planos imperialistas na região, era algo desprovido de sustentação, visto que era iminente para o seu crescimento, a obtenção de matérias-primas que independiam da aceitação ou não das duas potências ocidentais (HOBSBAWM, 1995, p.40).

sido assinado em Versalhes. Como descreve Hobsbawm (1995, p.41) “com exceção das cláusulas territoriais, nada restava ao Tratado de Versalhes em meados da década de 1930”.

A Liga das Nações, que foi criada como parte do acordo de paz e que tinha o objetivo de manter as diferenças e os conflitos internacionais sobre controle entre os países membros, não obteve em boa parte o êxito pretendido. Tornou-se mais um acordo firmado entre duas potências, no caso Inglaterra e França, do que uma organização internacional. Estados Unidos, Alemanha e Rússia acabaram não fazendo parte desse pequeno grupo, sendo que no caso da Alemanha e da Rússia, o preço cobrado pela repressão e proscricção, respectivamente a esses países, seria o total aniquilamento da Liga (HOBSBAWM, 1995, p.42).

Analizando as principais causas que tornaram possíveis a Segunda Guerra Mundial, Hobsbawm alega que:

Apesar disso (dos problemas encontrados quando dos acordos de paz firmados no final da Primeira Guerra), fosse qual fosse a instabilidade da paz pós-1918 e a probabilidade de seu colapso, é bastante inegável que o que causou concretamente a Segunda Guerra Mundial foi a agressão pelas três potências descontentes, ligadas por vários tratados desde meados da década de 1930 (1995, p.44).

Mas, alerta o autor, como contraponto das ações incisivas da Alemanha, da Itália e do Japão, houve atitudes omissas por parte da Inglaterra, da França e da URSS, quanto às medidas tomadas pelos países causadores da guerra. Para Hobsbawm (1995, p.45), faltou uma ação efetiva da Liga das Nações contra as atitudes imperialistas japonesa e italiana. No caso da Grã-Bretanha e da França, na opinião do autor, deveriam ter denunciado e agido contra as objeções declaradas da Alemanha ao Tratado de Versalhes. Da mesma forma, esses países não poderiam ter deixado de intervir na guerra civil espanhola, assim como, também, não deveriam ter recuado, da forma como fizeram, quanto às chantagens alemãs para a obtenção de territórios. A União Soviética também teve a sua parcela de culpa, visto que assinou um acordo de não agressão com a Alemanha nazista.

Hobsbawm (1995) entende que a Primeira Guerra e a Segunda Guerra mundiais são uma única guerra, pelo fato de não se ter sanado os problemas e as dificuldades políticas, econômicas e militares entre as potências mundiais, europeia ou asiática, desde o início de 1914. Esses problemas irão se exteriorizar mais substancialmente em 1939, chegando até 1945, com o fim da guerra, sendo que, mesmo com o seu término, atualmente existem algumas questões ainda a serem resolvidas, principalmente no oriente como a criação de Estados independentes naquela região.

Somam-se, assim, trinta e um anos de conflito (1914-1945), que na visão de Hobsbawm (1995), não podem ser entendidos como dois momentos distintos. Mesmo que tenham existido novos personagens e tenha havido o acréscimo de uma crise econômica não vista desde a Segunda Revolução Industrial (séc. XIX), os motivos, contudo, que se pensavam terem sido resolvidos na primeira década do século XX, foram, na verdade, mantidos vivos e ativos por todo esse tempo.

Gonçalves (2003, p.168), analisando as causas que levaram a deflagração da Segunda Guerra Mundial, estabelece que apesar delas serem as mais variáveis possíveis, o fato de já se ter uma política de expansão de domínios estabelecida antes mesmo da subida ao poder dos principais governantes da época da guerra, como Roosevelt, Churchill, Stalin, Hitler, entre outros, pode-se afirmar que a Segunda Guerra também poderá ser vista como um acontecimento já desencadeado antes da invasão da Polônia pelo Exército alemão, em 1939.

Para o autor supracitado, apesar dessa ser mais uma de tantas constatações que envolvem as causas da guerra do final da década de trinta, em um ponto Gonçalves (2003) acredita que deva ser entendido como central desses estudos. No caso, a crise de 1929. Para ele, “a guerra foi o resultado perverso de uma conjunção de fatores. Dentre esses fatores, a devastadora crise de 1929 desempenhou papel central” (GONÇALVES, p.168).

A maioria dos trabalhos utilizados nesta dissertação apesar de não discordar que a Primeira Guerra marcou o início da Segunda Guerra mundial, contudo, apresentam seus estudos definindo-as ou apenas nomeando-as como dois acontecimentos distintos. Como ponto de esclarecimento, registramos que a nomenclatura aqui utilizada para definir o período da participação do Brasil na guerra, será o seguido pela maioria dos autores apresentados nesta dissertação.

Entendemos que pelo fato do Brasil ter participado ativamente do segundo momento da guerra dos trinta e um anos e de ter sido este período estabelecido pela grande maioria dos autores aqui representados, como o da Segunda Guerra Mundial, achamos mais coerente não alterar essa definição para manter um melhor entendimento e uma melhor ligação com os acontecimentos que foram por eles e pelos periódicos da época registrados.

O próprio Hobsbawm (1995, p.58), que se utiliza do termo Segunda Guerra para nomear o último estágio da guerra dos trinta e um anos, esclarece que esta guerra é vista como uma única era de guerra apenas dentro de uma perspectiva do historiador. Na visão dos que a viveram, essa guerra se divide em duas, que apesar de se relacionarem, separam-se por um período denominado de “entre-guerras”, com pouca hostilidade militar, mas que traz no seu

interior uma crise econômica de proporções mundiais, que acabou prejudicando grande parte dos países inclusive o Estado brasileiro.

O envolvimento do Brasil, direto ou indiretamente, dentro desses conflitos é muito mais abordado após a crise de 1929, do que na primeira década do século XX. Teremos, assim, um maior número de trabalhos aqui utilizados falando também mais sobre os impactos causados pela quebra da bolsa de Nova York na política, na economia e na sociedade brasileira do que sobre as consequências dos quatro anos da Primeira Guerra, que abordem esses mesmos pontos. Foi no período da crise econômica mundial de 1929 que teremos o início do Governo Vargas e com ele a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial e a posterior convocação de brasileiros para dela participarem.

Não é objetivo desta pesquisa analisar minuciosamente a crise de 1929. Fica registrado, porém, a sua importância não só no panorama internacional, como também, dentro da realidade brasileira, pois as consequências da queda da atividade econômica norte-americana, centro do capitalismo financeiro, vão repercutir em toda economia internacional. Países como o Brasil, exportadores de produtos primários, verão a sua taxa de exportação declinar vertiginosamente. Outros como a Inglaterra, a França e a Alemanha não ficaram imunes aos reflexos da crise econômica, por conta do fato de terem tomado dos Estados Unidos vultosas somas em dinheiro (CORSI, 2000, p.22-23).

Sempre os espectros de rompimento assombraram a realidade da estrutura social dirigida pela classe dominante. No final da década de 1920, tal afirmação era mais plausível e aceita por muitos, dadas às pressões sociais desencadeadas pelas várias manifestações por melhoria das condições de trabalho ou mesmo de acesso ao emprego, tão escasso naquele momento.

Da crise de 1929, surgem duas respostas: as ligadas ao nazifascismo e as ligadas à experiência soviética. Ambas, neste sentido, se articulam contrárias ao programa econômico liberal. O país mais rico naquela época eram os Estados Unidos. O seu fortalecimento econômico pode ser diagnosticado por conta da crise que se abateu sobre a Europa destruída, no final da Primeira Grande Guerra. Contudo, “o crescimento econômico dos Estados Unidos propiciou enorme euforia social, dando a falsa imagem de uma prosperidade eterna, como se o reino paradisíaco da riqueza para todos tivesse sido alcançado” (ARRUDA, 2008, p.13).

Com o *crack* da Bolsa de Nova York, a crise generalizou-se devido à dependência dos países capitalistas para com a economia dos Estados Unidos. Muitos Estados deviam verdadeiras fortunas aos norte-americanos, principalmente os europeus, por conta dos

empréstimos levantados com o intuito de reestruturar o continente saído da guerra (ARRUDA, 2008, p.14).

Um dos países que pouco ou quase nada sentiu em relação aos reflexos do *crack* de 1929 foi a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A resposta soviética para a crise foi a sua própria economia planificada, que blindava o seu sistema econômico contra todo tipo de especulação financeira e de buscas por grandes lucros da iniciativa privada, a qualquer custo (ARRUDA, 2008, p.23). Além da produção industrial soviética no período em questão ter triplicado, o seu índice de desemprego era zero praticamente (CORSI, 2000, p.24).

Muitos outros elementos que compunham o quadro geral da crise nos países de democracia liberal vão tomar formas difíceis de serem remediadas. Questões envolvendo o desabamento do comércio internacional, do padrão-ouro, a falta de novos empréstimos a longo prazo, os calotes dos países em grave crise financeira e cambial, sem contar com as altas taxas de desemprego e da drástica redução da atividade econômica vão criar uma saída totalmente desconectada com a ideia de integração econômica mundial (CORSI, 2000, p.27).

A base da resposta para saída da crise era o protecionismo e a volta ao mercado interno, pois “cada país queria proteger-se da crise mundial exportando mais, importando menos e expandindo seu mercado interno” (CORSI, 2000, p.28). Tal atitude vai acirrar a concorrência entre as economias nacionais. O papel do Estado, na vida econômica, mudaria consideravelmente. Parte do pensamento liberal seria aos poucos reformado por uma política de intervencionismo direto do poder público. Foi assim com os Estados Unidos, a Inglaterra, a França e com a Alemanha e a Itália.

Pelos Estados Unidos, no governo do presidente Roosevelt, foi criado um plano de saída temporário para a crise. O *New Deal* foi um plano de ação econômica, influenciado pelas ideias do economista inglês John M. Keynes, que se expressou em três direções estratégicas: medidas financeiras, combate ao desemprego, política agrícola, industrial e de comércio exterior (ARRUDA, 2008, p.31). Tais medidas surtiram efeito e proporcionou ao presidente Roosevelt o prestígio entre seus correligionários.

A Inglaterra e a França, além de fortalecerem os seus mercados internos com o incentivo ao consumo de massa, tiveram como auxílio as relações comerciais com as suas colônias em outros países. Havia a necessidade, assim, de fortalecer os acordos bilaterais entre o comércio inglês e o francês e suas respectivas zonas comerciais privilegiadas, como o continente africano, por exemplo (CORSI, 2000).

No caso de alguns países europeus, utilizou-se de mecanismos políticos de natureza autoritária para sair da crise. A Alemanha e a Itália são os dois maiores exemplos. Economias

frágeis, mas com governos dispostos a enfrentar os limites demarcados pelo imperialismo do século XIX, como a falta de mercado externo por conta da sua tardia consolidação enquanto Estado, os prejuízos obtidos por conta da Primeira Guerra Mundial, a onda de desemprego e da queda econômica da pequena burguesia, somada à falta de perspectiva de amplos setores sociais, acabaram solidificando a ideia de um governo forte, dirigido por um partido também forte, como único remédio contra a crise e com condições de bloquear a influência socialista soviética, pesadelo maior das democracias liberais.

Há que se entender que o intervencionismo estatal na vida dos indivíduos não era, de forma alguma, uma característica nova do século XX. O que mudou, no entanto, foi o caráter e a amplitude de sua intervenção. Agora, o Estado regulamentava, direcionava, planejava e imprimia políticas que objetivavam à manutenção da atividade interna (CORSI, 2000, p.33).

Essa nova postura do Estado diante da crise foi também percebida na América Latina. No entanto, essa percepção só foi deslumbrada alguns anos depois, quando se verificou a queda de alguns governos por conta de golpes militares. Até o final da década de 30 e início dos anos 40, havia a crença de que seria possível remediar a crise e voltar ao estado anteriormente encontrado. Embora não haja uma ligação exclusiva da queda de muitos governos na América por golpes militares entre os anos de 1930 e 1931, com apenas a questão econômica, o fato é que de doze governos que caíram nesse período, dez deles foram depostos por golpes capitaneados pelos militares (CORSI, 2000, p.35).

A tomada de decisão governamental sobre o caos econômico ocorrida nos países latino-americanos vai se diferenciar a depender da sua expressividade no mercado. Países com um pequeno mercado interno e externo continuaram desenvolvendo uma política tradicional de exportação. Já os países que tinham alcançado certo desenvolvimento industrial, tentaram políticas alternativas¹⁵.

O Brasil foi um desses países que adotaram medidas alternativas para diversificar a atividade econômica não dependendo apenas de um único produto ou de uma única receita de lucro. Fica, contudo, o registro de que não foi apenas a questão externa que possibilitou o desenvolvimento industrial de alguns países, inclusive o Brasil. Apesar de ter sido importante, no entanto, o seu estágio de desenvolvimento industrial, a sua indústria de meio de produção capaz de sustentar em parte a industrialização, o papel do Estado como condutor do processo e a correspondente composição de classe que o sustentava, vão ser fatores extremamente

¹⁵ São exemplos desse tipo de atitude, o controle das importações, a ampliação da política intervencionista do Estado na economia, com a compra de colheitas, através do estabelecimento de estoques que regulavam os principais produtos de exportação, além da decretação de moratórias das dívidas externas e o incentivo à indústria (CORSI, 2000, p.36).

relevantes, também, para o seu processo de industrialização. Isso tomará corpo, no caso do Brasil, durante toda a década de 1930, no governo de Getúlio Vargas (CORSI, 2000, p.37).

O Brasil, na década de 1930, foi atingido fortemente pela crise de 1929. O preço do café, principal produto de exportação brasileira, vai ter uma queda descomunal no mercado internacional. Somado a isso houve a fuga de capitais por conta da tentativa do governo de Washington Luís manter a política de estabilidade cambial. Tais acontecimentos acabaram refletindo num desequilíbrio das contas externas, que será notado na economia como um todo (CORSI, 2000, p.37).

Quando Vargas assume o poder e instaura o Governo Provisório, em 1930, a sua ideia básica não se diferenciava daquelas já pensadas a respeito da crise. Para ele a causa principal da crise residia na superprodução, e no caso do Brasil isso se dava por conta da grande quantidade de café existente no país. Mesmo defendendo o corte de gastos públicos e uma economia mais austera, para o Governo salvar a produção cafeeira era salvar o conjunto da economia como um todo. Foi assim que ele tomou a decisão de retirar do mercado uma grande quantidade do produto, para que pudesse haver uma valorização da mercadoria, consequentemente, impedindo o colapso do setor (CORSI, 2000, p.37-38).

Essa medida por si só não vai tirar o Brasil da crise. Mesmo não sendo objetivo deste trabalho especificar todas as decisões tomadas pelo governo no campo econômico para reverter o quadro de desconforto, ficam registradas algumas como o perdão por parte do governo de metade das dívidas contraídas pelos proprietários rurais, a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool, medidas de incentivo à agricultura, como o estímulo a experiência com novos produtos, e à indústria, que favoreceu o produto interno com reformas de cunho protecionistas, melhores preços de matérias necessários a construção, entre outras (CORSI, 2000, p.40).

Basicamente, o Governo Vargas, durante os sete primeiros anos de administração, vai instituir medidas econômicas que serão reflexo do seu quadro interno de condições. A ideia do calote da dívida externa brasileira, no ano de 1934, vai ser um exemplo dessa afirmação. O Brasil, naquele momento, se viu numa condição em que ou pagava o seu débito externo ou investia no mercado interno. Vargas renegociou as suas contas com os credores e estabeleceu mais crédito para o mercado interno. O governo gerenciava o país com acordos cada vez mais pouco ortodoxos. Medidas alternativas, que eram a exceção, foram sendo tomadas, agora, como regra (CORSI, 2000, p.42).

No período do Governo Provisório, Vargas ainda não apostava na industrialização como uma possibilidade de desenvolvimento para o Brasil. Neste sentido, “parece que o

governo acreditava que a superação da crise e o futuro do país dependiam, sobretudo, da sorte das exportações de produtos primários” (CORSI, 2000, p.44-45).

Tanto foi assim que os acordos bilaterais firmados com os Estados Unidos nesse período vão desabonar os industriais brasileiros, dada as baixas tarifas anexadas aos produtos vendidos do Brasil, como o manganês, cacau, o óleo de babaçu, entre outros, que voltariam a ser comercializados no país, agora como mercadorias industrializadas pelos norte-americanos e com preços mais em conta, ganhando, assim, a concorrência no mercado interno (CORSI, 2000, p.46).

Essa política mais voltada para os produtos básicos produzidos pela terra começou a ser questionada, mais fortemente, durante meados da década de 1930. A criação do CFCE¹⁶ em 1934, com o objetivo de estudar e propor soluções para os problemas relacionados ao intercâmbio externo será fruto da percepção da necessidade do país superar a monocultura. Isso dava margem ao entendimento de que a presença do Estado na economia deveria ser ampliada. A criação, também, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) são exemplos dessa proposta de alargamento do poder do Estado na economia nacional (CORSI, 2000, p.46-47)

Durante os sete primeiros anos, o governo brasileiro não conseguiu acabar por completo com os reflexos da crise. A industrialização como saída foi se consolidando mais fortemente no início do Estado Novo, dentro de uma conjuntura internacional de disputas imperialistas, entre os países economicamente mais fortes da Europa, e as novas demandas ocasionadas, por sua vez, pelas transformações econômicas e sociais ocorridas no Brasil, agora mais visíveis, como, por exemplo, a massa operária e setores ligados aos militares.

O operariado brasileiro dos anos trinta será um segmento social bastante observado pelo Governo de Getúlio. A lei de sindicalização instituída pelo Ministério do Trabalho já esboçava como dispositivos centrais o estabelecimento da unicidade sindical e da obrigatoriedade da oficialização dos sindicatos pelo governo¹⁷.

A nova estrutura industrial que o país estava tentando construir nos primeiros anos da década de 30, juntamente com o setor financeiro, acabará influenciando no perfil do trabalhador assalariado brasileiro. O aumento do seu número e das suas associações sindicais vai refletir diretamente no seu novo papel escrito pelo Estado. De grupos de natureza privada os sindicatos passaram a ser vistos como organismos oficialmente reconhecidos e organizados pela tutela governamental, dentro de um modelo corporativista (JESUS, 1995, p.83).

¹⁶ Conselho Federal de Comércio Exterior

¹⁷ Decreto nº 19.770, de 19 de Março de 1931.

Em alguns trabalhos, produzidos sobre o tema, como os de Alexandre Fortes, Fernando Teixeira da Silva e Hélio da Costa¹⁸, há uma intensificação maior pelos estudos desenvolvidos durante os anos da década de 60, sobre o período getulista (1930-1945), envolvendo o papel do trabalhador dentro da consecução das leis trabalhistas e da situação da classe operária.

Temas como o corporativismo sindical, a teoria cupulista dos sindicatos e a manipulação da classe operária, além das lutas dos trabalhadores e dos sindicatos à época do primeiro Governo Vargas vão ser o objetivo dos estudos desses pesquisadores, que servirá como base para o entendimento da participação dessa classe neste período.

Os autores supracitados demonstram que pesquisas anteriores, em grande parte, referem-se ao movimento sindical e aos trabalhadores como grupos que se posicionam diante das leis trabalhistas e das conquistas por direitos sociais apenas como parte passiva da relação que envolvia não só o patronato como, também, o Estado.

Eles tentam demonstrar nos seus textos uma posição diferente dessa interpretação, revelando um movimento sindical capaz de superar algumas limitações impostas pela legislação criada pelo Governo de Vargas e de desempenhar o papel de representante da classe operária. Para Fortes, Teixeira e Helio da Costa (1999), o sindicato tinha uma representação legítima e possuía certa autonomia frente ao governo, diferentemente do que propunha trabalhos elaborados anteriormente.

Fortes (1999, p.43), utilizando-se de estudos feitos durante as décadas de 70 e 80, alerta para a possibilidade de ter havido durante o período Vargas o individualismo corporativista, em contraposição ao sindicalismo burocrático de massas, que teria sido usado pelo Estado para a execução da sua política de ordem e desenvolvimento¹⁹.

Para o autor, no que diz respeito ao sindicalismo corporativista e ao seu papel durante o período do primeiro governo de Vargas (1930-1945), descrito nos estudos feitos nas décadas de 70 e início de 80, “este deixava de ser entendido apenas como uma imposição do Estado ao movimento operário, passando a ser também encarado como o resultado de

¹⁸ FORTES, Alexandre. et al. *Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

¹⁹ Fortes (1999; p.43) no trabalho ora referido, utiliza-se de autores como Maria Célia Paoli com *Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na História operária brasileira*. in José Sérgio Lei te Lopes (Org.). *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Universidade federal do Rio de Janeiro; Museu Nacional Marco Zero, 1988. Éder Sader em *Quando novos personagens entram em cena: Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 198. Marco Aurélio Garcia, *Os desafios da autonomia operária: São Bernardo, a (auto) construção de um movimento operário*, Desvios, nº1. São Paulo, 1982; Kazumi Munakata, *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982 e Amnéris Maroni em *A estratégia da recusa*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

contradições internas desse movimento” (FORTES, 1999, p.21). O papel do PCB dentro dessa articulação de autonomia ou de dependência para com o Estado acabou sendo o mote de interpretações sobre o papel da classe trabalhadora no Governo Vargas.

Fortes (1999, p.22) afirma que os estudos desenvolvidos nas décadas de setenta e oitenta apontam para o rompimento com a ideia de passividade operária no pós-30. A contradição, porém, sentida pelo autor a respeito desses estudos é que apesar das fábricas serem o local escolhido para o desenvolvimento da autonomia operária, o espaço institucional do sindicato oficial e da organização partidária, no entanto, eram resistentes a essa mesma ação autônoma dos trabalhadores. O papel dessa mobilização seria, então, exercido pelo partido político.

Estudando o movimento sindical ocorrido no Rio Grande do Sul e identificando algumas áreas de atuação do sindicato em nível nacional²⁰, Fortes (1999, p.23) entende que tanto os comunistas influenciaram as políticas adotadas a respeito do trabalhador, como a sua prática era em grande medida condicionada pelas dificuldades presentes encontradas pelo conjunto do sindicalismo.

Durante o Governo Vargas, o sindicato tinha como papel institucional ser o interlocutor dos trabalhadores junto ao Estado e ao patronato, nas negociações de melhores condições e obtenções de direitos para a classe operária. Era preciso manter certa continuidade das reuniões sindicais e uma organização para que as propostas pudessem ser discutidas e defendidas pelo sindicato (FORTES, 1999, p.28).

Com a vigência do Estado Novo, a intervenção estatal e o controle sobre os sindicatos se intensificaria²¹. Para o autor, o funcionamento do sindicato na capital gaúcha, durante o Estado Novo, havia perdido o vínculo com as lutas dos trabalhadores. Nota-se tal postura devido aos discursos proferidos nas assembleias, que no lugar de se pautar as conquistas de direitos e melhorias para a classe trabalhadora, acabavam focando os seus trabalhos em algumas palestras e na celebração de eventos em homenagem a Getúlio (FORTES, 1999, p.37).

O modelo sindical brasileiro se tornou corporativista à medida que o Estado foi consolidando seu poder centralizador. Esse modelo foi implantado sobre tensões que envolvia

²⁰ Eram áreas de atuação que articuladas conjuntamente definiram o caráter institucional do sindicato das décadas de 30 e 40. São elas: Reivindicação por direitos, beneficência do trabalhador em caso de não poder trabalhar, a sua intervenção no mercado de trabalho e a identidade coletiva, que diz respeito a sua autodefinição enquanto grupo social (FORTES, 1999, p.23).

²¹ Como exemplo, Fortes (1999, p.37) destaca a presença de representantes do Governo presidindo os trabalhos realizados em algumas assembleias em Porto Alegre.

a prática sindical na busca de uma identidade de classe. A ação sindical tentava generalizar as conquistas de categorias específicas e os direitos de organização dos trabalhadores, objetivando a construção dessa identidade classista (FORTES, 1999, p.40-41).

A resposta do Estado a essa atitude sindical foi o aumento da repressão. Tentando desarticular e desorganizar o movimento sindical, o governo vai radicalizar a sua política de controle sobre os trabalhadores. O sindicalismo corporativo de massas, citado anteriormente, tem como base, assim, a ideia de uma transformação das condições do trabalhador pela via legal, ou seja, dentro de uma ordem jurídica imposta pelo Estado.

Uma das consequências dessa desorganização dos sindicatos foi o afastamento progressivo de militantes e partidários que apesar de se ausentarem durante todo o período do Estado Novo, retornaram à luta quando da eclosão das greves de 1945, demonstrando assim, que apesar das tentativas de tornar o sindicato oficial um lugar sem história, a sua experiência conseguiu mantê-lo como espaço de luta (FORTES, 1999, p.41)²².

Além do corporativismo sindical, outra questão que envolvia os trabalhadores, os seus sindicatos, o patronato e o Estado durante o Governo Vargas foi a do cupulismo dentro do movimento operário, que será estudado por Fernando Teixeira da Silva (1999). Neste trabalho, o autor demonstra a dependência dos trabalhadores em relação à cúpula do movimento operário, formada por indivíduos tidos como líderes do movimento de reivindicações e de confirmação de direitos e de garantias trabalhistas.

Para compreender essa questão, Fernando Teixeira da Silva (1999, p.54) utiliza-se de alguns autores que desenvolveram estudos a respeito do tema. Francisco Weffort é um deles. A contribuição de Weffort está ligada ao fato dele ter tratado a classe operária como sujeito capaz de ação própria, com possibilidades de fazer escolhas com relativa independência política.

Há no autor, como destaca Teixeira (1999), uma crítica aos estudos feitos anteriormente sobre a atuação dos trabalhadores a partir da análise da ação de sua cúpula de diretores. Essa crítica ao cupulismo é baseada no entendimento de que “o desempenho dos trabalhadores dependeria fundamentalmente das avaliações e opções políticas de suas lideranças” (TEIXEIRA, 1999, p.54).

²² Como exemplo dessa permanência de luta dos sindicatos, tem-se o caso de Porto Alegre. Com o fim do Estado Novo, em 1945, a atuação dos sindicatos da capital gaúcha havia retomado. Lideranças que foram impedidas de participarem de reuniões sobre a liberdade sindical, foram sendo, aos poucos, reintegradas. De acordo com Fortes (1999, p.38), “se o Estado Novo viabilizou o atrelamento sindical ao Estado, não acabou com o papel da entidade como cenário da busca de reconstrução da autonomia operária em novas bases”.

Francisco Weffort, estudando os sindicatos de trabalhadores do Brasil e do movimento operário em geral, terá como objetivo central compreender o fenômeno do movimento sindical cupulista da segunda metade dos anos 50, no Governo JK. Para o autor, a ideologia nacionalista, defendida mais fortemente pelo partido comunista e defensora de uma política de desenvolvimento econômico nacional autônomo do capital estrangeiro, não poderia ser firmada com parte dos grandes industriais ligados mais diretamente ao capital internacional (TEIXEIRA, 1999, p.55).

Os defensores dessa ideologia passariam a tentar firmar uma aliança com o Estado, que possuía a direção das empresas estatais e de serviços públicos. No momento em que o parque industrial brasileiro começou a se desenvolver de forma mais consistente, o sindicalismo nacionalista estava concentrado nos setores de produção mais atrasado (TEIXEIRA, 1999, p.55).

Teixeira (1999) descreve que o resultado para Weffort dessa dicotomia setor moderno/tradicional da economia teria ocasionado “o afastamento do movimento sindical nacionalista das bases da classe operária, principalmente nas indústrias de ponta” (TEIXEIRA, 1999, p.55). Por isso, segundo Weffort, o sindicalismo de cúpula politizaria o movimento sindical e levaria os trabalhadores a discutirem temas que iriam além dos problemas vividos nas empresas. Essa politização do sindicalismo de cúpula nacional terá seu ápice na campanha do Governo de João Goulart, pelas reformas de base (TEIXEIRA, 1999, p.56).

A partir dos estudos desenvolvidos sobre o impacto das greves de 1978-79, ocorridas em São Paulo e no ABC paulista, houve uma atenção aos movimentos dos trabalhadores durante a Primeira República, assim como os acontecimentos no final da década de 1970, que recusariam a crença de um Estado e de uma legislação que se dizia protetora da classe operária. Escreve o autor:

As experiências operárias nas primeiras décadas do século pareciam compor a imagem da perda autonomia originária dos trabalhadores, guardando semelhanças com os movimentos grevistas do final da década de 70 e, portanto, completamente avessa àquela imagem de subordinação que teria marcado o movimento operário nos pós-30 (TEIXEIRA, 1999, p.57).

Teixeira (1999, p.57-58), destaca que trabalhos recentes além de terem questionado cada vez mais as teses da cooptação estatal e da manipulação cupulista das lideranças

sindicais sobre os operários, traziam novas questões a respeito do papel ativo dos trabalhadores, tanto no pós-30, quanto no final da década de 70²³.

Seguindo essa linha de crítica aos estudos sobre os trabalhadores brasileiros acontecidos na década de 60, que traziam uma noção das classes operárias pós-30 como uma classe sem condições e capacidade de lutar e de formular projetos fora do contexto legal, têm-se os trabalhos de Hélio da Costa.

Para esse autor, o atrelamento do sindicato ao Estado, por conta da permanência da legislação trabalhista e sindical, foi o principal ponto de sustentação das teses elaboradas durante a década de 60. Assim, “os trabalhadores foram tidos como incapazes de se expressar como classe, levando diversos estudiosos a avalizarem as motivações dessa suposta fragilidade política” (COSTA, 1999, p.90).

Hélio da Costa (1999) tenta defender no seu trabalho “o progressivo processo de ‘enquadramento’ da memória dos trabalhadores no período anterior a 1964”. Para o autor, apesar das análises sobre o papel do trabalhador durante os governos populistas, não se vê, contudo, nesses trabalhos uma classe operária cooptada pelo Estado. Há uma intensificação dos estudos quanto às atitudes, às opções políticas, às lutas em fábricas e bairros, ao pensamento de suas lideranças, dos governantes e de seus patrões ainda pouco estudada. Assim, afirma o autor:

Neste texto, pretende-se resgatar um pouco dessa experiência dos trabalhadores em São Paulo, no período de 1943 a 1953, procurando dirigir o foco além dos enunciados formais, ainda que estes não deixem de ser considerados, captando a complexa realidade de luta dos operários paulistas com suas ambiguidades, contradições, vitórias e derrotas que marcaram esse período (p.91).

Ele vai falar sobre a política de defesa da entrada dos trabalhadores nos sindicatos, como se essa fosse uma atitude positiva para aqueles que quisessem efetivamente ter seus direitos defendidos por uma instituição legalmente criada. Seria o que ficou conhecido como desenvolvimento dentro da ordem. Ordem imposta pelo Governo, que apelava aos trabalhadores para que se sindicalizassem (COSTA, 1999, p. 92-94).

Além dessas mudanças na legislação trabalhista, por conta da lei de esforço de guerra, as reivindicações dos trabalhadores foram limitadas. A proibição de greve,

²³ Estudando os trabalhadores do Porto de Santos, o autor tenta dialogar as teses de cooptação estatal e do cupulismo sindical, reduzindo-as a um estudo de caso em que, como ele mesmo afirma além de servir de base para outros estudos por conta da sua importância, enquanto exemplo de movimento operário que está ligado à crise político-institucional, trata dos trabalhadores dos setores públicos estatais, que é uma categoria que se encontra dentro das contradições sindicais antes de 1964 e que está presente nas teses do cupulismo (TEIXEIRA, 1999, p.58).

interpretada pelo governo como crime contra a segurança nacional, sendo os grevistas passíveis de condenação à reclusão de dois a seis anos, será um desses exemplos. Mesmo assim, houve a eclosão de algumas greves no país. O autor cita o caso da Lanifício Varan, uma das indústrias brasileiras do ramo têxtil, e da Cia. Laminação de metais, que era fabricante de armas automáticas, aonde os trabalhadores cruzaram os braços (COSTA, 1999, p.94-95).

A maioria dos sindicatos se manteve do lado do governo, sendo contra a atitude dos grevistas. A sua defesa baseava-se na contribuição dos trabalhadores para a produção de riqueza, que, a seu ver, eram naquele momento indispensáveis para a política de esforço de guerra do país. Diziam os sindicatos que os soldados da retaguarda, que eram os trabalhadores do Brasil, tinham apenas o seu trabalho como forma de luta e que não podiam se negar a dar sua contribuição aos soldados envolvidos diretamente no conflito (COSTA, 1999, p.96).

Houve um descontentamento por parte dos trabalhadores tanto em relação à difícil situação que estavam passando, por conta do arrocho das leis impostas pelo governo, quanto pela falta de desempenho a seu favor pelos sindicatos²⁴. Essa atitude dos trabalhadores, segundo Hélio da Costa (1999), ira contagiar a sociedade que já sentia a mudança do regime ditatória de Vargas, para o processo de abertura democrática. O autor assim descreve a nova posição dos trabalhadores em relação ao seu papel na condução das propostas junto ao governo:

Apesar das iniciativas governamentais no sentido de atrair os trabalhadores para os seus sindicatos, isto só aconteceu quando estes alteraram seus procedimentos organizativos. Enquanto a prática burocrática e passiva se manteve, foram os trabalhadores organizados nos seus locais de trabalho que deram o tom das grandes manifestações operárias no período de democratização do país. O protagonismo social e político dos sindicatos nesse período e nos anos subsequentes dependeu da capacidade destes traduzirem para a ação sindical as múltiplas demandas nascidas no espaço fabril (COSTA, 1999, p.98).

Dentro dessa nova postura do movimento operário pós-1930, é importante ressaltar também o trabalho de Ângela de Castro Gomes (2005), que está centrado na construção da ideologia trabalhista, levando-se em consideração a lógica simbólica estabelecida entre o Estado e a classe trabalhadora. A autora chama atenção no seu trabalho de pesquisa para a construção da classe trabalhadora como ator político central na política brasileira. Isto lhe

²⁴ O autor cita, como exemplo, a greve dos ferroviários da Cia. Paulista de Estrada de Ferro, em Campinas, no ano de 1945. Tentando elevar o prestígio do sindicato dos ferroviários paulistas, a sua direção aconselha aos trabalhadores entregar o encaminhamento das suas reivindicações à sua entidade sindical. Tal proposta foi negada pelos trabalhadores que queriam negociar com a companhia diretamente, sem intermédio do sindicato (COSTA, 1999, p.97).

custou lidar com a questão da construção do conceito de cidadania e a sua extensão aos setores populares (GOMES, 2005, p.23).

Para Gomes (2005) o acesso à cidadania pelos setores populares, em especial a classe trabalhadora, na América Latina se diferenciara do modelo clássico liberal quanto à obtenção de direitos sociais, políticos ou econômicos. Dessa forma:

Nestes casos, o acesso à cidadania está relacionado a todo um processo de constituição da identidade da classe trabalhadora conduzido pelos próprios membros desta classe através de suas numerosas lutas políticas. A extensão da cidadania liga-se a trajetória de democratização dos regimes liberais (GOMES, 2005, p.23).

No caso da América Latina, e do Brasil, o acesso à cidadania combina-se com um processo de formação de atores políticos, como a classe trabalhadora, tendo como grande interventor o Estado no ambiente em que a extensão social da participação político-eleitoral, ao menos aparentemente, não se faz presente na maioria das vezes (GOMES, 2005, p.23).

Essa concepção de cidadania será mais fortemente empregada no Brasil no começo do Estado Novo, contudo a resignificação que o governo Vargas dará ao discurso das lideranças da Primeira República, como provedor das necessidades dos grupos menos favorecidos, começará desde a década de 1930. Daí o fato dessa década ter sido a base de sustentação para a criação de uma lógica simbólica, em que os benefícios sociais eram vistos como doações e o único agente que os possibilitaria seria o Estado (GOMES, 2005).

A quantidade de trabalhos produzidos sobre a relação que envolve Estado e a classe operária durante o governo Vargas é muito vasta. Não existiria a possibilidade, nem a necessidade aqui de explicitar todos os estudos já elaborados a respeito do tema. Os que foram neste trabalho utilizados tiveram a intenção de explicitar o quanto os trabalhadores foram importantes para o governo, no que diz respeito à sua sustentação enquanto agente condutor e mediador das necessidades imediatas da classe operária. Crescendo essa relevância à medida que se concretizava uma política estatal mais autoritária, mais industrialista e mais ligada às questões internacionais como as disputas por mercados e a influência de alguns países no Brasil, a exemplo da Alemanha e dos Estados Unidos.

Outro segmento da sociedade, além de parte do setor industrial e da classe operária que será visto como um ponto importante para o Governo Vargas durante os anos 30, vai ser o dos militares. Neste período, o setor militar que fazia parte da burocracia estatal se viu com mais possibilidades de conquistar a parcela de poder que não conseguira durante a velha República.

A consolidação do poder militar e do conteúdo da sua ação política não foi conquistada facilmente, visto que o movimento de 30 não teve o apoio total das Forças Armadas Brasileiras²⁵ e a parcela de militares que a apoiaram seria composta, em grande parte, de oficiais de baixa patente que teriam com a consolidação do movimento de 30 recebido patentes mais altas por seu apoio, contrariando dessa forma a hierarquia militar e contribuindo para a inquietação das praças e sua transformação em foco de apoio a outros movimentos de revolta e de rebelião (CARVALHO, 1983, p.110).

Esse problema interno das Forças Armadas era agravado pelos conflitos externos entre os militares e civis que participaram do movimento de 30 e queriam a sua cota de influência no governo. Apesar da rivalidade ter sido contida em parte durante a luta, com a vitória da Aliança Liberal, setores do segmento civil que dela fizeram parte, representado principalmente por Oswaldo Aranha, vão bater de frente com lideranças militares que faziam parte do grupo militar que apoiou o movimento, como Góes Monteiro (CARVALHO, 1983, p.111).

Os militares desejavam ampliar seu projeto hegemônico de influência na administração do país por meio da sua reestruturação organizacional, passando pelo alargamento de acesso ao governo, com a obtenção de postos do aparelho burocrático estatal, chegando até às relações com a sociedade como um todo. Esse projeto hegemônico visava repelir qualquer alternativa de administração do país que não fosse aquela proposta pelo Exército. Tal política seria visualizada mais fortemente com a consolidação do Estado Novo em 1937 (CARVALHO, 1983, p.111).

As Forças Armadas eram os atores políticos que Vargas poderia se apoiar para continuar pondo em prática seu plano de centralização do poder. No entanto, elas, sobretudo o Exército, deixavam a desejar quanto à questão da sua organização hierárquica. A ideia era expurgar aqueles militares, de baixa ou alta patente, para assim consolidar uma base de apoio

²⁵ De acordo com Murilo de Carvalho, a Marinha praticamente ignorou o movimento e “raríssimos foram os seus elementos que conheceram o que se passava nos meios em que se preparava a revolução, reconheceria o próprio ministro em 1932. Participaram apenas alguns oficiais remanescentes da revolta de 1924. Quanto ao Exército, pode-se dizer que a maioria dos oficiais não aderiu ou, se o fez, foi quando não havia perspectiva da resistência. No Rio Grande do Sul mais de 300 oficiais se entregaram presos e nenhuma guarnição aderiu em bloco. Em Minas todas as guarnições resistiram no primeiro momento, salientando-se a luta do 12º RI na capital do Estado, que resistiu até o dia 8. Até a iniciativa do Movimento Pacificador, a 1ª, 2ª e 6ª Regiões Militares (com sedes no Rio, em São Paulo e em Salvador) mantinham-se leais ao governo. A 24 de outubro, as forças de ambos os lados ainda se equivaliam em termos militares. A adesão da guarnição do Rio, sob a liderança do comando do Exército, foi antes fruto de uma falta de disposição geral para a resistência do que de derrota militar. Ela se constituiria exatamente numa tentativa de evitar os possíveis exageros da facção minoritária do Exército que vinha comandando as tropas rebeldes” (CARVALHO, 1983, p.110)

sólida ao governo de Vargas. O principal articulador dessa manobra foi Góes Monteiro (CARVALHO, 1999, p.342).

Num curto período de tempo, o grupo de militares que apoiou Vargas em 1930 logo se tornou dominante dentro das Forças Armadas. O Exército, agora unificado, passou a ser um ator político fundamental para as aspirações nacionalizantes de Vargas. Ele representava, para o Exército, a base da centralização do poder e da possibilidade de se manter consolidada a estrutura militar, pois ainda havia certas rivalidades entre os generais quanto à possibilidade de se eleger um militar para governar o país (CARVALHO, 1999, p.342).

Diante do exposto, estava pronta a base de sustentação do governo Vargas. Industriais, trabalhadores e militares seriam os atores políticos principais da sua sustentação governamental. A instauração do Estado Novo (1937), como uma saída para crise de 1929, marca, por sua vez, o coroamento da tática de centralização do poder nas mãos de um governante que irá, durante a década de 1940, articular junto ao capital internacional acordos que ora incentivavam a produção industrial, ora passavam a imagem de algo que beneficiaria o trabalhador, ora dando a entender que o objetivo era o fortalecimento do armamento militar do país.

Com o início da Segunda Guerra Mundial (1939), o governo Vargas traçara sua política internacional visando sempre a manutenção da organização administrativa. Havia uma necessidade de se manter vivo dentro das principais negociações, envolvendo não só o Brasil, mas o continente americano naquele período tão conturbado da história mundial.

Esse papel de negociador foi uma das formas que o Estado Novo desempenhou durante a guerra. As várias conferências realizadas entre o Brasil e os Estados Unidos merecem ser estudadas por conta das suas consequências em todo o território nacional. Assim, o estudo da política internacional brasileira durante o Estado Novo por conta da Segunda Guerra Mundial e dos interesses diretos dos Estados Unidos no maior país sul-americano, deverão ser analisadas com o intuito de entender a entrada direta do Brasil na Segunda Guerra e o envio de uma Força Expedicionária Brasileira (FEB) para a Europa.

1.2. A Política de Interesses do Estado Novo

Estudar e relatar a vida dos homens e mulheres que estiveram envolvidos na Segunda Guerra Mundial foi o exercício de muitos historiadores. Pessoas que, de uma forma ou de outra, participaram desse conflito e contribuíram para que se pudesse, anos mais tarde,

descrevê-los dentro de uma perspectiva histórica, em que as pessoas são os principais protagonistas, foi o objetivo maior de muitos trabalhos sobre o tema.

O Brasil esteve envolvido na II Guerra Mundial. Foi o único país latino americano que participou ativamente do conflito, mandando para o combate na Itália, soldados recém-treinados de todos os estados da federação. Contudo, a pesquisa sobre esse acontecimento e as causas que irão influenciar, de alguma forma, essa participação ficaram por algum tempo reduzidas, em sua maioria, aos autores militares.

Tais autores, forçosamente, tentavam descrever a ida do Brasil para guerra, levando-se em consideração apenas a questão estratégico-militar, em que o envio de tropas brasileiras deveria ser visto como algo importante para o mundo, pois fortalecia o bloco dos Aliados em contraposição ao bloco dos países do Eixo e para o Brasil, que consolidava a sua tida natureza democrática, além de demonstrar o quanto o país estava engajado na luta pelos ideais de liberdade muito bem representados pelos militares e pelo seu governo.

Pesquisas mais recentes vão identificar, no entanto, outros pontos que levaram o Brasil a participar da Segunda Guerra. A política externa brasileira que se deu durante o período do Governo Vargas, mais especificadamente, durante o Estado Novo, vai descrever um país governado por uma ditadura, como vimos a pouco, que tentava se sustentar com o apoio de vários segmentos sociais. Ia desde o aval de parte do setor industrial, passando por parte da sociedade civil e de uma grande parcela dos militares. Não se esquecendo de considerar as barganhas feitas com a Alemanha, inicialmente, e com os Estados Unidos, em troca dessa sustentação política, como uma das maneiras de angariar tal apoio.

A abertura de novos canais de investigação, com a ida de pesquisadores aos arquivos de outros países como a Alemanha, a Itália, os Estados Unidos e no próprio Brasil, além do fim da Ditadura Militar, com a abertura de alguns documentos “da repressão” e a promulgação da Constituição de 1988, que estabeleceram mecanismos de acesso a alguns acervos dos órgãos públicos, possibilitou o aumento considerável de pesquisas sobre o período em questão (TEIXEIRA DA SILVA, 2010, p.21).

No entanto, até se chegar a esse leque maior de materiais de pesquisa, e consequentemente, um maior número de publicações sobre a década de 1930-1940, como se vê atualmente, o debate historiográfico se limitava, durante o período do regime militar, nas décadas de 1960 até início de 1980, a uma tradição, principalmente da história política, de viés conservador (TEIXEIRA DA SILVA, 2010, p.21).

O debate sobre a história política do Brasil da década de 1930 girará em torno de estudos ora influenciados por forte finalismo histórico, justificando a Independência do país,

como é o caso de Varnhagem, por exemplo, ora desfilando nomes e datas numa dita história da República Velha, sem que se analisassem os movimentos de cunho popular, como a Guerra de Canudos, que fizeram parte daquela época. É a tida primeira geração de historiadores (TEIXEIRA DA SILVA, 2010, p.34).

Os cursos de história dos anos de 1960 e 1970, ao não debaterem temas mais recentes, como as ditaduras ocorridas no Brasil, a de Vargas por excelência, tentavam criar uma despolitização da história. A renovação dos estudos políticos no Brasil se dará com trabalhos voltados para o sindicalismo, partidos e instituições, já na década de 1980, elaborados por sociólogos e cientistas políticos, que se agrupavam no então IUPERJ²⁶ e no CEBRAP²⁷.

Francisco Carlos Teixeira (2010; p.30), juntamente com outros autores, trabalha com as mudanças ocorridas nas pesquisas da história política do Brasil, demonstrando em sua pesquisa certa necessidade emergencial para com a renovação desse estudo. Três trabalhos podem expressar bem esse processo de renovação, segundo Francisco Teixeira, sendo pontos de partida para os debates que viriam a ocorrer posteriormente, sobre a natureza do Estado do Brasil. São eles: Boris Fausto e Francisco Weffort, ambos tendo como temáticas o funcionamento e as razões das crises das instituições políticas brasileiras, e Gerson Moura, que dedicou seus estudos à relação entre o Governo Vargas e o fascismo (TEIXEIRA DA SILVA, 2010, p. 35-36)²⁸.

Outros autores, como Edgar De Decca e José Luiz Werneck da Silva, além de algumas instituições de pesquisa, serão vinculados a essa produção, desenvolvida com o propósito de discutir a história da política no Governo Vargas e a construção de uma história política em vários centros educacionais do país²⁹.

²⁶ O Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), criado no ano de 1969, no auge do autoritarismo da Ditadura Militar e constituiu-se em um refúgio para intelectuais comprometidos com a democracia brasileira, não apenas no sentido de resistência aos arbítrios ditatoriais, mas também como espaço de reflexão sobre como construir em nosso país uma democracia consolidada e substantiva. Disponível em: <http://www.iuperj.br/index.php/institucional/historico>. Acesso em: 01/11/2013.

²⁷ O Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, o CEBRAP, foi fundado em 1969 por um grupo de professores que na sua maioria haviam sido afastados das universidades brasileiras pelo regime militar. Várias foram as publicações, os seminários e as pesquisas desenvolvidas por esse centro, que defendiam a resistência política e a produção de um conhecimento crítico e independente. Disponível em: <http://beta.cebrap.org.br/v3/index.php?r=institucionais/index>. Acesso em: 27-09-2014.

²⁸ Gerson Moura será utilizado nesta dissertação quando da apresentação do capítulo referente ao envio de tropas brasileiras para a Itália, no caso o II, como uma forma encontrada pelo governo brasileiro de consolidar seu apoio ao bloco dos Aliados e adquirir assim vantagens pela sua decisão.

²⁹ Edgar De Decca, com a sua obra *O Silêncio dos Vencidos*; José Luiz Werneck da Silva, com *O Feixe e o Prisma: Uma Revisão do Estado Novo*. Juntamente com a criação do CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação em História contemporânea do Brasil), na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, que irá proporcionar um marco decisivo para a renovação da história política do Brasil, e a UNICAMP, por sua vez,

É a partir desse momento, décadas de 1970 e 1980, que se pode dizer que uma pesquisa de qualidade sobre o poder e seu exercício passa a existir não mais centralizada em alguns núcleos de estudo, mas em vários centros de pesquisa, que passaram a produzir, por sua vez, um grande número de pesquisadores profissionais, diversificando os estudos sobre o Brasil e as suas intrincadas relações com o exercício do poder, principalmente na Era Vargas (TEIXEIRA DA SILVA, 2010).

A Era Vargas foi palco de grandes acontecimentos que influenciaram em larga medida o contexto geral do Brasil das décadas de 1930 e 1940. Período que, como já foi visto, marcou profundamente o país e o mundo. Com a Segunda Grande Guerra, muitas relações diplomáticas entre os diversos países sofreram mudanças significativas.

O governo de Getúlio Vargas pode ser caracterizado, dentre outras formas, pelo desenvolvimento econômico, pelo seu nacionalismo, o controle sobre os trabalhadores e os sindicatos, certo planejamento estatal, a legislação social, os investimentos públicos e o papel do Estado como agente econômico (D'ARAUJO, 1999, p.07).

Do ponto de vista político, teve-se o entrave quanto à participação mais ampla da população na política do país, além da repressão popular, causa principal desse entrave, e da inclinação às formas autoritárias, populistas e populares que desenhavam o quadro político internacional (D'ARAUJO, 1999, p.07).

As relações internacionais brasileiras que mais se configuraram nessa época foram manobradas ora com o intuito de estreitar os acordos entre Brasil e Alemanha, ora baseadas num desenho que facilitasse ou reforçasse, por imperativo norte-americano, a bilateralidade entre o Estado brasileiro e os Estados Unidos.

Na década de 1930, a nova ordem política, econômica e militar que se impunha ao mundo, principalmente pela Alemanha nazista, vai criar um clima de incertezas e de certa insegurança em vários países. A América Latina, nesse contexto, passou a ser alvo de grande disputa entre os Estados Unidos e a Alemanha. Por ser a maior potência econômica da época e por ter laços regionais históricos com os países latinos, os Estados Unidos tinham, dessa forma, uma influência maior que a Alemanha no continente americano (CORSI, 2000, p.51).

Uma das saídas encontradas pelos alemães para esse impasse foi a propaganda ideológica na região e uma política comercial baseada em marcos de compensação³⁰. Por sua

com a criação, em 1974, do Arquivo Edgar Leuenroth, também dará grande contribuição nos estudos da história da política do Brasil nos anos de 1930 (TEIXEIRA DA SILVA, 2010, p.43).

³⁰ Basicamente esse modelo comercial se dava da seguinte forma: “o país que exportava para a Alemanha não recebia em moedas conversíveis, mas em marcos bloqueados em uma conta bancária. Esses recursos só poderiam ser despendidos na compra de produtos alemães. Desta forma, importações e exportações se

vez, os Estado Unidos, preocupados com o avanço alemão na região, decidiram adotar a política da boa vizinhança, que procurava intensificar o relacionamento político, militar e econômico com o objetivo de assegurar sua influência nos países latino-americanos (CORSI, 2000, p.52).

Dentro do conjunto das relações internacionais, a política exterior envolve aspectos mais determinados. “Ela enfoca a orientação governamental de determinado Estado a propósito de determinados governos e/ou Estados ou, ainda, regiões, situações e estruturas, em conjunturas específicas” (VIZENTINI, 1999, p.134).

Na análise da política externa, deve-se levar em consideração tanto quem a formula, quanto a forma que ela se articula à política interna. Os caminhos da política externa de um país, dessa forma, são definidos mais pelos setores hegemônicos, dominantes, dos blocos sociais de poder que apóiam o governo, do que pelo conjunto desses blocos. Os grupos de interesse e os *lobbies*, formados basicamente por lideranças industriais e segmentos do próprio governo, além de parte dos militares, vão conseguir influenciar fortemente determinadas áreas da política externa brasileira (VIZENTINI, 1999, pp.134-135).

Contudo, o papel de Vargas, pessoalmente, e dos governos populistas dos anos 50 não deve ser desconsiderado, dado o fato de terem sido eles os principais vinculadores da política externa brasileira, ou a sua estratégia de execução, às necessidades do processo de desenvolvimento econômico do país (VIZENTINI, 1999, p.135). Como ponto de confirmação, têm-se os vários tratados internacionais que foram construídos, neste período, com o intuito de fortalecer o projeto de industrialização do Brasil³¹.

A ideia de um país como potência regional, aspirada por parte do governo, advogada por Oswaldo Aranha, levava o Brasil a defender os interesses continentais norte-americanos, em troca da supremacia brasileira na região Sul do continente, mesmo se para isso fosse necessário articular junto com a Alemanha acordos comerciais.

A relação diplomática pendular do governo brasileiro entre o governo de Washington e o de Berlim, ainda na preparação da Segunda Guerra Mundial, buscava, basicamente, reativar a velha "aliança privilegiada" com os EUA, modificando-a com outras formas de

equilibravam. Além disso, existia um sistema de cotas, que determinava o volume das importações e subsidiava as exportações. Por meio desse sistema, o estado alemão exercia rígido controle sobre o comércio exterior” (SEITENFUS, apud CORSI, 2000, p.52).

³¹ Já em 1934, foi aprovado *Reciprocal Trade Agreement Acto* (Ato de Acordo de Comércio Recíproco), estabelecendo uma redução de 50% nas tarifas dos acordos de comércio bilateral entre os dois países, desde que existisse reciprocidade no tratamento das exportações norte-americanas. Dessa data até 1945, 29 tratados de comércio entre os Estados Unidos e países da região foram assinados. (CORSI, F. L, *Estado Novo: Política Externa e Projeto Nacional*. São Paulo: UNESP/FAPESP, 2000, p.53).

cooperação econômica entre os dois países. Assim, “Vargas ensaiava uma nova política externa em uma situação ainda dominada por velhas estruturas, de alcance regional” (VIZENTINI, 1999, p.142). Isso estará presente nas negociações Brasil-Estados Unidos de 1934 até 1945 (CORSI, 2000, p.53).

Concomitantemente ao entendimento da necessidade de se industrializar, e a pressão exercida pelos Estados Unidos, surgia, também, para o governo Vargas, a ideia de exercitar uma política externa mais independente, graças aos espaços abertos projetados pelas disputas imperialistas e as incertezas nos acordos comerciais efetivadas pelos norte-americanos:

Durante todo esse período, que começou no primeiro governo Vargas e se estendeu até o fim da década de 50, as relações exteriores do Brasil voltaram-se, prioritariamente, para os EUA, em busca do *status* de aliado privilegiado. Na medida, entretanto, em que essa relação se mostrava insuficiente como apoio ao desenvolvimento industrial, incrementado desde os anos 30, a política externa brasileira viu-se na contingência de alterar o seu perfil. A autonomia na dependência (conceito formulado por Gerson Moura), que Vargas explorou às vésperas da Segunda Guerra Mundial, e o nacionalismo dos governos populistas dos anos 50 representaram uma estratégia de barganha frente a Washington. Essa barganha visava redefinir os laços de dependência face aos EUA, de forma a obter apoio ao desenvolvimento industrial brasileiro. (VIZENTINI, 1999, p.135-136).

Vargas sabia que o Brasil, para o governo norte-americano, representava um ponto estratégico, quanto ao seu plano de pan-americanismo ou influência continental. Percebendo isso, Vargas, então, tenta se aproveitar dessa importância brasileira para os norte-americanos, e põe em prática seu projeto de modernização nacional, já listando alguns pontos a serem conquistados, como uma siderúrgica, para a fraca indústria brasileira, o aumento dos investimentos estrangeiros e o reequipamento das forças armadas, através de subsídios advindos do exterior (ARGUELHES, 2010, p.118).

Várias conferências foram realizadas pelos Estados Unidos junto aos países americanos, com o intuito de diminuir a presença alemã no continente³². Porém, com a invasão da Polônia, em 1939, e o início da Segunda Guerra Mundial, foram convocadas reuniões entre as chancelarias que representavam os governos americanos, para resolver qual seria a posição do continente diante do conflito europeu e que medidas deveriam tomar.

³² Tiveram-se como exemplos, a Conferencia Interamericana de Consolidação da Paz, realizada em Buenos Aires, em 1936, onde foram aprovadas resoluções, visando a limitação de armamentos das nações americanas, prevenindo a guerra entre os países do continente e a confirmação do protocolo da não-intervenção, onde fica registrado a impossibilidade de um país americano intervir nos assuntos internos de outro. E a VII Conferência Internacional Americana, realizada em Lima, em 1938, que reforçou os pontos aprovados em Buenos Aires, em 1936, e aprovou o não-reconhecimento de aquisições territoriais por meio da força das armas e previu a existência de reuniões de consulta dos chanceleres dos países americanos, quando fosse preciso. (Brasil, MRE. *Relatório do Ministério das relações Exteriores de 1936*. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1938, pp.14-15, disposta em: ARGUELHES, D. de Oliveira. *A Conferência dos Chanceleres Americanos de 1942 e o Envolvimento Brasileiro na Segunda Guerra Mundial*. In: TEIXEIRA da SILVA, F. C. (Org.) et al. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Multifoco, p.119)

A I Reunião de Consulta dos Chanceleres das Repúblicas Americanas, na cidade do Panamá, decidiu qual era a posição do continente diante da guerra. Nesta Conferência, optou-se pela neutralidade³³. No entanto, essa decisão não seria mantida por todos os membros da conferência por muito tempo.

Argentina declarou-se contra o apoio aos Estados Unidos. Chile, Bolívia, Peru e o Paraguai declararam-se neutros. O apoio do Brasil, diante desse quadro, era fundamental para a política norte-americana. Tanto era que Vargas deixará claro que “a cooperação com os Estados Unidos não seria devido a simpatias pessoais ou a compromissos do pan-americanismo, seria sim feita se os norte-americanos concordassem em suprir as necessidades nacionais” (ARGUELHES, 2010, p.124).

Essas necessidades diziam respeito à siderúrgica nacional e ao reequipamento das Forças Armadas brasileiras, já prometidas ao Brasil pelos EUA, bem antes. Agora, Roosevelt, além de reconfirmar o prometido, pedia em troca as bases brasileiras no Nordeste do país, que eram pontos estratégicos relevantes para o governo norte-americano dado a sua ligação com o continente Africano. (ARGUELHES, 2010, p.124).

Fez-se uma II Conferência de Chanceleres, agora na cidade de Havana, em 1942, para discutir, primeiro, o destino das colônias francesas e holandesas em território americano, depois que os dois países europeus foram conquistados pelo Exército alemão³⁴ e, segundo ponto, dentre as 21 resoluções que foram aprovadas, aprovou-se a que previa a agressão a um país americano por outro país extracontinental, como uma agressão a todo o continente (ARGUELHES, 2010, p.121). Essa resolução será lembrada não só pelo governo dos Estados Unidos aos países americanos, quando do ataque à base naval de *Pearl Harbor*, mas também por Vargas em carta endereçada ao presidente Roosevelt³⁵.

Em 15 de janeiro de 1942, teve início no Rio de Janeiro, então capital, a III Reunião de Consulta dos Chanceleres das Repúblicas Americanas. Os trabalhos ocorridos na III

³³ A neutralidade era exercida através de regras, tais como; o país neutro não poderia entregar material bélico aos países beligerantes; mesmo podendo receber em seu território unidades militares dos países em conflito, contudo, é obrigado a vigiá-los. Uma zona de exclusão no oceano Atlântico, visando à proteção dos países americanos, também foi estabelecida. Sendo que, essa proteção poderia ser vista como vigilância dos países aliados contra o comércio entre o continente e a Alemanha, como foi o caso da Inglaterra, que aprisionou um navio alemão, cheio de armas vendidas para o Brasil. O impasse foi mediado pelos Estados Unidos e o Brasil acabou recebendo a carga de arma. (*Ibid.*, p.120).

³⁴ A Conferência não reconheceu nenhuma passagem de soberania de territórios não-autônomos do continente de países europeus para outras potências fora da América, no caso, a Alemanha. A Ata de Havana que foi assinada dizia que cabia a uma comissão continental a administração dessas colônias. (*Ibid.*, p.121).

³⁵ O telegrama de Vargas para Roosevelt, está disposto no Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 1941 (ARGUELHES, D. de Oliveira. *A Conferência dos Chanceleres Americanos de 1942 e o Envolvimento Brasileiro na Segunda Guerra mundial*. In: TEIXEIRA da SILVA, F. C. (Org.) *et al.* O Brasil e a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010, p. 123).

Reunião não discutiram apenas a relação do continente com a Europa. Certas desavenças entre países americanos, como a do Peru e do Equador, pela demarcação de fronteiras, foram discutidas. Era preciso, naquele momento, criar certo panorama de paz entre os países da América.

Os Estados Unidos, com o intuito de fortalecer a sua liderança na região, participavam ativamente de todas as possíveis decisões de conciliação, mesmo que de pouca durabilidade (ARGUELHES, 2010, p.128). A Ata Final da reunião, assinada em 28 de janeiro de 1941, dispunha de 41 resoluções, que tratavam de vários assuntos³⁶.

O principal obstáculo dos Estados Unidos nessa reunião foi a Argentina. A Alemanha e a Grã-Bretanha não queriam que a Argentina saísse de sua neutralidade, por necessitarem de produtos comercializados pelo mercado argentino, tais como carnes, couros e cereais. O alinhamento argentino com os Estados Unidos era, assim, visto pelos britânicos e pelos alemães como algo prejudicial para seus interesses comerciais (ARGUELHES, 2010, p.129).

Capitaneado pelos Estados Unidos, os países americanos declararam uma série de retaliações à Argentina, como foi, por exemplo, o não reconhecimento do governo de Farrel, que ascendeu ao poder através de um golpe de Estado em 1943. Até dois anos depois a Argentina sofrerá pressões dos norte-americanos por conta das suas desconfianças com o governo argentino. O país sul-americano declarara guerra à Alemanha só em 1945, sendo que o rompimento das relações entre os dois países acontecerá em 1944. (ARGUELHES, 2010, p.129).

O Brasil naquele momento expressava seu temor mais com a Argentina do que com a própria Alemanha³⁷. Porém, tal temor não pode ser interpretado apenas como uma questão

³⁶ A recomendação de ruptura de relações com países do eixo; acordos de divisão da produção (entre matérias-primas e produtos manufaturados e industrializados), distribuição para o continente e orientação da produção para o esforço de guerra; medidas policiais e jurídicas contra as atividades subversivas, promovidas por nacionais do Eixo e simpatizantes; adesão à Carta do atlântico; tratamento de não beligerante às nações americanas que se encontrarem em guerra com potências extracontinentais; criação da junta Interamericana de defesa; manutenção e ampliação de rede de transportes e comunicações; e outras questões com saúde e salubridade pública e humanização da guerra, entre outras. BRASIL, MRE. Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 1942, pp.131-65 (ARGUELHES, D. de Oliveira. *A Conferência dos Chanceleres Americanos de 1942 e o Envolvimento Brasileiro na Segunda Guerra mundial*. In: TEIXEIRA da SILVA, F. C. (Org.) et al. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010, p. 131).

³⁷ Em 1934, o Estado-Maior, agora sob o comando de Francisco ramos de Andrade Neves, preparou dois estudos relacionados, propondo um plano de organização, e analisando a situação militar do país. Segundo o ponto de vista do Estado- Maior o Brasil, estava então ‘militarmente... desorganizado’ e faltava-lhe ‘quase totalmente os meios’ para conduzir a guerra (dado retirado pelo autor do relatório sobre o reajustamento da organização do Exército (Rio de Janeiro: Imprensa militar, Estado Maior do Exército, 1934, p19.Cópia do CDOCEX, Brasília.). E tudo indicava que a guerra mais provável seria uma guerra continental, e na América do Sul ‘é a Argentina, o adversário principal por seu valor militar, antecedentes históricos e diplomáticos, não obstante a tendência pacífica que atualmente orienta a sua política externa’. (Ibid., p.20). o Paraguai seria seu aliado pois, ‘a influência

histórica de disputa pela região sul-americana entre os dois países latinos (MCCAN, 1982, p.142). Existia, também, a política de desavenças entre Brasil e Argentina patrocinada pelos Estados Unidos (ARGUELHES, 2010, p.129).

Após a III Reunião dos Chanceleres e a consequente declaração brasileira de rompimento diplomático e comercial com as potências Eixistas, o Nordeste brasileiro e de Fernando de Noronha, bases estratégicas para os Estados Unidos naquele momento, começaram a ser utilizados de forma efetiva pelos norte-americanos. A questão da venda do armamento para o Brasil, contudo, não foi efetuada como o acordo descrevia. Foi enviada uma quantidade de armas menor do que o acordado (ARGUELHES, 2010, p.132).

As resoluções da III Reunião que procuravam viabilizar a cooperação econômica entre o Brasil e os Estados Unidos, viraram acordos comerciais, denominados Acordos de Washington³⁸, que moldaram a economia continental de acordo com as necessidades norte-americanas e ajudaram a influenciar a entrada do Brasil na guerra³⁹.

1.3. As Consequências dos Acordos de Guerra em Alagoas

As medidas tomadas pelo Governo Vargas durante os seus quinze anos de existência sofreram influências internacionais e nacionais como já foi exposto. Internacionalmente elas serão moldadas a partir de uma estrutura de relações de comércio e política entre países envolvidos na guerra, como foi o caso dos Estados Unidos e da Alemanha. A base de equilíbrio dessas relações se sustentava em acordos bilaterais firmados pelo Brasil e esses países, com o intuito de alargar, ou dinamizar, o processo de industrialização brasileira ainda naquela época muito tímido.

Internamente, o país foi modificado profundamente pela guerra. Estados da federação com tradição na monocultura vão desenvolver seus projetos de industrialização, como o caso de São Paulo, por exemplo, intensificando seu potencial industrial com o capital

militar argentina... é enorme'. A Argentina auxiliou aquele país a comprar a armas, e o adido-militar argentino era um acessor íntimo do comando paraguaio. O Paraguai procura concretizar sua 'velha aspiração' de apossar-se do Sul do Mato Grosso, assim como áreas fronteiriças de Santa Catarina e Paraná.

³⁸ Os principais pontos desse acordo, referiam-se: As minas de ferro de Itabira, que seriam de propriedade da Grã-Bretanha; o financiamento para o fornecimento de material estratégico para os norte-americanos; e a absorção do excedente de borracha brasileira pelo mercado norte-americano. BRASIL, MRE. Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 1942, p.33 (Apud: ARGUELHES, D. de Oliveira. *A Conferência dos Chanceleres Americanos de 1942 e o Envolvimento Brasileiro na Segunda Guerra mundial*. In: TEIXEIRA da SILVA, F. C. (Org.) et al. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010, p. 132).

³⁹ A participação direta do Brasil na guerra estendeu os ganhos materiais obtidos na III Reunião dos chanceleres por mais tempo e também trouxe prestígio político para o país. Em troca, os Estados Unidos ganharam o direito de utilizar as bases brasileiras em tempo de paz e influenciaram bastante o pensamento militar brasileiro. (Ibid.,p. 144).

que até pouco tempo fora direcionado para a produção de café, transferindo-o, em parte, para outros setores de mercado os investimentos destinados à empresa cafeeira. Isso era visto como uma política de incentivo do governo contra a crise que assolou a venda desse produto. A saída encontrada era desenvolver vários setores de investimento e produção de outros gêneros, fazendo com que a economia brasileira não se sustentasse apenas num único produto.

Nem todos os estados da federação tiveram o mesmo caminho. Alguns ficaram reféns do governo federal em detrimento da sua produção. Tiveram que discutir uma nova proposta, pautada na agenda nacional que pretendia aumentar desde os recursos materiais para guerra até outras manobras que visassem proteger ou incentivar a população para o conflito. Foi assim com vários estados brasileiros, inclusive o de Alagoas.

Antes de apresentar a repercussão de algumas medidas de guerra em Alagoas, abordaremos aspectos do quadro econômico do estado com o fim de fornecer uma visão geral das discussões em torno de pontos relevantes que fizeram parte da administração local e que de certa forma repercutiram nos principais meios de comunicação do estado alagoano durante o período de guerra.

O desenvolvimento de um tópico em que aparecem algumas considerações sobre aspectos específicos da economia ou de alguma discussão a respeito da viabilidade de manifestações populares como o carnaval, advém do fato de serem esses temas constantemente descritos nos jornais de maior circulação no estado à época, principalmente o Jornal de Alagoas. Sem esquecer-se de mencionar que em alguns documentos oficiais, que sintetizavam as realizações do governo do interventor Ismar de Góes Monteiro (1941-1946), também traziam esses e outros assuntos relacionados ao esforço de guerra estabelecido pelo governo federal.

Se isso já não fosse por si só um ponto relevante para se estudar essas questões, tem-se o fato dessa discussão envolver tanto parte da elite econômica alagoana, herdeira de longos anos do poder político no estado e maior causadora do seu atraso social, quanto à produção da cana-de-açúcar, maior produto vendido em Alagoas até os dias atuais e centro das discussões à época⁴⁰.

⁴⁰ Até os dias atuais a cana representa uma fatia grande do PIB alagoano. A participação da indústria da cultura canavieira na economia do estado atinge 45% do PIB alagoano, tendo influência no setor agropecuário, na indústria e no setor de serviços. De acordo com dados da Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas, 60 % da indústria e 30% do setor de serviços estão correlacionados ao setor canavieiro. O estado de Alagoas é o maior produtor nordestino de cana-de-açúcar; em 2008-2009 ele ocupou o quinto lugar na produção nacional (Fonte: IBGE/Conab 2009).

Os debates em torno da produção da borracha e dos caminhos que a economia alagoana deveria seguir quanto à modernização do seu setor sucroalcooleiro, por conta da guerra e suas consequências, e do interesse dos Estados Unidos na região, cogitavam a confirmação de que no lugar de alguns jovens discutirem poesia, música ou algo que o valha de uma forma mais romântica, estavam eles a discutir essas e outras questões econômicas presentes não tão raramente em mesas de bar, tamanha era a divulgação nos meios de comunicação, supervisionados pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), órgão governamental que tinha como uma de suas principais funções propagandear os objetivos do estado e censurar a mídia da época.

Temas como a introdução da borracha na economia alagoana, durante o governo de Ismar de Góes Monteiro, a briga entre os produtores de álcool e açúcar alagoanos contra os produtores do sudeste, em especial os de São Paulo, a pressão exercida pelo Governo Federal quanto à modernização das usinas frente aos banguês, a autorização ou não da realização do carnaval durante o período de guerra e algumas transformações estruturais que o estado alagoano sofreu por consequência do conflito mundial e dos acordos firmados, principalmente os da III Conferência de Chanceleres, serão dessa forma vistos neste tópico da dissertação.

Não se pode esquecer também de mencionar sobre as verbas advindas dos acordos estabelecidos entre os Estados Unidos e o Brasil que serviram para auxiliar os norte-americanos em manobras militares realizadas no país e que ainda hoje podem ser verificadas em alguns locais de Alagoas, como por exemplo, no bairro do Vergel do Lago.

Assim, o período que vai de 1941 a 1946, correspondente à administração do interventor Ismar de Góes Monteiro, foi o escolhido porque será nele que o Brasil declarará o fim das relações diplomáticas com a Alemanha (1942), firmará acordos importantes com os Estados Unidos e declarará seu apoio ao bloco dos Aliados. Foi também na administração de Ismar que a FEB acabou sendo mandada para a guerra na Europa e com ela alguns alagoanos.

Quando se examinam as mudanças econômicas ocorridas durante a Segunda Guerra em um estado brasileiro tão pequeno como é o de Alagoas, tanto do ponto de vista econômico, quanto do ponto de vista geográfico em comparação aos outros estados da federação, suscitam muitas dúvidas em relação a essas consequências e suas repercussões nessa pequena parte do Brasil.

No entanto, se o estudo desse período, envolvendo Alagoas, não começar a ser feito, dificilmente poderemos responder a essa pergunta. Existe às vezes um salto cronológico nos trabalhos sobre o estado, que pouca coisa se refere à década de 40. Encontram-se muitos

textos sobre o período colonial, sobre a Primeira República, mas no que diz respeito à Alagoas no período da Segunda Guerra os trabalhos são muito escassos.

Ficam, então, as dúvidas a serem tiradas em futuros estudos que se habilitem a pormenorizar os aspectos sociais, econômicos e políticos que moldaram a realidade alagoana dos anos de 1940. Não será assim objeto de estudo desta dissertação pormenorizar tais aspectos, contudo questões que a pouco foram mencionadas deverão ser trabalhadas neste momento.

Dessa forma, pretende-se com esse pequeno tópico tentar demonstrar que houve algumas consequências em Alagoas por conta da participação do Brasil na Guerra, mesmo se sabendo que já tenha sido sustentado e provado em alguns trabalhos a afirmação das influências desse conflito em quase todo o território brasileiro de uma forma geral. No caso de Alagoas, essas influências não são descritas detalhadamente, mas que agora, pelo menos, algumas poderão ser relatadas.

Como já foi visto, com a crise de 1929 várias medidas foram tomadas pelos governos de economia liberal, sendo uma delas o fortalecimento do mercado interno e uma mudança na tendência de exportação para outros países. As tentativas de fortalecimento do mercado interno com os investimentos voltados mais para o processo de expansão industrial vai se dar, ao longo de toda década de 30, com uma maior intensidade no final desse período. No caso brasileiro ele vai ser bastante fortalecido principalmente no período do Estado Novo, com os grandes investimentos norte-americanos.

As regiões brasileiras terão sua cota de participação nesse processo de forma diferenciada. Alagoas, por exemplo, por conta da sua dependência econômica na produção de cana-de-açúcar de forma extensiva, praticada assim em grandes áreas com pouca mecanização, nos faz sugerir que a tendência agroexportadora continuará sendo a regra da produção estabelecida no estado durante o período de guerra.

Na III Reunião dos Chanceleres, já citada anteriormente, acontecida no Rio de Janeiro, em 15 de janeiro de 1942, alguns acordos foram firmados entre os países americanos. Dentre eles merece destacar o que foi estabelecido a respeito da borracha. Nele, o Brasil se comprometia a vender toda a produção excedente de borracha e seus derivados industrializados para os Estados Unidos, graças à grande necessidade da indústria bélica norte-americana por essa matéria-prima (ARGUELHES, 2010, p.133).

O interesse norte-americano pelo produto residia no fato dos japoneses terem invadido e dominado os principais centros produtores de borracha na Ásia, entre 1941 e 1942. Os Aliados precisavam da matéria-prima para seu esforço de armamento e voltaram suas

atenções para a borracha amazônica. O Brasil, por sua vez, via a procura da borracha pelos Aliados, mais intensamente pelos Estados Unidos, como a chance de recuperar o mercado de venda dessa matéria-prima que acabou sendo perdido para as colônias européias do sudeste asiático (FERRAZ, 2005, p.24).

O financiamento do Governo Roosevelt para o desenvolvimento do setor da produção da borracha de início foi bem recebida pelos representantes brasileiros. Porém, a atitude do governo norte-americano querer para si todo o poder administrativo por conta desses investimentos, acabou desagradando alguns componentes da delegação brasileira (CORSI, 2000, p.207-208).

Mesmo assim, foram assinados três acordos a respeito da produção, consumo e exportação da borracha. Esses acordos consolidavam a influência do governo norte-americano nesse setor da produção agrícola no Brasil. Eles iam desde a compra do excedente de produção pelos Estados Unidos, limitando o consumo interno e as exportações brasileiras do produto para outros países do continente, até acordos que visavam incentivar a criação de melhores condições para a produção em curto prazo no estado do Amazonas, tentando sanear a região de problemas que dificultassem o escoamento do produto (CORSI, 2000, p.208).

Apesar de haver certa preocupação por parte do governo brasileiro quanto ao domínio norte-americano no controle da produção de um material tão importante aos países que estavam envolvidos diretamente na guerra e àqueles que precisavam do produto para o seu consumo interno, Vargas não conseguiu controlar como realmente queria os Estados Unidos.

O desenvolvimento da indústria nacional de produtos de borracha por conta das limitações impostas pelo governo Roosevelt e parte dos investidores norte-americanos, Nelson Rockefeller foi um deles⁴¹, de maneira geral não teve o crescimento esperado no país. Mas, alguns estados da federação foram, de certa forma, obrigados a se adequar aos acordos firmados entre o Brasil e os Estados Unidos.

Alagoas foi um desses estados que precisou produzir uma quantidade de borracha acima da média anual por conta dos acordos da III Reunião de Chanceleres e das metas estabelecidas pelo programa federal chamado de “Batalha da Produção”⁴², que era organizada

⁴¹ Nelson Rockefeller foi um dos maiores industriais do mundo à época. Ele pretendia construir uma corporação para a exploração da região amazônica. O governo norte-americano o ajudaria com créditos e auxílio técnico e ficaria, como retorno pelos investimentos gastos, com o controle financeiro e administrativo do projeto (CORSI: 2000; p.207).

⁴² A Batalha da Produção correspondeu ao esforço de produção brasileira durante o período em que o país esteve envolvido na guerra por conta dos acordos firmados com os aliados a partir de 1942. A base de sua tática residia nos seguintes fatos: “Materiais estratégicos tinham sua produção ou extração intensificada, como manganês,

e dirigida pela Coordenação de Mobilização Econômica, criada com o intuito de mobilizar todos os recursos nacionais para a guerra (FERRAZ, 2005, p.23).

Nos relatórios de realizações governamentais do interventor Ismar de Góes Monteiro e produzidos pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), têm-se breves comentários sobre a sua administração no estado. Havia uma lista de obrigações organizadas pelo governo federal em que o estado se comprometia a realizá-las em nome da responsabilidade federativa firmada.

Naquele momento, 1941-1942, Alagoas tinha sua economia vinculada basicamente a duas fontes: o açúcar e o algodão. Precisavam-se criar mecanismos que incentivassem a economia do estado com o objetivo proposto pelo Governo Vargas, quanto ao abastecimento das cidades e o fortalecimento do esforço de guerra do país. A produção agrícola era o ponto, assim, de maior relevância imposta pelo governo aos estados. Em um dos registros sobre a sua administração, confeccionado pelo DEIP, o interventor alagoano foi citado da seguinte forma:

Na órbita da produção agrícola, que se constituiu o tema de maior relevo da atual administração, condicionou o interventor Ismar de Góes Monteiro as iniciativas do seu governo ao parecer de técnicos com que formou um novo órgão: o Conselho de Expansão do Estado. Assentada na orientação, e tendo em vista as bases do acordo com a União, tem despendido o governo soma apreciável, para o revigoramento de nossa economia⁴³.

O relatório das atividades administrativas do governo de Alagoas era mandado ao Presidente da República para a confirmação do que estava sendo feito de acordo com as ordens federais. Reafirmavam-se no documento, em linhas gerais, dois pontos centrais do discurso da administração alagoana: o trabalho e a ordem.

O primeiro ponto referia-se ao trabalho desenvolvido no estado na construção de algumas obras, como por exemplo, a reforma do Porto de Maceió, que se encontra ainda hoje no bairro de Jaraguá. Os serviços de exploração do porto, após a reforma, foram iniciados em 29 de janeiro de 1942, sendo que a conclusão da obra já tinha sido alcançada desde dezembro de 1940, ficando todo esse tempo sem utilização por conta do argumento de falta de material, influenciada pela situação internacional⁴⁴.

Vê-se que a necessidade de se utilizar o Porto de Maceió está intimamente ligada à situação nacional diante do conflito desencadeado na Europa. Em 1942, o Brasil já havia

bauxita, cobalto, tungstênio, níquel, berilo, cromo, cristais de quartzo, diamantes industriais, babaçu, a borracha, ente outros. Produtos tradicionais como o café, o cacau e o açúcar, também tinham como destino preferencial, quando não único os Estados Unidos” (FERRAZ, 2005, p.23).

⁴³ DEIP: Relatório da Síntese das Realizações do Governo Ismar de Góes Monteiro de 1943, p.03 (IHGAL).

⁴⁴ DEIP: Relatório da Síntese das Realizações do Governo Ismar de Góes Monteiro de 1943, p.33 (IHGAL).

declarado o fim das relações diplomáticas com a Alemanha e assinalava formalmente através de acordos a sua colaboração junto ao bloco dos Aliados, representados na América pelos Estados Unidos. Esse porto teve grande serventia no desembarque de mercadorias em Maceió durante o início da década de 40, obtendo lucros principalmente por conta da crise de transporte decorrentes da guerra.

Além do porto, existiram outras obras de infraestrutura que foram postas em prática neste período. Havia verbas federais reservadas para a construção de rodovias em 1943 por todo o estado. A Divisão de Engenharia, já em organização, foi o órgão técnico que coordenou os planos de construção rodoviária dos municípios. Queria-se criar uma conexão maior no estado de Alagoas em relação aos locais mais distantes e reforçar a ligação daqueles mais próximos com a capital⁴⁵.

A concepção de trabalho e ordem divulgada pelo governo estadual, que se baseava na política nacional de controle direto do Estado sobre as ações de investimentos e de administração final das mudanças na economia, na política e na área social (CAPELATO, 2003, p.114), era assim disposta no documento publicado pela administração estadual, com o aval do DEIP: “O regime de ordem e trabalho implantado pelo interventor alagoano significava redirecionar a administração pública para o esforço de guerra, tentando dinamizar a vida econômica de Alagoas e estimulando a atividade pública no estado”⁴⁶.

Essa era a ideia que o governo alagoano queria passar não só para os alagoanos como também para o governo federal: de uma Alagoas coadunada com o esforço de guerra geral dos outros estados. Muitos dados, porém, que poderiam provar essa atitude mais detalhadamente não puderam ser revelados. Não havia no estado um corpo técnico que possibilitasse a elaboração de dados para assim demonstrar ao governo federal a capacidade do Interventor Ismar de administrar tão bem como ele declarava em documentos oficiais. Pode-se ser facilmente detectável essa falha quando se analisa um de seus relatórios, que assim se escreve:

Através das dificuldades oriundas da situação internacional, bem evidente se torna não ser possível ao administrador apresentar, neste momento, em panorama de vultosas realizações, desde quando todos os esforços do governo têm de convergir, por imperativo de defesa nacional, para um problema de mais alta relevância: o da segurança do país, ameaçada nesta hora incerta para os destinos da humanidade⁴⁷.

O quadro de obrigações impostas ao interventor na década de 1940 era voltado para uma logística de guerra. Os investimentos aqui depositados pelo governo federal refletiam

⁴⁵ *Ibid.*

⁴⁶ *Ibid.*

⁴⁷ *Ibid.*

uma tentativa de facilitar o transporte de pessoas e materiais pelo estado. Avenidas famosas da capital tiveram suas construções ligadas a esse propósito.

A criação de rodovias, como a Durval de Góes Monteiro e a Fernandes Lima, que se constituem no mais importante corredor de transportes da capital, foram projetadas com o objetivo de deslocar comboios e tropas norte-americanas para as bases aeronavais encontradas nos bairros do Vergel do Lago e do Tabuleiro, em Maceió (PEDROSA, 2001, p.65). Ainda hoje, encontram-se nessas localidades resquícios das rampas de lançamentos para pequenos aviões.

Em uma das entrevistas, feita com um ex-combatente alagoano para este trabalho, houve esclarecimentos sobre a importância do bairro do Vergel do Lago durante a guerra. Morador da localidade, o Sr Aurino Ribeiro da Silva, de 93 anos, relatou que quando chegou de Pilar, interior de Alagoas, para morar no bairro, praticamente nada existia, mas que com o tempo muita coisa foi se construindo. O seu filho, morador também do Vergel, bombeiro, mesmo não tendo vivido aquelas transformações à época, nos possibilitou um complementação do que o Sr Aurino tinha deixado de relatar⁴⁸.

Foi dito por ele que galpões foram feitos no Vergel durante o período da Segunda Guerra com a intenção de depositar armamentos do Exército. Infelizmente esses galpões não existem mais e no seu local houve a construção de residências que pode-se verificar, assim como os resquícios das rampas para o lançamento de pequenos aviões que serviram para patrulhar o litoral de Maceió, contra supostas invasões inimigas⁴⁹.

Foram relatadas também as marcas deixadas pela Segunda Guerra no bairro, que servem de pistas da sua influência naquela localidade. O nome da principal avenida, que corta o Vergel é Monte Castelo em homenagem à tomada do monte na Itália pelos pracinhas brasileiros. O nome de uma rua do bairro, chamada de Rua da FEB, que sofreu uma corruptela por parte do povo e passou a ser denominada e conhecida como Rua da “Febre”, e a confirmação de que nesta localidade existia um monumento em homenagem aos soldados que participaram da guerra, demonstram que no bairro existiram algumas atividades militares. Este monumento, que será estudado juntamente com outros locais representativos da memória de guerra no estado, no capítulo III, foi retirado do local para a construção de uma base policial pelo governo.

⁴⁸ Nota: Apesar do depoimento de Sr Aurino ter sido positivo para esta pesquisa quanto ao seu papel como ex-combatente brasileiro na defesa do litoral brasileiro durante a guerra, a sua fala sobre o bairro não teve a mesma contribuição. Por isso, houve a ajuda de seu filho (ver entrevista).

⁴⁹ Ver foto em anexo.

Mesmo havendo algumas transformações no aspecto urbanístico do estado por influência da guerra, será na agricultura ou na extração de matéria-prima que teremos uma divulgação nos meios de propaganda mais acentuada. A extração do látex, para obter a borracha, a disputa na produção do álcool entre o nordeste e o sudeste e a pressão sofrida pelos banguzeiros para se adequarem aos novos índices de produção serão muito apreciados pelo governo e por parte da elite econômica do estado.

O modelo de chamamento para se produzir a borracha, propagandeado nos periódicos ou divulgado nas rádios seguia um padrão. Slogans como “Extrair borracha para a vitória é colaborar no esforço de guerra”⁵⁰ ou “Brasileiros! Produzir borracha é obra patriótica”⁵¹ eram constantes, principalmente nos anos de 1943 e 1944, quando há uma intensificação da guerra.

A base do conteúdo das propagandas era o aviso aos brasileiros para a necessidade de se extrair a borracha, enviá-la aos Aliados e utilizá-la também na defesa aérea e marítima no Brasil. Para aqueles que queriam se tornar parte da produção, o aviso deixava bem claro sobre a facilidade com que se poderia trabalhar o produto e a rentabilidade do mesmo. Todo o procedimento de venda e compra da matéria-prima estaria disponível nas prefeituras locais.

A necessidade de se aumentar esse produto através da divulgação de estímulo por parte do governo federal a todo o território brasileiro, chegou ao ponto de instituírem junho como o mês da borracha. Existia uma Subcomissão Estadual da Batalha da Produção que visava dar incentivos e orientações na produção do nordeste, chegando a avisar aos interventores dos estados que fizessem um apelo aos produtores, classes conservadoras, trabalhadores e técnicos para dobrarem a produção do produto, sempre alegando o fato do esforço de guerra e da necessidade da sociedade se manifestar através dessas atitudes como verdadeiros patriotas⁵².

Um exemplo da influência da propaganda federal sobre a campanha do “Mês nacional da borracha” no estado de Alagoas aconteceu em São Miguel dos Campos. O Sr. José neto, prefeito da cidade, em entrevista disse o seguinte:

Tendo recebido do Sr. Presidente da República um apelo para que se processasse com o maior incentivo a cultura da borracha, bem como uma circular do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), acompanhada de farto

⁵⁰ Propaganda da extração da borracha, *Jornal de Alagoas*, Maceió, 24/06/43, p.04 (IHGAL).

⁵¹ Propaganda da extração da borracha, *Jornal de Alagoas*, Maceió, 05/06/43, p.04 (IHGAL).

⁵² S/a. ALAGOAS em Pleno Desenvolvimento. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 05/06/43, p.04 (IHGAL).

material de propaganda do “Mês Nacional da Borracha” fez distribuir por todo o município panfletos a respeito do assunto⁵³.

Houve uma enquete no Jornal de Alagoas a respeito dos ganhos que o estado poderia ter com a introdução da extração do látex em grande quantidade. Representantes de setores ligados à produção agrícola de Alagoas foram convidados a participar e dar as suas opiniões.

Pessoas como Rui Palmeira (gerente da Cooperativa dos Banguzeiros e Fornecedores de Cana), Ormindo Monte (presidente do Sindicato dos Banguzeiros e Fornecedores de Cana de Alagoas), o jornalista Carvalho Veras, (diretor da Agência Nacional Sucursal Alagoas), um alto funcionário do DEIP, entre outros que faziam parte do corpo de “ilustres alagoanos”, todos ligados ao governo e aos produtores de cana do estado ora como donos da terra, ora como servidores de órgãos governamentais, deram suas respostas sobre a extração da cana no estado.

Para os três senhores, Alagoas deveria participar da campanha da produção da borracha e essa atitude seria possível se intensificasse o aproveitamento da vegetação alagoana. A principal reserva de látex existente naquela época no estado advinha da mangabeira, planta que havia sido localizada mais nas regiões dos mocambos e carrascos⁵⁴.

De acordo com Ormindo Monte, municípios de Alagoas como Arapiraca, São Miguel dos Campos, Marechal Deodoro e toda a região que se estende do município de Coruripe ao de Penedo, onde são extensas as produções de mangabeira, poderiam intensificar a extração do látex e possibilitar ao estado dar uma contribuição muito maior para o país⁵⁵.

No caso de Carvalho Veras, além do compromisso assumido com as Nações Unidas ou com o bloco dos Aliados, e a própria defesa nacional, a campanha da borracha se revestia de possibilidades para Alagoas e outros estados nordestinos, que deixariam de ser tão dependentes de um ou dois produtos apenas⁵⁶.

Verás ainda sustenta a ideia de que por ser a Segunda Guerra Mundial um conflito de destruição de proporções incalculáveis, caso houvesse uma vitória dos aliados nas regiões do pacífico, os seus moradores escolheriam destruir as suas reservas de borracha, queimando estoques e plantas, a deixar que os aliados, principalmente os Estados Unidos, tomem para si o produto. Seria, segundo Veras, a chance do estado de Alagoas desenvolver de vez as bases

⁵³ S/a. NECESSIDADE de um Movimento para Orientar as Populações Rurais. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 16/06/43, p.03 (IHGAL).

⁵⁴ S/a, É NECESSÁRIO dirigir e intensificar o aproveitamento da mangabeira. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 11/06/43, p.03 (IHGAL).

⁵⁵ S/a, NECESSIDADE de um Movimento para Orientar as Populações Rurais. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 10/06/43, p.03 (IHGAL).

⁵⁶ S/a, A FOME da borracha Perdurará Mesmo com o Advento da Paz. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 17/06/43, p.04 (IHGAL).

de seu crescimento econômico, pois os norte-americanos comprariam todo o estoque alagoano de borracha⁵⁷.

Para ele, as mudanças ocorridas na estrutura da economia borracheira ampliaria as opções comerciais e quebraria o círculo vicioso da cana e do algodão, podendo diminuir o medo dos produtores alagoanos da concorrência com os produtores desses gêneros da região sudeste do país, principalmente São Paulo⁵⁸.

Esse medo dos produtores alagoanos advinha do fato de ter sido proposto por estados da região sudeste, como São Paulo, a possibilidade do Governo Federal autorizar a produção da cana em larga escala na região. Concorrendo, dessa forma, com a região nordeste, formada por antigos produtores canavieiros.

Essa disputa foi intensificada com o advento do decreto federal que impossibilitava os produtores de álcool e outros derivados da cana-de-açúcar vender seu produto para outros estados da federação. Esse decreto tinha como objetivo declarado pelo governo federal fortalecer as regiões menos produtoras de cana, incentivando-as ao plantio, para que assim houvesse um excedente de derivados dessa agricultura, impossível de ser constituído apenas com a produção advinda do nordeste. Os estados nordestinos não se sentiram confortáveis com essa medida.

Uma comissão formada por representantes da lavoura canavieira da região vai se dirigir à capital federal para discutir o futuro da economia do nordeste, que de certa forma, era quase toda baseada na produção de cana. Dentre as propostas firmadas, estabeleceu-se o aumento do preço do açúcar, de modo que a lavoura canavieira não continuasse deficitária, e em contrapartida continuaria confirmada a elevação da produção da região sudeste⁵⁹.

A proposta dos usineiros paulistas, de elevarem as quotas de produção de açúcar do seu estado, seria para os usineiros alagoanos uma atitude negativa tanto para eles como para a indústria açucareira nordestina em geral. Alega Mário Gomes de Barros, presidente da Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas, que os usineiros paulistas estariam agindo com muita violência para com os usineiros alagoanos. Para ele:

antes eram manifestações esparsas de usineiros gananciosos de maiores lucros que procuravam sabotar a grande obra do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Agora,

⁵⁷ *Ibid.*

⁵⁸ *Ibid.*

⁵⁹ S/a, O PERIGO é Grande de Mais para que Cruzemos os Braços: São Paulo quer tudo. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 13/05/44, p.04 (IHGAL).

não. É a ofensiva organizada, bem planejada, e veja lá, com a participação do próprio governador estadual.⁶⁰

Rui Palmeira declarou que a montagem de engenhos no Sudeste tinha como um dos objetivos maiores acabar como os banguês do nordeste. “Contrários a toda política de limitação, eles vão mais longe. Querem engenhos, querem usinas. Querem as fábricas e querem o caos”. É assim que haveria a possibilidade de fazer desmoronar a indústria açucareira no nordeste, para Rui.

Os produtores no Nordeste defendiam a posição de que o único órgão que poderia limitar os objetivos dos investidores do sul seria o Instituto do Açúcar e Alcool (IAA). Para eles, o IAA seria o controlador de ambições, controlando a produção para que possa existir o equilíbrio e a estabilidade industrial, garantidores, no seu modo de ver, da tranquilidade do produtor e do consumidor⁶¹.

Eles achavam que existia a tentativa do sudeste de acabar com qualquer limitação dirigida ou policiada pelo Estado, podendo este ter no máximo o poder de apenas direcionar a economia brasileira. Dentro dessa visão, a indústria canavieira do Nordeste só poderia ser salva se o IAA não fosse destruído pelos produtores do Sul. Para Rui Palmeira, “a continuação da política açucareira do Presidente Vargas desde 1931 não acabará. O seu sentido é o equilíbrio, a estabilidade de preços e a facilidade de crédito”⁶².

O mercado do Sudeste, em especial São Paulo, era muito importante para os banguzeiros porque a venda do açúcar mascavo, da rapadura e de outros elementos oriundos da cana que era feita com os mercados europeus acabou por conta da guerra. A suspensão das restrições à produção de açúcar naquela região, que a portaria do Coordenador da Mobilização Econômica queria justificar como uma medida importante pela guerra, abriria a porta à montagem de inúmeros engenhos, os quais em pouco tempo começariam a funcionar em condições de suprir aqueles mercados onde não mais teria o ingresso do produto alagoano. De acordo com os banguzeiros entrevistados isso poderia resultar na paralisação dos banguês do Nordeste⁶³.

Com base nesse entendimento, a decisão tomada pelo coordenador, suspendendo todas as medidas restritivas à produção de rapadura e açúcar enquanto durarem os efeitos da

⁶⁰ *Ibid.*

⁶¹ PALMEIRA, Rui. Essa gente não desgraçará o Nordeste. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 19/06/43, p.04 (IHGAL).

⁶² *Ibid.*

⁶³ GUSMÃO, Messias. Contra a Economia de uma Região. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 31/05/43, p.04(IHGAL).

guerra, contraditoriamente não se inspirou nas necessidades surgidas com a guerra, mas com os desejos dos produtores do sudeste:

Desde quando se tornou urgente limitar a nossa produção, como meio único de salvar a indústria, ameaçada de ruína com a queda dos preços, que se tenta contrariar a finalidade desta medida. O açúcar começou a obter bons preços graças à sua limitação de produção de acordo com consumo. E isso deve ter servido de estímulo aos produtores sulistas. Era inconcebível que uma cultura secular, organizada de aparelhagem complexa, formadora da base econômica de uma região tivesse que ser transferida imediatamente para outras regiões do país, só tendo que indenizar seus antigos exploradores, no caso os banguzeiros e usineiros alagoanos.⁶⁴

Dizer que a realidade da guerra impõe algumas medidas não é de todo verdade. Mesmo que a guerra acabasse, enquanto durassem seus efeitos tais medidas seriam tidas como intocadas, pois a pressão dos produtores sulistas, como os de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, era muito forte⁶⁵.

Os produtores alagoanos achavam que a medida era incabível, gerando muitos prejuízos à economia do estado e à sua população dependente desse tipo de plantio. Assim, afirma um usineiro alagoano para o jornal:

Há meses a produção alcooleira de Alagoas está sob a proibição de se evadir para as outras unidades da federação. O estado alagoano, que abastecia muitos mercados dentro do país, onde a fabricação de álcool não é suficiente para atender ao seu consumo, viu-se privado desse comércio para atender a necessidades de estocamento. Não se cogitou ao menos que os depósitos existentes no estado seriam demasiado pequenos para armazenar a produção de álcool. Por conta disso, destilarias ameaçam parar⁶⁶.

A análise de parte da elite econômica do estado e a base de seu discurso residiam pura e simplesmente na preocupação com a diminuição dos seus lucros naqueles anos de guerra. Chegavam a alegar que, se fosse aceito o aumento dos salários dos trabalhadores que sustentavam a estrutura da produção sucroalcooleira, por conta do aumento da sua exploração, teriam que inevitavelmente aumentar o preço da cana⁶⁷.

Caso isso não fosse concedido pelo IAA, o aumento dos salários dos trabalhadores não poderia acontecer por conta de não se ter alcançado uma compensação, em contrapartida, equiparável com os esforços do Estado por parte dos trabalhadores rurais, que detinham um baixo nível de escolaridade e não conseguiriam absorver todos os ganhos ofertados pelo governo⁶⁸.

⁶⁴ *Ibid.*

⁶⁵ *Ibid.*

⁶⁶ S/a. PÂNICO entre os Alcooleiros. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 10/01/43, p.02 (IHGAL).

⁶⁷ S/a.O PREÇO da Cana-De-Açúcar. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 13/04/44, p.04 (IHGAL).

⁶⁸ *Ibid.*

Chegaram a afirmar que, com advento do salário mínimo, houve uma estagnação da vida do trabalhador. Pois, de acordo com os produtores alagoanos, para o trabalhador o fato de trabalharem dois dias e já ter o básico para comer, acabava lhes dando uma sensação de dever cumprido deixando de trabalhar os outros quatro dias. Esse era o pensamento do governo e da classe produtora em relação ao trabalhador, extremamente explorado e pouco valorizado pelos donos das terras e dirigentes do estado⁶⁹.

Nota-se pelo conteúdo das entrevistas realizadas para enquete uma valorização a respeito da produção da borracha no estado. Observa-se, também, que a ideia principal dos argumentos era estabelecer mais um núcleo de produção baseada na extensão de terra e na concentração de lucros, visto que o maior comprador do produto seria o próprio estado, tornando-se o principal mediador da relação entre o produtor e os países compradores ou até mesmo com o próprio Governo brasileiro.

A enquete foi produzida com o intuito de expor apenas a opinião de um segmento da sociedade. Os trabalhadores, os indivíduos da classe menos favorecida no estado e que estavam diretamente envolvidos não foram ouvidos. A opinião da elite econômica conservadora de Alagoas, como sendo a única voz a ser ouvida, era vista como a representação da maioria da sociedade, fazendo-se presente nessas pesquisas de opinião propostas pelos jornais. Na rádio, em várias frequências, no horário de divulgação da propaganda da borracha, praticamente se reproduzia o mesmo discurso.

Sabemos que a maioria da população alagoana à época tinha baixa escolaridade. Essa evidência se configura quando ouvimos os ex-combatentes alagoanos falarem que a sua base de estudo, ou a sua formação escolar, é muito singela, mal tendo concluído o primário e que o estudo na época da sua juventude era para poucos. Negado o seu direito de ter acesso a uma educação básica, fortalecia a construção do discurso de que não havia possibilidades de uma classe tão presa ainda ao passado, sem nenhuma concepção de organização de trabalho, pudesse opinar sobre aspectos da economia alagoana.

Reforça-se esse argumento da falta de mobilização dos trabalhadores no estado por conta da sua baixa escolaridade, ou de seu interesse por assuntos tão complexos, quando se esquece de mencionar que durante a guerra foi-se instituído novas mudanças na relação capital e trabalho. Vários direitos conquistados pelos trabalhadores anteriormente, como a limitação da jornada de trabalho e o pagamento de adicional por horas extras, foram suspensos em nome da “Batalha da Produção” (FERRAZ, 2005, p.25).

⁶⁹ *Ibid.*

As faltas ao trabalho poderiam ser consideradas deserções, as greves eram vistas como motins e seus responsáveis julgados e punidos em tribunais militares (FERRAZ, 2005, p.26). A militarização do trabalho e, conseqüentemente, a vigília do Estado para com os trabalhadores, dificultava o acesso às discussões econômicas, principalmente num estado onde as forças dominantes eram tão agressivas aos movimentos trabalhistas como era o caso de Alagoas.

A base da sociedade de Alagoas na década de 1940 era formada por pessoas que trabalhavam na agricultura. No entanto, poder afirmar que não existiram comentários a respeito das influências da guerra no estado por essas mesmas pessoas seria uma conclusão apressada. Alguns ex-combatentes alagoanos entrevistados para esta dissertação conseguiram dar algumas pistas sobre este período.

É preciso, contudo, deixar claro que as suas conclusões a respeito da década de 1940, sobre a economia ou a política e até mesmo a respeito da sociedade de uma forma geral, transmitidas e registradas só agora, passaram ao longo do tempo por mudanças. É da própria memória esses encontros e desencontros com o passado. Comparar ou analisar o que disseram com o que foi posto ou divulgado à época é uma forma de alargar o entendimento de alguns temas como, por exemplo, questões ligadas à economia de Alagoas ou a sua política dentro de um leque maior de afirmações advindas de outros segmentos sociais, que não fossem apenas da elite política econômica alagoana.

Infelizmente, não foi possível para este trabalho expor a opinião dos trabalhadores da época dado o fato dos pracinhas alagoanos entrevistados para esta dissertação serem provenientes de atividades profissionais diferentes das exercidas na agricultura. Eram comerciantes, funcionários de fábricas, servidores, entre outras profissões. Pode ter havido sim ex-combatentes ligados à agricultura alagoana, mais especificadamente na extração da borracha, no entanto, não foi possível localizá-los.

Talvez em estudos futuros esses homens, ex-combatentes ou não, possam ser encontrados e consigam falar sobre suas experiências com as atividades de produção que aqui foram relatadas. Não se podendo, por conta disso, deixar de registrar, como foi feito, as opiniões expostas nos jornais, mesmo que sejam de um segmento da sociedade, composta apenas de parte da elite política e econômica do estado.

Além da repercussão nos jornais locais a respeito da produção da borracha no estado, por conta dos acordos firmados na III Conferência de Chanceleres, teremos também uma preocupação notável dos mesmos periódicos em relação ao carnaval, uma das maiores

festividades brasileiras que tem um grande apreço popular e é marcadamente identificada com a cultura nacional.

Este acontecimento durante os três últimos anos de guerra, de 1943 a 1945, terá sua cota de discussão nos meios de divulgação. Os jornais publicados no estado vão trazer argumentos escritos por pessoas que advogavam a possibilidade ou não de se manter essa manifestação popular naqueles dias de conflito.

Desde janeiro de 1942, já havia manifestações formais contrárias à realização do carnaval. A III Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos já servia de argumento para aqueles não desejosos da realização da festividade. Diziam que era incompatível com a magnitude do evento, que reunia líderes máximos do mundo para discutirem sobre a guerra, uma multidão motivada tão fortemente pela felicidade (PEDREIRA, 2004, p.149).

Essa polêmica, que tomou conta de quase todos os estados da federação, indicava uma preocupação por parte da população em geral e de seus “notórios representantes” a respeito da significação de uma festa pagã que era impensável de ser negada aos festivos foliões distribuídos por todo o Brasil (PEDREIRA, 2004, p.147).

Enquetes sobre esse assunto também foram realizadas em Alagoas, só que agora as opiniões expostas eram mais diversificadas. Parte da sociedade, ligada de alguma forma à administração pública, via com maus olhos a realização de uma festividade em momentos tão tristes que assolavam o mundo.

Outro segmento social, formado por indivíduos menos favorecidos economicamente, defendiam as manifestações carnavalescas como algo que deveria acontecer independentemente do quadro de horrores que se tinha no momento, pois seria uma atitude, acima de tudo, advinda de um povo destemido frente ao mal que se manifestava na Europa.

As opiniões de autoridades locais sobre a propositura ou não do carnaval, como do professor Antônio Santos, Ulysses Braga Júnior (Diretor da Divisão do DSP), o jornalista Jota Maia (Diretor Geral do DSP), Rui Palmeira, Ary Pitombo (Secretário do Interior, Educação e Saúde do estado), divergiam das posições de homens como o Major Bonifácio Silveira, personalidade popular e famoso folião de Alagoas, e do Sr Manoel Cícero do Nascimento, Secretário do bloco carnavalesco “Cavaleiro dos Montes”.

Nas entrevistas concedidas ao Jornal de Alagoas o grupo de “ilustres” senhores alagoanos, representantes das classes mais abastardas, relatava que o fato de grande parte do mundo está em guerra e o Brasil tê-la declarado aos países do Eixo, fazer festas carnavalescas seria impossível. Para este segmento, uma conduta minimamente solidária com os mortos no

conflito na Europa e no litoral brasileiro era incompatível com momentos de alegria pelas ruas do país.

Chegaram a declarar que seria evidente que não se podia conciliar o espírito da guerra e do carnaval. Um povo não podia, ao mesmo tempo, preparar-se para o ato mais grave da sua existência coletiva, que era a luta externa, e se encantar com os folguedos escandalosos do Zé-Pereira. O sentido de “um filho teu não foge à luta” era totalmente incompatível, para a classe conservadora, com o desejo de expressar a sua alegria através de “mamãe eu quero”⁷⁰.

Alguns mais flexíveis em relação à não proibição do carnaval no estado durante a Segunda Guerra aprovavam-no, mas com ressalvas. Era preciso que o povo se divertisse de uma forma pacífica e ordeira como algo que lhe possibilitasse alegria, descontração e um benefício de natureza física. Advogavam as suas críticas na defesa do carnaval com a alegação de que seria o povo mais humilde, os braços e pernas da produção brasileira, o maior prejudicado caso não houvesse as festividades carnavalescas. Um povo tão sofrido não mereceria ser proibido de brincar mesmo naqueles momentos tão sombrios⁷¹.

Havia uma clara tendência desses apoiadores mais receptíveis à propositura do carnaval em época de guerra, de limitar a liberdade dos foliões pela ação do Estado. Era uma noção de carnaval organizado ou vigiado pela repressão governamental. Queriam que a segurança nacional estivesse acima das manifestações populares. Assim, não poderia haver carnaval sem a autorização e vigilância de entidades governamentais, mesmo em localidades onde se realizassem tais eventos de forma bastante discreta⁷².

Entre as opiniões divergentes das que foram expostas até o momento, duas se destacaram. Representantes do segmento mais pobre da sociedade e defensores da manutenção do carnaval, como o Major Bonifácio Silveira e o Sr Manoel Cícero do Nascimento, vão declarar seu total apoio a essa manifestação popular.

Diziam eles que deveria haver carnaval para a massa, pois era com a plebe que a pátria contava nos momentos de luta. Proibir o carnaval de rua, para eles, era ferir o coração dos alagoanos. Limitar as festividades carnavalescas aos bailes em clubes não resolveria o

⁷⁰ ATHAYDE, Austregésilo de. Os Combatentes Tomaram como Escárnio..., *Jornal de Alagoas*, 19/01/1943, p.04 (IHGAL).

⁷¹ PALMEIRA, Rui. A proibição apenas do carnaval de rua seria uma injustiça ao Povo. *Jornal de Alagoas*, 20/01/43, p.04 (IHGAL).

⁷² PITOMBO, Ary. A proibição apenas do carnaval de rua seria uma injustiça ao Povo. *Jornal de Alagoas*, 20/01/43, p.04 (IHGAL).

problema da grande maioria dos foliões. Visto que as festas realizadas em tais locais seriam feitas somente para os mais ricos, e a pobreza também precisava se divertir⁷³.

Completando os seus argumentos, declararam que o carnaval deveria ser realizado com todas as suas características e “com o mesmo esplendor de outrora. Não nos devemos amofinar com a guerra. Pelo contrário, devemos procurar nos divertir para mostrar aos bárbaros nazistas que suas ameaças não nos trazem medo”⁷⁴.

Como se vê, as festividades também sofreram influências marcantes por conta da guerra. A discussão se poderia ou não ter carnaval nos anos de conflito mundial, principalmente em 1944 e 1945, foi pano de fundo para um debate mais profundo. Alguns seguimentos da sociedade, a ala mais conservadora, liderada pela igreja católica, diminuía o desejo popular pela festividade, alegando destratarem o momento tão traumático que todos estavam passando⁷⁵. Como se a população mais carente não entendesse a realidade do momento e quisesse comemorar algo incompatível com o sofrimento de tantos brasileiros e de tantas outras pessoas prejudicadas pela guerra.

A igreja católica chegou a declarar que o fato de quase não ter havido carnaval carioca demonstrava a seriedade e a compreensão do povo do Rio de Janeiro, em sua grande maioria, pelos sofrimentos dos milhares de indivíduos mortos durante a guerra. Essa atitude deveria ser seguida por todos os brasileiros, inclusive os alagoanos. Foram publicadas várias atividades católicas que iam de encontro às festividades de rua, como por exemplo, os retiros espirituais na época do carnaval que sempre convocavam as pessoas ditas conscientes do momento difícil em que o mundo estava passando⁷⁶.

Enquanto isso, outro segmento, mais intimamente ligado às festividades carnavalescas, não se esquecia de que a comemoração do carnaval era mais do que a celebração de uma simples festa anual. Era uma manifestação de resistência à política de divulgação e de controle governamental para com o povo. Sentiam-se participativos, solidários ao sofrimento dos outros, embora não negassem o culto a uma festividade de cunho popular.

Poderia até haver um sentimento de aceitação por parte do segmento mais conservador e elitista da sociedade alagoana quanto à celebração do carnaval naquela época. Mas, o luto desejado era como se fosse algo imposto por uma ordem legal muito mais do que

⁷³ SILVEIRA, J. Bonifácio. e NASCIMENTO, M. C. Carnaval em Alagoas. *Jornal de Alagoas*, 23/01/43, p.04 (IHGAL).

⁷⁴ *Ibid.*

⁷⁵ S/a. Meio Carnaval. *O Semeador*, 12/03/43, p.01 (IHGAL).

⁷⁶ S/a. Retiro de Carnaval. *O Semeador*, 06/03/43. p.01 (IHGAL).

algo sentimental. Os bailes, as festas em clubes e em igrejas não eram tão criticadas como as comemorações carnavalescas. A própria celebração do Natal não fora questionada.

Parecia que a proibição do carnaval não se dava apenas por conta da súbita alegria em tempos de guerra. O controle estatal desejava se estender por todas as manifestações de cunho popular. Qualquer ato coletivo que fosse visto pelo estado como algo desorganizado ou sem a sua influência direta na estrutura do acontecimento, festivo ou não, era tido como algo perigoso que despertava cuidados.

Os festejos de Momo foram autorizados com ressalvas. Houve uma pesquisa encomendada pela administração local em que a maioria da população alagoana, contrariando a parte que não queria o carnaval, desejava brincar nas ruas e gostaria que as festividades não fossem abortadas. A autorização foi dada, mas com algumas proibições como a não utilização de mascaras, ou de alguma fantasia que não desse para identificar quem era o folião⁷⁷.

A aprovação do carnaval nas ruas não só de Alagoas, mas de todo o país, não poderia ser uma ofensa aos jovens que estavam combatendo na Europa, ou em outra parte do mundo, pelo fato de até mesmo os pracinhas, lá na Itália, não terem aberto mão, em alguns poucos momentos de descontração, de se lembrarem da comemoração do carnaval e do Natal, mesmo que timidamente (SILVEIRA, 1987, p.123).

Uma interessante defesa que poderá resumir a opinião dos favoráveis ao carnaval está exposta em um jornal carioca que assim transcreveu: Por que será que os americanos organizam shows para os soldados até na linha de frente? O soldado que no dia seguinte marchara para o ataque, bebe, canta e dança na véspera. Como admitir então que o povo, longe do *front*, não possa divertir-se livremente?⁷⁸

As pressões sofridas pelos combatentes aliados, imaginadas por aqueles que estavam no território brasileiro, eram muitas vezes desconectadas com as dificuldades passadas pelos soldados no *front*. Mesmo que se tivesse um correio eficiente ou uma imprensa que divulgasse constantes notícias da guerra, a vida dos soldados no campo de batalha na Itália, contudo, nunca era transmitida de forma totalmente verídica.

As condições físicas e psicológicas dos soldados brasileiros, as causas da ida da FEB para a Europa, a guerra no *front* e o final da guerra para o Brasil foram, nas últimas décadas, objeto de vários trabalhos de pesquisa que tentaram descrever essas e outras questões. Os depoimentos dos ex-combatentes mais pobres só vieram a público, no entanto, depois de muitos anos.

⁷⁷ S/a. O Carnaval será na Avenida Moreira Lima. *A Notícia*, Maceió, 01/02/45, p.01 (IHGAL).

⁷⁸ Fonte: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 04/02/1945 (PEDREIRA: 2004, p.170).

Colher os depoimento desses homens e mulheres que participaram da Segunda Guerra passou a ser uma atividade extremamente difícil, principalmente por conta do lapso temporal que separa as suas atividades como jovens convocados, ocorrida em 1944-45, da sua vida atual, como velhos pracinhas. Mesmo assim, durante a pesquisa para esta dissertação houve a possibilidade de registrar algumas falas desses ex-combatentes, naturais do estado de Alagoas, que muito contribuíram para a consecução deste trabalho e que estarão presentes nos próximos capítulos.

2. SOLDADOS ALAGOANOS NO BRASIL E NA ITÁLIA

*Você sabe de onde eu venho?
Venho do morro, do engenho,
Das selvas, dos cafezais,
Da boa terra do coco,
Da choupana onde um é pouco,
Dois é bom, três é demais,
Venho das praias sedosas,
Das montanhas alterosas,
Das pampas, do seringal,
Das margens crespas dos rios,
Dos verdes mares bravios
Da minha terra natal.
(Canção do Expedicionário)⁷⁹*

Quando se observa a Canção do Expedicionário, nos deparamos com os vários locais dos quais os soldados brasileiros vieram. Pessoas do morro, das selvas brasileiras, dos cafezais, da boa terra da Bahia, das casas pequenas e humildes, das praias, das montanhas, pampas, da parte ribeirinha e costeira do país, dos seringais e dos engenhos brasileiros. A FEB foi formada por jovens advindos dos vários cantos do país. A sua base era composta, em sua grande maioria, por pessoas de baixa renda, com pouca escolaridade e que pouco sabiam do quadro de guerra que se configurava naquele ano de 1944.

A história desses homens foi contada de início pelo alto comando do Exército, principalmente pelo General e comandante supremo das Forças Armadas Brasileiras na Itália, Mascarenhas de Moraes⁸⁰. Com o intuito de construir uma ideia de desempenho impecável para a FEB, o General Mascarenhas de Moraes não poupou adjetivos que ilustrassem de forma bastante vitoriosa todos os percursos da campanha brasileira, desde a formação da FEB, passando pela sua composição e treinamento, até a sua atuação no teatro de operações na Itália.

Com o tempo alguns estudos foram sendo elaborados sobre o papel da FEB. As referências firmadas pelos militares, aos poucos acabaram sendo discutidas e confrontadas com trabalhos que não identificavam a atuação da FEB como algo incontestável tanto do ponto de vista militar, pois existiam grandes falhas na sua composição e na preparação dos

⁷⁹ Disponível em: www.miniweb.com.br/cidadania/hinos/hino_expedicionario.html. (Acesso em: 22/02/2014). A Canção do Expedicionário, de autoria do maestro Spartaco Rossi e do poeta Guilherme Almeida, junto com outras marchas que traziam em suas letras alguma ligação com os pracinhas brasileiros e a presença do Brasil na Itália, era tocada em várias rádios pelo país. Um dos principais objetivos dessas canções era incentivar o sentimento nacionalista do povo (SANDER, 2011, p.282).

⁸⁰ MORAES, J. B. Mascarenhas. *A FEB Pelo Seu Comandante*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005.

soldados brasileiros, nem do ponto de vista político, já que a FEB também serviu de moeda de troca para os interesses do governo Vargas junto às nações Aliadas.

A falta de identificação dos mais de 25 mil homens e mulheres que compuseram o quadro geral de convocados para a Itália em 1944, foi visto por muitos estudiosos como algo incompleto para se extrair respostas das dúvidas a respeito daqueles tempos difíceis, em que filhos e filhas tiveram que se retirar, temporária ou permanentemente, do laço de suas famílias para defenderem uma posição tomada inicialmente pelo governo, através dos acordos internacionais como já foi exposto nesta dissertação, e que só depois com o afundamento de navios mercantes brasileiros teve o apoio da maioria da população.

As únicas menções nos livros militares de brasileiros que participaram da guerra, logo após o fim do conflito, são de diários feitos pelos oficiais de alta patente, aparecendo de forma bem generalizada sobre a composição da FEB em tabelas, que descrevem o local de origem e a quantidade de pessoas convocadas daquele determinado lugar⁸¹. Os depoimentos e o entendimento dos convocados sobre a guerra, contudo só viriam a ser produzidos e publicados muito tempo depois.

Coube, assim, aos curiosos no assunto, estudiosos e pesquisadores em sua grande maioria, “perseguir” os ex-combatentes espalhados por todo o país para poderem ouvir e registrar as suas contribuições, os seus medos e as suas críticas a respeito de como a guerra foi vista por eles, únicos verdadeiramente a lutar na campanha da Itália e a representar o país tanto em solo estrangeiro, quanto na defesa do seu litoral.

Relatar as entrevistas feitas com alguns pracinhas alagoanos, extrair deles alguns dados referentes ao tema proposto, concatenando-os com outros dados advindos de bibliografias encontradas e dar uma maior abrangência aos estudos sobre os convocados naturais dos estados brasileiros que compuseram o quadro geral da FEB, será um ponto importante que deverá ser registrado mais detalhadamente neste e no capítulo seguinte deste trabalho.

Muitos alagoanos que participaram de forma ativa e puderam ter seus depoimentos colhidos farão parte desta pesquisa. Alagoanas que ocuparam o posto de enfermeiras, soldados enviados para a Itália e convocados para defenderem o litoral, integrantes da FAB, ribeirinhos e até de Capelão do Exército serão demonstrados juntamente com relatos de outros indivíduos que também serviram e deram os seus depoimentos para análises futuras.

⁸¹MORAES, J. B. Mascarenhas. *A FEB Pelo Seu Comandante*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005, p. 313.

Infelizmente não se teve condições de entrevistar todos os ex-combatentes alagoanos que ainda estão vivos. Há uma dificuldade incomensurável para encontrá-los. Sendo que até mesmo alguns dos entrevistados acabaram morrendo logo depois da entrevista ser feita. Mas, mesmo assim, houve o acréscimo de outros depoimentos de alagoanos que foram ouvidos por outras pessoas e que deixaram as suas contribuições registradas em jornais, livros e textos esparsos, além de diários e outros registros pessoais que poderão ser vistos neste momento.

2.1. O Soldado Brasileiro e a Modernização das Forças Armadas

Antes de se analisar as entrevistas feitas para este trabalho com alguns alagoanos convocados durante o período da Segunda Guerra Mundial, serão observadas estudos referentes à preparação e o envio das tropas brasileiras para a Itália. Para tanto, será desenvolvido um estudo não só das questões militares ou de fortalecimento do seu aparelhamento bélico e humano, tidas como bastante positivas e tão reproduzidas unilateralmente pelos oficiais, como também o aspecto político que envolveu a criação da FEB e o recrutamento de cidadãos-soldados por todo o país.

Este tópico possibilitará um maior entendimento do quadro vivido pelos ex-combatentes no campo de batalha e poderá auxiliar na compreensão de questões importantes sobre as causas da criação da FEB, projeto que partiu do Governo brasileiro, e o seu papel junto às Forças Aliadas no território italiano.

As Forças Armadas brasileiras passaram, ao longo de sua criação, por mudanças bastante significativas na sua estrutura de preparação e de combate efetivo. A nova filosofia militar, que até o início do século XX era ditada pela concepção francesa, teve o seu pensamento lapidado nos moldes da escola militar norte-americana durante a Segunda Guerra Mundial (McCANN, 1982, p.84).

Essa modificação foi diretamente influenciada pelo apoio do Brasil ao bloco dos países Aliados, em especial, aos Estados Unidos. Sendo os acordos de cooperação militar ou de defesa mútua, estabelecidos entre os governos brasileiro e norte-americano, no decorrer das décadas de 1930 e de 1940, os grandes modificadores da estrutura do Exército brasileiro desde aquela época. A ida de alguns oficiais, com o objetivo de estagiar nos Estados Unidos, e a vinda de missões e consultores ao Brasil fortalecerá a sua opção pela doutrina norte-americana (SVARTMAN, 2009). A FEB vai ser moldada dentro dessa concepção militar.

A guerra foi um forte catalisador no processo de americanização do Exército brasileiro, pois acelerou uma tendência que vinha desde o início da década de 1930,

limitando, de certa forma, as posições dos dirigentes germanófilos que compunham o quadro de militares brasileiros. Tem-se como exemplo o próprio Góes Monteiro, então ministro da Guerra, e Eurico Gaspar Dutra, seu sucessor e futuro Presidente do Brasil em 1945, que declaravam a sua simpatia à política de aproximação com a Alemanha Nazista⁸².

No entanto, outros ligados diretamente ao governo brasileiro, como Osvaldo Aranha, então Ministro do Exterior, também não escondiam a sua inclinação para com os Estados Unidos. Chegou a descrever a aliança com os norte-americanos como uma verdadeira “aliança de destinos”. O Ministro acreditava que relações estreitas entre o Brasil e os Estados Unidos deveriam ser a base da política externa brasileira, até tal ponto que acabou facilitando, para os norte-americanos, o seu poder de barganha, dificultando, assim, os laços entre Brasil e Alemanha (McCANN, 1982, p.134).

Mesmo não defendendo uma aliança com os Estados Unidos, alguns setores militares, também sonhavam com o Brasil visto como uma potência. Para tanto, entendiam que isso só poderia acontecer caso o país se industrializasse, capacitando-o a produzir não só materiais indispensáveis à indústria de base, como a siderúrgica, mas, também, o aumento da produção de armamentos. Pontos relevantes, na visão de alguns militares, para a independência nacional e para o fortalecimento do país, chegando a ser entendido como um interesse nacional (CORSI, 2000, p.56).

Como já foi relatado neste trabalho, a liderança de parte do setor industrial nacional, desde 1930, já procurava formular um projeto de desenvolvimento para o país, onde pontos como a superação da miséria, a integração do país e a sua independência estariam vinculados à industrialização, sem, contudo, abandonar a agricultura (CORSI, 2000, p.56).

Sempre é bom lembrar que algumas concessões dos Estados Unidos ao Brasil foram feitas durante o período da guerra, como, por exemplo, o envio de armamento e até mesmo de dinheiro para a reestruturação da infraestrutura do país, sendo que, em contrapartida, o Brasil além das matérias-primas, concedeu aos Estados Unidos bases aéreas e navais no seu território, acesso ao litoral nordestino, assistência diplomática brasileira na formação de um sólido bloco pan-americano, dentre outras.

A política exterior norte-americana, em pouco tempo, passou a ser controlada por considerações de ordem militar. Os Estados Unidos haviam proposto ao Brasil defender o seu litoral contra supostas invasões, principalmente da Alemanha. Essa atitude que se baseava na

⁸²Góes Monteiro, Chefe do Estado-Maior do Exército, chegou a declarar que a Alemanha estaria vitoriosa por volta de setembro de 1940. (McCANN, F.D. *A Nação Armada: Ensaio sobre a história do exército Brasileiro*. Guararapes: Rio de Janeiro, 1982, p. 140)

concepção de que as nações têm interesses independentemente das suas relações de amizade, contrariava a confiança do ministro Aranha, que acreditava numa sólida amizade diplomática entre o governo brasileiro e o governo dos Estados Unidos, sem precisar se levar em conta os interesses econômicos, políticos ou de cunho estratégico- militar (McCANN, 1982, p.141).

Para os militares norte-americanos, os brasileiros não estavam preparados para defender o nordeste do país ou até mesmo de participar de operações no exterior. Essa conclusão vai se dar, em parte, pelas próprias condições que se encontravam as Forças Armadas brasileiras. O próprio Roosevelt, em 1940, vai ordenar que o Exército dos Estados Unidos enviasse cem mil homens para o nordeste brasileiro (McCANN, 1982, p.141).

Basicamente o envio de soldados para aquela região e a atenção dobrada pelos Estados Unidos com relação ao Brasil, ocorreram graças ao papel estratégico que o país ocupava nos planos dos norte-americanos, como uma potência regional que deveria ser controlada, e o medo do governo norte-americano da instauração definitiva de uma ditadura de cunho nacionalista e aparentemente próxima, pelo menos ideologicamente, do fascismo (CORSI, 2000, p. 92).

Acreditava o governo brasileiro que a atitude dos EUA em tentar proteger o Nordeste contra uma invasão nazista era mentira, dado o fato dos norte-americanos acharem o Brasil qualificado para uma ocupação conjunta nas Guianas, contra os alemães, e ao mesmo tempo, não o era para uma defesa interna do seu território (McCANN, 1982, p.142).

O Brasil, naquele momento, mais uma vez, expressava seu temor em relação à Argentina mais do que em relação à própria Alemanha. A histórica rivalidade com a Argentina, que estava implementando uma ampla política de fortalecimento de suas forças armadas para tentar ampliar sua influência sobre os países vizinhos, era a maior preocupação do Brasil naquele momento (HILTON, *apud* CORSI, 2000, p.54). Por isso que havia certa urgência, por parte do governo brasileiro, para com o atraso econômico, a falta de uma estabilidade política e o despreparo das forças armadas do país.

As desconfianças a respeito do Exército brasileiro também eram proporcionadas pelas mudanças do quadro de oficiais norte-americanos responsáveis pela verificação e avaliação do contingente militar do país. O Brasil mudou pouco seu quadro militar: Dutra, Góes Monteiro, Mascarenhas de Moraes, Oswaldo Cordeiro de Farias, entre outros, exerceram papel fundamental nas negociações com os Estados Unidos. Enquanto, do outro lado, as regras eram modificadas pelos novos quadros que iam entrando (McCANN, 1982, 142).

Brasil e Estados Unidos passaram a se acusar mutuamente. Para o Governo brasileiro, o interesse norte-americano no país havia diminuído e isso se devia graças às grandes vantagens extraídas por parte do seu vizinho do norte, através dos acordos firmados entre os dois países. Já os Estados Unidos, por sua vez, alegavam que os brasileiros não acatavam inteiramente a orientação do seu Departamento de Guerra e não haviam concluído a organização das unidades da sua Força Expedicionária (MOURA, 2012, p.134).

A suspeita de autoridades militares estadunidenses de que oficiais brasileiros, como Gaspar Dutra e Góes Monteiro, estariam inclinados a apoiarem o Governo alemão dificultou o fornecimento do material bélico prometido. As suas permanências no controle do Exército brasileiro e a existência de relações entre este com grandes entidades organizadas por naturais dos países Eixistas só aumentavam as desconfianças do Governo norte-americano. Somado a esse quadro de insegurança entre os dois países, havia a proibição brasileira aos Estados Unidos de não poderem prover o pessoal militar encarregado do armamento, dos tanques, das aeronaves, da proteção dos aeródromos e de certos pontos estratégicos localizados ao longo da costa brasileira (MOURA, 2012, p.95).

Mesmo com todos esses problemas e com a vitória aliada no norte da África⁸³, o Brasil teve a sua participação efetiva confirmada na guerra com o envio de tropas para a Itália no ano de 1944. O próprio Hobsbawm (2005) esclarece que é quase desnecessário demonstrar que a Segunda Guerra Mundial foi global, em que praticamente todos os Estados independentes do mundo se envolveram, quisessem ou não. Contudo, delega às repúblicas da América Latina apenas a participação de forma mais nominal, esquecendo-se da única exceção que foi o Brasil, participante ativo da guerra. Essa constatação é muito importante, pois identifica o quanto a literatura mais conceituada sobre o assunto ainda está em formação, mesmo com muitos trabalhos a respeito já tendo sido escritos.

Antes, porém, do envio da FEB para o teatro de operações na Itália, coube às Comissões Mistas⁸⁴ analisar a estrutura e capacidade do envio de tropas brasileiras para a Europa. Membros dessas Comissões, naturais dos EUA, vieram ao país inspecionar diretamente as condições e as possibilidades de se ter esse objetivo concretizado (MOURA, 2012, p.98).

⁸³ Com a derrota alemã no norte da África (Operação Tocha), em 1943, o valor estratégico do Nordeste para os norte-americanos diminui consideravelmente. Com isso, o envio de armamento para o país não se fazia necessário diante da atual realidade. Não havia mais o temor de invasão alemã pelo litoral brasileiro (ARGUELHES, 2010, p.139).

⁸⁴ “Foram criadas por um acordo político-militar entre o Brasil e os Estados Unidos, ficando uma localizada em Washington e outra Comissão no Rio de Janeiro, sendo a da capital norte-americana responsável pelos planos conjuntos para a defesa do Nordeste e a segunda trabalharia para elevar os padrões das forças brasileiras e estudar a formação de uma Força Expedicionária do Brasil” (MOURA, 2012, p.98).

O Ministro da Guerra, Gaspar Dutra, fez, por seu turno, uma visita aos Estados Unidos, no intuito de colher informações e discutir o assunto na própria Comissão Mista. Pouco tempo depois, pela portaria de 09 de agosto de 1943, estruturavam-se os mecanismos legais para a formação da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE)⁸⁵.

O General Mascarenhas de Moraes foi enfático ao afirmar que “Nossas tropas estão contentes e impacientes para chegar à frente de batalha”, quando do seu desembarque na Itália, para vistoria da tropa⁸⁶. Em uma entrevista antes das declarações do General Mascarenhas, o Ministro da Guerra, General Gaspar Dutra, em visita de inspeção, a convite de Washington, em 1943, relata sobre a nossa participação direta na Guerra, afirmando que “não será mera representação simbólica e sim uma grande força expedicionária composta de numerosas divisões. Com esse propósito, o Brasil tem feito e fará todos os esforços para se preparar para a luta ativa”⁸⁷.

O Exército brasileiro não estava preparado para o tipo de guerra que iria empreender. Mesmo com declarações de oficiais experientes tanto do Brasil, quanto dos Estados Unidos, ou até mesmo da Inglaterra, a insuficiência de requisitos para aquele tipo de conflito era patente e percebida por muitos de seus oficiais, apesar do discurso proferido de que nada poderia dar errado para os combatentes brasileiros.

O Ministro tentava passar aos brasileiros a imagem de um Brasil afinado com o pensamento militar norte-americano, visto que a Guerra criava a necessidade, para os países beligerantes, de uma nova doutrina, modificada, pelo menos no ponto correspondente à atuação efetiva no campo de batalha. MOURA (2012), assim descreve a situação do Exército brasileiro:

Apesar dessas declarações, internamente os mesmos ministros, Dutra e Góes Monteiro, não acreditavam que o Brasil efetivamente estivesse em condições de participar da guerra. O Ministro Dutra confirmou a falta de preparo do Exército brasileiro e Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior, não tinha um plano de guerra para apresentar ao secretário da Marinha, Frank Knox, dos Estados Unidos, quando este visitou o Rio de Janeiro em outubro de 1942. Os militares brasileiros também reconheciam que a liderança da guerra estava nas mãos dos Estados Unidos, Reino Unido e União Soviética, e que nações como o Brasil tinham importância e valor secundários para o esforço de guerra dos Aliados. Assim, se o Brasil fosse colaborar com os Aliados, teria que aceitar quaisquer condições impostas pelos Estados Unidos (MOURA, 2012, p.121).

⁸⁵BRASIL, Exército. Estado maior do Exército. *História do Exército Brasileiro*. Brasília: 1972, p.827.

⁸⁶Declaração do general Mascarenhas de Moraes, por intermédio de um porta-voz de seu Estado-Maior. Jornal O GLOBO, edição matutina de 19/07/44, p.1. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/>>, acessado em 23/08/2013.

⁸⁷ Entrevista dada em 28/01/1943 ao Jornal O GLOBO, edição matutina, p. 1 Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acessada em: 25/08/2013.

O Brasil estava sendo preparado por uma política de interesses que o colocava na situação de “potência associada”. Havia um planejamento por parte de setores militares ligados ao Governo que sustentavam uma íntima relação com os Estados Unidos, objetivando a produção econômica e o fortalecimento militar do país, tão importantes para a consecução de uma posição relevante depois no pós-guerra (MOURA, 2012, p.121).

A visita de Dutra ratificava, entre outras coisas, essa relação ou esse comércio de guerra entre Brasil e os Estados Unidos que, desde 1939, já havia sido discutido a cooperação militar entre os dois países pelos chefes dos estados-maiores americano e brasileiro, George C. Marshall e Pedro de Góes Monteiro. Marshall recebeu alguns dados sobre a capacidade militar do Brasil, o que muito facilitou o planejamento do *War Department*, enquanto Góes Monteiro recebia pouco mais do que sorrisos e apertos de mão (McCANN, 1982, p.134).

Entre maio e junho de 1939, Marshall falou sobre uma aliança militar que forneceria as armas desejadas pelo Exército brasileiro. Mas, assim que a guerra eclodiu na Europa, interrompendo o fluxo de armas alemãs para o Brasil⁸⁸, os americanos perceberam que o Exército brasileiro dependia do armamento dos Estados Unidos. Desse momento em diante, foi preciso alguma determinação do Brasil para obter armas da defesa americana (McCANN, 1982, p.138-139).

A visita de Dutra, naquele momento, possibilitou um olhar mais apurado da tecnologia militar norte-americana e um alargamento dos acordos de compras de armamentos para o conflito mundial, como afirma nota no jornal O GLOBO:

...os visitantes percorreram toda à base, inspecionando-a e em seguida o General Dutra examinou e manobrou pessoalmente todas as mais modernas armas norte-americanas, inclusive o fuzil-metralhadora “Garand” de calibre 45. Não só o General Dutra como os membros de sua comitiva ficaram vivamente impressionados com o que viram, e o ministro brasileiro disse textualmente: “tenho uma enorme impressão deste importante estabelecimento”⁸⁹.

A viagem de Gaspar Dutra aos Estados Unidos fez com que os militares norte-americanos suspeitassem que o Ministro pudesse utilizar a FEB com dupla finalidade: ora como um meio para que o Brasil adquirisse mais armamentos, ora como propaganda pessoal,

⁸⁸Em meados da década de 1930, o comércio do Brasil com a Alemanha beneficiava diretamente o exército e os negócios particulares. O exército desejava a continuação desse projeto, pois suas compras de armas na Alemanha podiam ser pagas através de um complicado sistema contábil (compensação), que não implicava na remessa de moeda estrangeira”. (McCANN, F.D. *A Nação Armada: Ensaio sobre a história do exército Brasileiro*. Guararapes: Rio de Janeiro, 1982. P.134).

⁸⁹Declaração feita em 28/01/1943, no Jornal O GLOBO, edição matutina, p.1 Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com>>. Acessada em: 25/08/2013.

sendo Dutra politicamente beneficiado por conta do prestígio que tal atitude poderia lhe proporcionar. Dessa forma:

O governo brasileiro tentou transformar a visita de Dutra em prova do real desejo do Brasil de participar ativamente da guerra, embora as circunstâncias e objetivos da visita de Dutra na verdade levaram os militares estadunidenses a suspeitar do comprometimento de fato do Brasil e de sua capacidade real de organizar a força proposta (MOURA, 2012, p.132).

O Brasil, além dessas desconfianças dos Estados Unidos, ainda tinha outros problemas de natureza prática. Diferentemente da Primeira Guerra, em que as trincheiras possibilitavam a paralisação dos Exércitos conflitantes, a Segunda Guerra tinha como característica marcante a frenética mobilização de tropas e de maquinário de todo tipo. Essa nova forma de combate foi traçada pelo Exército Alemão, com sua famosa “Guerra Relâmpago” ou *Blitzkrieg*. O Brasil estava caminhando em direção a um novo modelo de campanha militar, do qual os Estados Unidos seriam o maior exemplo e colaborador dessa estratégia, que teria que ser desenvolvida em pouco mais de um ano, já que se estava no ano de 1943 e o envio das tropas brasileiras, para a Itália aconteceria em 1944 (SILVEIRA, 1995).

Depois de um ano da sua declaração de Guerra ao Eixo, o Brasil resolve, enfim, por em prática a sua formação profissional militar. Preparado por uns, e despreparado por outros, uma coisa estava certa: era preciso sair da neutralidade, ou da participação apenas formal. Era necessário, para o Brasil, naquela altura dos acontecimentos, lançar-se à Guerra de forma efetiva, sem ficar apenas no papel ou na política de defesa do litoral. Em abril de 1944, Góes Monteiro escreveu a Osvaldo Aranha, que “se deixarmos transcorrer o atual momento histórico... sem nos levantarmos do berço para adquirirmos uma posição sólida e desafogada no continente, creio que arriscaremos a perder tudo mais”⁹⁰.

Era preciso que o Brasil, dessa forma, efetivasse a sua colaboração, obtivesse o conhecimento militar e o armamento prometido pelo Governo norte-americano e garantisse a sua presença nas discussões futuras após a guerra. O envio de uma força expedicionária brasileira para a Itália foi, assim, entendido pelo governo brasileiro como uma possível resposta para essas questões (MOURA, 2012, p.122).

O país já estava dando aos Aliados tudo de que precisavam: apoio político, materiais estratégicos, rotas, bases e patrulhas aéreas e navais, além do combate à quinta coluna nazista. Era preciso justificar a declaração de guerra aos países eixistas, pois o esforço de guerra aliado não necessitava de assistência adicional, mas existia o fato do Brasil desejar ampliar o

⁹⁰Citação retirada do livro de McCANN, F.D (1982, p. 129), concebida do Arquivo Osvaldo Aranha, no Rio, datada de 03/04/de 1944.

seu papel político não só no continente como no resto mundo, através do estreitamento das suas relações com os Estados Unidos. (MOURA, 2012, p.119).

A dúvida norte-americana de que a FEB não era um mero projeto de aquisição de armas e sim uma tentativa determinada de se envolver na luta anti-Eixo foi resolvida com a proposta de Vargas aos Estados Unidos de manterem bases militares no Norte e Nordeste do Brasil sob o controle estadunidense, ou pelo menos garantir a sua utilização no período pós-guerra, além de uma base no Sul do país que serviria de observatório norte-americano do governo argentino, anti-Estados Unidos (MOURA, 2012, p.145-146). Ele faria esse acordo, mas com algumas condições estratégicas⁹¹.

Havia por parte norte-americana uma política externa de controle à influência soviética no mundo. Tais bases representariam “um extenso sistema de segurança militar que o Estado-Maior do Exército estadunidense estava preparando para o período pós-guerra em diversas partes do mundo” (MOURA, 2012, p.145-146).

Vargas usava da barganha para se fortalecer política e militarmente. Embora o governo dos Estados Unidos considerasse alto o preço cobrado pelo presidente brasileiro, a troca parecia ser positiva para os norte-americanos. No outono de 1944, citando “razões políticas”, Washington autorizaria a construção de duas bases aéreas no Sul do Brasil e as forças armadas estadunidenses acabariam sendo convidadas a preparar os planos de transporte da FEB para a Itália (MOURA, 2012, p.147).

Nesse interregno, houve, ainda, a recusa do governo britânico, que dividia os pontos de comando dos Aliados no Mediterrâneo juntamente com os norte-americanos, quanto ao envio da FEB para aquela localidade. Os oficiais militares britânicos estavam particularmente descontentes com a possibilidade da presença de uma força brasileira no Mediterrâneo. Para os britânicos, havia contingente de nacionalidades diferentes demais naquela área. Porém, depois que os norte-americanos alegaram as razões do seu apoio à proposta brasileira de envio da FEB⁹², o governo do Primeiro-Ministro Britânico Churchill, então, concordou com o seu envio em 05 de maio de 1944 (MOURA, 2012, p.148-149).

2.2. Do processo de convocação dos brasileiros para a guerra na Itália

⁹¹ A munição prometida deveria ser enviada sem mais delongas para o Sul do Brasil; o governo dos Estados Unidos tinha que dar ao Brasil os meios para construir as duas bases aéreas no Sul; e a FEB tinha que ser enviada para o exterior (MOURA, 2012, p.147).

⁹² O acordo das bases aéreas e o contrapeso que o Brasil seria à influência Argentina na América do sul (*Ibid.*, p.149)

Foi a primeira vez que os militares participaram, depois da guerra contra o Paraguai, de um conflito militar internacional tão relevante para o país. Por isso essa guerra é considerada um marco decisivo na conduta dos militares brasileiros. Como resultado dos vários acordos, das várias visitas mútuas entre brasileiros e estadunidenses, criou-se, enfim, a Força Expedicionária Brasileira (FEB).

A Força Expedicionária Brasileira (FEB) era o centro de um projeto construído pelo governo e por outras organizações de direita, como a Liga de Defesa Nacional, e de organizações de esquerda como o Partido Comunista e remanescentes da ANL, para fortalecer as Forças Armadas Brasileiras e dar ao país uma posição de destaque maior na América Latina e de no mundo como “aliado especial” dos Estados Unidos (MOURA, 2012, p.122).

Da mesma forma que ela representava uma saída para os problemas externos, internamente servia tanto para o fortalecimento das Forças Armadas, quanto para a sustentação do regime político autoritário de Vargas que levantava a bandeira de unidade nacional. De acordo com parte dos apoiadores da FEB, ela poderia ser a expressão de vontade de uma nação (VIGEVANI, *apud* CORSI, 2000, p.230).

O número de combatentes que compuseram a FEB é apresentado em vários documentos. A Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, Secção Alagoas, disponibilizou uma relação sucinta do roteiro da FEB na Europa e de alguns dados do seu quantitativo militar. Dessa forma, pode-se afirmar que 25.334 homens e mulheres fizeram parte da FEB, no ano de 1944. Foram 239 dias de combate (do dia 06 de setembro de 1944 a 2 de maio de 1945) como a unidade-base do Quarto Corpo do Quinto Exército dos Estados Unidos na Itália⁹³.

Motivada por ideias antinazistas e antifascistas, e composta por camponeses, trabalhadores rurais, operários, comerciários, entre outros, a FEB se tornou instrumento de:

um programa político-militar voltado ao fortalecimento do regime e à ampliação do prestígio e do poder de segmentos da classe dirigente para o país. Achava-se que o desempenho da FEB conferiria ao Brasil o direito a uma voz ativa nas conferências de paz futuras. Outros previam a provável projeção do país como grande potência internacional. A FEB era representada como instrumento de uma política de “Potência Associada” no pensamento das classes dirigentes brasileiras (MOURA, 2012, 149-150).

Antes de o Brasil entrar na guerra, entre 1939 e 1942, sua força militar estimada era de 66.000 a 95.000 soldados, distribuídos em regimentos, pelos dez distritos militares do país.

⁹³ Dados extraídos de um relatório cedido pela Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, secção de Alagoas, aonde subscreve o roteiro da FEB resumidamente antes e depois do seu envio para a Itália.

A grande maioria estava localizada no triângulo Rio de Janeiro - Belo Horizonte - São Paulo (McCANN, 1982, p.157). Com a entrada direta do Brasil na Segunda Guerra, o quadro militar de convocados para a FEB espalha-se mais entre os estados da federação⁹⁴. Isso reforçava o desenho de união nacional, que tendia a ser propagandeado como um desejo da nação e não apenas do governo.

A Major Elza Cansanção⁹⁵, natural do Rio de Janeiro, filha de pais alagoanos, participou ativamente da Segunda Guerra Mundial como enfermeira e em seu livro de memórias, descreve as condições dos brasileiros que chegaram à Itália. Afirma que pelo fato dos dirigentes militares da época serem em sua maioria germanófilos, não tinham o menor interesse em que a FEB partisse. “Tudo que a ela destinavam era de má qualidade. Até o material humano. Pensaram em mandar o que havia de pior nos exércitos do interior” (CANSANÇÃO, 1987, p.54).

Os brasileiros convocados não passaram por uma rigorosa inspeção de saúde, até porque o Exército brasileiro não tinha material suficiente para desenvolver tal procedimento preventivo. É da própria Major a afirmação de que, para alguns dirigentes, a convocação seria posta sem nenhuma avaliação mais apurada dos sorteados: “Para bucha de canhão, qualquer coisa que fique em pé sobre duas pernas está bom” (CANSANÇÃO, 1987, p.54).

No caso do Brasil era evidente que atrás das fardas existiam homens, na sua grande maioria jovens, que sentiam pressões de todos os tipos. Não havia um estudo do estado psicológico do combatente. Quando se deparava com um esquizofrênico, este logo era tachado de medroso e não de enfermo. Elza Cansanção, relatando a respeito dos poucos exames psicológicos feitos nos soldados brasileiros, escreveu que “por eles passaram muitos soldados e até mesmo oficiais que não tinham absolutamente condições de suportar as tensões

⁹⁴ Amazonas: 91; Pará: 281; Maranhão: 134; Piauí: 87; Ceará: 347; Rio Grande do Norte: 341; Paraíba do Norte: 349; Pernambuco: 651; Alagoas: 148; Sergipe: 192; Bahia: 686; Espírito Santo: 345; Estado do Rio: 1942; Distrito federal: 6.094; São Paulo: 3.889; Paraná: 1542; Santa Catarina: 956; Rio Grande do Sul: 1.880; Minas Gerais: 2.947; Goiás: 111; Mato Grosso: 679. (MORAES, J. B. Mascarenhas. *A FEB Pelo Seu Comandante*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005, p. 313).

⁹⁵ Nascida em 21 de outubro de 1921, no Rio de Janeiro ingressou no serviço ativo do Exército Brasileiro, em 1943, sendo a primeira brasileira a se apresentar como voluntária, na diretoria de saúde do exército, para lutar na guerra. Seguiu para a Itália, juntamente com 73 enfermeiras no Destacamento precursor de saúde. Durante a campanha, trabalhou nos hospitais de evacuação, local onde atuou o maior contingente de enfermeiras brasileiras nos hospitais norte-americanos. Foi designada enfermeira “chefe” na cidade de Livorno. No pós-guerra, concedeu várias palestras e escreveu vários livros, dentre eles, o que é utilizado nesta pesquisa, intitulado “E Foi Assim que a Cobra Fumou”. Faleceu aos 88 anos de idade, em decorrência de uma queda que fraturou o fêmur, como a mulher mais condecorada do Brasil, de acordo com o Serviço de Informações Militares. (EXÉRCITO, *Centro de Comunicação Social do. Personagem da Nossa História: Major Elza Cansanção Medeiros*, p. 58).

e as pesadíssimas responsabilidades de enfrentar uma batalha ou de conduzir soldados nessas condições”⁹⁶.

Era normal que os países beligerantes não demonstrassem ao inimigo as suas falhas, suas debilidades ou os seus percalços na formação e preparação para o combate. Muitos soldados relutaram em ir para a guerra. As notícias que chegavam até eles não condiziam com a realidade que se estava vivendo ou que se via dentro do Exército.

Os discursos variavam de soldado para soldado. Aqueles que continuaram no serviço militar posteriormente à guerra esboçam um discurso voltado principalmente para a exaltação ao Exército, muito parecido com o que as matérias jornalísticas daquele momento apresentavam. Os que, por vários motivos, desistiram da carreira militar, não estavam tão preocupados em afinar seus depoimentos com a suposta construção heróica do país. São bem simples ao afirmarem que o serviço militar foi feito com o lastro da obrigatoriedade. Desconhecem a palavra voluntariado, ou se a identificam, esclarecem que tais voluntários não tinham o menor conhecimento do que estava acontecendo na Europa.

A afirmação, exposta nos jornais, de que “não há brasileiro que não compreenda a transcendental significação desse acontecimento”⁹⁷ é um chamado à nação para o posicionamento do país junto às grandes potências capitalistas da época, em particular da Inglaterra e dos Estados Unidos.

Não se pode negar que alguns oficiais possuíam alguma experiência de combate. Estágios de observação no norte da África e na Itália foram feitos por alguns chefes militares brasileiros, entre eles o general Mascarenhas de Moraes⁹⁸. Outros nomes também são mencionados na tentativa de formar um contingente militar mais capacitado com as necessidades da guerra. Foram os casos dos capitães alagoanos Edinaldo Avila Melo, do 22º Batalhão de Caçadores, José da Silva Barros, do 4º Regimento de Artilharia Montada, e Mário de Carvalho Lima, do 20º Batalhão de Caçadores. Todos eles saíram de Alagoas em 04 de maio de 1944, em direção a Recife, para depois, em dia não publicado, partirem para os

⁹⁶ Cerca de 300 homens aproximadamente, ao chegar em terra, foram direto para o hospital na Itália, com enfermidade diversas como sarampo, catapora, coqueluche, varicela e venéreas (CANSANÇÃO, 1987, p.54).

⁹⁷ Notícia retirada do Jornal o Globo, edição vespertina, de 18/07/44, p. 01. Disponível em acervo.oglobo.globo.com Acesso dia 15/07/2013.

⁹⁸ Organizou-se um grupo, chamado de “Grupo de Observadores Militares”, que seguiu para a África e Itália, em dezembro de 1943, chefiado pelo General-de-Divisão João Batista Mascarenhas de Moraes, com o objetivo de colher informações úteis à formação e ao treinamento de nossa tropa expedicionária, nos moldes do Exército norte-americano. EXÉRCITO, Estado maior do. *História do Exército Brasileiro*. Brasília: 1972, p.831

Estados Unidos. Seria um estágio de três meses no Exército norte-americano, em Fort Bening, distrito de Columbia⁹⁹.

O capitão Mário de Carvalho Lima tornou-se um observador de alguns momentos relevantes que aconteceram em Alagoas durante a década de 1940. Publicou alguns textos, entre eles *Sururu Apimentado*¹⁰⁰ que está marcado na literatura do estado como um material importante para o entendimento não só dessa época, como, também, de outros períodos relacionados ao contexto histórico político de Alagoas.

Basicamente, suas impressões dizem respeito à segunda metade da década de 1940, e se referem ao período em que ele era comandante do 20º BC. Seu trabalho aqui citado pode ser caracterizado como um livro de memória, mas que traz alguns aspectos históricos de Alagoas. Uma dessas marcas do estado refere-se às atitudes autoritárias do seu governador Silvestre Péricles de Góes Monteiro (LIMA, 2008, p.170).

Em entrevista concedida, um ex-combatente alagoano, Rosalvo Loureiro de Souza, morador de Delmiro Gouveia, relata alguns fatos que contribuíram para essa pesquisa sobre os pracinhas alagoanos. Notando-se a lucidez com que relembra acontecimentos ocorridos durante sua trajetória de vida, já com 93 anos, ao ser indagado sobre a atuação dos governos Vargas e Ismar de Góes Monteiro, ele imediatamente cita o irmão do interventor alagoano, seu sucessor, eleito, Silvestre Péricles. Para o entrevistado, “Silvestre era um homem bastante ignorante e tido por todos como um valentão”¹⁰¹. Tal relato não é diferente do que está registrado no livro de Mario de Carvalho Lima sobre essa personalidade alagoana.

Por ser um operário, diferenciava-se do conjunto de ex-combatentes nordestinos que compunham o quadro geral de convocados, muitos advindos do trabalho no campo. Assim como o pracinha Ulisses Firmino de Oliveira, também operário e alagoano, teve a sua convocação publicada em nota dos jornais correntes da época¹⁰².

O processo de convocação foi muito traumático. Tanto para os que foram convocados quanto para os familiares mais próximos que não sabiam quais as reais condições

⁹⁹ S/A, Oficiais Brasileiros estagiarão nos Estados Unidos: Designados três capitães servindo em nossa capital. *Jornal de alagoas*; 04/05/44, p.02 (IHGAL).

¹⁰⁰ LIMA, Mario de Carvalho, *Sururu Apimentado: Apontamentos para a História Política de Alagoas*. Maceió: Imprensa oficial, 2008.

¹⁰¹ SOUZA, Rosalvo J. Entrevista concedida ao autor, realizada no dia 14/09/2013.

¹⁰² O jornal de Alagoas, tinha uma seção de publicação, intitulada “Noticias Militares” que tratava de assuntos referentes ao exército. Dentre esses assuntos existia a relação de convocados por sorteio, que viriam servir ao Exército naquele ano. Assim, dispunha a coluna militar no Jornal de Alagoas, de 05/04/44, da pág. 02: Relação dos cidadãos que foram alistados á revelia pelo cartório do 1º Distrito-Maceió, para concorrerem ao sorteio militar que terá lugar em setembro de 1944. Classe de 1924: JOSÉ, filho de Joanita de Azevedo melo; IZAIAS, filho de Antonio paulino da Silva; AMARO, filho de Manoel José dos Santos...

materiais do conflito. Desconheciam, em grande parte, o processo de desenvolvimento e evolução da guerra.

O coronel capelão militar do II Grupo de Obuses da FEB, Alberto da Costa Reis, em entrevista para o Projeto de História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial, demonstra sua vontade de ir para guerra quando esconde dos seus pais a sua viagem para a Itália, não sendo convocado e sim voluntário para participar do combate mundial. Mentiu ele para a sua mãe afirmando que iria para Recife, quando na verdade seu embarque para a Itália já estava marcado¹⁰³.

Além do capelão alagoano Alberto, outros combatentes se dispuseram de livre e espontânea vontade a servir o país. O grupo de enfermeiras que participou ativamente da Segunda Guerra Mundial e que teve alguns exemplos de espontaneidade é lembrado por algumas pesquisas sobre o tema. O envio de mulheres para a guerra tornava-se mais do que uma prática, uma necessidade imposta pelas condições dos países envolvidos no conflito.

Junto com a FEB, formou-se a Organização Feminina Auxiliar de Guerra (OFAG), composta por mulheres uniformizadas, entre 17 e 50 anos de idade, que prestavam os serviços tradicionalmente considerados femininos, como de secretária, telefonista, recepcionista, datilógrafa e de enfermeira. Ao entrar na organização, “fazia um juramento que incluía termos que lembravam características do modelo de feminilidade dominante da época, como, por exemplo, a afeição e a bondade” (WOLFF, 2012, p.431-432). Embora estivessem se associando ao Exército, uma instituição masculina em princípio, elas eram obrigadas a defender os “valores femininos”.

Muitas mulheres da OFAG trabalharam no Brasil durante a guerra, auxiliando o policiamento de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Essa experiência neste período seria, mais tarde, utilizada como exemplo pelas defensoras da criação da Polícia Feminina, que trabalharia na proteção de mulheres, crianças e de outras questões sociais (WOLFF, 2012, p.432). Embora se sabendo disso, o papel de destaque da participação feminina na Segunda Guerra coube mesmo às enfermeiras de guerra.

No caso do Brasil, foram convocadas, aproximadamente, 50 enfermeiras nas duas primeiras turmas de formação¹⁰⁴ (CANSANÇÃO, 1987, p.50). Nem todas que participaram dos primeiros exercícios no Rio de Janeiro ou no Rio Grande do Norte foram selecionadas

¹⁰³ *História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001, p. 204.

¹⁰⁴ Tal número é aumentado para 67 enfermeiras no total, até o fim da guerra em 1945. (CAMERINO, O. de A. *A Mulher Brasileira na Segunda Guerra Mundial*. Cape: Rio de Janeiro, 1983).

para o embarque com destino à Itália. No entanto, a turma de mulheres disposta a colaborar para com o Brasil na Itália foi, de certa forma, significativa.

Os motivos de tal engajamento são os mais diversos possíveis. Existiam mulheres que já tinham certa história militar na família e se sentiam no dever de participar para honrar o nome da família. É o caso, por exemplo, da Major Elza, não tendo irmão vivo que pudesse ir e tendo o pai idoso, sentiu-se na obrigação de se apresentar, mesmo contra a vontade dele (CANSANÇÃO, 1987, p.39).

Outras por motivos pessoais como Helena Maria dos Santos, natural de Alagoas, que teve o marido morto por conta do torpedeamento alemão ao navio mercante Anibal Benevolo, em que ele trabalhava, tornou-se enfermeira e participou de todos os cursos que dispunha naquele momento, chegando a declarar que: “quero honrar a memória do meu marido. Ele deu a sua vida pelo Brasil. Quando eu soube de sua morte, o que desejava era morrer também. Hoje, não. Quero seguir para a luta e voltar com vida”¹⁰⁵.

A alagoana Olímpia de Araújo Camerino, uma das enfermeiras que trouxe a família como exemplo de amor à pátria, era oriunda de família de militares. Tinha oito parentes oficiais da ativa e um na reserva, sendo que um deles fez parte da FEB, o capitão Francisco Caldas de Araujo Xexeu. Ela era escrituraria da diretoria do recrutamento e tornou-se enfermeira só para se alistar como voluntária para a guerra¹⁰⁶.

Era filha de Olímpia de Araújo Camerino e José Jacinto Camerino. Viveu sua infância no interior de Alagoas, tendo posteriormente se transferido para Maceió a fim de completar seus estudos. Mudou-se em seguida para o Rio de Janeiro para assumir um emprego no Ministério da Guerra¹⁰⁷.

Quando dos sucessivos torpedeamentos dos navios brasileiros pelos navios alemães nas costas brasileiras, fez curso de enfermagem para voluntária socorrista e manipuladora de Raios X, no Rio de Janeiro. Criado o Curso de Emergência de Enfermeiras da Reserva do Exército, também se apresentou como voluntária, seguindo depois para a Itália. Chefiou um grupo de 33 enfermeiras que, em 19 de outubro de 1944, embarcou para a Itália. Atuou no Serviço Hospitalar Brasileiro, junto aos seguintes hospitais na Itália: 7th Station Hospital, em Livorno; e o 35 th Field hospital, Sparinise, em Nápoles¹⁰⁸.

¹⁰⁵TOURINHO, Borba. A Mulher Brasileira vai para Guerra... de Alagoas à Europa. *Jornal de Alagoas*; 04/05/44, p.05 (IHGAL).

¹⁰⁶ *Ibid.*

¹⁰⁷SILVA, E. Q. R. e BONFIM, E.A (Orgs). *Dicionário Mulheres de Alagoas Ontem e Hoje*. Maceió: EDUFAL, 2007.

¹⁰⁸ *Ibid.*

Foi intermediária entre o grupo de 20 colegas secretária anexa ao 7th Evacuation Hospital. Foi designado, também, para enfermaria de ligação entre a administração Brasileira e o hospital em Livorno. Voltou ao Brasil em 3 de outubro de 1945 e em 29 de outubro do mesmo ano foi licenciada e mandada retornar à sua repartição, ou seja, ao Ministério da Guerra. Por força da Lei nº 3169, retornou ao serviço ativo no qual permaneceu até sua reforma por idade e tempo de serviço o que lhe valeu a promoção para Capitã, com proventos de major¹⁰⁹.

Recebeu várias condecorações entre elas as Medalha de Guerra, de Campanha, *Meritorius Service United Plaque*, Ordem do Mérito Militar no Grau de Cavaleiro, Medalha do Pacificador e a medalha Mascarenhas de Moraes. Publicou um livro sobre a experiência das brasileiras na Segunda Guerra Mundial intitulado *A Mulher Brasileira na II Guerra Mundial*¹¹⁰. Na vida civil, colaborou na Associação Nacional de Veteranas de Guerra, ajudando os seus companheiros de campanha mais necessitados e faleceu no Rio de Janeiro.

A Capitã Camerino foi uma das principais representantes das enfermeiras febianas. Assim como a Major Elza Cansanção, ela fez parte de um pequeno grupo de militares que conseguiu publicar as suas experiências durante a guerra na Itália. A sua obra sobre o papel da mulher brasileira convocada, mais especificadamente a atuação do corpo de enfermeiras da FEB, foi elaborado em forma de diário, onde ela aborda, entre outros assuntos, o caráter patriótico dessas 67 mulheres que compuseram o quadro geral de enfermeiras.

Diferentemente de Elza Cansanção, que mesmo sendo uma defensora do sentimento patriótico dos convocados, critica o fato do país ter mandado homens e mulheres para uma guerra com pouca preparação militar. Olímpia, opostamente, engrandece e exalta sobremaneira a preparação das enfermeiras para a guerra. Segundo a Capitã Camerino:

Ao mesmo tempo em que se adestravam os rapazes da Força Expedicionária Brasileira, que defenderam nos campos de batalha da Europa, com bravura e civismo, a honra e a causa da nossa Pátria, fortalecendo as nossas gloriosas tradições militares, outros trabalhos especiais de adestramento eram realizados, com o fim de preparar uma turma de enfermeiras para completar a nossa expedição oferecendo-lhes os modernos conhecimentos e recursos de guerra (CAMERINO, 1983, p.32).

Talvez a sua posição de defesa do discurso dos militares de alta patente quanto à qualificação positiva dos brasileiros convocados e a sua relação familiar muito próxima com o Exército sejam alguns pontos que a levaram a ser tão requisitada para palestras e outros eventos promovidos pelas Forças Armadas brasileiras, sobre a participação do país na Segunda Guerra Mundial. Isso não quer dizer que os seus serviços militares não tenham sido

¹⁰⁹ *Ibid.*

¹¹⁰ CAMERINO, O. de A. *A Mulher Brasileira na Segunda Guerra Mundial*. Cape: Rio de Janeiro, 1983.

reconhecidos por conta da sua eficiência na Itália. Porém, o fato de haver essas ligações com o Exército não podem ser de forma alguma desconsideradas, pois outras enfermeiras que participaram praticamente da mesma forma não tiveram os seus depoimentos colhidos durante todos esses anos¹¹¹.

Embora a profissão de enfermagem tenha um número maior de mulheres, o Exército só tinha até aquele momento enfermeiros. Avisados pelos norte-americanos de que a FEB deveria levar o seu próprio corpo de enfermeiras com o objetivo de facilitar o entendimento entre pacientes e enfermeiros e de ajudar, também, as enfermeiras norte-americanas já sobrecarregadas (CANSANÇÃO, 1987, p. 64).

Praticamente todos os cursos ofertados àqueles que desejavam ir para a Itália, forçosamente ou não, tinham como base de formação a escola militar norte-americana. Mesmo assim, os padrões estabelecidos pela escola militar dos Estados Unidos eram, para o Exército brasileiro, difíceis de serem copiados. O manuseio de seu armamento configurava muito bem essa constatação. Fuzis Garand, morteiro de 60 mm e bazuca, metralhadora leve ponto 30, canhão anticarro de 57 mm, eram desconhecidos entre os combatentes recrutados para a FEB¹¹².

Em entrevista, o 2º Tenente aposentado, Ulisses Firmino Oliveira, de 95 anos, natural de Alagoas e ex-combatente da FEB, durante a campanha na Itália, relatou que foi mandado por um major limpar um fuzil¹¹³. No entanto, a sua experiência com a arma era praticamente nenhuma. Não obtendo êxito na obrigação demandada, foi imediatamente reprimido pelo oficial.

O general Cordeiro de Farias, de acordo com Ulisses, vendo aquela situação, advertiu o major, argumentando que tal atitude não poderia ser feita com os recrutas. Isso demonstra que o próprio oficialato do Exército brasileiro já possuía uma noção do grau de dificuldades que a FEB detinha, principalmente em relação aos seus convocados. Estendia-se essa inexperiência também aos oficiais médios, que desconheciam a expressão militar “ordem dada é ordem cumprida”.

¹¹¹ Em um texto de Juçara L. Leite é abordado a questão dos diferentes olhares presentes nos diários de Elza Cansanção e Olímpia Camerino e o testemunho de uma enfermeira chamada Berta de Moraes. Neste há uma acentuada discordância entre o conteúdo principal dos dois diários e o depoimento de Berta. A autora alerta com seu texto para a questão dos diferentes olhares presentes em dois diários articulando-os a um testemunho de pessoas que estiveram envolvidas de alguma forma a um mesmo contexto, no caso enfermeiras brasileiras na Segunda Guerra Mundial (LEITE, J. L. *Diários de Guerra: mulheres, livros e testemunhos*. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH). São Paulo, julho 2011).

¹¹² EXÉRCITO, Estado maior do. *História do Exército Brasileiro*. Brasília: 1972, p.883

¹¹³ OLIVEIRA. U. Firmino. Entrevista concedida ao autor, realizada no dia 14/09/2013.

O próprio logotipo da FEB demonstrava claramente a falta de segurança que a Força Expedicionária passava para o resto do país. Os comentários de que seria mais fácil uma cobra fumar do que o Brasil ir para a guerra só não foi amplamente divulgado pela imprensa por conta da censura do Estado Novo. Mesmo assim, os comentários foram disseminados fortemente por parte do ministério de Vargas e pelos agentes da quinta-coluna, defensores de uma aliança com o governo nazista, que visavam o impedimento do combate direto entre Brasil e os exércitos da Alemanha e o da Itália¹¹⁴.

Os meios midiáticos da época tentavam, de várias formas, promoverem certo sentimento popular de aversão às suas propagandas contrárias à entrada do Brasil contra os países Eixistas. Comícios de repúdio à atitude de descrédito para com a FEB foram montados em quase todas as capitais. A convocação da população era feita principalmente nos jornais de grande circulação. Notas explicativas do local, da data e da hora das manifestações vinham, na maioria das vezes, expressas em chamadas de maior visibilidade. O Jornal de Alagoas, que, em nota, chama a todos para o grande comício anti-fascista, que ocorreu em Maceió, na Praça da Catedral, no dia 04 de maio de 1943, é um dos exemplos. Tal ato foi promovido pela Associação Pré-Universitária Alagoana¹¹⁵.

Mas, mesmo assim, ficou a dúvida se realmente eles teriam condições de representar o país na Europa. Apesar da dedicação dos soldados brasileiros na Itália, e apesar de seu reconhecido valor como força de combate, “o papel da FEB na guerra foi extremamente modesto e não poderia resultar no capital político que muitas autoridades brasileiras haviam esperado” (MOURA, 2012, p.150).

A proposta de dar uma resposta para a população brasileira e uma outra externa para os países que acreditavam ser o Brasil o mais gabaritado para negociar acordos, dos mais variados tipos, com as grandes potências européias e até mesmo com os Estados Unidos, não foi efetivamente concretizada.

Mesmo tendo sido a FEB criada mais como resultado de uma demanda brasileira junto aos Aliados, do que uma resposta às demandas dos Aliados, particularmente aos Estados Unidos, os pracinhas que embarcaram para a guerra, entretanto, nada podiam fazer a não ser

¹¹⁴ EXÉRCITO, Estado maior do. *História do Exército Brasileiro*. Brasília: 1972, p.832

¹¹⁵ “Como em todo o Brasil, nesta data (04/05/1943), os nossos estudantes querem significar, mais uma vez, e de modo eloqüente, a sua repulsa e o seu ódio aos traidores nacionais, justamente no dia em que completa um lustro da fracassada intentona dos fascistas de Plínio Salgado, que criaram a quinta-coluna, no nosso território, em conluio com os agentes internacionais da política opressora de Hitler, e de toda a sua camarilha... farão uso da palavra consagrados tribunos, entre os quais, o professor Antônio Santos e o escritor Ailton Quintiliano”. *Jornal de Alagoas*, de 04/05/1943, p.2, (IHGA).

tentar voltar vivos para as suas casas. E foi o que eles, dentro das suas limitações, tentaram fazer.

Do ponto de vista militar estadunidense, havia uma vantagem em concordar com a criação da FEB: a crescente influência das Forças Armadas dos Estados Unidos sobre seus colegas brasileiros no período pós-guerra. Houve, assim, um aumento da dependência militar brasileira, sem, contudo projetar o Brasil a um patamar de potência mundial (MOURA, 2012, p.152).

2.3. A Guerra no *Front*

Mesmo que se tenha uma noção do que foi a guerra no campo de batalha, as reproduções, tanto de imagens quanto de palavras sempre ficaram devendo à memória daqueles que viram bem de perto os horrores do ambiente extremamente agressivo nos teatros de operações da Segunda Guerra.

Praticamente o mundo todo estava envolvido com o conflito mundial do início da década de 1940. Como relata Hobsbawm (1995, p.32), “a Segunda Guerra Mundial foi uma aula de geografia”. E continua o autor, “locais, regionais ou globais, as guerras do século XX iriam dar numa escala muito mais vasta do que qualquer coisa experimentada antes”.

O seu grau de expansão é diretamente proporcional aos anseios dos governos, que compuseram a mesa de negociações fracassadas, durante o período crítico da política-econômica capitalista, que será marcadamente lembrada nos anos de 1929, com a quebra da bolsa de Nova York, somada às reivindicações territoriais dos países derrotados na Primeira Guerra. No caso em questão, como já foi visto no primeiro capítulo desta dissertação, a Alemã e a Italiana, de Hitler e de Mussolini, respectivamente.

Por ser objeto de pesquisa deste trabalho a participação dos pracinhas alagoanos na Segunda Guerra Mundial, o panorama histórico do teatro de operações será o da Itália, tendo como período de estudo os anos de 1944 e 1945. Tempo este que será o do envio das tropas brasileiras para a Europa, mais especificadamente no Sul do território italiano.

Após ter feito uma breve passagem de observação pelo Norte do continente africano e pela Itália, o general Mascarenhas de Moraes regressou ao Brasil com informações a respeito daquela localidade. Concatenando a isso, outros fatores importantes que possibilitaram a ida do Brasil para a guerra na Europa vão se fazer presentes.

A expulsão dos alemães e italianos do Norte da África e o desaparecimento de perigo da suposta invasão do território nacional por forças do Eixo¹¹⁶, embora tenham sido pontos relevantes para o envio da FEB, não serão os únicos fatores determinantes, do ponto de vista militar, para esse envio.

Como já foi visto neste capítulo, existiram acordos econômicos e militares entre Brasil e Estados Unidos que possibilitaram a entrada efetiva do país na guerra. Esses acordos diziam respeito não só a armamentos vendidos pelos Estados Unidos a preços mais baixos para o Brasil, mas também a liberação para os norte-americanos de bases no Sul e Nordeste do território brasileiro fortalecendo assim, a primazia estadunidense na região Sul-americana (MOURA, 2012).

A FEB operou na Itália durante aproximadamente sete meses e dezenove dias. A sua guerra começou antes, como foi visto, já no processo de afirmação de sua criação. Porém, o lapso temporal escrito acima, que se iniciou em 16 de setembro de 1944 e terminou em 02 de maio de 1945, diz respeito ao período em que a FEB esteve envolvida diretamente no conflito (SILVEIRA, 1987, p. 20)

Com um efetivo aproximado de 25.000 homens, contando com quatro generais e 1.535 oficiais. Neste total não estão incluídos três oficiais da Aeronáutica que serviram na esquadrilha de ligação e observação da 1ªDIE; 15 da ativa e da reserva, destacados para a justiça militar da FEB; 25 capelães militares; 28 funcionários do Banco do Brasil e 67 enfermeiras¹¹⁷.

A FEB inicialmente mandou, num 1º escalão algo em torno de 5 mil homens, que partiram no dia 02 de julho de 1944 com destino à Itália, chegando apenas em 16 do mesmo mês, no porto de Nápoles. No dia 06 de outubro, chegaram o 2º e 3º escalões, com cerca de 11 mil homens e os aviadores do 1º Grupo de caça, que logo tiveram que entrar em ação. Os dois últimos escalões, o 4º e o 5º, chegariam à Itália pouco tempo depois, participando das operações mais decisivas contra o inimigo, como o aprisionamento de toda uma Divisão alemã, a 148ª¹¹⁸.

No início das conversações com os Estados Unidos, firmou-se o entendimento de que o Brasil forneceria três divisões de infantaria para a Itália. No entanto, apenas uma foi: a 1ª DIE. O envio de vários escalões para a Itália configura o que se chama de reacompletamentos.

¹¹⁶ BRASIL, Exército. Estado maior do Exército. *História do Exército Brasileiro*. Brasília: 1972, p.831

¹¹⁷ Roteiro da FEB, disponibilizado pela Associação dos Ex-combatentes do Brasil, seção de Alagoas, baseado em dados concedidos pelo Exército brasileiro.

¹¹⁸ Roteiro da FEB, disponibilizado pela Associação dos Ex-combatentes do Brasil, seção de Alagoas, baseado em dados concedidos pelo Exército brasileiro.

A mudança de planos não tinha nada a ver com a vontade ou não dos brasileiros de participarem ativamente da guerra. Mas, tal fato se deu, principalmente, em razão das novas necessidades de meios de transporte para o ataque através do Canal da Mancha, então em fase de planejamento. A partir desse ataque, a Itália e o Mediterrâneo deveriam tornar-se um teatro secundário¹¹⁹.

Vernon A. Walters, em um livro de memória, “Missões Silenciosas”, descreve a sua participação na guerra, entre outras funções, como de intérprete para alguns oficiais brasileiros, nas conversas com o alto comando norte-americano. Ele mesmo afirma ter encontrado algumas celebridades militares brasileiras, como o Coronel Humberto Castelo Branco e o General Mascarenhas de Moraes, ajudando-os na tradução das conversas com os generais norte-americanos Eisenhower e Mark Clark:

“Fomos recebidos pelo General Clark, em Nápoles, no seu posto de comando, nos jardins atrás do Palácio de Caserta, um antigo palácio real italiano. Discutiram-se os detalhes do emprego da 1ª Divisão brasileira. Já então se sabia da impossibilidade de transportar mais de uma divisão para a Itália, pois todos os navios disponíveis seriam desviados para tomar parte nos desembarques na Europa Ocidental”. (WALTERS, 1986, p.83).

De acordo com WALTERS (1986), tanto Mascarenhas de Moraes, quanto o General Zenóbio da Costa, que estava acompanhando-o, compreenderam a situação. Para o autor, a decisão de incluir a tropa brasileira no V Exército “decorreu do fato de o General Clark já contar em seu Exército com contingentes oriundos de várias nações” (WALTERS, 1986, p.83).

Essa característica multinacional, na constituição do grupo de combatentes, não foi uma especificidade norte-americana. O VIII Exército britânico, que combatia na Itália ao lado do V Exército dos Estados Unidos, também era integrado por forças de várias nacionalidades. A divisão brasileira deveria chegar à frente italiana justamente quando escasseassem os reforços em efetivos norte-americanos ou britânicos, já então sendo encaminhados para a invasão da Europa ocidental (WALTERS, 1986, p.83).

Contudo, para o gabinete de guerra britânico, já havia contingentes de nacionalidades diferentes demais naquela área e uma força brasileira seria simplesmente um problema adicional (MOURA, 2012, p.148). A intervenção dos Estados Unidos junto ao governo britânico, expondo os ganhos que viriam a ter com a incorporação da FEB ao V Exército, já expostos neste trabalho de pesquisa, foi um ponto chave para aprovação do governo de

¹¹⁹ WALTERS, Vernon A. *Missões Silenciosas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986, p.77.

Churchill, que acabou aceitando o pedido norte-americano, em adicionar as forças brasileiras no contingente aliado.

Nessa guerra de quase oito meses, a FEB perdeu cerca de 440 homens, entre soldados e oficiais. Teve perto de três mil internados nos hospitais da retaguarda, mas, conseguiu capturar 20.573 prisioneiros¹²⁰. Tudo isso são números, que transmitidos de forma fria e desavisada não possibilita àqueles que os examinam uma melhor compreensão do quadro de horror que serviu de base para a exteriorização dessa lógica matemática, tão apartada dos sentidos, sem lógica de emoção.

Analisar números pode ser uma atitude meramente interpretativa. No entanto, faz-se mister entender que por trás dos números existe vida ou, como neste caso, morte. Os ex-combatentes que morreram na Itália não podem ser encarados apenas como estatística, apresentada em um relatório, expedido por alguma organização vinculada às Forças Armadas do país.

Há sim que se ter uma noção mínima de que a base para a reflexão e o entendimento do quadro material que se deseja estudar pode ser construída sobre os dados obtidos. Ir além desses dados numéricos, construindo uma perspectiva historiográfica, é um dos grandes objetivos do historiador, que não se abstém de erguer esse escopo sem se sustentar no método historiográfico.

Assim sendo, dos 443 ex-combatentes mortos na Itália, cinco deles são naturais do estado de Alagoas¹²¹. São eles: soldado Eduardo Gomes dos Santos, falecido em 14 de abril de 1945; soldado José Guilherme da Silva, falecido em 16 de abril de 1945; terceiro sargento Benevides Valente Monte, falecido em 21 de fevereiro de 1945; o soldado cabo Olivaldo Barbosa Vilanova, falecido em 29 de novembro de 1944, e o tenente Alberto¹²². Todos mortos em combate¹²³.

Esses cinco jovens ex-combatentes alagoanos, mortos em solo italiano, tiveram as suas homenagens asseguradas após o fim do conflito. Um simples ato que para o Exército representava um pagamento justo para com esses soldados e seus familiares. A entrega da

¹²⁰ Roteiro da FEB, disponibilizado pela Associação dos Ex-combatentes do Brasil, secção de Alagoas, baseado em dados disponibilizados pelo Exército brasileiro.

¹²¹ Todos os estados brasileiros estavam representados na FEB, e entre todos São Paulo foi o que teve o maior número de mortos, 92. Minas Gerais perdeu 80 homens; o estado do Rio de Janeiro, 63; o então Distrito federal chorou a morte de 50 cariocas; 29 paraenses e 28 catarinenses ficaram no cemitério de Pistóia, ao lado de 21 gaúchos, 17 goianos, 13 pernambucanos, 12 capixabas, 11 baianos, 6 cearenses, 6 paraibanos, 6 rio-grandenses-do-norte, 6 sergipanos, 5 alagoanos, 4 paraenses, 2 piauienses, 1 acreano e 1 amazonense. Um só estado, o maranhão, foi mais feliz: não teve uma só morte na campanha da FEB. (SILVEIRA, Joel e, THASSILO, Mitke. *A Luta dos Pracinhas: A FEB 50 anos depois, uma visão crítica*. Rio de Janeiro: Record. p. 24.)

¹²² *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas*, ano: 1945-1946, volume XXIV, pág 155.

¹²³ Ver imagem dos pracinhas alagoanos mortos no anexo.

medalha de campanha da FEB e da medalha “Sangue do Brasil” às famílias dos militares mortos tinha como propósito a reparação pelos atos de bravura provindos de uma ínfima parcela da população que se arriscou na guerra¹²⁴. No entanto, quase nada de documentação e de registro se tem a respeito desses soldados.

O ex-combatente Ulisses Firmino de Oliveira lembra com pouca saudade do tempo em que esteve na Itália. Homem humilde, advindo do campo, conseguia observar a sua guerra sem deixar de constatar o grau de dificuldades que o Brasil iria passar durante o conflito. Afirmou em entrevista¹²⁵ que, apesar do país não estar tão preparado quanto deveria, já estavam lá e nada mais poderiam fazer. A não ser guerrear, para não morrer.

Para ele, “o Brasil estava preparado ‘apulso’”. A sua viagem é um retrato desse despreparo quando viu vários soldados enjoados, não só pela falta de prática no mar, mas também, pela falta de informação sobre procedimentos simples de viagens náuticas, como o cuidado com a alimentação exagerada. Seu Ulisses ressalta o fato de ter comido muito pouco, e que talvez tenha sido essa a razão dele não ter ficado muito enjoado com a viagem¹²⁶.

O Capelão alagoano, Alberto da Costa Reis, relata que as condutas permitidas dentro do navio de embarque para a Itália passavam por um rigoroso procedimento de aceitação, como, por exemplo, colete de salva-vidas. Diz o Capelão Alberto “que foram 14 dias de viagem para chegar à Nápoles e ninguém sabia do destino, a não ser o comandante do navio, Mascarenhas de Moraes e o general Zenóbio” (MOTTA, 2001, p.206). O capelão relata que antes mesmo de desembarcarem já se tinha, para ele pelo menos, uma ideia do caos que o país estava passando, ao avistar a estátua equestre de bronze do Rei Vitor Emanuel, tombada ao chão (MOTTA, 2001, p.206).

As enfermeiras brasileiras também ao desembarcarem notaram muita diferença em comparação às suas colegas norte-americanas. “Durante a viagem, e ao chegarem à Itália, as primeiras enfermeiras sofreram inúmeras humilhações por não terem posto. Diziam que elas pertenciam ao círculo de oficiais, mas não possuíam nenhuma divisa” (CANSANÇÃO, 1987, p.206).

Os norte-americanos não entendiam essa complicação, pois as suas enfermeiras, assim como a dos demais países, tinham suas situações claras e definidas. Isso fez com que as primeiras a embarcar passassem fome por não poderem ir para os refeitórios de oficiais nem

¹²⁴ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas*, ano 1947, volume XXV, pág. 110.

¹²⁵ OLIVEIRA. U. Firmino. Entrevista concedida ao autor, realizada no dia 14/09/2013.

¹²⁶ *Ibid.*

para o de civis. Foram alojadas durante a viagem com as WACS, e não com as colegas (CANSANÇÃO, 1987, p.64).

Como as brasileiras não eram oficiais, as colegas americanas não as reconheciam como iguais e as destratavam. A solução chegou com a autorização para que as enfermeiras portassem uma estrela em seus uniformes, elevando-se simbolicamente a tenentes, mas o soldo e o status continuavam ao de um 3º sargento (LEITE, 2011, p.11).

O capelão Alberto relata que não havia, num primeiro momento, posto hierárquico no Serviço Religioso para a FEB. Para alguns oficiais, os capelães pertenciam ao Estado-Maior da Unidade, ganhavam como 1º tenente, mas sem posto. Ao chegar à Itália, houve uma reunião entre todos os capelães brasileiros com o Coronel Ryan, Capelão-chefe do V Exército, que era padre¹²⁷. Nesta reunião ficou entendido que a situação dos brasileiros não poderia ficar da forma que estava. Era preciso estabelecer alguns postos de comando. Foi então que a pedido do Coronel Ryan, diretamente ao General Mascarenhas de Moraes, ficou estabelecido os postos de comando do Serviço Religioso na FEB (MOTTA, 2001, p.205).

A atual configuração hierárquica do Serviço Religioso brasileiro teve grande influência da participação do Brasil na Segunda Guerra. Marcou-se de forma bastante significativa para esse grupo, o desfile de 24 de outubro de 1944. Foi o momento em que o próprio Getúlio confirmou ao então arcebispo do Rio, D. Jaime de Barros Câmara, cardeal nomeado pelo Papa Pio XII logo após a Guerra e amigo íntimo do capelão Alberto, futuro capelão-chefe e Vigário Geral das Forças Armadas, a decisão de criar um Serviço de Assistência Religiosa (SER), via decreto¹²⁸. No dia 26 de outubro de 1944, tal serviço acabou sendo institucionalizado por ato do poder executivo federal¹²⁹.

A guerra é um fenômeno que abrange vários outros acontecimentos, das mais variadas naturezas, com objetivos não tão simples de serem analisados por aqueles que não participaram direta, ou indiretamente, do fato acontecido. A medida que a tecnologia avança, novas matérias são postas à público, com novos relatos, novas abordagens e, claro, novas imagens que nos darão uma ideia não da realidade total vivida, mas de parcela da prática ou do desenrolar, do conflito traumático que foi a guerra.

¹²⁷ O número de capelães que serviram na FEB era de 26 homens. Sendo que, 24 eram católicos e apenas 2 eram protestantes. (MOTTA, Aricildes de Moraes. *História Oral do Exército Brasileiro na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Bibliex, Tomo 2, 2001, p. 205.)

¹²⁸ *Ibid.*, p.218.

¹²⁹ Oficialmente, a assistência religiosa às forças armadas foi criada no Império, pelo decreto nº 747, de 24 de dezembro de 1850. Contudo seu restabelecimento ocorreu por ocasião da Segunda Guerra Mundial, com o Decreto Lei nº 5573, de 26 de maio de 1944. Fonte: <<http://sarex.dgp.eb.mil.br/index.php/historico>>.

Muito material já foi, e ainda está sendo, elaborado sobre as grandes guerras. Principalmente quando se está a falar da maior de todas, não só pelo seu poder de fogo, ou pelo seu envolvimento de homens e mulheres dos mais variados cantos do mundo, mas também pela divulgação que ela sofreu ao longo desses quase setenta anos do seu término.

O nome mais requisitado nas pesquisas sobre a participação do Brasil no conflito em questão é o de Joel Silveira, um correspondente brasileiro que foi convocado pelo jornal *Diário Associados*, para cobrir o Brasil na guerra, mais especificadamente a atuação da FEB, junto ao V Exército norte-americano, na Itália, por volta de 1944.

Foram onze meses de ligação direta com os soldados brasileiros. Nesse período, algumas notícias sobre o teatro de operações estiveram dentro de seu objetivo enquanto correspondente de guerra¹³⁰. A vida dos pracinhas, o seu cotidiano, no território italiano foi o seu maior objeto de registro.

Na Itália, o frio foi sem dúvida um dos grandes inimigos que os soldados brasileiros tiveram. Às vezes, a temperatura chegava até 15 graus abaixo de zero. Cidades como Pistóia e Toscana eram, naquele momento, muito frias, até para os padrões europeus. E foi lá que os pracinhas brasileiros se instalaram por dois meses. Avançaram para Porreta-Terme, onde protagonizaram as suas mais famosas conquistas: a vitória de Monte Castelo (21/02/1945), a de Castelnuovo e Soprassano (04/03), a de Montese (14/04), e o cerco e aprisionamento da Divisão alemã, a 148ª (28 a 30/04) (SILVEIRA, 1987, p.21).

Por conta de um desses episódios, no de Montese, houve a criação de um Pelotão Especial que conseguiu aprisionar alguns soldados alemães, em um ataque de limpeza a um casario da região já dominada pela FEB. Dos vinte e um componentes, um dos integrantes desse pelotão era o soldado alagoano Antônio Manoel Raimundo, que apesar de ter participado efetivamente da operação, não se conseguiu encontrar nenhum registro de seu depoimento sobre o acontecido (ALMEIDA, 1985, p.156-7).

Outro que esteve presente em um dos momentos de ação da FEB na Itália foi o 2º Tenente Ulisses Firmino de Oliveira. Em entrevista¹³¹ diz que participou do ataque ao Monte Castelo, afirmando que a grande dificuldade era o posicionamento dos alemães, que ficavam em cima, atirando com metralhadoras muito difíceis de serem combatidas. Muitos brasileiros morreram naquela operação, sendo que os médicos, segundo senhor Ulisses, tinham cobertura

¹³⁰ No seu livro *ALuta dos Pracinhas* Joel Silveira, juntamente com Thassilo Mitke, descreve as dificuldades que os soldados brasileiros passaram quando das suas atuações na Itália. As operações de guerra, os vários obstáculos encontrados pela FEB eram escritos e transmitidos aos brasileiros que aqui se encontravam, através principalmente de jornais.

¹³¹ OLIVEIRA. U. Firmino. Entrevista concedida ao autor, realizada no dia 14/09/2013.

dos soldados febianos. Conta ele que em alguns momentos, os médicos desciam dos aviões, com os enfermeiros, que levavam os que não tinham condições, e aqueles que ainda possuíam alguma força, ficavam gemendo, às vezes até morrer.

A vida que os soldados levaram no *front* não era, de forma alguma, algo que se possa entender como uma etapa passageira, que mais cedo, ou mais tarde, terminaria. As dúvidas sobre as possibilidades de sobrevivência eram constantes. Senhor Ulisses esclarece que todos tinham saudade de casa. E completa com uma frase bem forte: “Quem ‘tava’ num inferno daquele, não saía porque não podia¹³²”.

Carlos Scliar, cabo-artilheiro da FEB, conseguiu ilustrar em desenhos alguns momentos vividos pelos ex-combatentes brasileiros. O soldado anônimo, tão bem denominado por Rubem Braga, que assim como Joel Silveira, era correspondente de guerra, foi desenhado de forma bastante ilustrativa em um caderno sobre atuação desses homens nos mais diversos momentos em que estiveram na Itália.

O texto de Braga, somado aos desenhos de Scliar, contorna e dá vida ao caderno de guerra, que ajuda a entender o momento histórico vivido por aqueles que perpassaram os principais livros militares escritos até o momento sobre a participação dos pracinhas brasileiros na Segunda Guerra.

É de Braga a consciência de que “neste caderno não estão as imagens dolorosas nem as mais cheias de movimento da guerra que nossos homens viveram... a saudade o agarrava com as unhas fundas”, e continua o jornalista “mas soava uma hora, que era a hora de fazer alguma coisa, e ele ia fazer. E retomava seu novo ritmo. Forte coisa é a guerra, cuja rotina, em meio a todas as misérias, embala o homem¹³³”.

Em entrevista a um documentário sobre a FEB, Scliar, que hoje é artista plástico no Rio de Janeiro, esclarece que por achar que iria morrer na guerra, resolveu, aos 24 anos, produzir, mesmo que de forma tão simples, algo que pudesse ser documentado. Daí veio a ideia de registrar tudo que achasse interessante no seu convívio. Diz ele que: “na minha folga desenhava tudo que me cercava. Fiz quase mil desenhos e aqueles que serviram de documento eu guardei¹³⁴”.

Continua Scliar, agora relatando sua experiência pessoal com a guerra: “A guerra é uma experiência que não desejo nem para o meu pior inimigo. Porque não é solução

¹³² *Ibid.*

¹³³ SCLIAR, C. *Caderno de Guerra de Carlos Scliar; texto de Rubem Braga*. São Paulo: Pinacoteca do estado, 1995.

¹³⁴ A *Cobra Fumou na Itália*. Entrevista com Carlos Scliar. 1’32”32. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=Z726h2euqBs>> . Acesso em novembro de 2012.

absolutamente para coisa nenhuma... para mim é uma monstruosidade a guerra sob qualquer aspecto que você analise. Eu sou um violento pacifista¹³⁵”.

Também no ataque a Monte Castelo, houve a atuação de pilotos da FAB. Atingindo as posições e os locais de reservas alemãs, contribuiu para o desenvolvimento das operações de infantaria da FEB. A base de soldados brasileiros era extremamente jovem. Em média, 23 anos. Eram também bem jovens os soldados que participaram da FAB (Força Aérea Brasileira). Alguns desses jovens morreram em combate, outros foram mandados para suas casas ou continuaram a servir a Força Aérea Brasileira. Neste grupo houve alguns alagoanos que serviram à aviação de guerra na Itália na Segunda Guerra Mundial.

No livro do Major John W. Buyers¹³⁶ existe uma considerável documentação a respeito da 1ª DIE, além de inúmeros relatos pessoais de vários ex-pilotos que lutaram na 2ª Guerra. O livro torna-se interessante para esta pesquisa sobre os alagoanos que estiveram envolvidos na guerra não só porque foi escrito por alguém que esteve envolvido diretamente nela, como foi o caso do Major Buyers, mas pelo fato, também, de trazer um registro da atuação de pilotos alagoanos, pouco ou quase nada relatada.

O Major Buyers, que em entrevista, na sua residência em Utinga, disse que “se sentia feliz por ter agido com urbanidade e solidariedade para com os seus companheiros mesmo ao término da guerra”, e que uma das provas disso era o fato de “ter se lembrado deles na sua obra”.

Infelizmente, será tratado aqui apenas três alagoanos, pois a documentação referente à participação de Alagoas, junto à FAB, foi bastante difícil. A possibilidade de se constatar apenas esse número de combatentes, graças aos registros do Major Buyers, não significa poder afirmar que só houve três alagoanos na composição da FAB. Tal afirmação não seria verdadeira, dado o fato de possivelmente existir outras documentações que possam comprovar um número maior de alagoanos.

Sendo assim, o primeiro foi o 2º Tenente Aviador Álvaro Eustórgio de Oliveira e Silva, BO-826, nascido em data de 5 de dezembro de 1922, na cidade de Maceió. Foi direto do Brasil para a Itália como reposição de piloto, tendo logo a função de piloto combatente, executando 93 missões de guerra (BUYERS, p.209).

Em 02 de janeiro de 1945, ele foi promovido a 1º Tenente, por tempo de serviço. Como militar profissional, ao regressar da Itália, assumiu a função de piloto e chefias

¹³⁵ *Ibid.*

¹³⁶ BUYERS, John W. *A História do 1º Grupo de Caça, 1943-1945*. Maceió: Editora do Autor, 2001.

diversas, exercidas na Base Aérea de Santa Cruz, no 1º Grupo de Caça, Escola dos Affonsos, Base Aérea Galeão, 1º e 2º Grupo de Transporte, realizando sempre missões do Correio Aéreo Nacional (CAN), até a sua morte, em 7 de agosto de 1951 no Rio de Janeiro, em um acidente de aviação. Casou-se com a Sr^a. Arlete de Oliveira e Silva, que declarou, no livro do Major (2001, p. 209), o seguinte:

foi curta a sua vida após a guerra, e ele evitava o assunto sempre que podia. Tenho a impressão que o horror da destruição que era obrigado a causar por dever de ofício e por imposição do momento deixou marcas profundas em sua sensibilidade. Nos cinemas, por exemplo, ele saía abruptamente, se fossem anunciados documentários de guerra. Da guerra não levou troféus que lhe importassem.

O segundo, diz respeito a um alagoano nascido na cidade de Palmeira dos Índios, em data de 14 de janeiro de 1924, seu nome soldado Antonio Rodrigues de Oliveira B-588. Tinha a função no setor de armamentos. Há um dado curioso a respeito do soldado ora citado. Como o 1º Grupo não tinha um Especialista Taifeiro Barbeiro, fora das horas de trabalho, “Areinha” se prontificou a cortar, inicialmente, os cabelos dos oficiais. Em data de 5 de março de 1945, foi promovido a Cabo. Foi condecorado com o Mérito Santos Dumont e Presidential Unit Citation (USA). Ao regressar ao Brasil continuou na FAB, foi promovido a 3º Sargento e as demais graduações, até ser transferido para a reserva remunerada como 2º Tenente (BUYERS, p.212).

O terceiro alagoano que combateu junto à FAB na Segunda Guerra foi o 2º Sargento Ernani Machado de Gusmão, B-324, nascido em data de 10 de dezembro de 1916. Tinha a função de homem chave no setor de operações. Em data de 4 de janeiro de 1945, foi promovido a 1º Sargento. Teve como condecorações a Campanha da Itália e Presidential Unit Citation (USA). Ao regressar ao Brasil, continuou na FAB sendo promovido na ativa como 2º Tenente. Continuou a exercer funções administrativas até ser transferido para a reserva remunerada como 1º Tenente (BUYERS, p.267).

Da mesma forma que entendemos ser importante escrever sobre os alagoanos convocados para participarem da FAB, o registro de outros nomes de alagoanos que compuseram o quadro de ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira também deverá ser demonstrado neste trabalho.

Pela falta de possibilidades em entrevistá-los e de não ter achado nenhuma documentação mais detalhada sobre as suas participações, tivemos, apenas, os fichamentos da Associação de Ex-combatentes de Alagoas como ponto de referência. Muitos deles morreram,

outros estão doentes ou simplesmente não foram encontrados e só puderam ser lembrados como convocados para guerra, graças a algumas velhas fichas que pudemos ter acesso.

Exporemos apenas os seus nomes, as datas de seus nascimentos e os seus locais de origem, ratificando o fato de não ter sido possível completar tais dados com outra documentação mais detalhada sobre eles. Dessa forma, teremos: Antônio José da Silva, nascido no dia 04 de setembro de 1921, morador da cidade alagoana de Porto Real do Colégio; Antônio Gomes dos Santos, de 21 de janeiro de 1921, morador de Igaci, Alagoas; Agnaldo Gusmão de Moraes, nascido em 24 de novembro de 1919, morador do bairro Ponta Grossa, Maceió (Falecido em 2006); Augusto Zeferino de Souza, de 16 de junho de 1920, morador do bairro do Poço, Maceió (Falecido em 2006); Walter do Nascimento Dantas, de 25 de dezembro de 1921, morador da cidade de Penedo, Alagoas; Humberto de Lucena Sarnento, nascido em 30 de dezembro de 1922, de União de Palmares, alagoas; Olimpio dos Santos, de 07 de julho de 1923, do bairro Vergel do Lago, Maceió; Eraldo Pinheiro de Novais, nascido em 15 de agosto de 1918, do bairro do Prado em Maceió; Aníbal Modesto Duarte, de 29 de janeiro de 1921, do bairro da Ponta Verde, Maceió (Falecido em 2005); Pedro Ramos Góes, de 01 de maio de 1924, morador do bairro Farol, de Maceió (Falecido em 2007); Zacarias Santana, de 03 de novembro de 1923, do bairro do Farol, Maceió; Elzébio Lopes dos Santos, nascido em 19 de fevereiro de 1922, do Farol, Maceió; Lourenço Manoel dos Santos, de 29 de janeiro de 1918, morador do bairro Jacintinho Maceió; Euclides Gomes Bezerra, nascido em 23 de junho de 1922, morador do bairro Ponta da Terra, Maceió; Pedro Jenoino dos Santos, de 06 de fevereiro de 1921, do bairro do Poço; Justino Nunes Costa, de 14 de abril de 1921, morador do bairro do Farol (Falecido em 2004); José Maria Oliveira, nascido em 01 de agosto de 1925, de Rio Largo, Alagoas.

Todos esses inscritos foram convocados e transportados para a Itália. Fizeram parte, assim, dos 148 alagoanos que compuseram o quadro geral da FEB. Não puderam dar nenhum depoimento sobre as suas respectivas participações na guerra, mas tiveram seus nomes confirmados, ao menos, pela associação que os representavam.

Apesar dessa falta de documentação mais vasta a respeito desses ex-combatentes, pudemos realizar algumas entrevistas com outros pracinhas alagoanos. Os seus depoimentos, que foram colhidos para esta dissertação, referem-se mais especificadamente àqueles que ou participaram da guerra no *front* ou tiveram as suas convocações restritas à defesa do litoral. Não eram, assim, indivíduos convidados a participarem da guerra, mas homens e mulheres convocados e obrigados a se apresentarem às Forças Armadas brasileiras para servirem na Itália ou no Brasil.

Suas memórias, só agora registradas, e o espaço de memória encontrado no estado de Alagoas, no que diz respeito à Segunda Guerra Mundial, foram por todos esses anos mantidos quase que esquecidos. Algumas poucas notícias publicadas em jornais locais foram as únicas menções encontradas sobre a memória de guerra no estado. Essa falta de memória ou essa política de esquecimento será o conteúdo do próximo capítulo, juntamente com as entrevistas feitas com os ex-combatentes alagoanos e a criação da Associação dos Ex-combatestes do Brasil, secção Alagoas (AECB-Al).

3. MEMÓRIAS DE GUERRA EM ALAGOAS.

Nos capítulos anteriores foram analisados os principais pontos referentes aos acordos firmados entre o Brasil e os Aliados, principalmente com os Estados Unidos, quando da propositura da III Conferência de Chanceleres Americanos acontecida no Rio de Janeiro, em 1942, que confirmou o compromisso brasileiro de se unir aos Aliados e fornecer a eles matérias-primas, pontos estratégicos do seu território e o envio de uma Força Expedicionária para a Europa. Em troca, o país acaba ganhando uma garantia de receber armamentos e investimentos do Governo norte-americano. As suas principais características e os seus reflexos em Alagoas, como os incentivos para a produção da borracha no estado, também puderam ser vistos.

Pôde-se, da mesma forma, demonstrar a preparação e o envio das tropas brasileiras para a guerra na Itália, quando mais de 25.000 mil homens e mulheres tiveram que ser transportados de navio para o conflito naquele país. As entrevistas com alguns alagoanos convocados para a Segunda Guerra Mundial e os registros de relatos feitos por pesquisadores e estudiosos do assunto foram importantes para se entender um pouco mais do que foi a guerra no *front* italiano.

A ida da FEB para a Itália é criticada e vista como garantia do governo Vargas de um acento permanente, quando da criação de um órgão internacional que servisse de mediador dos conflitos entre os países frente aos ganhadores da guerra, no caso os Aliados. Queria o governo ter condições de cobrar esse direito alegando ter enviado uma Força Expedicionária, a única da América Latina, para a guerra junto ao bloco dos países de democracia liberal.

Não se pode, contudo, delegar aos soldados brasileiros o papel de defensores dessa política de moeda de troca, visto que o conhecimento dessas condições não fazia parte do seu entendimento. Estavam numa guerra, em sua grande maioria, obrigados por força da convocação e não tinham escolha. No próprio teatro de operações na Itália não tinham o que fazer a não ser se manter vivos e voltar para casa o mais rápido possível.

A chegada dos ex-combatentes brasileiros ao Brasil foi num primeiro momento celebrada com grandes festas e muita alegria. Contudo, passado alguns meses esse clima de euforia se contrastou com a dura vida que os praças tiveram que encarar após o seu retorno à pátria mãe. O despreparo dos governos e da sociedade em reinserir os veteranos de guerra mostrou-se evidente. Os cidadãos-soldados, que haviam participado da guerra, tiveram suas vidas alteradas compulsoriamente por conta das suas convocações. Os anos se passaram e

apesar da criação de leis e benefícios sancionados oficialmente aos ex-combatentes, na prática, estes foram deixados à sua sorte.

Neste capítulo, pretende-se trabalhar com depoimentos de ex-combatentes, que não tiveram as suas falas registradas nestas quase sete décadas, coadunando assim com o entendimento de que as memórias de muitos soldados ainda precisam ser registradas, visto que são parte do que se pode chamar de memória viva de um período extremamente conturbado tanto para o país quanto para o resto de grande parte do mundo.

Também será discutido neste capítulo, além da memória desses velhos ex-combatentes e o momento que diz respeito à chegada desses soldados em solo brasileiro, a sua reintegração à sociedade, com a criação de uma instituição voltada para a segurança dos direitos e das garantias dos pracinhas e de sua memória de guerra, no caso, A Associações dos Ex-combatentes, Secção Alagoas, que representa um dos poucos espaços de memória da Segunda Guerra Mundial no estado alagoano.

3.1. Memórias de Velhos Sobre os Dias de Guerra.

Embora tenha citado neste trabalho algumas considerações feitas por ex-combatentes alagoanos em diários, livros de memória, jornais, e em outros textos sobre alguns momentos em que estiveram envolvidos na guerra, as suas declarações em entrevistas concedidas para esta dissertação serão analisadas dentro de uma abordagem mais específica neste capítulo, mesmo já tendo sido expostas algumas falas dos ex-combatentes entrevistados durante este trabalho.

Não há intenção por parte deste estudo de hierarquizar os meios de prova utilizados para a construção desta dissertação. Se a análise das entrevistas ganha um destaque especial será pelo fato de não se poder desqualificá-las diante do que foi proposto como objeto de estudo que é a participação de ex-combatentes alagoanos durante a Segunda Guerra.

As discussões bibliográficas sobre a preparação e o envio dos soldados e sobre o papel da FEB na Itália ganha um contorno mais geral, menos específico, se não analisarmos algumas falas dos soldados que participaram da guerra. No caso em questão, os depoimentos dos ex-combatentes alagoanos que foram convocados em 1944 e que nos proporcionaram registrar suas impressões daqueles momentos vividos por eles.

Ao todo foram seis alagoanos que conseguimos entrevistar. Os senhores Abel do Amor Divino, Rosalvo José de Souza, Ulisses Firmino de Oliveira, Joaquim Balbino dos Santos, Aurino Ribeiro da Silva e Assis de Barros Costa. Todos tiveram a espontaneidade de

relatar, depois de quase 70 anos, as suas impressões da guerra e tentaram estabelecer um nexo de relação entre a sua vida durante e depois de terem sido convocados para defenderem o Brasil.

A média de idade dessas pessoas entrevistadas, quando das suas convocações, estava em torno de vinte e poucos anos¹³⁷. Era a média de idade dos brasileiros convocados durante os últimos anos de guerra. Eram solteiros, não tinham filhos e detinham pouca instrução escolar. Vinham de famílias com uma renda econômica baixa e trabalhavam no setor urbano. Eram empregados, comerciantes ou servidor do estado como condutor de bondes.

Atualmente, encontram-se instalados em suas casas com seus familiares sendo aposentados como ex-combatentes, recebendo uma quantia irrisória que mal dá para custear as suas necessidades básicas. Ajudam os familiares naquilo que podem e recebem deles certa consideração por terem os ajudado muito mais quando ainda detinham forças para trabalhar.

São velhos homens que com a sua velhice conseguem ainda se situar no espaço deturpadamente estabelecido para os mais jovens que eles e que por conta do descaso de alguns e da falta de sensibilidade de outros para com o passado, e consequentemente pela memória, fazem com que estes velhos combatentes continuem lutando para manter vivo aquilo que acreditam ser importante e que talvez seja o sentido para viverem ao longo desses tantos anos de vida, ou seja, a pura e simples vontade de seguir vivendo.

Nas lembranças e nas memórias das pessoas idosas, pode-se detectar uma história social bem desenvolvida, pois elas já passaram por um determinado tipo de sociedade ou modo de vida caracteristicamente marcado e conhecido pelos mais velhos. Tiveram a vivência de referências familiares e culturais anteriores, diferentes das impostas atualmente. Dessa forma, “sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que uma pessoa de idade” (BOSI, 1994, p.60).

A memória dos velhos suscita cuidados, visto que é diariamente desprezada pela sociedade contemporânea muito mais do que qualquer outro tipo de sociedade já estabelecida. Para Bosi:

Além de ser um destino do indivíduo, a velhice é uma categoria social. Tem um estatuto contingente, pois cada sociedade vive de forma diferente o declínio

¹³⁷ Requisitos para ser convocado: Ser brasileiro nato, ter mais de 21 anos e menos de 26 anos de idade, ter boa conduta comprovada com atestado da competente autoridade policial ou por oficial das Forças Armadas Nacionais, ser solteiro ou viúvo sem filhos e ter no mínimo instrução primária completa (fonte: *Jornal de Alagoas*: 27/06/43 (IHGAL)).

biológico do homem. A sociedade industrial é maléfica para a velhice, pois no lugar de dar continuidade a sua obra, simplesmente a destrói e no seu lugar e construído um novo empreendimento que força a ideia de continuidade de algo sempre novo, sujeito por sua vez a um futuro de transformações (BOSI, p.77, 1994).

Essa falta de noção da importância da memória dos velhos faz com que dificulte o seu papel na sociedade de verdadeiros guardiões das experiências vividas e dos acontecimentos possíveis de serem revividos por aqueles que se dispõe a ouvi-los. O velho passa a ter uma função social por conta da característica de ser velho ou de ser o indivíduo que lembra. Por isso, existe um momento em que “o homem maduro deixa de ser um membro ativo da sociedade, deixa de ser um propulsor da vida presente do seu grupo e passa a ter uma função própria: a de lembrar” (BOSI, 1994, p.63).

POLLAK (1989) descreve sobre as memórias subterrâneas, que são aquelas que ficaram por muito tempo oprimidas pelas construções oficiais. Essas memórias vêm à tona quando grupos que até então não tinham voz passam a ter por conta de um movimento de revisão, ou de uma autocrítica do status quo vigente, ou por atitudes de pessoas ligadas a grupos marginalizados, a expor as suas ideias sobre um acontecimento de que fizeram parte. Assim:

Essa memória "proibida" e portanto "clandestina" ocupa toda a cena cultural, o setor editorial, os meios de comunicação, o cinema e a pintura, comprovando, caso seja necessário, o fosso que separa de fato a sociedade civil e a ideologia oficial de um partido e de um Estado que pretende a dominação hegemônica. Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória (POLLAK, 1989, p.03).

Existe também a questão das lembranças que sobrevivem mesmo por dezenas de anos, lembranças traumatizantes que esperam o momento mais adequado para serem expressas. Essas lembranças confinadas ao silêncio por tanto tempo e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. Para Pollak:

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo em que ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, acaba com isso esperando a hora de ser registrada e publicada para atingir um alvo maior de expectadores e forçar uma redistribuição das cartas políticas e ideológicas impostas (POLLAK, 1989, p.03).

O registro das entrevistas dos ex-combatentes, colaboradores nesta dissertação, homens com mais de oitenta anos, permitiu a preservação das suas experiências dentro do contexto da guerra mais no Brasil do que na Itália¹³⁸, servindo às vezes de complemento da

¹³⁸ Infelizmente não se pode entrevistar outros pracinhas alagoanos que foram para a Itália por conta da dificuldade que se teve para encontrá-los. Os únicos que conseguimos localizar foram o senhor Ulisses Firmino de Oliveira e o senhor Macário L. de Albuquerque, sendo que este não foi autorizado pela família pelo fato de

bibliografia aqui utilizada, como a respeito da falta de treinamento dos soldados brasileiros para a guerra, sendo que em outros momentos acaba discordando dela em alguns aspectos e esclarece outros que não foram abordados principalmente pela bibliografia oficial. Como exemplo disso, tem-se a sua obrigação para servir ao país na guerra e não a sua livre escolha como querem afirmar principalmente a bibliografia oficial do Exército.

Assim, as entrevistas realizadas para este trabalho vêm para somar com as outras fontes que foram utilizadas¹³⁹, caracterizando-se como um recurso a mais de grau e importância também elevados. Os entrevistados foram abordados com o intuito de alargar o conhecimento sobre a participação de brasileiros na guerra, envolvendo mais a questão dos convocados, trazendo nas entrevistas os seus depoimentos. Não se esquecendo de considerar o fato de já ter passado muitos anos do final da guerra e não se ter encontrado nenhum estudo sobre esses combatentes alagoanos que aqui prestaram o serviço de colaboradores de informações e exemplos da memória viva de acontecimentos que viveram e presenciaram durante o período da Segunda Guerra Mundial.

O relato dos senhores Abel do Amor Divino, presidente da Associação dos Ex-Combatentes Secção Alagoas, e Assis de Barros Costa, ex-combatente da Marinha de Guerra brasileira, serão analisados oportunamente quando for estudado o tópico deste capítulo referente à Associação dos Ex-combatentes de Alagoas. Fica só a título de informação que o senhor Abel, alagoano, participou da Segunda Guerra Mundial como integrante da Marinha Brasileira de Guerra na defesa do seu litoral, juntamente com o senhor Assis.

Os relatos dos pracinhas entrevistados se dividiram quanto aos pontos positivos da sua participação como ex-combatentes. Para alguns, chegou a ser perceptível a relação que estabeleceram entre a sua convocação e o sacrifício despendido dentro de uma concepção de bondade e solidariedade. Para outros, as suas falas deixaram claro que o ponto mais positivo foi a aposentadoria como ex-combatente, conquistada a duras penas após a guerra.

O interessante de se notar é que essa visão menos patriótica dos ex-combatentes não foi aceita em muitos trabalhos produzidos pela bibliografia oficial do Exército¹⁴⁰. Falar sobre ex-combatente é relatar as suas experiências antes, durante e depois da guerra. Se naquele

acharem que uma entrevista sobre a sua participação na guerra iria complicar o seu estado emocional e físico já bastante debilitado.

¹³⁹ Livros, diários, jornais e outras entrevistas que foram utilizadas neste trabalho e que estão expostos na bibliografia deste estudo.

¹⁴⁰ Como exemplo tem-se uma coleção de depoimentos de ex-combatentes feita pelo Exército sobre a participação de brasileiros na Segunda Guerra Mundial. Dividida em tomos, com mais de 150 entrevistas sendo que a grande maioria delas trás depoimentos que exaltam o papel do soldado brasileiro como um verdadeiro herói imbuído apenas da coragem e do amor à pátria e da eterna satisfação em ter sido escolhido para representar o país na Itália e na defesa do seu litoral, mesmo tendo-se passado tanto tempo.

momento, 1944-45, não dava para fazer uma reflexão menos apaixonada do quadro geral da guerra, contudo os convocados sabiam o quanto seria difícil e acreditavam nas promessas feitas pelo Governo de dar a eles uma contribuição que valesse todo aquele esforço.

Essa contribuição, que muito mais tarde viria na forma de proventos, como aposentadorias, foi uma conquista reconhecida mais até do que o esforço de guerra despendido por alguns soldados brasileiros, tamanha seria a sua luta depois da guerra para sobreviver. Não mencionar essa motivação é deixar de registrar os relatos dos homens simples que tiveram muitas dificuldades até mesmo para comer ou dar sustento aos seus familiares.

Por outro lado, têm-se os relatos de alguns pracinhas impregnados de um amor patriótico que seria um vínculo social de sua identidade. Relatar feitos de amor à pátria, como o ato de servir ao país durante a guerra, os coloca dentro de um imaginário de pessoas nobres, de boa conduta e com aspectos de seriedade, criado pelo Exército e disseminado na sociedade. Seria um salvo conduto por toda a sua vida, que alguns sempre acharam que os identificasse com um grupo de homens honrados.

Algumas características de semelhança identificam os ex-combatentes entrevistados para este trabalho. O seu grau de escolaridade era bastante elementar. Apenas sabiam ler e escrever. Diferentemente do que se foi escrito em alguns trabalhos, que a maioria dos combatentes era analfabeta, tal afirmação contradiz com o fato de no ato convocatório uma das condições para ser recrutado era saber, ao menos, ler e escrever, mesmo que o básico.

Adivinham de famílias humildes, trabalhavam, eram assalariados e todos jovens. Tiveram suas vidas marcadas pela guerra, uns de forma mais acentuada, outros não tão marcadamente assim. Foram homens que conseguiram sobreviver não só à guerra, mas às dificuldades encontradas durante suas vidas e que pelo simples fato de terem sido convocados e de terem participado do maior conflito mundial já acontecido faz com que devam ser lembrados e ter seus depoimentos colhidos para poderem, assim, ser observados não só neste trabalho, como também em futuros estudos que envolvam este tema.

Na entrevista concedida por senhor Ulisses Firmino de Oliveira, ficou claro a sua boa vontade de nos acolher de forma bastante respeitosa e de se dispor a responder às perguntas que lhes foram direcionadas sempre com um sorriso no rosto. O ex-pracinha de 95 anos, ex-operário e lavrador, nos proporcionou uma ideia do que foi a guerra na Itália, quando lá esteve em 1944.

Com pouca escolaridade, mal sabia ler e escrever, utilizava a sua assinatura quando ia receber a sua aposentadoria de 2º Tenente, no quartel de Paulo Afonso. Ele foi convocado

em 1942, quando tinha 26 anos e morava em Delmiro Gouveia, local que permaneceria até os dias de hoje.

A sua convocação foi recebida por carta, entregue pela prefeitura de Água Branca, município de Alagoas. Ficou lá por um tempo e depois seguiu para o Rio Grande do Norte, onde serviu no 3º Batalhão, no quartel 29, sendo logo depois embarcado para a Itália. Relata a sua ida de Mata Grande, município alagoano, para Maceió. Numa viagem sem nenhum conforto, para poder se apresentar antes de seguir para o Rio Grande do Norte e de lá para a Itália.

Na viagem de navio, conta o senhor Ulisses, que viu muita gente enjoada. Tal atitude mostra como os pracinhas brasileiros estavam mal preparados para uma viagem de navio, quiçá uma guerra de tamanha proporção como foi a guerra no território italiano, assunto que já foi abordado no início deste capítulo e comprovou que diferentemente dos depoimentos publicados nos jornais, a verdade era que não havia um preparo minimamente sustentável dos pracinhas brasileiros. Ele revela que teve que comer pouco para ver se não passava mal durante a viagem.

Quanto ao treinamento, antes de partir para o teatro de operações italiano, ele conta que passou seis meses na praia, no litoral do Rio Grande do Norte treinando. Treinaram a parte física e a parte de manuseio com armas. Chegou a ter acesso a canhões de 150 mm e outras armas de fogo mais leves. Mas, mesmo assim, o treinamento foi muito superficial para a guerra que os esperava.

Ele conta que o caminhão foi cheio de gente para receber a convocação das mãos do prefeito. As dispensas, de acordo com ele, eram difíceis, mas alguns que ele conhecia alegavam que não poderiam servir por conta de algumas fraturas¹⁴¹. Era normal tal atitude dos brasileiros, principalmente dos mais ricos que inventavam todo tipo de desculpas para não serem convocados¹⁴².

Só a título de exemplo, houve uma circular, expedida pelo Ministério da Justiça, em que o governo alagoano faz um pedido ao arcebispo da arquidiocese de Maceió, Dom Ranulfo de Farias, para que tomasse providências quanto à celebração de casamentos religiosos de militar das Forças Armadas brasileiras, sem a apresentação de licença militar. Tal medida

¹⁴¹ Como a do seu amigo que teve um acidente no pé por conta de um carro-de-boi, ou alguns agricultores que foram dispensados (OLIVEIRA. U. Firmino. Entrevista concedida ao autor, realizada no dia 14/09/2013).

¹⁴² As autoridades militares constataram que a juventude de maior escolaridade apreciava fazer discursos favoráveis à guerra, mas não se apresentava para lutá-la. A avalanche de pedidos de dispensa de setores do funcionalismo público e de alta especialização técnica ao ministério da guerra atingia principalmente o pessoal mobilizado instruído, enquanto o pessoal sem instrução permanecia mobilizado. Essa evasão não passava despercebida pela população (FERRAZ, F. C.A. *A Guerra que não Acabou: A Reintegração Social dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)*. Londrina: Eduel, 2012, p.53).

objetivava impedir que praças da Marinha e soldados do Corpo de Fuzileiros navais burlassem a lei, visto que com o casamento esses homens podiam alegar ser impedidos para a convocação¹⁴³.

Tais atitudes não querem dizer que em todos os casos de dispensa ou de algum motivo que impossibilitasse o brasileiro de ser convocado, fosse constatável a fraude. Existiram pessoas que por motivos reais não puderam ser convocados, mas, que mesmo assim, compreendiam o seu papel dentro daquele momento de guerra.

Declara ele que a grande maioria dos convocados era pobre, “pé no chão”, vindo da classe operária da região. Foram as classes mais pobres que participaram da guerra. E isso não foi só uma característica brasileira. Alguns indivíduos de famílias mais abastardas também participaram, embora em número muito menor do que os advindos de famílias mais pobres.

Diz o senhor Ulisses que na hora de viajar teve até manifestação de mulheres seminuas, mostrando os seios para a tropa em sinal de despedida antes do embarque para a Itália. Não há registros de tais atitudes relatadas por senhor Ulisses. Fica apenas a sua fala como prova, embora tais manifestações de afeto por parte de mulheres simpatizantes dos soldados possam efetivamente ter havido. Que eles representavam um grupo muito popular nos meios de propaganda da época, isso é um fato. Talvez essa sua popularidade fizesse com que despertassem nas mulheres alguns sentimentos mais calorosos de afeto e de carinho.

Ele chegou a ver Mascarenhas de Moraes e Cordeiro Farias em Recife. Não teve um contato próximo com os dois, mas soube identificá-los e evidenciá-los, ao ponto de relatar tal episódio com um ar de satisfação e orgulho na sua entrevista. Essa identificação com o comando das Forças Armadas foi algo detectável em todos os entrevistados. Isso nos dá uma noção do quanto seria poderosa a concepção da hierarquia militar, pois ainda hoje há um respeito imenso dos ex-combatentes para com essas personalidades.

Quando chegou à Itália, o senhor Ulisses relata que ficou na divisão comandada pelos Estados Unidos, ou Quinto Exército. Conheceu cariocas, paraibanos teve contatos com alguns italianos, em especial as italianas. Mesmo afirmando que não ficou com nenhuma, seu Ulisses disse que por falta de chance não foi, mas o problema era a patrulha que atrapalhava. Tinha que sair todos os dias em patrulha pelas ruas.

Ele ficou na Itália por quase três anos, ou seja, mesmo com o fim da guerra ele ainda ficou no país. Diz ter participado de um dos combates ao Monte Castelo. Relata que “eu fui até o Monte Castelo. Fui não, me levaram. Porque eu não ia (risos)”¹⁴⁴. Diz ter visto muitos

¹⁴³ ESTADO de Alagoas. Secretaria do Interior, Educação e Saúde. Maceió, 13 de setembro de 1944.

¹⁴⁴ OLIVEIRA. U. Firmino. Entrevista concedida ao autor, realizada no dia 14/09/2013.

mortos e o trabalho dos médicos e enfermeiros, que recebiam cobertura para poderem trabalhar no salvamento dos soldados feridos, sendo que os mais graves ficavam gemendo até morrer. De acordo com senhor Ulisses, o Exército brasileiro estava preparado apulso para a guerra. Sentia muita saudade de casa e para ele “quem tava num inferno daquele, não saía porque não podia”¹⁴⁵.

Sobre se valeu a pena ter participado da guerra, o senhor Ulisses alega que valeu porque ganhava um salário vagabundo, salário não, esmola como ele próprio constata e que com a aposentadoria de ex-combatente deu para aumentar um pouquinho na renda de casa. Essa declaração não é só dele, mas de outros ex-combatentes.

Senhor Ulisses é um pouco surdo e declarou que muitas coisas que viveu naqueles tempos foram esquecidas por ele. Pensa que foi por conta da surdez que sua memória começou a falhar e a ficar comprometida. Não sabe senhor Ulisses que surdez e falta de memória tem pouca ou nenhuma relação. Talvez o fato de não falar mais sobre esses acontecimentos tenha prejudicado muito mais as suas lembranças do que a falha no ouvir e consequentemente a sua memória.

Infelizmente não se pode entrevistar outros alagoanos que foram para a guerra na Itália. Quando as informações sobre suas localizações, como endereço ou número de telefone, não eram insuficientes, existia o fato de já terem morrido ou de estarem sem nenhuma condição de saúde para nos possibilitar o registro das suas experiências de guerra.

O depoimento do senhor Ulisses comparado com outros depoimentos de ex-combatentes, advindos de outros estados, que chegaram a embarcar para o teatro de operações italiano, tem algumas diferenças dado o fato de se ter possibilitado aos outros pracinhas relatar sobre os acontecimentos ocorridos na guerra de uma forma menos recente que a entrevista concedida para este trabalho do velho ex-combatente alagoano.

Soma-se também o fato de muitos ex-combatentes terem sido convidados para dizer suas opiniões dentro de uma perspectiva altamente positiva dos acontecimentos que foram presenciados pelos outros entrevistados. Tirando as constantes histórias que ele contava para alguns familiares e para alguns moradores da localidade, daí porque conseguimos encontrá-lo, ninguém o requisitou para que expusesse as suas lembranças em filmagens ou em entrevistas como se fez neste momento, sem nenhum corte ou manipulação a favor ou contra sua condição de ex-combatente. Foi dado a ele total liberdade para se manifestar sobre suas experiências na guerra.

¹⁴⁵ *Ibid.*

São quase setenta anos que separam a sua vivência de guerra do seu relato gravado e transcrito neste trabalho. Mesmo que se tenha passado tanto tempo o conteúdo da sua memória pode ser comparado com a de outros relatos de ex-combatentes que participaram e coerentemente se assemelham com as suas lembranças registradas, sendo que há um acréscimo aos relatos já feitos, como, por exemplo, o desejo de poder escolher não ir para a Itália e ter que combater alemães e italianos inimigos.

Como bem assevera Bosi (1994) a sua memória sobre o conflito mesmo que passadas algumas décadas não pode ser tida como algo desprovido de veracidade. Por isso, que acreditamos ser necessário e importante o registro de sua fala e a transmissão de sua memória para servir de confirmação e de um maior entendimento sobre a participação dos brasileiros na guerra, mesmo tendo repetições e esquecimentos. Estes são fruto tanto do tempo, quanto da falta de importância que deram não só a ele como também a outros tantos soldados brasileiros que não tiveram a oportunidade de registrar as suas experiências por pura falta de cuidado e organização daqueles que se achavam os juízes da memória de um grupo, selecionadores das falas e intérpretes de pessoas que por serem simples indivíduos, supuseram não terem nada a declarar¹⁴⁶.

A história dos ex-combatentes brasileiros acabou, dessa forma, sendo reproduzida por homens e mulheres que ou tinham, naquela época, altos postos de comando ou passariam a tê-los com o tempo, as únicas pessoas dotadas de memória para servir de registro da história. Relatos de alagoanos, acreanos, maranhenses, amazonenses, sergipanos, paraenses entre outros naturais dos diversos estados da federação são mais difíceis de serem achados, graças ao fato de terem sido poucos os que os registraram e de, conseqüentemente, ter havido um número mínimo de publicações sobre esses soldados.

Ficou a impressão de que não participaram da guerra e se o fizeram foi de uma maneira pouco importante para atuação das Forças Armadas brasileiras¹⁴⁷. A proposta do registro de suas falas, assim, coaduna com a relevância do seu papel na guerra. É pouco sabido do seu papel como soldado, pelo fato de terem sido pouco lembrados, ou de serem nada requisitados para relatarem as suas participações no conflito.

¹⁴⁶ Pela pesquisa que fiz em alguns lugares como na Associação dos Ex-combatentes Secção de Alagoas, na 20ª CSM, no 59ª BTM e em outros locais, não consegui encontrar depoimentos de soldados alagoanos. Poderia ser de grande valia se conseguisse somar neste trabalho mais entrevistas de ex-combatentes do estado de Alagoas. Não afirmo que não existam, contudo foi-me assegurado por essas instituições que não existia nenhum documento parecido com uma entrevista de pracinhas alagoanos.

¹⁴⁷ Causou-me espécie um momento que tive a oportunidade de estar com alguns militares e ouvir de um oficial a indagação sobre a participação de alagoanos na Segunda Guerra Mundial com ar de surpresa. A sua dúvida é o reflexo de uma história ainda em construção e que teimam em afirmar apenas a colaboração de alguns como a participação de todos.

Senhor Ulisses é a prova que existe uma hierarquia de memórias, que depende do grupo que as colhe e que é através da coleta de outros indivíduos advindos das classes menos prestigiadas que se consegue alargar o conhecimento sobre o objeto pesquisado. É da sua fala que se pode entender que participar de uma guerra, da forma como os soldados brasileiros participaram, é temer a morte e criticar o fato de está naquela situação por conta de uma obrigação imposta pelo Estado e não apenas por uma atitude heróica e natural do bom soldado brasileiro, como querem os relatos de muitos oficiais de alta patente, que se beneficiaram dos seus postos para serem entrevistados como os únicos que podem opinar sobre a experiência brasileira na Segunda Guerra Mundial, dentro da esfera militar.

Da mesma forma que o ex-combatente Ulisses não quis guardar nada com ele de lembrança da sua ida para a guerra na Itália, um senhor entrevistado para o documentário sobre a FEB, feito no Rio, também afirmou que não quis trazer consigo nada que lembrasse aqueles momentos difíceis¹⁴⁸. E por que então deram seus testemunhos sobre seus dias no *front*?

Mais uma vez a vontade de ter suas experiências registradas para a posteridade se faz emergir sobre a negação de esquecê-las quando eram jovens. A dor de conviver com as imagens vividas durante todo esse tempo é substituída, mesmo que temporariamente, pelo desejo de tê-las registradas como algo de suma importância para um trabalho do qual a sua participação é necessária.

É o valor do seu depoimento que o torna mais forte que as dores do passado. É a aceitação da sua fala por alguém que eles julgam ser interessado e que se compromete em publicar e discutir o conteúdo falado por eles que os tornam mais receptivos e susceptíveis às lembranças supostamente esquecidas, mas que permaneceram vivas, assim como eles, mais velhas e mais dotadas de reflexão. Esse silêncio, ou essa recusa de dizer o que se lembra, talvez tenha sido moldado pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos (POLLAK, 1989, p.06).

Até mesmo os convocados que não foram para a Itália merecem uma consideração e um estudo sobre as suas lembranças e os relatos que porventura venham a dar para o registro de suas memórias sobre o evento da guerra. Aqui conseguimos registrar, além do senhor Ulisses, três indivíduos que participaram da guerra em solo brasileiro. Os senhores Rosalvo José de Souza, Joaquim Balbino dos Santos e Aurino Ribeiro da Silva. Como já foi exposto

¹⁴⁸ *A cobra fumou na Itália*. Disponível em : <http://www.youtube.com/watch?v=Z723h2euqBs>. Acesso em novembro de 2012.

em linhas anteriores sobre os pontos que assemelham estes alagoanos, fica proposto tratar de algumas questões, que dentro dos seus relatos, tornam-se mais singulares as suas entrevistas.

3.2 A Memória de Ex-combatentes Alagoanos Longe do *Front*

Muitos alagoanos que foram convocados para atuarem na guerra durante a década de 1940 tiveram a sua participação efetivada em solo brasileiro. Não se deslocaram para o teatro de operações na Itália, mas passaram alguns meses em treinamento no país e consequentemente na proteção do litoral brasileiro contra investidas militares dos países inimigos, principalmente no caso da Alemanha. A maioria dos que conseguimos entrevistar exerceram essa função junto ao Exército brasileiro.

A Associação dos Ex-combatentes do Brasil - Secção Alagoas tem dentro do seu quadro de sócios um número consideravelmente maior de representantes advindos mais da defesa do litoral do país, do que de ex-combatentes que participaram da guerra exercendo outras funções, apesar de já se ter observado neste trabalho que os alagoanos que foram convocados exerceram inúmeras funções diferentes no conflito.

Esse contingente maior de ex-combatentes alagoanos que desempenharam atividades de guerra no litoral foi algo que ficou mais visível no decorrer da pesquisa e se consolidou quando tivemos acesso às fichas de cadastro dos sócios da Associação de Ex-combatentes de Alagoas. A dificuldade de achar alagoanos ainda vivos, ou que tivessem condições de serem entrevistados, e que tivessem participado da Segunda Guerra em solo italiano tornou-se muito grande.

Tivemos que recorrer, dessa forma, aos jornais, a diários e a outros trabalhos que trouxessem alguns dados referentes aos ex-combatentes alagoanos. No entanto, as entrevistas feitas com ex-combatentes de Alagoas que atuaram em solo brasileiro, tornaram-se de grande valia para este trabalho dado o fato dos depoimentos desses homens terem sido bastante esclarecedores em relação as suas respectivas participações na guerra.

Se isso não bastasse, teve a publicação do Decreto-Lei nº 5.315 de 12 de setembro de 1967, que estendeu o conceito de ex-combatente a todos aqueles que estavam a serviço das Forças Armadas brasileiras durante a Segunda Guerra¹⁴⁹. Tal posicionamento jurídico reforça a importância da participação daqueles que mesmo ficando no Brasil, estavam a serviço do

¹⁴⁹ Fonte: Associação de Ex-combatentes do Brasil – Secção Alagoas.

país como possível reforço de guerra, sujeito a serem transferidos das suas posições para o território italiano.

Esse mesmo decreto não possibilitou, contudo, enquadrar como ex-combatentes os brasileiros que mesmo não tendo sido convocados oficialmente pelas Forças Armadas, deram a sua contribuição no patrulhamento da costa brasileira, exercendo a função de observadores de supostos submarinos ou embarcações inimigas.

Muitos litorâneos alagoanos ajudaram na defesa do seu litoral não só pelo fato de serem solicitados pela Marinha brasileira para tal atividade, mas, também, por conta da falta de estrutura da própria Marinha e de fortes evidências de que existia uma grande possibilidade de submarinos alemães atacarem a costa do Brasil, principalmente na área do nordeste. Dada a sua importância na estratégia defensiva do Brasil, achamos que esses homens também deveriam ser lembrados neste trabalho.

A política de adesão do Brasil ao bloco dos países que compunha o grupo dos Aliados já alertava para supostos ataques alemães ao litoral do país. Antes mesmo do engajamento brasileiro, havia o patrulhamento da costa nordestina, que foi denominado de “Patrulha de Neutralidade”, com o objetivo de vigiar a possível presença de submarinos do Eixo¹⁵⁰.

Contrastando com essas medidas de prevenção, existia o fato da Marinha brasileira ser extremamente deficitária de armamento, de embarcações e de homens que pudessem servir ao país com um mínimo de treinamentos para enfrentar os inimigos que já haviam feito as suas preparações para a guerra, muito antes dela ser oficialmente declarada.

Em nota ao jornal *Letras em Marcha*, quando da comemoração dos cinquenta anos do término da Segunda Guerra, o veterano Hélio Leôncio Martins, que serviu à Marinha brasileira durante a guerra no Caça-Submarino *Juruena*, declara que:

Lamentavelmente, fruto do abandono a que sucessivos governos haviam relegado nosso poder naval, estava ele longe de ser capaz de assegurar a vital continuidade das linhas de navegação. Nós à época não podendo contar com a inexistente indústria pesada nacional, para a fabricação de canhões, torpedos, minas submarinas e até aviões, contávamos apenas com os restos da Esquadra adquirida em 1908¹⁵¹.

Unindo-se a essa declaração de Martins, tem-se os trabalhos de DUARTE (1971) sobre a Marinha brasileira na guerra. Para este autor, ao ser o Brasil envolvido no conflito mundial, a Armada dispunha, naquele momento, de um poder naval singelo. De acordo com

¹⁵⁰ MARTINS, H. Leôncio. Participação da Marinha Brasileira na II Guerra Mundial. *Jornal Letras em Marcha*, de julho de 1995, nº251, p.11, Rio de Janeiro.

¹⁵¹ *Ibid.*

DUARTE (1971, p.132) a Esquadra Antiga, conjunto de navios cujas datas de construção, no estrangeiro, variava entre 1908 e 1917, era composta de 87 navios.

A mobilização do pessoal foi difícil, como de resto nas outras Forças Armadas. O número reduzido de reservistas disponível e a sua evidente desatualização, a par da urgente incorporação no serviço ativo, criaram sérios problemas para o Estado-Maior da Armada, já bastante solicitado por outros assuntos que diziam respeito aos meios materiais de que careciam os arsenais, depósitos, bases e material flutuante (DUARTE, 1971, 132).

Foram feitos alguns arranjos para que houvesse a superação dessas dificuldades. O plano previa deixar vários navios de guerra em pontos estratégicos, como foi o caso dos NM Caravelas em Salvador, encarregado da costa baiana e o Cabedelo em Maceió, para atender ao patrulhamento das águas de Sergipe e Alagoas (DUARTE, 1971, p.135). No entanto, como já foi ressaltado, era quase impossível tal exercício. Foi exigida, assim, a convocação dos ribeirinhos ou dos pescadores para ajudar nesta operação.

Em uma de suas obras, Nelson Werneck Sodré relata o ânimo dos praieiros, afirmando haver “uma vontade doida de vingar o atentado, o desejo de destruir submarinos: A prontidão foi cumprida com seriedade... Havia ânimo de combate por parte da população litorânea, vontade de encontrar objetivo que a desafogasse” (SODRÉ, 1967, p.142).

Os meios de comunicação, principalmente em alguns jornais da época como o Jornal de Alagoas, O Globo, entre outros, incentivavam os pescadores a se engajarem na luta contra os eixistas. Foi o caso, por exemplo, do jornal baiano O Diário da Bahia, de julho de 1942, que publicou um artigo intitulado “Apostam contra a morte o pão de cada dia”, ressaltando o trabalho penoso dos pescadores e sua aptidão para viver perigosamente. Segundo o jornal, “com todos esses perigos não abandonaram o mar... Seguem os impulsos de sua natureza... não vacilam diante de nada”¹⁵².

Começava ali, uma vigorosa política de inclusão e alinhamento das populações litorâneas. O tipo de discurso propagandeado pelos órgãos de imprensa estatais que ressaltava a coragem e o patriotismo do pescador, quanto à defesa do litoral brasileiro, dava a ele uma nova função. De trabalhador do mar, os pescadores passaram a ser entendidos como soldados, que foram convocados para defender o país.

É preciso salientar que nem todos os pescadores eram aptos para o trabalho de guerra. Sendo que, por decisão do governo, os pescadores de todo o país tinham que participar de reuniões periódicas com oficiais da Marinha. Uma circular secreta, expedida pelo Estado-

¹⁵² O *Diário da Bahia*, 14 de julho de 1942, fornecido pela Associação do Ex-Combatentes do Brasil, secção Alagoas.

Maior da Armada aos Capitães dos Portos e Delegados de Capitânicas, criou, em 22 de janeiro de 1942, o Serviço de Informações Secretas (SIS), para o qual seriam escolhidas pessoas de confiança que pudessem ver o que se passava nos recantos da costa. Faziam parte desse grupo, mestres de barcas e de outras embarcações de cabotagem, que eram os preferidos dos militares para esse serviço (PEDROSA, 2004).

O trabalho da Marinha Brasileira, quanto à inserção das populações litorâneas, lacustres e fluviais nas atividades de defesa nacional, no período da Segunda Guerra, foi descrito pelo Coronel José Maya Pedrosa¹⁵³ no seu livro *A Marinha para os Alagoanos*, onde assim se relata:

Envolvidas nossas populações litorâneas em tão graves episódios de guerra, coisa de que muitas pessoas infelizmente não têm consciência, estava a Marinha na obrigação de operar contando com a ampla e entusiástica colaboração dos pescadores e de suas famílias: marinheiros da pequena cabotagem costeira ou simples habitantes do litoral, na tarefa de vigiar e informar sobre os movimentos de embarcações estranhas e de pessoas desconhecidas na região (PEDROSA, 2004, p.36).

Foi preciso condicionar os moradores costeiros a atual realidade. Houve vários exercícios de segurança por parte dessa população contra os possíveis ataques navais de submarinos ou navios inimigos no litoral alagoano, que compreende: a Enseada de Jaraguá, Barra Grande, Porto de Pedras, Cupê, Barra de Santo Antonio, Porto do Francês, Barra de São Miguel, Jequiá e Barra do Rio São Francisco¹⁵⁴ (PEDROSA, 2004).

Em um dos pontos do litoral alagoano, acabou acontecimento um naufrágio marcante, que exemplifica bem a importância desses pescadores não só no patrulhamento, mas no salvamento de pessoas naufragadas. O afundamento do Itapagé, em 26 de setembro de 1943, que navegava de Salvador para Recife, foi torpedeado por submarinos alemães no litoral alagoano, deixando 22 pessoas mortas e outras tantas feridas¹⁵⁵ (CANSANÇÃO, 1987, p.36).

A tragédia só não foi maior, graças à ajuda prestada pelo povo daquela localidade aos sobreviventes do atentado. Jornais da época noticiaram esse ataque como um ato de selvageria por parte dos alemães, pois o navio Itapagé não era ameaça ao governo nazista, além do fato

¹⁵³ O cel. Pedrosa além de instrutor da escola de comando do Estado-Maior do Exército (1969-1973), foi comandante do 19º BC (1979-1980), em Salvador, na Bahia, diretor da Biblioteca do Exército no Rio de Janeiro (1986-1987), escritor de alguns livros sobre as Forças Armadas Brasileiras e integrante da Academia Alagoana de Letras.

¹⁵⁴ O 2º tenente aposentado e ex-combatente Joaquim Balbino dos Santos, em entrevista, declarou ter participado da patrulha da costa alagoana durante a guerra (SANTOS, J. Balbino. Entrevista concedida ao autor, realizada no dia 09-03-2014).

¹⁵⁵ O Itapagé foi agredido por um U-161, a 8 milhas da costa de Lagoa Azeda, em Alagoas. Fonte: site www.naufragiosdobrasil.com.br.

de terem morrido, entre homens e mulheres, crianças sem nenhuma culpa do que estava acontecendo. A população, como era de se esperar, indignou-se ainda mais com tal brutalidade¹⁵⁶.

A descrição feita do ataque, registrada pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, ilustra bem como foi esse sentimento de repulsa por parte da população brasileira, que já sendo incentivada pelas propagandas governamentais, tem na repercussão desses ataques alemães uma influência a mais para apoiar a decisão do Governo de entrar na guerra ao lado dos Aliados contra os Eixistas.

E não houve tempo para muitas providências, em 4 minutos apenas, se em tanto, o navio submergiu, virando para boreste. Muitos deles nem chegaram a recolher-se às baleeiras, em consequências do mar agitado, que os jogavam à distância e do ambiente de confusão e pânico que logo se estabeleceu, como, aliás, era natural, agravando a situação. De momento, eis que emerge entre as ondas a silhueta do submarino agressor, talvez, um dos sessenta aos quais Churchill, em discurso recente, se referiu dizendo terem sido enviados ultimamente pela Alemanha para o Atlântico Sul. Sobre seu bojo apareceram quatro homens loiros, sem dúvida alemães, vestindo roupões pretos, **acenando, em gargalhadas soltas para os náufragos** (grifo nosso)¹⁵⁷.

Neste trecho da reportagem, publicada na revista do IHGAL, observa-se claramente o chamamento da população contra as atrocidades cometidas pelos alemães, quando do ataque ao Itapagé, reforçando o seu grau de crueldade quando afirma a sua indiferença a respeito dos sobreviventes que foram jogados à sua sorte ao mar.

A revista destaca também o fato de um pescador, tido como um verdadeiro herói, conseguir guiar as barcaças com alguns sobreviventes que estavam navegando à deriva pelo mar. Assim descreve a revista o pescador alagoano João Cipriano e seus companheiros:

No meio da confusão reinante no local, surgiu uma figura de herói voluntário, simples e destemido: o pescador ou barcaceiro João Cipriano, que faz a vida temerariamente, no mar e nas lagoas de São Miguel de campo. Arrastadas pela força das ondas e das correntes marinhas, desgovernadas, as baleeiras iam ao leito, de encontro aos arrecifes, próximos do local do torpedeamento. João Cipriano não hesitou: juntou alguns poucos companheiros, tomando todas as suas frágeis embarcações e avançando para o mar foram evitar, guiando os náufragos, que as baleeiras em que vinham salvas dezenas de pessoas fossem esboroar-se, fatalmente, de encontro as pedras¹⁵⁸.

Finalizando este ponto do trabalho, mas não o esgotando, verifica-se uma questão importante a ser exposta. Morreram mais brasileiros no seu litoral do que nos campos da Itália

¹⁵⁶ S/A. Ataque alemão na vila da Barra de São Miguel. *Diário de Notícias*, Maceió, 02 de out. 1945. Capa, p. 01. (IHGAL).

¹⁵⁷ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas*, ano 1977, volume XXXIII, p. 73.

¹⁵⁸ *Ibid.*

à época da guerra. Só os três primeiros navios torpedeados, o Baependi, o Araraquara e o Aníbal Benévolo, morreram entre homens, mulheres e crianças, 768 pessoas (BRANCO, 1960), ou seja, mais brasileiros que os que tombariam depois nos campos de batalha na Itália, que somaram 451 mortos e 58 desaparecidos.

O encontro com pescadores ainda vivos, que ajudaram no patrulhamento do litoral brasileiro ou mesmo nos salvamentos, não foi possível. Tivemos, como ficou demonstrado, de recorrer à documentação e a trabalhos que possibilitassem encontrar alguns desses homens. Tal dificuldade não foi impossível de ser superada quando nos propomos a registrar entrevistas com os ex-combatentes alagoanos que defenderam o litoral brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial, mesmo tendo sido difícil localizá-los.

Pudemos, dessa forma, utilizar três desses ex-combatentes alagoanos, de diferentes localidades do estado, e que tiveram as suas respectivas participações registradas, só agora, nesta dissertação. Os outros que da mesma forma puderam participar da guerra defendendo o litoral brasileiro infelizmente não foram encontrados. Ficando como prova de sua efetiva participação, mais uma vez, apenas o registro de seus dados na Associação de Ex-combatentes do Brasil – Secção Alagoas.

Nomes como do senhor Mathias Maciel da Cruz, Mauro Cardoso da Silva, Esperidião Rodrigues da Silva, Paulo Vieira de Carvalho, todos de Maceió; Natalício Augusto Canuto, de Arapiraca; Eloi José Torres, de Palmeira dos Índios, e de tantos outros nomes dispostos nos fichamentos da Associação não puderam dar seus depoimentos sobre a guerra para este trabalho pelo mesmos motivos daqueles que foram convocados para integrarem a FEB, ou seja, morte, doenças ou mudanças nos seus endereços. Mesmo assim, ratificando, pode-se registrar as entrevistas de três ex-combatentes que defenderam o litoral brasileiro durante a guerra. São eles: Rosalvo José de Souza, Joaquim Balbino dos Santos e Aurino Ribeiro da Silva.

O primeiro entrevistado, o senhor Rosalvo, 2º Tenente de 93 anos, nascido em 1920, recebeu-nos em sua residência, localizada em Delmiro Gouveia, horas antes de termos entrevistado o senhor Ulisses. De convocado para a guerra a prefeito de sua cidade, Rosalvo nos embala em histórias ora engraçadas, ora esclarecedoras, ora emocionantes, sem deixar de se notar a sua memória viva com que relata os fatos.

Filho de lavradores, de uma família de sete irmãos, senhor Rosalvo nos lembra de sua vida dura quando menino. Declara ter seu pai trabalhado para o próprio Delmiro Gouvêa, um pouco mais tarde, na função de inspecionador de pele, função que exerceu por muito tempo. Juntamente com seus irmãos, Rosalvo trabalhou como operário da Fábrica de Pedra de

Delmiro por cinco anos. Era normal os jovens daquele local trabalharem nessa fábrica, que era praticamente o único serviço disponível para quem não queria trabalhar na lavoura¹⁵⁹.

Aos vinte anos de idade acabou sendo sorteado para se juntar ao grupo de jovens alagoanos que deveriam compor o contingente de soldados do Exército brasileiro. A sua convocação era, como regra, enviada pela prefeitura até o possível convocado, explicando os devidos fins e os procedimentos que deveriam ser tomados pelos sorteados.

No seu relato sobre esse momento ficou claro que houve uma tensão e preocupação por parte não só dele como também dos demais familiares. Rosalvo foi o único filho a ser convocado. Não tinha ideia nenhuma do que poderia encontrar pela frente. Sabia muito pouco dos problemas que iria enfrentar e apenas deduzia que ser convocado naquela altura dos acontecimentos não poderia ser algo bom. Os comentários sobre a guerra eram disseminados também através das conversas entre os moradores do local, mas não entendia a dimensão do conflito. Só entendia que era uma coisa séria por conta de ser um documento expedido pelo Exército e deveria acatar.

De acordo com seu relato ele:

Sabia que a guerra na Alemanha já tava funcionando. Aí nesse ano eu passei lá (o lugar é o da convocação). Vi que a guerra tava funcionando e já fui liberado. Com um ano eu fui liberado. Mas com 10 meses eu recebi o chamado para voltar novamente. Aí foi nesse dia que a minha mãe, quando soube que eu ia viajar, “tem chamado, tá esperando lá”, deu um ataque. Aí eu sei que me despedir do povo, me despedi de pai, vi descendo uma lágrima. Coisa que eu nunca vi ele chorar. A minha mãe era chorona, mas meu pai não. Aí depois de despedi de todo o mundo e a minha mãe, cadê? Disseram: ela tá lá dentro, aí eu entrei, cheguei lá e o pessoal “apegado” com ela e não tive mais acesso. Aí eu saí. Não chorei por isso, por que eu tive raiva. Deixei a minha mãe esperando morrer, digamos, e eu fui a eles e não tive o direito de esperar que ela morresse ou... e sabendo também que daquela noite, no outro dia ia viajar e não tinha condições de voltar. Por que eu já sabia da coisa mais ou menos¹⁶⁰.

Antes de seguir viagem para o Rio Grande do Norte, quando passaria por um treinamento de seis meses, teve que se apresentar em Maceió e seguir para Recife, para só depois chegar ao seu destino que era Natal. Há um dado curioso referente ao navio que Rosalvo fez a viagem para Natal. Era o Itapajé, a mesma embarcação atacada por submarinos nazistas no litoral costeiro de Alagoas, relatada anteriormente. Diz ter ficado muito preocupado quando soube do ataque ao navio brasileiro, pois era a embarcação que o tinha levado para Natal.

¹⁵⁹ SOUZA. Rosalvo J. Entrevista concedida ao autor, realizada no dia 14/09/2013.

¹⁶⁰ *Ibid.*

Relata senhor Rosalvo que foram poucos alagoanos que ele conheceu na viagem e no treinamento. Um deles foi o senhor Ulisses Firmino de Oliveira. Como todos os outros soldados teve aulas de tiro, manuseio com armamento de grosso calibre e exercícios físicos normais que os convocados deveriam se submeter.

Além de conviver com a angústia de poder ter sido mandado para a guerra na Itália teve também o pesar, nesses dez meses de preparação, da morte da sua mãe antes de se despedir dela. O seu choro foi a prova mais contundente desse seu remorso. Escreve Bosi (1994, p. 86) “por que chora o narrador em certos momentos da história de sua vida? Esses momentos não são, com certeza, aqueles de que esperaríamos lágrimas e nos desconcertam”. E foi assim que a maioria dos ouvintes se sentiu: desconcertados com o choro de Rosalvo.

Quanto às causas do seu choro, fica um misto de remorso, por não ter se despedido ou conversado um pouco mais com a sua mãe, de saudade, por ter despertado mais fortemente as lembranças de momentos tão difíceis de serem esquecidos e de satisfação pelo dever cumprido, mesmo que para isso ter acontecido, houve a morte de um ente tão estimado.

Ele analisa a sua trajetória de guerra como alguém que esteve presente em um momento que não tinha muitas escolhas caso fosse convocado. Foi obrigado a se apresentar, mas se sente um vencedor por ter feito parte do grupo de jovens que estavam sendo treinados para a guerra.

Mais tarde, com o fim do conflito, Rosalvo vai se tornar prefeito de Delmiro Gouveia, pela ARENA (Partido da Aliança Nacional), e comerciante nas horas vagas. Tímido, disse ter contado suas experiências na guerra apenas para alguns conhecidos e para esta entrevista, que foi a única e a última concedida por esse ex-combatente alagoano¹⁶¹.

O 2º Tenente Joaquim Balbino dos Santos, de 96 anos, foi outro ex-combatente que nos cedeu um tempo do seu dia para ser entrevistado. Nascido em Alagoas, natural do município de Limoeiro de Anadia, alfabetizado, mas apenas com o grau escolar primário, trabalhou na companhia de bonde do estado, onde ocupou a função de condutor de bonde. Foi criado pelo irmão mais velho, juntamente com outros irmãos e sua mãe, pois seu pai morrera quando ainda era criança.

Perguntado sobre a convocação, senhor Balbino, como gosta de ser chamado, diz que recebeu uma notificação e que parece ter tido um irmão também convocado juntamente com

¹⁶¹ Rosalvo José de Souza morreu em Janeiro de 2014, poucos meses depois de ter concedido a entrevista para esta dissertação. O seu depoimento gravado em vídeo foi dado aos seus familiares, mulher e filhos, como lembrança registrada de alguns acontecimentos de sua vida.

ele¹⁶². Foi encaminhado para o litoral alagoano, mais especificadamente para a Barra de Santo Antônio, quando lá ficou por mais de três anos, de 1942 a 1945.

Nesse tempo de serviço militar, ele ajudou a patrulhar a costa do litoral norte do estado. Como ele mesmo diz: “Ficava naqueles bicos da praia, naquelas entradas, né? Naquelas entradas que dava acesso à cidade, né?”¹⁶³. Pela sua declaração observa-se que existia uma preocupação por parte das Forças Armadas brasileiras, principalmente do Exército, quanto a uma possível invasão alemã pelo litoral do país. Chegou a ser instaurada uma Companhia militar na Barra de Santo Antônio para manter um ponto de defesa naquele local.

Balbino é um daqueles ex-combatentes extremamente orgulhosos de ter sido convocado durante o período da Segunda Guerra. Chegou a declarar que se ofereceu para ir no lugar de alguns jovens designados para viajar em direção à Itália. Perguntado se as notícias que chegavam até ele sobre a guerra no território italiano não o preocupavam, de pronto ele respondeu:

Não dava medo a mim, mas a muita gente dava. Para algumas pessoas como os colegas. Você sabe que nem todo mundo é igual, né? Tinha uns companheiros que já estavam se acabando. Naquele tempo era moço, disposto. Esses cabras meio banda voou, que não tem medo de nada. Eu era meio desmantelado¹⁶⁴.

Balbino se lembra do tempo em que o povo acreditava que os ex-combatentes eram guerreiros, fortes e diferentes dos demais. De acordo com suas lembranças, para ele o povo via os ex-combatentes como algo superior e com certo temor. Afirma não ter gostado dessa visão que parte da sociedade, pelo menos a alagoana, nutria sobre os ex-combatentes.

Tais afirmações estão relacionadas com a sua satisfação por ter servido ao Brasil como soldado e de ser lembrado por outras pessoas que de alguma forma dão importância aos seus relatos. Ele acredita que houve reconhecimento do Estado em relação aos ex-combatentes e que a maior comprovação dessa atitude veio com a sua aposentadoria. De acordo com ele, sobre a falta de reconhecimento que alguns ex-combatentes declaram ter acontecido por setores ligados ao poder público e a sociedade de uma forma geral, relata que:

Bom, eu mesmo não acho não. Porque eu fui reconhecido, né? Mas, há alguém que acha que faltou reconhecimento. Existe alguém, mas eu não. Eu fui convocado e fui promovido. A guerra me deu o que eu tenho hoje, por isso eu não tenho queixa da guerra. Se não tivesse tido a guerra, se não tivesse sido convocado eu não teria o que

¹⁶² Este irmão era fruto de um outro relacionamento do seu pai.

¹⁶³ SANTOS, J. Balbino dos. Entrevista concedida ao autor, realizada no dia 09/03/2014.

¹⁶⁴ *Ibid.*

eu tenho hoje. Hoje tenho o pão de cada dia certo, graças a Deus, para mim e para minha família¹⁶⁵.

Mesmo assim, senhor Balbino sente certo remorso quanto aos acordos firmados no fim da Segunda Guerra principalmente entre a Alemanha e o Brasil. Para ele, é um absurdo o país ainda ter firmado relações diplomáticas com os alemães no pós-guerra. Entende que não poderia haver tais relações pelo fato de se ter morrido muitos brasileiros por conta de uma guerra contra os alemães.

Achamos importante reproduzir um trecho da entrevista feita pelo ex-combatente alagoano, em que ele exprime de forma bem contundente a sua aversão ao fato de haver algum tipo de relação entre brasileiros e alemães, independentemente do momento que se vive atualmente. É como se o tempo houvesse parado para senhor Balbino e a sua raiva contra um país, governado por um grupo altamente belicoso há muitos anos, estendesse a todos os indivíduos pertencentes a esse local. Relata ele que:

Nós que participamos, merecia o que talvez eles nunca pensaram em nos dá. Já pensou pegar um fuzil e brigar com o adversário? Naquela época o adversário era os alemães e que hoje nós si damos com ele, como amigo. Coisa que nunca devia acontecer, por que eles foram uma espécie de carrascos, entendeu?

E continua a sua indignação ao se referir na entrevista, mais uma vez, em um momento posterior sobre a falta de noção de alguns brasileiros em aceitar alemão como amigo. Assim declara que “os alemães era um povo assim sem vida, sem noção. Uma espécie de bandido. Naquela época os alemães eram uma espécie de bandidos. Não sei como as pessoas chegaram a botar o alemão na lista de amizade. Eles não mereciam, não”¹⁶⁶.

Senhor Balbino não pode ser entendido como um homem rancoroso ou desprovido de qualquer sentimento de justiça ou de perdão. Ele, de todos os entrevistados para este trabalho, foi aquele que confirmou ter tido acesso a muitas notícias sobre a guerra na época. Não desmentiu, não negou e nem disse que não teve acesso a essas publicações. Pelo contrário, confirmou que sabia do que estava acontecendo, mesmo que tenha sido com base nas propagandas governamentais. Relata ele que “Aqui se sabia de tudo. Tinha um noticiário, num sabe? Aqui se sabia de tudo que estava acontecendo, principalmente nós ex-combatentes que tinha responsabilidade por aqui, num sabe? Nós éramos os responsáveis por aquela base”¹⁶⁷.

¹⁶⁵ *Ibid.*

¹⁶⁶ *Ibid.*

¹⁶⁷ *Ibid.*

Esse seu ódio pelos alemães é fruto, ainda hoje, da divulgação e do que ele presenciou naquele momento. Não foi para Itália, mas viu no Brasil o sofrimento das famílias e sentiu a morte de algumas pessoas do seu conhecimento. Jovens que morreram ou simplesmente desapareceram, como seu amigo o Cabo Olivar Barbosa Vila Nova, que não tinham chegado nem aos vinte cinco anos, não voltaram mais para as suas casas. E como recompensa o Estado dava à família um dinheiro para tentar contornar o sofrimento dos familiares e dos amigos e mais nada.

Faz-se necessário registrar o fato dele se contradizer quando afirma que apesar de naquele tempo o mundo ser difícil por conta da guerra, mesmo assim hoje em dia, em comparação à sua época de jovem, as pessoas tem mais consideração umas com as outras. Para ele, o reconhecimento das pessoas com os outros indivíduos é muito mais verificável atualmente do que na época da guerra, mesmo com as grandes diferenças que envolvem os dois momentos e mesmo quando se verifica essa solidariedade até para com os alemães.

Nos alerta alguns autores a respeito dessa precariedade da memória quando analisam os relatos de pessoas que estiveram envolvidas em algum acontecimento que de certa forma os possibilitaram a narrar as suas experiências para alguém que as tem como algo importante. Assim:

Pode-se imaginar, para aqueles e aquelas cuja vida foi marcada por múltiplas rupturas e traumatismos, a dificuldade colocada por esse trabalho de construção de uma coerência e de uma continuidade de sua própria história. Assim como as memórias coletivas e a ordem social que elas contribuem para constituir, a memória individual resulta da gestão de um equilíbrio precário, de um sem-número de contradições e de tensões... Assim, as dificuldades e bloqueios que eventualmente, surgiram ao longo de uma entrevista só raramente resultavam de brancos da memória ou de esquecimentos, mas de uma reflexão sobre a própria utilidade de falar e transmitir o seu passado. Na ausência de toda possibilidade de se fazer compreender, o silêncio sobre si próprio - diferente do esquecimento - pode mesmo ser uma condição necessária (presumida ou real) para a manutenção da comunicação com o meio-ambiente” (POLLAK, 1989, p.11).

O senhor Balbino entende o momento atual como uma época diferente, mas o denuncia como um período mais solidário do que o vivido por ele no passado talvez por conta do que ele próprio vive em relação a sua dependência para com os seus familiares. Está quase cego, surdo e com pouca mobilidade. Sente que apesar de narrar sobre um homem que em um outro momento era temido e tido como um guerreiro, mesmo contra a sua vontade, agora se esforça para construir essa imagem por intermédio da sua fala e se sente valorizado por ter ainda pessoas que o solicitem para expô-la.

O outro ex-combatente alagoano que concedeu uma entrevista para este trabalho foi o senhor Aurino Ribeiro da Silva. Filho único de um pescador e de uma doméstica, era

comerciante à época, hoje com 93 anos, casado, natural da cidade de Pilar, serviu ao Exército brasileiro em 1944, quando foi designado para defender o litoral brasileiro em Fernando de Noronha.

Senhor Aurino participou da guerra em território brasileiro com 24 anos. Ficou em Fernando de Noronha por quatorze meses, quando foi reengajado em Olinda para depois ser dispensado. Neste tempo, teve algum treinamento específico de combate e chegou a prestar provas para ser admitido. Conseguiu obter o ensino primário e se manteve no posto de Cabo, do qual recebe uma aposentadoria até os dias de hoje.

Pode-se notar que senhor Aurino quando ficou sabendo que seria entrevistado para uma pesquisa sobre a participação de alagoanos na guerra, achou que seria apenas requisitado pela sua atuação junto ao Exército. Muitas das perguntas sobre a sua experiência também se referiam ao contexto mais geral da guerra, como por exemplo, sua vida antes do conflito, a parte econômica e a política do estado durante aquele período.

Ele se ateve mais a responder sobre a sua preparação para a guerra e sua atuação na defesa do litoral brasileiro, mesmo que as perguntas se referissem aos aspectos econômicos, políticos e sociais. Essa atitude não quer dizer necessariamente que ele não saiba relatar sobre esses pontos. Mas como foi requisitado para dar um depoimento sobre a guerra e como talvez ele faz questão de se apresentar como um ex-combatente, algo que lhe dá orgulho, essa sua fala e a exposição apenas desses acontecimentos podem ser um reflexo da ideia que tem da supervalorização do status de ex-combatente que é parte do Exército e, de acordo com seus valores, homem que já provou o quanto é corajoso e destemido pelas suas experiências.

Talvez, para ele, isso seria o seu cartão de visita, sendo por isso solicitado ou aceito em rodas de conversa entre amigos e familiares. Ele se sente pertencente a algo que foi importante e faz questão de intensificar essa sua participação no seu depoimento. Diferentemente do que acontece com o adulto ativo, que trata o ato de lembrar como uma fuga da vida prática, do trabalho, o velho entende que o ato de lembrar é um exercício de grande importância e responsabilidade, e não uma ocupação apenas de contemplação. “Ele está se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma da sua vida” (WALBWACHS, *apud* BOSI, 1994, p.60).

Essa ideia de importância sobre o passado que embasou a entrevista do senhor Aurino está totalmente relacionada com o entendimento sobre a formação do soldado naquela época. A sua valorização enquanto um brasileiro que participou da Segunda Guerra Mundial, do lado dos Aliados, ainda permite que um ex-combatente ao se lembrar do que aconteceu com ele, acabe lembrando-se de forma bastante apaixonada.

Senhor Aurino participou de um grupo que foi tido durante a guerra como um exemplo de patriotismo, divulgado pela propaganda do governo Vargas. A sua condição de ex-pracinha o possibilita a descrever um depoimento influenciado, mesmo depois de tantos anos, dessa politização de elevação e de supervalorização do soldado brasileiro. Ele serve para exemplificar uma ideia de função social dos velhos entendida pela maioria da sociedade, ou seja, a de lembrar.

Nem toda a sociedade espera que haja uma concretização dessa função social dos velhos. Há uma variação da cobrança dessa sua função a depender do momento e do local em que ele vive. A hipótese mais geral corrente na nossa sociedade é a de que “o homem ativo (independente de sua idade) se ocupa menos em lembrar, exerce menos frequentemente a atividade da memória, ao passo que o homem já afastado dos afazeres mais prementes do cotidiano se dá mais habitualmente à facção do seu passado” (BOSI, 1994, p.63).

Mesmo assim, a sociedade atual rejeita o velho, não oferece nenhuma sobrevivência à sua obra. Perdendo a força de trabalho, ele já não é produtor nem reproduzidor. Os bens acumulados servem de defesa para esse descarte humano. Aquele que conseguir adquirir bens ao longo de sua vida é sustentado socialmente pelo que conseguiu acumular. “O velho de uma classe favorecida defende-se pela acumulação de bens. Suas propriedades o defendem da desvalorização de sua pessoa” (BOSI, 1994, p. 77).

E o que dizer daqueles que não conseguiram acumular bens? O que dizer de indivíduos advindos de uma classe menos constituída de patrimônio material? Qual seria o lugar desses homens e dessas mulheres dentro da sociedade atual?

Sabe-se que a maioria dos ex-combatentes veio da classe menos favorecida. Muitos mal tiveram sua formação escolar básica. A rejeição da sociedade por essas pessoas fica evidenciada quando o papel delas dentro de um contexto histórico tão relevante para o mundo, como foi a Segunda Guerra Mundial, é quase esquecido, ou pouco lembrado.

Alguns por terem um destaque hierárquico maior no grupo que faziam parte têm as suas opiniões registradas logo no final de 1945. No entanto, os ocupantes de postos menos privilegiados tiveram as suas marcas sobre o contexto geral dos primeiros anos da década de 40 bem mais tarde registradas. Ficando, assim, uma dívida para com essas pessoas, que está sendo paga aos poucos durante todos esses anos pela historiografia brasileira.

Todos os entrevistados moram com suas respectivas famílias. Não houve nenhuma demonstração por parte dos familiares de descuido ou até mesmo violência para com os ex-combatentes entrevistados. Havia uma satisfação presente nos seus gestos, mesmo que cada

entrevista tenha sido por poucas horas, esse comportamento era sentido no ambiente por parte de todos os outros presentes.

O encontro sempre foi marcado por imensa satisfação de verem o seu familiar sendo registrado no trabalho de pesquisa e de algo que eles sempre contavam para todos os familiares. Acreditamos que seja por isso que os pracinhas entrevistados sempre traziam um sorriso no rosto quando contavam suas histórias na guerra, dando sentido àquilo que os foi impostos ainda muito jovens e tendo posteriormente identificado sua ação como algo nobre, a serviço do bem contra o mal, dando sentido à sua velhice no momento presente.

Além de todos serem alagoanos, ex-combatentes, de idade bastante avançada, simpáticos e com vontade de relatar as suas experiências durante a guerra, têm como semelhança também o fato de fazerem parte da Associação dos Ex-combatentes Secção Alagoas. Uma instituição com mais de 40 anos que passa atualmente por grandes problemas que vão desde questões de ordem financeira, até dificuldades de ordem institucional ou de sustentação da sua razão de ser, no caso em questão: de representante dos pracinhas em Alagoas. Estudá-la significa entender o papel da memória coletiva de um grupo de indivíduos, formado há muito tempo, convocados para participarem da Segunda Guerra Mundial e que tiveram seus registros de participação conservados pela única instituição do estado que se mostrou responsável e com um mínimo de preocupação pela sua conservação.

3.3 A Associação de Ex-combatentes do Brasil-Secção Alagoas: Um Espaço de Memória dos Pracinhas Alagoanos da Segunda Guerra

Ao término da Segunda Guerra Mundial e com a vitória dos países que formavam o bloco dos Aliados, vários acontecimentos iram marcar a nova conjuntura econômica, política e social no mundo. Os principais líderes das nações vencedoras firmariam acordos que envolveriam grande parcela de Estados que de alguma forma acabaram, por sua vez, se envolvendo no conflito mundial.

Dentre tantas mudanças, algumas merecem destaque como a instituição da ONU, um órgão internacional com competência para mediar os conflitos internacionais, com grande influência dos Estados Unidos; a criação do Estado de Israel e o redirecionamento do mundo a partir de duas grandes forças que surgiram com maior amplitude no cenário mundial após a guerra, que formaram dois grandes blocos de atuação, no caso o bloco dos países capitalistas, liderados pelos Estados Unidos, e o bloco socialista, capitaneado, por sua vez, pela União Soviética. Era o início da Guerra Fria.

Esse quadro geral das principais consequências da guerra, torna-se insuficiente quando tentamos entender sobre os soldados que participaram direta ou indiretamente da Segunda Guerra. O que aconteceu com aqueles indivíduos que tiveram suas vidas mudadas pela convocação e retornaram ao convívio dos seus semelhantes, agora como ex-combatentes?

Para se compreender, inicialmente, o que aconteceu com os soldados brasileiros que participaram da guerra, pelo menos com a maioria deles, começaremos relatando os seus primeiros momentos, logo da sua chegada no Brasil, quando se viram como verdadeiros heróis da nação e representantes diretos dos países vencedores da guerra.

Com o encerramento do conflito na Itália e com a rendição das tropas alemãs naquele Teatro de Operações, os soldados brasileiros, que integravam à FEB, e a maioria dos expedicionários, composta de recém-convocados para a guerra, acabou sendo desmobilizados ainda em solo italiano. Foram recebidos no Rio de Janeiro como verdadeiros heróis e isso aconteceu praticamente em todas as cidades que tiveram seus naturais representados na FEB. Além desse reconhecimento popular, houve ainda o reconhecimento financeiro imediato e temporário com o pagamento de parcela dos soldos prometidos.

Desde o início do desfile dos pracinhas brasileiros, o grupo imenso de pessoas que se fazia presente no Rio de Janeiro já demonstrava a sua gratidão para com os ex-combatentes. A descrição desse momento pode ser parcialmente lembrada através de algumas fontes utilizadas neste trabalho. Entre elas, tem-se o depoimento do Coronel Adhemar R. de Almeida que assim descreve aquele momento:

Finalmente, iniciou-se o desfile. Nenhum de nós poderia ter calculado a beleza do espetáculo que estava se desenrolando diante de nossos olhos. Quase toda a população da cidade estava nas ruas e para qualquer ponto que se olhasse estava a massa compacta, com suas bandeiras e flâmulas, a festejar, a aplaudir. Não havia um só edifício em que as suas sacadas, janelas e marquises não estivessem apinhadas de pessoas - Homens mulheres e crianças. A cidade era uma coisa viva e saltitante, fervilhante de paixão. Uivavam as sirenes e gritava o povo. Bandas, militares e civis, tocavam dobrados e canções populares. Palmas estrugiam em ruídos de casc atas. Difícil era a passagem. Éramos forçados, às vezes, a ir até a fila indiana. O povo intrometia-se ente os soldados, que sorriam felizes por tudo aquilo – a recepção, a volta ao lar (ALMEIDA, 1985, p.190).

Apesar de realmente ter sido a volta dos pracinhas ao país um evento apoteótico e de uma alegria da população pouco antes notada, essa fase de glória foi extremamente curta. Bastaram alguns poucos meses para que os agora ex-combatentes sofressem as primeiras derrotas na vida como pracinhas. A falta de trabalho ou os traumas psicológicos causados pela guerra eram os seus maiores inimigos, tão grandes quanto os soldados alemães que

combateram na Itália ou a ansiedade e o medo de ver o seu país invadido por alemães, quando alguns soldados tiveram que defender o litoral brasileiro.

A má vontade de parte do Governo para com a FEB refletia o seu receio de ter que disputar o poder político com os soldados brasileiros recém-chegados da Itália, que gozavam de prestígio da maioria da população naqueles primeiros momentos. Os militares que não embarcaram para a guerra também temiam ser preteridos nas promoções pelos oficiais e praças febianos. Muitos soldados da FEB foram, por conta disso, hostilizados nos quartéis (FERRAZ, 2012).

Mesmo com a criação de algumas leis, como as que obrigavam os empregadores a recontratarem seus ex-funcionários que tiveram que se apresentar para a guerra junto ao Exército ou a outra instituição das Forças Armadas, não foram suficientes. Alegavam que os pracinhas não estavam mais adequados para o serviço, ficando a mercê de uma burocratização governamental lenta e sem nenhuma boa vontade para com eles.

Diferentemente dos ex-combatentes entrevistados para este trabalho, muitos dos outros convocados sofreram por conta da falta de emprego, chegando à mendicância ou à dependência total de seus familiares. Os que achavam que poderiam contar com as leis que foram criadas mais tarde com o objetivo de lhes assegurar alguma base de sustentação, logo se viriam com poucas esperanças a respeito delas.

A elaboração de um aparato legal que sustentasse os convocados advindos de uma guerra não é algo novo no cenário internacional. A sua criação e o seu desenvolvimento vai ter origem, mais formalmente, desde a Revolução Francesa (1789), quando o Estado Nacional se viu com um número de contingente de soldados bastante expressivo, graças ao recrutamento masculino universal. Seria o início da profissionalização militar.

O Estado da mesma forma que aumentava seus Exércitos, contraía cada vez mais responsabilidades e compromissos quando a guerra e a mobilização acabassem. Além disso, o desenvolvimento da guerra nos séculos XIX e XX buscava novas formas de treinamento, de suprimento, de comunicações, de reforços, entre outras, obrigando os Exércitos a uma mobilização cada vez maior de todas as pessoas convocadas ou não. Dessa forma, a grande maioria da sociedade, já no século XIX, era direta ou indiretamente envolvida pela guerra (FERRAZ, 2008, p.464-65).

Essas transformações produziram mudanças nas formas pelas quais os combatentes se relacionavam com o Estado. Havia uma cobrança deste para com os cidadãos convocados, como o serviço militar obrigatório para os exercícios, a disciplina e a manutenção da ordem hierárquica, entre outras, e por sua vez o Estado se comprometia com algumas

responsabilidades para com o cidadão convocado como, por exemplo, indenização para ele se ficasse ferido permanentemente, ou para a sua família caso morresse em combate. Mesmo quando sobrevivente ou curado, cabia ao Estado promover sua reintegração social e material à Nação pela qual colocou sua vida em risco (FERRAZ, 2008, p.465-66).

O país que despenderá uma maior atenção aos soldados participantes ativamente da guerra será os Estados Unidos, por conta da Guerra da Secessão (1861). Tal comprometimento do setor público foi influenciado, dentre outras coisas, pelo sistema eleitoral, que pretendia atrair o grande número de eleitores convocados. Essa medida possibilitará críticas e rejeições da maioria dos norte-americanos, que alegava favorecimento de um segmento da sociedade em contrapartida aos demais. A concessão de pensões e benefícios aos veteranos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), assim, terá uma forma muito mais restritiva em comparação à adotada na guerra civil de 1861(FERRAZ, 2008, p.466-7).

Mesmo tendo a Primeira Guerra deixado milhões de combatentes vivos, as suas vidas, no entanto, estavam destruídas do ponto de vista físico e principalmente psicológico. As autoridades e a população não estavam, assim, preparadas para o fato de que com o fim da guerra, milhões de homens brutalizados, deformados e arruinados procurariam voltar à vida civil, querendo retornar a seus empregos, tentando, dessa forma, reativar seus laços sociais.

Esse despreparo já se evidenciava não só quanto aos Estados Unidos, mas, também, em países como a França e a Inglaterra ¹⁶⁸, agravando esse problema no final da guerra, em 1918, quando milhões de soldados desmobilizados retornaram para as suas casas e as encontraram tão transformadas quanto eles. Ex-combatentes e famílias tinham dificuldades em compreender aqueles jovens e suas transformações durante a guerra (FERRAZ, 2008, p.468).

Além das dificuldades físicas e sociais, existia a questão econômica. Os ex-combatentes empregados logo eram substituídos pelos ocupantes anteriores dos seus empregos. As dispensas eram fáceis de serem justificadas, principalmente pelo fato dos ex-combatentes possuírem problemas físicos e comportamentais por conta da guerra. Esse quadro de dificuldades vai ser aumentado com o advento da crise econômica de 1929 (FERRAZ, 2008, p.469).

¹⁶⁸ “Mutilados e deformados na França, por exemplo, somente tiveram reconhecidos seus direitos de reparação em 1925. Até então, os incapacitados franceses ficavam à sua própria sorte, mesmo com extremas dificuldades de encontrar emprego... A Inglaterra, por sua vez, tratava os traumas psiquiátricos de guerra dos seus soldados com desconfiança, chegando as autoridades inglesas a rotularem as manifestações de neurose de guerra como ‘fraude contra o Ministério das Pensões’” (FERRAZ, 2008, p.468).

A depressão econômica de 1929 ressaltou os problemas do desemprego e da dificuldade de reintegração social dos veteranos de guerra. Movimentos sociais dos veteranos começaram a eclodir por todo o país. Marchas e manifestações eram organizadas em vários estados americanos até o episódio da violenta repressão de tropas federais à “Marcha para Washington”.

A “Marcha para Washington” foi o ponto de inflexão das reivindicações dos veteranos americanos e das atitudes governamentais em face destes. O descaso foi logo substituído pela preocupação repressiva, e depois, pela compreensão de que o problema não seria resolvido com uma pensão pecuniária ou a permanente repressão aos manifestantes. Anos depois, tais tensões sociais seriam lembradas como motivo relevante para a criação de políticas de efetiva reintegração social dos veteranos depois da Segunda Guerra Mundial. Evitar tais tensões seria, portanto, um dos objetivos subjacentes das legislações de ex-combatentes da guerra seguinte. O outro objetivo seria transformar o veterano de mero pensionista, dependente do Estado, em combatente possibilitado a ser de novo um cidadão produtivo, quando do seu retorno ao lar (FERRAZ, 2008, p.474).

Os governos não queriam que os erros e descasos cometidos no passado, em relação aos ex-combatentes, repetissem-se. Em alguns países, como a França, a Inglaterra e os Estados Unidos, antes mesmo de se configurar a vitória, já havia comissões de estudo, designadas pelos governos nacionais, para definir políticas substantivas de reintegração física, social e econômica dos desmobilizados, feridos e incapacitados de guerra. O temor de repetir os equívocos do pós-guerra anterior era grande, mas as sociedades, a guerra e os seus veteranos já não eram mais os mesmos.

No caso dos Estados Unidos, por exemplo, a adoção de medidas para beneficiar seus ex-combatentes, comparada às outras guerras que a antecederam como a Primeira Grande Guerra, e outras que vieram depois, como a do Vietnã, a Segunda Guerra Mundial é vista pela maioria dos norte-americanos como “a boa guerra”. Essa denominação advém principalmente pelo fato de haver um consenso geral da população de que as tropas dos Estados Unidos lutaram por uma “boa causa” e que tal atitude seria o início da sua hegemonia no mundo capitalista. Mesmo com a economia retraída do pós-guerra, teve-se, nesse mesmo momento, a ampliação das oportunidades dos ex-combatentes estadunidenses (FERRAZ, 2012).

Assim, a postura governamental a respeito dos seus ex-combatentes, com um melhor acompanhamento dos seus problemas físicos, materiais, psicológicos e sociais, além da criação de leis mais efetivas e a maneira diferente de como a guerra seria lembrada, tanto por aqueles que ficaram no *front* doméstico ou que lutaram em solo europeu, quanto pelas gerações posteriores, contribuíram para desenvolver uma nova configuração política e social dos veteranos de guerra. Essa nova postura por parte dos governantes e dos ex-combatentes

dos países Aliados vai refletir nos caminhos tomados por aqueles brasileiros que foram convocados e que acabaram servindo às Forças Armadas brasileiras.

Mais do que a existência ou não de uma estrutura de programas de retorno dos combatentes à sociedade, uma variável que não pode ser deixada de se levar em consideração para o sucesso ou não da reintegração social do ex-combatente, foi a relação que a sociedade não-combatente desempenhou ao lado dos seus combatentes. A aceitação, ou não, pela população civil, da participação dos soldados, bem como a memória dessas guerras, repercutiu profundamente na forma como os milhões de jovens convocados retornaram às suas vidas profissionais e sociais.

Essa valorização ou divulgação da participação dos ex-combatentes na guerra será uma das maneiras encontradas por este trabalho de tentar entender o caso brasileiro. O ex-combatente do Brasil foi desvalorizado, entre outras coisas, pelo fato de ter havido uma política de esquecimento desenvolvida pelo Estado ao longo dos anos.

As suas ações foram valorizadas de início com o intuito de ligar o governo às forças democráticas liberais, melhor dizendo ao bloco dos países vencedores. A luta por benefícios ao grupo de soldados que participaram direta ou indiretamente da Segunda Guerra Mundial foi desencadeada sem o apoio da população geral. Os próprios presidentes da Associação Nacional dos Ex-combatentes tiraram das pautas de reivindicação as discussões mais políticas que poderiam servir de meio para atrair a sociedade para esse debate de obtenção de direitos.

O início da criação de uma Associação de Ex-combatentes Brasileiros vai tomar forma ainda na Itália. Isso não aconteceu apenas com o Brasil. Os soldados dos países aqui mencionados já cogitavam a formação de associações formadas por grupos de militares que participaram da guerra, antes mesmo dela acabar.

Porém, por conta do número reduzido de convocados, os soldados brasileiros recém-chegados ao país detinham uma dimensão em termos de grupo de pressão por melhorias dos ex-combatentes muito menor do que daqueles grupos de combatentes militares de outros países que eram numericamente superior aos brasileiros. Por isso é que se pode supor que a sua importância está muito mais ligada ao seu papel de desempenho como agente de memória social da participação na guerra do que como grupo de pressão política.

As associações de ex-combatentes foram cogitadas inicialmente, bem informalmente, como uma espécie de clube de encontros para manterem viva a amizade surgida no *front*, reforçando os laços de solidariedade e ajuda mútua entre os convocados regressos. Entretanto, como ainda era subordinada a regulamentos disciplinares rígidos, a efetivação das associações

ficara para quando os expedicionários fossem desmobilizados no Brasil (FERRAZ, 2012, p.212).

Em 01 de outubro de 1945, foi registrada a fundação da primeira associação de ex-combatentes, no Rio de Janeiro. Tratava-se da Associação dos Ex-combatentes do Brasil (AECB), que além de ter uma central, localizada na capital do país, contava com outras associações espalhadas pelo território brasileiro, criadas quase que de forma espontânea pelos seus respectivos associados (FERRAZ, 2012, p.212).

As Associações fundadas em várias cidades brasileiras eram baseadas geograficamente, e não nas unidades combatentes. Assim, uma seção poderia reunir ex-combatentes de outras localidades, desde que residissem na cidade ou no estado do qual se tinha uma Associação, não precisando por conta disso de ter servido ao mesmo regimento. (FERRAZ, 2012, p.213).

Segundo seus estatutos, os objetivos de criação e funcionamento das associações iam desde a promoção da integração social ente os veteranos de guerra, representando seus interesses coletivos, até a preservação e promoção da memória dos feitos dos brasileiros na Segunda Guerra Mundial. Havia o expresse comprometimento das Associações, dentro das suas possibilidades, quanto à assistência social e jurídica aos associados em dificuldades¹⁶⁹.

No início, eram aceitos nas associações apenas aqueles que tivessem tomado parte diretamente nas operações de guerra na campanha da Itália e no patrulhamento do litoral do país. À medida que o conceito legal de “ex-combatente” foi estendido a outras categorias, as afiliações passaram a incorporá-las também.

Do mesmo modo, anos depois, os ex-combatentes estrangeiros, radicados no Brasil, também foram aceitos como sócios¹⁷⁰. O critério para o alargamento legal e a aceitação por parte da maioria dos veteranos de guerra era a questão do risco de morte corrido por todos os convocados durante a guerra. Se o indivíduo tinha sido convocado, largou o emprego e a família, ficou à disposição do Exército para as tarefas de vigilância de lugares vulneráveis, de quartéis, de depósitos de armas e munições, e não foi à guerra na Itália, isso faria dele um combatente, pois estava á serviço do país (FERRAZ, 2012, p.215).

Alguns veteranos, que participaram da guerra na Itália, se sentiram afrontados e fundaram uma outra agremiação denominada de Associação Nacional dos Veteranos da FEB (ANVFEB). Para se associar teriam que portar a medalha de campanha. O objetivo era fundar

¹⁶⁹ Estatuto da Associação dos Ex-combatentes Seção Alagoas.

¹⁷⁰ O italiano Natale Allieve, combatente da Divisão militar Sforzesca, foi um desses ex-combatentes estrangeiros aceitos, mesmo tendo sido um combatente inimigo na guerra (Fonte: AECB-AL).

uma entidade em que os que haviam ido para Itália se sentissem mais à vontade, dado o fato do número de ex-combatentes que não serviram no território italiano ter crescido muito nas associações de ex-combatentes e criado, por parte dos que foram para Itália certa indiferença para com os outros que ficaram defendendo o litoral brasileiro (FERRAZ, 2012, p.216).

Apesar dessa divisão, de acordo com seus estatutos, os objetivos de ambas as Associações são os mesmos, embora o número de associados e de sedes espalhadas pelo país da AECB seja muito maior. As duas associações colaboram-se mutuamente, sem nenhum tipo de cisão profunda. Nas cerimônias e nos eventos promovidos pelas duas instituições, faz-se presente os associados indistintamente, a não ser pelas boinas diferentes, verdes para a ACEB e azuis para a ANVFEB¹⁷¹.

Diferentemente dessa divisão entre Ex-combatentes e Veteranos da Guerra, que formou as duas instituições que mais representam os brasileiros convocados para a Segunda Guerra Mundial e acabou sendo decidida em um acordo de mutua cooperação, foi a briga política entre integrantes das associações ligados a uma linha mais à esquerda contra os grupos de associados, ligados às Força Armadas que integravam as associações, defensores de uma postura mais direitista.

Essas disputas internas ocorridas nas associações vão se fazer presentes por muitos anos, formando-se assim uma parte da história da sua formação que está sendo recentemente estudada. Autores como Francisco Ferraz (2012) e Patrícia Ribeiro (2013) desenvolveram estudos referentes à posição política das AECB durante todo o seu período de formação e consolidação no território brasileiro.

Muitos de seus membros estavam envolvidos antes mesmo da guerra terminar, em movimentos ligados à esquerda, principalmente ao PCB. Os partidários dessa legenda acabaram sendo reprimidos e tiveram, juntamente com o próprio partido, a decretação da impossibilidade de seguir adiante nas decisões das associações espalhadas pelo país.

Graças ao maior acesso às fontes e o aumento de pesquisadores militares e civis, principalmente destes, nos estudos sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, houve uma ampliação da historiografia referente a essa temática. Porém, ainda hoje, existe o esquecimento por parte dessa mesma historiografia de alguns personagens importantes para este estudo. O grupo de ex-combatentes brasileiros ligados à esquerda é visto como uma

¹⁷¹ Nos últimos grandes encontros dos Ex-combatentes acontecido em Brasília, no ano de 2010, os dois grupos se encontraram e confirmaram essa união (Disponível em : <http://www.portalfeb.com.br/>. Acessado em: fevereiro de 2014).

dessas questões que está sendo aos poucos estudada e passando por um processo de resignificação.

A resposta que achamos mais coadunada com a falta de relevância dada pela historiografia até meados da década de 1990 para esse tema é aquela defendida por alguns historiadores que em seus trabalhos esclarecem que muitos estudos a respeito da atuação das associações, foram concebidos como se elas fossem simples apoiadoras da ditadura civil militar que aconteceu no país, esquecendo-se de constatar que nem todos os convocados brasileiros para a guerra eram simpatizantes do regime ditatorial do Estado Novo e do civil militar de 1964¹⁷².

A bibliografia militar oficial que foi utilizada neste trabalho de dissertação quase nada se refere a esse fato importante da formação das associações, que foi a presença de associados ligados ao PCB. Trabalhos recentes como o de RIBEIRO (2013) e o de FERRAZ (2012) serviram de alerta para esse ponto ainda pouco estudado.

A memória da FEB foi nos últimos cinquenta anos construída sob a influência do posicionamento, consciente ou não, dos ex-combatentes associados que apoiaram, mesmo que de forma indireta, a ditadura, esperando do Estado um reconhecimento dos seus esforços praticados em nome da pátria.

Esse alinhamento das associações com o regime, que teve início da década de sessenta, pode ter sido um dos motivos da desvalorização da FEB e da memória dos Expedicionários brasileiros para pesquisadores não militares (RIBEIRO, 2013, p.202). Por mais de quarenta anos, houve um entendimento majoritário de que a FEB fosse totalmente cúmplice da repressão instituída naqueles anos. Tal análise vai contribuir para a construção de uma memória negativa de sua associação.

O alerta feito por RIBEIRO (2013) a respeito da memória da FEB é de grande importância para se ter uma visão mais abrangente dessa construção da memória e das críticas a respeito da participação das associações e de seus membros. Assim, tem-se que

É interessante notar que as sobrevivências dos traumas experimentados durante a ditadura são, ainda em 2013, fontes de novos ressentimentos, quer entre as vítimas do regime, quer entre os próprios militares, que se julgam injustiçados por serem apontados como os únicos que desejavam o golpe. Como numa reação em cascata, essa dinâmica de sentimentos se reproduz com o passar do tempo, contribuindo para construir uma memória negativa da FEB ao transformá-la em cúmplice da repressão instituída em 1964. Nesse sentido, para as gerações que sucederam o regime civil

¹⁷² Ver: FERRAZ, Francisco C. A. *A Guerra que não acabou: A reintegração social dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)*. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina (EDUEL), 2012; e RIBEIRO, P. da S. *Em Luto e Luta: Construindo a Memória da FEB*; 301 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais, 2013.

militar, especialmente para aquelas que o vivenciaram, a memória da FEB torna-se indissociável da herança de 1964 e, como tal, estava condenada. No entanto, é importante destacar que tratar a memória da FEB como um todo é incorrer em erro, uma vez que certamente, as experiências que informam a memória dos oficiais febianos são diferentes daquelas preservadas pelos ex-combatentes civis. E mais, a apropriação que esses grupos fazem dessas memórias também variam em função do contexto histórico em que se inserem. Assim, apesar de bastante distintas, essas versões memoriais são, na maioria das vezes, tratadas em conjunto, o que acaba por transferir para os ex-combatentes civis, o peso das escolhas feitas pelos oficiais da FEB que se envolveram diretamente no golpe de 64. Por outro lado, ao passo que alguns desses oficiais se beneficiaram com essas escolhas, outros foram vítimas das arbitrariedades praticadas contra a sociedade brasileira nesse período (RIBEIRO, 2013, p.202-03).

O Brigadeiro Rui Moreira Lima foi um dos ex-combatentes brasileiros que sofreu a perseguição dos militares que chegaram ao poder em 1964. Existe também o caso do senhor Abel, presidente da Associação dos Ex-combatentes Secção Alagoas, que foi acusado de desertor por ter pedido junto às Forças Armadas a sua entrada na reserva à época do golpe¹⁷³. Junto com eles outros brasileiros participantes da Segunda Guerra Mundial também tiveram seus direitos impedidos de serem exercidos na sua plenitude pelo Governo e pelas Forças Armadas brasileira¹⁷⁴.

Essa situação de acusações e de restrições para com os ex-combatentes durará até o fim da ditadura, mais especificadamente com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Nesse momento, houve a ratificação da pensão especial proposta em 1978 aos ex-combatentes, com um pequeno acréscimo ao valor estipulado anteriormente. Diz a lei que o vencimento daqueles que foram convocados e estiveram envolvidos na guerra seria correspondente ao de Segundo-Tenente das Forças Armadas¹⁷⁵.

Mesmo tendo recebido algum acréscimo pecuniário por seus trabalhos junto às Forças Armadas, passaram-se mais de 40 anos para que pudessem usufruir desse direito prometido pelo Estado desde 1945. Além desse ponto, ainda existe o fato de ter-se construído um discurso que considera os ex-combatentes como grandes beneficiários da guerra, pois acabaram recebendo uma aposentadoria que lhes colocaram em um patamar de privilegiados. Coisa que, como se vê, não se percebe na prática.

¹⁷³ DIVINO. Abel do A. Entrevista concedida ao autor, realizada no dia 21/02/2014.

¹⁷⁴ Como exemplo de ex-combatente brasileiro da Segunda Guerra Mundial, ligado ao PCB e que teve seus direitos tolhidos durante a repressão, tem-se o caso de Henrique Cordeiro Oest, que também formava o grupo de esquerda que fazia parte da FEB, foi General do Exército, comandante na tomada de Castelnuevo, na Itália, e mais tarde Deputado Federal pelo PCB, eleito por Alagoas. Além de ter tido seu mandato cassado em 1974, foi integrante também da primeira lista dos cassados pelo Ato Institucional de 09 de abril de 1964. Fazia parte da esquerda militar, era comunista e fez parte da Aliança Nacional Libertadora (ANL) (RIBEIRO, 2013, p.191).

¹⁷⁵ Isso aconteceu com todos os ex-combatentes alagoanos entrevistados para este trabalho.

Assim, o papel das associações tem se revelado de fundamental importância para a preservação da memória da FEB, no que tange a participação dos ex-combatentes brasileiros na Segunda Guerra Mundial. O que foi construído ao longo dos anos sobre a sua memória, desde força perigosa para o Estado Novo, a apoiadora do Regime de 1964, é apenas um fragmento do que pode ser vislumbrado com os novos estudos a respeito da sua existência.

Tentando acrescentar novos dados ao que está sendo discutido sobre o papel das Associações de Ex-combatentes e da atual situação dessa instituição e dos seus sócios foi pretendido, neste trabalho, registrar a atuação da secção alagoana. O fato de ser humanamente impossível, por conta do tempo de duração desta pesquisa e do deslocamento entre as diferentes sedes espalhadas pelo país, optamos como parâmetro de estudo as de São Paulo, com Francisco Ferraz (2012), do Paraná, com o grupo de estudo orientado pelo professor Dennison de Oliveira (2012), e do Rio de Janeiro, mas especificadamente da Casa da FEB, que foi desenvolvido por Patrícia da Silva Ribeiro (2013). Tal escolha não foi feita de forma alguma aleatória, dado o fato de se ter encontrado muitos trabalhos sobre as associações de ex-combatentes brasileiros que se utilizaram dessas referências.

A Associação dos Ex-combatentes do Brasil Secção Alagoas está localizada em Maceió, no centro da capital, em um prédio de tamanho mediano, com poucos cômodos, situado na Praça da Independência. Nela se podem encontrar associados que pertenceram a regimentos expedicionários diferentes, mas que, naquele momento, residiam em Maceió e por isso tinham a sua vinculação ligada à Associação de Alagoas. Mesmo não tendo combatido juntos, os ex-combatentes entendiam que as experiências que haviam passado podiam ser consideradas parecidas, já que é possível de ser verificável nos depoimentos dos pracinhas aqui coletados o mesmo discurso de que eram jovens, praticamente tinham a mesma idade e estavam a serviço do país em uma grande guerra.

Assim como aconteceu com as outras associações, houve na de Alagoas a elaboração de um estatuto próprio que teve como base, por sua vez, o estatuto da Associação Nacional dos Ex-combatentes. Todas as associações possuem o seu próprio estatuto que as orientam e definem os seus objetivos quanto ao papel que podem desenvolver junto aos seus associados e familiares e trazem os procedimentos internos de sua administração.

O objetivo principal da associação de Alagoas era reunir os ex-combatentes brasileiros, alagoanos ou não, aproximando-os para facilitar a representação dos seus interesses de forma mais coletivizada perante às autoridades. O trabalho desenvolvido dessa forma facilitaria a obtenção dos resultados pretendidos, pois no lugar de se buscar

individualmente os seus direitos, buscando-os como grupo haveria uma pressão e uma viabilidade maior por tais garantias.

Havia uma distinção expressa no regimento interno da AECB-AL¹⁷⁶ a respeito dos seus sócios. Essa diferenciação foi ocasionada por conta da extensão dada pelo Governo Federal ao conceito de Ex-combatentes. Estes não eram mais apenas os que foram para a Itália, mas todos aqueles que sendo convocados e a serviço do Estado acabaram participando da guerra, mesmo que em solo nacional e de forma indireta¹⁷⁷.

Assim, têm-se aqueles que são considerados como sócios efetivos da secção Alagoas os que participaram da Segunda Guerra Mundial, como integrantes da FEB ou do primeiro Grupo de Caça da FAB no Teatro de operações da Itália; os tripulantes da Marinha Mercante Brasileira que durante a guerra participaram de operações militares de guerra; os brasileiros, inclusive naturalizados, que incorporados às Forças Armadas de países aliados haviam tomado parte ativa em guerra de que o Brasil participou; e os integrantes da Força do Exército, FAB, Marinha de Guerra, Marinha Mercante, ilhas oceânicas, que se deslocaram de suas sedes, para cumprimento de missões de vigilância e segurança do litoral brasileiro, por ordem do Escalão Superior¹⁷⁸.

Além desse grupo, fazem parte da Associação aqueles que tiveram seus nomes propostos por sócios efetivos para votação de aceitação, tendo que ter uma prova de sua idoneidade moral, e os herdeiros de ex-combatentes mortos durante ou após a guerra. Todos eles representam a vontade de fazer parte de um grupo que dava a entender ser representativo de algo positivo e importante da história brasileira, mesmo não tendo direito de voz e de voto nas reuniões¹⁷⁹.

Essa abertura do conceito de ex-combatente e da possibilidade de se ter mais sócios nas AECBs, inclusive na Secção Alagoas, vai refletir diretamente no número de associados que compunham seu quadro geral de componentes. Tanto foi assim que no caso da Associação de Alagoas houve, na década de setenta e meados dos anos noventa, mais de

¹⁷⁶ Abreviação de Associação de Ex-combatentes do Brasil Secção Alagoas.

¹⁷⁷ Como já foi exposto anteriormente neste capítulo, por conta dessa extensão do conceito de ex-combatente, houve uma cisão interna na Associação Nacional, formando dois grupos: o dos ex-combatentes, que seguiram a lei, estendendo a todos que participaram militarmente da guerra o título de ex-combatente, e a dos veteranos, que era representada apenas por aqueles que foram para a Itália. A lei que dispõe sobre os ex-combatentes e dá uma margem mais ampla do conceito sobre eles é a de nº 5315 de 12 de setembro de 1967, que assim traz: Considera-se ex-combatente, para efeito da aplicação do art. 178 da constituição do Brasil, todo aquele que tenha participado efetivamente de operações bélicas na segunda Guerra Mundial, como integrante da força do Exército, da Força Expedicionária Brasileira, da Força Aérea Brasileira, da Marinha de Guerra e da Mercante, e que, no caso de militar, haja sido licenciado do serviço ativo e com isso retomado à vida civil definitivamente.

¹⁷⁸ Estatuto da Associação dos Ex-combatentes do Brasil, Secção alagoas, p.10-11.

¹⁷⁹ *Ibid.* p.11.

quinhentos associados, sendo que desses, aproximadamente 90% eram considerados efetivos e o restante era classificado como cooperadores ou beneficiários especiais¹⁸⁰.

Apesar de se ter um número pequeno em relação às outras Associações dos grandes centros¹⁸¹, a Secção de Alagoas desfrutava, em certa medida, de uma estrutura bastante organizada. Havia através das contribuições de seus sócios, que correspondia a 1,5% do piso salarial, meios de manter a sua sede, sendo que até os funerais dos ex-combatentes associados eram pagos por ela¹⁸².

Embora houvesse um número representativo de associados e tivesse uma certa assiduidade por parte deles quanto às reuniões, as discussões mais politizadas, no entanto, ficavam em segundo plano. O Presidente atual da Associação de Alagoas, o senhor Abel, lembra, em entrevista concedida para este trabalho, que não se permitia discutir, dentro do espaço correspondente à associação, questões ligadas às políticas governamentais.

Mesmo sendo está prática proibida nas outras associações, o fato é que houve discussões envolvendo, como já foi exposto neste capítulo, partidários da esquerda dentro do espaço reservado aos associados. Os partidários dessa linha eram contra qualquer tipo de impedimento às discussões mais politizadas, como a situação do país ou dos ex-combatentes que, em ambos os casos, deveria ser debatido e esclarecido à população de uma forma geral.

Essa postura mais contestadora de alguns membros das associações dos grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro, vai se dar, entre outros fatores, por conta da existência de uma classe operária sindicalizada mais ativa e já acostumada com as organizações partidárias de esquerda dentro das associações, desenvolvendo, assim, a política de células pregada pelo partido, no caso o PCB, com maior praticidade, chegando a ocupar, nessa cidades, posições importantes nas diretorias e no Conselho Nacional¹⁸³.

No caso dos membros da AECB-AL essa experiência não foi possível pelo fato de não se ter no estado uma base sindical consolidada, partidária do PCB e simpatizantes do seu projeto, mesmo tendo fora das associações grupos ligados às suas ideias. Não havia, assim, ex-combatentes na associação alagoana que pudessem ter acesso aos objetivos pretendidos pelos militares de esquerda e nem uma base de sustentação dentro da associação que lhes dessem condição para poderem propor aquilo que envolvia toda a luta de contestação

¹⁸⁰ Relação dos Associados da Associação dos Ex-combatentes do Brasil-Secção Alagoas, disponível na própria Associação.

¹⁸¹ No caso, por exemplo, como o da Associação dos Ex-combatentes do Brasil, Secção São Paulo, havia 3.245 ex-combatentes associados. Esse número referente à Associação paulista é quase correspondente ao número de praças de todo o estado de São Paulo que embarcaram com a FEB para a Itália, que foi de 3.245 ex-combatentes (FERRAZ, 2012, p.214).

¹⁸² Estatuto da AECB-AL, p.14-15.

¹⁸³ SILVEIRA *apud* PIMENTEL, p.09.

desenvolvida pelos esquerdistas nas outras associações, representada pelo ideário de liberdade perante os governos para a obtenção de seus direitos.

Além dessa dificuldade, existia o fato da maioria dos associados militares alagoanos serem de postura mais conservadora. Muitos ex-combatentes apenas frequentavam aquele espaço a fim de buscar auxílio para suas dificuldades, fossem elas físicas, psicológicas, financeiras ou até mesmo para desfrutar do convívio social que a associação proporcionava¹⁸⁴.

Em entrevista, senhor Abel relata que não havia comunistas infiltrados na AECB-AL. Não houve condições neste trabalho de desenvolver uma análise mais detalhada a respeito dessa afirmação do presidente da associação. Os ex-combatentes que conseguimos entrevistar não declararam explicitamente as suas opiniões políticas, embora tenham deixado claro que pertenciam ao pensamento mais direitista que presidia a Associação Nacional ou o Conselho Nacional¹⁸⁵.

A documentação que está disposta na AECB-AL em forma de fichas de identificação, trás alguns dados a respeito dos associados que fizeram parte do quadro geral de membros efetivos da associação. A parte de identificação pessoal do associado como nome, data de nascimento, filiação, o tipo de sangue, que categoria de sócio pertencia, a data da admissão, o seu endereço, a unidade em que serviu na guerra, o posto que ocupava na época da guerra, a sua patente após o término do conflito e se o associado estava vivo ou morto, eram registrados nas fichas de cada membro da associação.

Faltou nessa documentação dados referentes à escolaridade, à profissão ou ao local de trabalho dos associados, que poderiam facilitar a construção do perfil dos membros da AECB-AL, visto que houve um interesse neste trabalho, possível de ser verificado nas entrevistas feitas aos ex-combatentes encontrados, de se ter acesso a essas informações para poder assim adquirir um leque maior de dados sobre os alagoanos convocados. A essas lacunas, somam-se alguns espaços em branco que deveriam ter sido preenchidos e que hoje se encontra no lugar a expressão tão dolorosa para o pesquisador: “sem informações disponíveis”¹⁸⁶.

O que liga o estudo da AECB-AL ao trabalho sobre os alagoanos que foram convocados para a Segunda Guerra Mundial é o fato de se ter encontrado poucos alagoanos ainda vivos, sendo por isso essencial para este trabalho a documentação e as informações

¹⁸⁴ DIVINO. Abel do A. Entrevista concedida ao autor, realizada no dia 21/02/2014.

¹⁸⁵ O Conselho Nacional, sediado no Rio de Janeiro, era o órgão centralizador das várias seções da AECB. Era o órgão máximo da AECB, formado por delegados, eleitos por representantes de todas as seções nas Convenções Nacionais, que aconteciam de dois em dois anos (FERRAZ, 2012, p.214).

¹⁸⁶ Por conta dessas lacunas encontradas, foi de suma importância para a complementação desse tópico as informações concedidas pelo senhor Abel do Amor Divino, presidente da AECB-AL e associado desde 1974.

acessíveis, contidas na associação alagoana, que mesmo estando com alguns espaços sem registro são interessantes do ponto de vista documental.

É também importante registrar que faz parte do acervo da associação alguns livros que foram doados por particulares e pelo Exército, revistas, fotos de ex-combatentes, registros de jornais comemorativos recentes das AECB e algumas poucas notas sobre a relação dos associados, que eram feitas anualmente e que estão expostas de forma desorganizadas.

Por essa documentação é que se pode verificar a diminuição do número de associados e o aumento da inadimplência dos mesmos. A maioria dos inscritos procurou a associação em seu período inicial de formação, fato que ocorreu também com outras secções da AECB, como as de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte (FERRAZ, 2012, p.220).

Esse entusiasmo inicial pela AECB-AL pôde ter sido ocasionado pela vontade de se agrupar com outros que participaram, de alguma forma, da guerra e assim fazer parte de uma agremiação de ex-combatentes. Ou, de outra maneira, procuraram a Associação alagoana como um órgão de assistência social e encaminhamento de emprego dos veteranos necessitados (FERRAZ, 2012, p.220).

Uma terceira opção, porém, nos parece mais convincente. Essa se baseia na afirmação de que com a ampliação da liberalidade da legislação do ex-combatente, houve um número maior de matrículas junto à associação de Alagoas, por conta das orientações e encaminhamentos dos benefícios recém-concebidos.

As chamadas “leis da Praia” confirmavam que os convocados que tinham participado efetivamente em missões de vigilância e segurança como integrante da guarnição de ilhas oceânicas, ou que tenham sido tripulantes de navio de guerra ou mercante, atacados por inimigos ou destruído por acidente, entre outros pontos, poderiam ser configurados como ex-combatentes¹⁸⁷.

De acordo com as fichas de identificação e controle da AECB-AL, a maioria dos seus associados é formada por ex-combatentes que prestaram serviços ativos de operações em defesa do litoral brasileiro. Não é por acaso que o número de associados da secção Alagoas tenha aumentado após as “Leis da Praia”. Diferentemente, por exemplo, do caso de São Paulo que por não ter unidades de vigilância do litoral, o número de ex-combatentes “da Praia” sempre foi relativamente pequeno (FERRAZ, 2012, p.220).

Infelizmente, é preciso esclarecer que nos últimos quinze anos, ou mais, a AECB-AL não teve o cuidado de manter o seu banco de dados sobre os associados atualizado. No

¹⁸⁷ Decreto-Lei nº 5.315 de 12 de setembro de 1967 (Fonte: AECB-AL).

momento em que os seus membros foram morrendo, ela não dispôs de uma iniciativa mais organizada quanto ao registro dos que ainda estavam vivos, separando-os dos que haviam falecido.

Esse trabalho de catalogação e de registro não foi feito pelo fato, também, dos próprios associados terem se desvinculado sem dar nenhuma satisfação à associação. Mudaram de localidade ou de endereço, mas não avisaram, ficando, assim, impossível para a direção encontrá-los e saber se realmente tinham morrido ou apenas não queriam mais fazer parte da instituição.

Baseado no que foi encontrado nos fichamentos de identificação da AECB-AL e de acordo com o relato de senhor Abel, presidente da mesma, pode-se afirmar que o perfil médio dos ex-combatentes associados é de indivíduos que se filiaram mais de quinze anos depois da guerra, principalmente na década de setenta, mesmo tendo a associação sido formada em 1956. É composta de uma maioria absoluta de ex-combatentes confirmados pelas “leis da praia”, com pouca escolaridade e que viam na associação uma forma de se fortalecerem tanto na questão da fraternidade, como integrantes de um grupo ligado à guerra, quanto no fortalecimento das lutas por direitos e garantias legais, que entendiam serem mais difíceis caso fossem propostas individualmente sem um amparo jurídico fornecido pela associação.

Muitos dos associados se filiaram, também, por conta de seus familiares. Em entrevista concedida, o senhor Assis de Barros Costa, ex-combatente alagoano da Marinha de Guerra brasileira e membro efetivo da associação, declara que se filiou por conta da ajuda que a associação poderia dar aos seus familiares, quando ele morresse. Essa ajuda não se refere às questões puramente materiais, de cunho financeiro. Ela diz respeito às honras pós-morte que poderão ser atribuídas ao ex-combatente associado, como por exemplo, ter um funeral militar ou ser sepultado no Mausoléu do Ex-combatente da Segunda Guerra Mundial.

Localizado no cemitério Nossa Senhora da Piedade, em Maceió, o Mausoléu do Ex-combatente foi construído pelas mensalidades dos associados e pela contribuição da prefeitura que doou o terreno e parte da mão-de-obra necessária para a sua construção¹⁸⁸. Ele se constitui de 30 gavetas e 30 ossários e é exclusivamente destinado ao sepultamento apenas dos ex-combatentes associados.

O ex-combatente associado que morrer terá no sepultamento honrarias de herói da pátria, com os seus companheiros presentes, devidamente uniformizados, com bandeira nacional sobre o ataúde (caixão funerário) e toque de silêncio a cargo de corneteiro militar

¹⁸⁸ Decreto-Lei Municipal 4022 de 26 de março de 1991.

designado, a pedido da associação, pelo 59º Batalhão de Infantaria Motorizado, que deverá também mandar um representante da unidade¹⁸⁹.

Em visita feita ao cemitério onde está localizado o Mausoléu, constatamos as boas condições em que se encontra a sua estrutura física¹⁹⁰. O problema, no entanto, diz respeito à sua utilização pelos associados. Na entrevista concedida a este trabalho, o presidente da AECB-AL relata que existe um pagamento para que os ex-combatentes sejam sepultados no local. A prefeitura cobra a importância de quatrocentos e cinquenta a quinhentos reais para que o ex-combatente seja enterrado no mausoléu, que foi feito para ele e doado pela administração municipal.

O Mausoléu e o prédio em que se encontra a AECB-AL podem ser considerados os dois locais que mais representam a memória dos ex-combatentes alagoanos na Segunda Guerra Mundial no estado, pelo fato de se ter passado muitos anos desde o término da guerra e de se possuir atualmente pouquíssimos ex-combatentes ainda vivos, que seriam os principais representantes dessa parte da história da guerra.

Soma-se a esses dois lugares localizados em Maceió e que fazem parte das lembranças da Segunda Guerra, o Monumento em Memória aos Ex-combatentes, encontrado na Avenida Duque de Caxias, no centro da capital alagoana, na Praia da Avenida. Erguido em 1995, no bairro do Vergel do Lago, mais precisamente na Avenida Monte Castelo, na Praça dos Pobres, a escultura que ali se encontrava, e foi transportada para a sua atual localização, é constituída por três bustos de militares, sobrepostos um ao lado do outro, representando as Forças Armadas brasileiras. O objetivo do monumento era homenagear o agrupamento militar alagoano, que junto ao de outras unidades federativas, compôs a Força Expedicionária Brasileira na luta contra o Eixo na Itália.

Esse objetivo não seria de forma alguma indesejado se o monumento continuasse localizado no bairro do Vergel, visto que a localidade faz parte do momento histórico que o país ou o estado alagoano passava durante a guerra, muito mais do que a Praia da Avenida. É no bairro do Vergel que se tem as marcas da presença de militares norte-americanos no estado e da ida dos pracinhas alagoanos para a Itália¹⁹¹.

Houve, com essa atitude, uma desqualificação do bairro por parte das autoridades públicas, que se acharam no direito de manusear de qualquer forma os documentos e

¹⁸⁹ Diário Oficial de Alagoas, Maceió, 25 de outubro de 1995 (Associação dos Ex-combatentes do Brasil – Seção Alagoas).

¹⁹⁰ Ver imagem no anexo.

¹⁹¹ Já foram expostos neste trabalho os locais que ainda possuem as marcas da guerra, como casas, estruturas de antigos galpões, e base de rampas para aviões. Todos esses pontos estão localizados no Bairro do Vergel do Lago.

monumentos que constituem a memória daquele local. Descaracterizando o espaço reservado às lembranças de acontecimentos e fatos importantes de uma sociedade, transportando-os para outro lugar, que acreditam ser mais identificados com o aspecto histórico da capital, independentemente de existir ou não relação mais próxima com esses fatos, demonstram a sua total falta de comprometimento para com os espaços alagoanos de memória.

A própria AECB-AL passa atualmente por problemas extremamente sérios que dizem respeito à sua existência enquanto espaço de memória dos alagoanos que foram convocados para a guerra. A falta de pagamento, o número reduzido de associados¹⁹² e a possibilidade de ver a sua sede ser tomada pelo poder público são alguns dos problemas que passam a associação alagoana¹⁹³.

Existe uma vontade por parte da administração pública de retomar o prédio que foi doado à associação. A questão da valorização imobiliária daquela região e o fato de restarem poucos associados efetivos faz com que os órgãos públicos se interessem cada vez mais pelo imóvel. O senhor Abel já foi avisado dessa manobra e tenta conseguir maneiras de não deixar que a associação perca sua sede. Uma dessas saídas é transformar a AECB-AL em um memorial da guerra, que será entregue aos cuidados da Escola Superior de Guerra.

É dele a seguinte fala a respeito da possível saída para a crise de despejo:

O futuro dessa associação (AECB-AL) não pode ser mais. A associação não tem ninguém. Estão morrendo, inclusive morreu um até a semana passada lá em Delmiro Gouveia (Foi um dos ex-combatentes entrevistados, o senhor Rosalvo José de Souza). Não há possibilidade de se fazer mais uma associação. Eles pedem no regulamento que tenha pelo menos vinte associados (no caso, a Seção de Alagoas tem apenas oito). Assim será um memorial dos ex-combatentes¹⁹⁴.

E quanto à ajuda pedida para a Escola Superior de Guerra, ele assim relata:

Eu estou satisfeito também com a Escola Superior de Guerra. Eu não tenho palavras para agradecer o que eles me garantiram. “Nós vamos fazer de tudo para o senhor. Vamos fazer o memorial, vamos fazer a lei para poder usar isso aqui”. Porque, pelo o que está aqui (mostra uma folhas), enquanto existir um ex-combatente eu garanto o prédio, mas o governo (de Teotônio Vilela) já falou aí com alguém, oferecendo este prédio. Ele não disse para que era, mas ele ofereceu este prédio porque aqui não havia mais ninguém e ia ser entregue. Mas, nunca recebi nada.

Outras associações de ex-combatentes brasileiros também passam por essa dificuldade. Ver a sua sede não sendo utilizada como um lugar que possibilite aos mais novos

¹⁹² Atualmente a AECB-AL conta com oito associados ativos, que contribuem e participam de alguma forma da associação.

¹⁹³ Por conta das suas dificuldades, desde 2010 o Conselho Nacional da AECB deixou de ser o órgão central. Após essa data, as associações passaram a ser independentes do Conselho.

¹⁹⁴ DIVINO. Abel do A. Entrevista concedida ao autor, realizada no dia 21/02/2014.

entender a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial também os atormenta. O fato de terem que estar vivos para que esse sonho não se torne um pesadelo é o que angustia alguns dos associados.

O terreno em que se encontra a sede da AECB-DF, por exemplo, estava sendo reivindicada pela companhia Imobiliária de Brasília (Terracap)¹⁹⁵. Ele foi doado à associação em 1966 e abriga além da sede da instituição, 31 residências, onde moram 32 militares da FEB e viúvas de alguns deles, sendo que a maioria dos pracinhas já é idosa e doente.

O prédio da entidade e as casas ocupadas pelos associados foram construídos com dinheiro dos militares, tendo alguns deles levantado as paredes com as próprias mãos. A sede da Associação dos Ex-combatentes de Brasília conserva e expõem documentos, fotografias, roupas e equipamentos usados pelos militares nas duas grandes guerras mundiais e mesmo assim a sua valorização está intimamente ligada, para alguns, mais ao mercado imobiliário do que ao seu papel de espaço de memória dos ex-combatentes¹⁹⁶.

Esses três lugares citados neste trabalho destinados à memória de guerra, ou seja, a Associação dos Ex-combatentes do Brasil - Secção Alagoas, o Mausoléu dos Ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial e o Monumento aos Ex-combatentes, são exemplos da falta de compromisso dos poderes públicos para com as políticas de preservação dos espaços onde se produz e se reproduz a memória de um lugar.

De acordo com NORA (1993, p.21), os lugares de memória são lugares que pertencem a dois domínios: ao de experiência e ao da abstração. São lugares que têm efeito material, simbólico e funcional. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só pode ser considerado lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica.

Para o autor, mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, ou uma associação de antigos ex-combatentes, só poderá entrar na categoria de lugar de memória se for objeto de um ritual. O minuto de silêncio, exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e uma chamada concentrada de lembrança (NORA, 1993, p.22).

¹⁹⁵ A Terracap se baseia na denúncia do companheiro de uma neta de um ex-combatente, recebida em 2007. O homem apontou inúmeras irregularidades na associação, como aluguel de residências e descumprimento de outras regras acordadas no ato da doação do terreno. Os ex-militares negam todas as acusações e desconfiam que a ação está ligada à criação do Noroeste, bairro onde o metro quadrado construído vale, em média, R\$ 10 mil. Só o lote da associação está avaliado em R\$ 55 milhões (jornal Correio Brasiliense de 25/08/2010) (Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL4634465601,00excombatentes+da+FEB+fechammuseu+e+associacao.html>> . Acesso em fevereiro de 2014).

¹⁹⁶ *Ibid.*

O que constitui os lugares da memória para Pierre Nora (1993) é a relação que acontece entre memória e história. Uma interação dos dois fatores que leva a uma sobredeterminação recíproca. Se, com o tempo, o lugar de memória perde o seu sentido por conta da falta de reciprocidade com a história, ele passa a ser lugar de história, onde a memória coletiva que o identifica, acaba não mais o identificando. Transforma-se em uma figura simplificada apenas pela sua presença física, sendo somente compreendido pelo olhar da história e dos seus profissionais (NORA, 1993, p.23).

Esse é o problema da subtração, já mencionada, do Monumento em Memória aos Ex-combatentes no bairro do Vergel do Lago. Tirado da sua localização inicial, ele hoje descaracterizado, acaba perdendo com o tempo o seu sentido de lugar de memória, para ser entendido como lugar de história, pois lhe falta a compreensão da memória coletiva advinda da história oral dos moradores do bairro.

Isso tem a ver com a distinção entre lugares dominantes e lugares dominados. Os primeiros, espetaculares e triunfantes, geralmente impostos de cima para abaixo por autoridades constituídas, são cercados por solenidades oficiais e visitados de forma obrigatória. Do outro lado, têm-se os lugares dominados, podendo ser chamados de “lugares refúgio, santuários das fidelidades e das peregrinações do silêncio que representa o coração da memória e que são visitados por livre e espontânea vontade pelas pessoas” (NORA, 1993, p.26).

Os lugares de memória se tornam diferentes de todos os objetos da história por não terem referentes na realidade. Eles mesmos são seu próprio referente e acabam sendo entendidos como sinais em estado puro. Tal afirmação não quer dizer que não tenham conteúdo, presença física ou história. Ao contrário, “o lugar de memória é um lugar duplo, podendo ser fechado sobre si mesmo, sobre sua identidade e recolhido sobre o seu nome, como constantemente aberto sobre as suas várias significações” (NORA, 1993, p.27).

Pensando sobre as significações que podem ser atribuídas aos lugares de memória, Patrícia Ribeiro (2010) fez um estudo sobre as políticas de memória adotadas no país, com a intenção de promover uma reconciliação entre veteranos da FEB e seu passado sensível, destacando o fato de mesmo que tenha havido ações compensatórias como a legislação, ainda que tardia, as cerimônias em homenagem aos ex-combatentes e a construção de alguns monumentos para a FEB, tais medidas não foram capazes de cumprir plenamente a reconciliação pretendida.

Com base em uma notícia divulgada sobre o fechamento da Casa da FEB e consequentemente o desmantelamento do grupo de ex-combatentes daquele lugar, já com

idade avançada, RIBEIRO (2010) afirma que tal medida representa uma ameaça à manutenção da memória que os associados desejam preservar através de suas associações.

Localizada em um prédio de cinco andares, na Rua das Marrecas, no Centro do Rio de Janeiro, fundada em 1963 e localizada nesse endereço só em 1975, quando o ex-governador Carlos Lacerda doou o terreno para a sua construção, encontra-se a sede da Associação Nacional dos Veteranos da FEB, mais conhecida como a Casa da FEB.

Por conta das péssimas condições em que se encontra, produzida pelos grandes problemas financeiros e da falta de colaboradores, os últimos associados, através da Direção da associação, resolveram, assim como a AECB-AL, transformar a associação em um memorial da Segunda Guerra Mundial que será administrado pelo Exército, como uma tentativa de garantir a memória dos ex-combatentes quando estes morrerem (RIBEIRO, 2010).

A transferência da guarda do acervo da Casa da FEB ou da AECB-AL para os cuidados diretos do Exército deve ser olhado não só como uma saída para os problemas da preservação documental e da existência dessas associações. Há uma possibilidade de com essas mudanças ocasionar mais o esquecimento do que a preservação das suas memórias.

Seria muito mais interessante para as associações e para a produção de trabalhos a seu respeito, se elas mesmas continuassem desenvolvendo, com o auxílio e as condições devidos, a preservação da memória de guerra. Visto que são os seus filiados os verdadeiros detentores dessa atividade.

Neste trabalho, em especial, houve a visita a várias instituições que se relacionavam, de alguma forma, aos alagoanos que foram convocados para a Segunda Guerra Mundial¹⁹⁷. De todas elas, a que melhor possibilitou o acesso a sua documentação foi a AECB-AL. Todas as outras dificultavam as pesquisas ora por conta da sua burocracia institucional, ora pelo fato de nada terem em relação ao que o estudo pretendia ou não saberem se detinham algo relevante para o mesmo.

Entregar seu acervo a uma instituição civil ou militar, como a Escola Superior de Guerra, pode até representar uma saída para a conservação do material sobre a história do Brasil na Segunda Guerra Mundial. O que não se pode deixar de registrar, por conta disso, é o fato de tal medida poder dificultar ainda mais aqueles que pretendem futuramente estudar esse acontecimento, por conta das barreiras impostas ao acesso livre do material disponível. Com a

¹⁹⁷ É possível ser citado como exemplo de algumas instituições militares visitadas a 20ª CSM e o 59º Batalhão de Infantaria Motorizada, ambos localizados em Maceió. Faço uma ressalva quanto ao tratamento que tive nessas duas instituições, sendo sempre muito bem recebido, embora não tenha obtido acesso livre à sua documentação.

entrega da memória contida nas associações ao Exército, não se saberá qual será a sua nova cara.

Analisando o conceito simples de associação de ex-combatentes desenvolvido por Pierre Nora (1993, p.26) de que “as associações de ex-combatentes são lugares nitidamente consagrados à manutenção de uma experiência intransmissível e que desaparecerá com aqueles que a viveram se não forem bem cuidadas”, com o último trecho da entrevista do senhor Abel do Amor Divino em que ele fala, em tom de desabafo, “não quero que morra uma parte de Alagoas, perante o Brasil, sobre a guerra”, nos faz entender que manter as associações vivas seria dar continuidade a algo que pode se perder com o tempo pela transitoriedade da vida dos seus principais protagonistas. No caso, os ex-combatentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A GUERRA

*Convocados que fomos para a guerra,
Tão cheios de esperanças, à flor da idade,
Ficando para trás os entes queridos,
Em cada coração uma saudade.*

*A vida nos quartéis, uma dureza
Para quem não estava acostumado;
A disciplina, a ordem unida e a xepa.
E o toque de silêncio do soldado.*

*Depois, para os campos de batalha
Viajamos quinze dias pelos mares,
Para enfrentar os canhões e a “metralha”.*

*Muitos jamais voltaram à sua terra.
Outros voltaram duplamente mutilados
Da fúria insana do horror da guerra.*

Este poema escrito pelo ex-combatente alagoano Macário Loureiro de Albuquerque¹⁹⁸, publicado numa pequena coletânea de poesias de sua autoria, em 1995, poderá servir de síntese desta pesquisa e de base para as nossas considerações finais. Tentamos ao longo dos três capítulos produzidos nesta dissertação, demonstrar que apesar das dificuldades encontradas foi possível registrar a participação de vários alagoanos na Segunda Guerra Mundial.

Dentro dessa proposta pudemos também verificar que Alagoas esteve envolvida diretamente na guerra, quando houve uma política de inserção de todo o país, dentro de um projeto governamental que ficou conhecido como o “Esforço de Guerra”. A produção da borracha no estado, a deliberação ou não das festividades carnavalescas e as mudanças na infraestrutura de Alagoas, por consequência da guerra, foram sentidas por parte da sociedade e confirmadas, principalmente, através dos periódicos da época.

O conjunto de obrigações impostas pelo Estado coadunava com as exigências de um governo que tentava se manter no poder de forma extremamente autoritária e com o objetivo de fazer do Brasil uma potência regional industrial e militar, influenciadora de parte do continente americano. Para tanto, além de ter o apoio de alguns dos mais ricos, queria, da mesma forma, a adesão massiva da classe operária.

¹⁹⁸ Nascido em 22 de abril de 1920, Macário L. de Albuquerque foi um dos ex-combatentes vivos que conseguimos encontrar, mas que não foi possível entrevistar. Por está extremamente doente e sem condições de prestar depoimentos sobre a sua participação na Segunda Guerra Mundial, os familiares de Macário optaram por não deixá-lo ser entrevistado, pois, de acordo com eles, poderia se emocionar e complicar ainda mais o seu quadro de saúde.

A entrada do Brasil na guerra, com a declaração formal da quebra de relações diplomáticas com a Alemanha em 1942, consequência direta da assinatura dos acordos firmados na III Reunião de Chanceleres Americanos, ocorrida no mesmo anos, no Rio de Janeiro, marca uma nova fase da política internacional brasileira. A proposta que viria logo em seguida teria como base a formação e o envio de uma Força Expedicionária brasileira para o Teatro de operações na Itália.

Seguir apenas o roteiro e as anotações dos órgãos oficiais brasileiros e de alguns autores que deles fazem parte tornou-se insatisfatórios na consecução deste trabalho. Precisou-se de outros registros em que haveria uma possibilidade não apenas de se obter o número de combatentes alagoanos que fizeram parte das Forças Armadas brasileiras, em especial a FEB, mas documentos que descrevessem as suas experiências quando das suas convocações.

Conseguimos colher e registrar, como ficou visto nas páginas anteriores dessa dissertação, através de vários meios probatórios, além da confirmação de alagoanos na guerra, os seus relatos e as suas opiniões sobre o conflito do qual participaram, juntamente com outros homens e mulheres convocados.

Não houve desprezo pela literatura militar. Pelo contrário, os dados referentes à participação do Brasil na Segunda Guerra foram de grande serventia para este trabalho. A falha que percebemos, no entanto, está no fato dessa literatura supervalorizar em demasia as campanhas militares e o papel do país junto aos Aliados. Tal atitude acabou dando margem a uma série de críticas que viam nos ex-combatentes brasileiros uma extensão dos militares golpistas de 1964.

Os soldados brasileiros convocados para a Segunda Guerra não podem ser vistos apenas como defensores de um regime autoritário. Eles foram obrigados a participar de uma guerra que não podiam deixar de comparecer. É visível nos depoimentos colhidos de ex-combatentes alagoanos a sua obrigação por conta da convocação. Mesmo que representassem uma pequena parcela do quadro geral de convocados, tal posicionamento foi verificável em outros ex-combatentes que, assim como os alagoanos, tiveram que servir ao Brasil em 1944.

Quanto ao número pequeno de soldados alagoanos, faz-se necessário registrar que existiram, ou ainda existem, mais alagoanos convocados dos que os registrados nos diários de guerra do General Mascarenhas de Moraes. Os 148 alagoanos foram apenas a parte que compôs a FEB. Muitos outros alagoanos participaram da guerra. Desprezar as suas histórias ou os seus relatos diminui as possibilidades de entender a Segunda Guerra Mundial, através

de depoimentos daqueles que se envolveram diretamente no conflito e que representavam as classes economicamente mais baixas do país.

O fato de se ter considerado não só os brasileiros que foram para o Teatro de Operações na Itália, mas de outros segmentos que também foram convocados para o conflito mundial, aumenta o contingente de alagoanos que participaram como ex-combatentes da Segunda Guerra. O Decreto-Lei que equiparou os ex-combatentes que defenderam o Brasil no seu litoral foi um ato de justiça para com os jovens que mesmo em solo brasileiro conseguiram marcar presença na guerra, sendo úteis para as Forças Armadas brasileiras não só na patrulha da costa, como também integrantes da reserva, caso viesse o país a requisitá-los para substituir os combatentes que foram para a Itália.

O poema descrito revela que os alagoanos convocados mereciam ter seus depoimentos colhidos durante esses mais de setenta anos do envio das tropas brasileiras para o território italiano de uma forma mais considerável. Se houve algum registro escrito dessas suas memórias nós não pudemos ter acesso. Em todos os locais visitados para este trabalho, não houve nenhuma referência que se assemelhasse ao de uma transcrição de depoimentos como foi feita neste trabalho. Apenas em jornais e em algumas poucas obras tivemos a oportunidade de ver observações, descritas apenas de forma sucintas, sobre as suas atuações na Segunda Guerra.

A falta de registros das falas desses alagoanos nos fez chegar a conclusão de que a memória dos ex-combatentes brasileiros ainda precisa ser registrada, para que se possa ter uma maior dimensão da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. A importância dada aos trabalhos recentes, envolvendo os convocados de vários locais do país, atesta para essa necessidade.

Torna-se eminente o registro desses estudos, dado o fato de se estar em perigo boa parte dessa documentação. Pois, infelizmente, o futuro dos homens e mulheres que participaram da guerra e o das associações de que fazem parte não é muito seguro. No caso da secção alagoana, há uma política total de descaso para com a permanência dessa instituição, capitaneada pelo poder público, avesso à memória do país e dos indivíduos que compõem a história do mesmo.

Verifica-se a falta desses depoimentos mais acentuadamente quando procuramos por aqueles convocados que vieram das classes economicamente menos favorecidas. Parece-nos que só agora, nesses últimos vinte anos, a historiografia brasileira passou a observar mais de perto os ex-combatentes que não possuíam apenas medalhas no peito, condecorações nos ombros e estrelas na testa.

A história desses jovens, advindos de vários estados e possuidores de pouca ou quase nenhuma instrução de guerra, não foi detalhada pela maioria dos militares. A bibliografia oficial tentou ao longo dessas décadas calar as vozes de quem participou diretamente do conflito, desprotegidos do frio, da fome e da morte. Não os deu a atenção devida nem quando foram obrigados a entrar na guerra, nem tão pouco quando do seu retorno ao Brasil ou sua posterior reintegração na sociedade.

Quando lemos o trecho do poema “A Guerra”, em que o autor relata que “Outros voltaram duplamente mutilados, da fúria insana do horror da guerra”, há nele a constatação de quem viu os horrores da guerra e de que as feridas adquiridas não se cicatrizaram com o seu término. Muitos foram mortos, outros tidos como loucos e muitos outros nunca mais puderam exercer algum tipo de trabalho que lhes dessem melhores condições financeiras.

As festas e comemorações promovidas pelo Estado, quando da volta dos pracinhas brasileiros, ocultou a falta de preparo do Governo no que diz respeito à promoção de políticas que servissem ao processo de reintegração dos seus convocados. Assim como os ex-combatentes não estavam aptos para a guerra na Itália ou no Brasil, entendemos que o Estado brasileiro também não estava preparado para recebê-los de volta e pagar aos pracinhas o que havia sido prometido de imediato.

A memória dos ex-combatentes sobre a Segunda Guerra Mundial é formada pelas suas lutas antes, durante e após a guerra. Optar por apenas um desses momentos, como por exemplo, a convocação, a guerra no *front* ou a volta para a casa, acabaria dificultando o entendimento dos seus relatos, pois deixam de ser inseridos dentro de um contexto maior em que praticamente todos os setores do país estiveram envolvidos.

As entrevistas com os ex-combatentes alagoanos nos proporcionaram uma visão mais ampla da guerra. Conseguimos ter contato com alguns homens que foram convocados e que não tiveram nenhum receio de nos receber e nos dar os seus depoimentos. As visitas que pudemos fazer a alguns lugares, entendidos nesta dissertação como espaços de memória, também nos foi muito satisfatórias.

Dentro desses espaços de memória sobre a guerra que conseguimos encontrar, a Associação dos Ex-combatentes do Brasil – Seção Alagoas (AECB-AL) foi o mais importante. Sua relevância em comparação aos outros lugares, concebidos como pontos de referência à Segunda Guerra Mundial no estado, principalmente na capital, está no fato de nela existir um material mais vasto sobre os pracinhas alagoanos. Contudo, a sua condição de principal local de memória dos ex-combatentes alagoanos está sendo desconstituído ano após

ano. Os vários avisos de reintegração do seu prédio pelo poder público, tornou-se um problema que precisa ser solucionado imediatamente.

A agilidade com que deveria ser conduzida a solução desse problema é desejada dado o fato da associação alagoana ter um quadro de associados bem reduzido e de seu próprio presidente acreditar que com as suas mortes o prédio, que serve como sede da associação, poderá voltar a pertencer ao poder público para ser utilizado como mais uma repartição.

Entendemos que a associação alagoana não pode ser extinta, dentre outro fatores, por representar o espaço da memória coletiva do grupo de alagoanos que participou ativamente da guerra. O primeiro passo dos ex-combatentes alagoanos na luta pelos seus direitos e pelo seu reconhecimento enquanto grupo, começou com a criação das associações de ex-combatentes e o seu último passo poderá ser dado quando a conservação da sua memória for entregue à Escola Superior de Guerra, pois poderá ser, com isso, dificultado o seu estudo e futuros trabalhos sobre o tema.

Essa preocupação com o futuro das associações e com os trabalhos que porventura venham a ser feitos sobre a sua história dos seus associados, não é a única. Com o transcorrer da pesquisa abriram-se outras possibilidades de novos trabalhos que envolvessem além dos ex-combatentes outros temas que poderiam ser produzidos. Questões que tragam mais detalhes sobre a economia alagoana durante a guerra, o perfil dos seus trabalhadores ou a participação de outros envolvidos diretamente no conflito; a vida dos seus pescadores e ribeirinhos não só na proteção do litoral, como também o registro das suas memórias sobre a guerra; as mudanças ocorridas na sociedade alagoana pelo advento da guerra, como os blecautes e as amostras de filmes, além da música e outros aspectos do seu cotidiano; não se esquecendo das disputas políticas locais durante a ditadura de Vargas, que poderiam ajudar a construir um entendimento maior sobre as consequências da guerra no estado e sobre os seus naturais, durante a década de 1940.

Tentamos não abordar apenas sobre os homens e as mulheres que participaram ativamente da guerra, mesmo deixando a entender que o objeto da pesquisa escolhido referia-se aos ex-combatentes alagoanos, escrevendo também um pouco sobre as questões supracitadas com o intuito de possibilitar futuros estudos sobre as mesmas.

Finalizando, entendemos que o estudo da participação de alagoanos convocados para a Segunda Guerra Mundial contribui para novas pesquisas sobre os ex-combatentes brasileiros que ainda não tiveram as suas experiências registradas. Aumentar a produção historiográfica sobre esse tema envolve outros estudos que discutam o Brasil a partir de outras bibliografias

que não seja apenas a de uma única posição, no caso, de segmentos ligados diretamente aos governos. As convocações de jovens brasileiros, dos mais distantes lugares, atestam para a confirmação dessa necessidade, visto que mais de setenta anos se passaram, desde o recebimento do ato convocatório que obrigou vários brasileiros a se apresentarem às suas respectivas zonas militares, e ainda existem estados que não produziram trabalhos sobre as memórias de seus naturais que participaram diretamente da maior e mais letal de todas as guerras já estudadas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Macário L. de. *Brasil: Coletânea Poética*. Maceió: 2003.

ALMEIDA, Adhemar R. de. *Montese: Marco Glorioso de uma Trajetória*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1985.

ARGUELHES, D. de Oliveira. *A Conferência dos Chanceleres Americanos de 1942 e o Envolvimento Brasileiro na Segunda Guerra mundial*. In: TEIXEIRA da SILVA, F. C. (Org.) et al. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010.

ARRUDA, J. J. de Andrade. *A Crise do capitalismo Liberal*. In: REIS FILHO, D. A., FERREIRA, J., ZENHA, Celeste. (Orgs). *O Século XX*. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2008.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças dos Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRANCO, M. T. Castello. *O Brasil na II Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.

BUYERS, John W. *A História do 1º Grupo de Caça, 1943-1945*. Maceió: Editora do Autor, 2001.

CARVALHO, J. M. de. *Vargas e os Militares*. In: PANDOLFI, D. C.(Org.) et. al. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

_____. *Papéis e Comportamentos Políticos das Forças Armadas na América Latina (1930-1945)*. In: A Revolução de 30: SEMINÁRIO REALIZADO PELO CPDOC DA FGV, Rio de janeiro, 1983.

CANSANÇÃO, Elza. *E Foi Assim que a Cobra Fumou*, Rio de janeiro: Imago, 1987.

CORSI, F. L. *Estado Novo: Política Externa e Projeto Nacional*. São Paulo: UNESP: FAPESP, 2000.

D'ARAUJO, Maria Celina. *As instituições da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EdUERJ: FGV, 1999.

DE GAULLE, *História Ilustrada da 2ª Guerra Mundial: líderes*. Rio de Janeiro: Renes, 1974.

DEIP: Relatório da Síntese das Realizações do Governo Ismar de Góes Monteiro de 1943-1945 (IHGAL).

DUARTE, Paulo Q. *O Nordeste na II Guerra Mundial. Antecedentes e ocupação*. Rio de Janeiro: Record, 1971.

EXÉRCITO, Centro de Comunicação Social do. *Personagem da Nossa História: Major Elza Cansanção Medeiros*.

EXÉRCITO, Estado maior do. *História do Exército Brasileiro*. Brasília: 1972.

FERRAZ, Francisco C. A. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

_____. *As Guerras Mundiais e seus Veteranos: Uma Abordagem Comparativa*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.28, nº56, p.463-486, 2008.

_____. *A guerra que não acabou: A reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)*. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina (EDUEL), 2012.

FORTES, A. et al. *Na Luta por Direitos: Leituras Recentes em História Social do Trabalho*. Campinas, SP: Unicamp, 1999.

HISTÓRIA Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

HOBSBAWN, E. *A Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914-1991)*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWN, E. J. *A Era dos Impérios, 1875-1914*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

LIMA JUNIOR, Geraldo R. da C. *Quebra Canela: A Engenharia Brasileira na Campanha da Itália*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1982.

LIMA, Mario de carvalho. *Sururu Apimentado: Apontamentos para a História Política de Alagoas*. Maceió: Imprensa oficial, 2008.

MCCANN, F.D. *A Nação Armada: Ensaio sobre a história do exército Brasileiro*. Guararapes: Rio de Janeiro, 1982.

MELLO, J. L. Ribeiro. *A Legislação do Ex-Combatente*. Rio de Janeiro: Expedicionária Ltda, 1978.

MORAES, J. B. Mascarenhas. *A FEB Pelo Seu Comandante*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005.

MOURA, Gerson. *Relações Exteriores do Brasil: 1939-1945: Mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos Durante e após a Segunda Guerra Mundial* / Gerson Moura; apresentação de Letícia Pinheiro; prefácio à nova edição de Leslie Bethell.— Brasília: FUNAG, 2012.

NORA, P. *Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares*. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento da PUC-SP. São Paulo, 1981.

PEDREIRA, F. de Sá. *Chiclete Eu Misturo com Banana: Carnaval e Cotidiano de Guerra em Natal (1920-1945)*. Campinas-SP. 2004.

PEDROSA, J. F. Maya. *A Marinha Para os Alagoanos*. Maceió: Nomeriano, 2004.

PEDROSA, J. F. Maya. *O Enigma dos Submarinos*. Maceió: Catavento, 2001.

PEREIRA DE JESUS, R. *Classes Trabalhadoras e Estado; resenha crítica da historiografia sobre o sindicalismo nos anos 30*. Londrina - PR, 1995

PIMENTEL, C. H. L.: *A esquerda Militar no Brasil: Os veteranos Comunistas da FEB (1945-1950)*. In: XII Encontro Regional de História da ANPUH-Pr, Irati-PR, 09 a 12 de outubro de 2010.

POLLAK, M. *Memória, Esquecimento e Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PRADO JÚNIOR, C. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RIBEIRO, P. da S. *Em Luto e Luta: Construindo a Memória da FEB*; 301 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, 2013.

_____. *Trauma e reparação nas memórias dos veteranos da FEB*. In: XIV ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO. Rio de Janeiro, julho de 2010.

SANDER, R. *O Brasil na Mira de Hitler: A História do Afundamento de 34 Navios Brasileiros pelos Nazistas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

SCLIAR, C. *Caderno de Guerra de Carlos Scliar*; texto de Rubem Braga. São Paulo: Pinacoteca do estado, 1995.

SILVEIRA, Joel e, THASSILO, Mitke. *A Luta dos Pracinhas: A FEB 50 anos depois, uma visão crítica*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

SILVEIRA, Joel. *II Guerra: Momentos Críticos*. Rio de Janeiro: Mauad, 1995.

SODRÉ, N. W. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SVARTMAN, E. M. *Oficiais do Exército Brasileiro nos EUA: experiência, memória e incorporação seletiva de idéias nas décadas de 1930 e 40*. Texto publicado no XXV Simpósio Nacional de História da ANPUH em Fortaleza, 2009.

WALTERS, Vernon A. *Missões Silenciosas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986.

WOLFF, C. S. *Amazonas, Soldadas, Sertanejas, Guerrilheiras*. In: PINSKY, C. B. (Org.) et al. *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

VIZENTINI, P. G. Fagundes. O Brasil e o Mundo: A Política Externa e Suas Fases. Ensaio FEE, Porto alegre, v.20, n.1, p. 134-154, 1999.

TEIXEIRA da SILVA, F. C. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010.

Jornal de Alagoas, 1939-1945.

ATHAYDE, Austregésilo de. Os Combatentes Tomaram como Escárnio..., *Jornal de Alagoas*, 19/01/1943, p.04 (IHGAL).

GUIMARÃES, A. Passos, “Pânico entre os Alcooleiros”. *Jornal de Alagoas*, 10/01/43, p. 02. (IGHAL).

GUSMÃO, Messias. Contra a Economia de uma Região. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 31/05/43, p.04(IHGAL).

MAIA, Motta. “Latifúndio e Outros Temas de Economia”. *Jornal de alagoas*, 10/01/43, p.03. (IHGAL).

PROPAGANDA da extração da borracha. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 05/06/43, p.04 (IHGAL).

PROPAGANDA da extração da borracha, *Jornal de Alagoas*, Maceió, 24/06/43, p.04 (IHGAL).

S/a. A FOME da borracha Perdurará Mesmo com o Advento da Paz. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 17/06/43, p.04 (IHGAL).

S/a. ALAGOAS em Pleno Desenvolvimento. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 05/06/43, p.04 (IHGAL).

S/A. Ampla Cooperação do Brasil para a vitória da Democracia. *Jornal de Alagoas*; 10/01/43, p.02-03. (IHGAL).

S/a. É NECESSÁRIO dirigir e intensificar o aproveitamento da mangabeira. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 11/06/43, p.03 (IHGAL).

S/a. MEIO Carnaval. *O Semeador*, Maceió, 12/03/43, p.01 (IHGAL).

S/a. NECESSIDADE de um Movimento para Orientar as Populações Rurais. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 16/06/43, p.03 (IHGAL).

S/A. Oficiais Brasileiros estagiarão nos Estados Unidos: Designados três capitães servindo em nossa capital. *Jornal de Alagoas*, 04/05/44, p.02 (IHGAL).

S/A. Notícias Militares: Relação dos cidadãos que foram alistados à revelia pelo cartório do primeiro distrito de Maceió. *Jornal de Alagoas*, 05/05/44, p.02. (IHGAL).

S/a. O CARNAVAL será na Av. Moreira Lima. *A Notícia*, Maceió, 01/02/45 (IHGAL).

S/a. O PERIGO é Grande de Mais para que Cruzemos os Braços: São Paulo quer tudo. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 13/05/44, p.04 (IHGAL).

S/a. O PREÇO da Cana-De-Açúcar. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 13/04/44, p.04 (IHGAL).

S/a. *PÂNICO entre os Alcooleiros*. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 10/01/43, p.02 (IHGAL).

S/a. *RETIRO no Carnaval*. *O Semeador*, Maceió, 06/03/43, p.01 (IHGAL).

PALMEIRA, Rui. *Essa gente não desgraçará o Nordeste*. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 19/06/43, p.04 (IHGAL).

PALMEIRA, Rui. *A proibição apenas do carnaval de rua seria uma injustiça ao Povo*. *Jornal de Alagoas*, 20/01/43, p.04 (IHGAL).

PITOMBO, Ary. *A proibição apenas do carnaval de rua seria uma injustiça ao Povo*. *Jornal de Alagoas*, 20/01/43, p.04 (IHGAL).

SILVEIRA, J. Bonifácio. e NASCIMENTO, M. C. *Carnaval em Alagoas*. *Jornal de Alagoas*, 23/01/43, p.04 (IHGAL).

S/A. *Serviço de Defesa Civil, Diretoria Regional, nota nº 48*. *Jornal de Alagoas*, 09/05/44, p.06. (IHGAL).

S/A. *Propaganda do Bônus de Guerra*. *Jornal de Alagoas*, 12/05/44, p.03. (IHGAL).

S/A. *Reivindicação Pleiteada pelos Banguzeiros do Nordeste. São Paulo quer tudo. Declarações do Sr. Mario Gomes de Barros, Presidente da Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas*. *Jornal de Alagoas*, 14/05/44, p.08. (IHGAL).

S/A. *O Preço da Cana de Açúcar*. *Jornal de Alagoas*, 13/05/44, p.04. (IHGAL).

TOURINHO, Borba. *A Mulher Brasileira vai para Guerra... de Alagoas à Europa*. *Jornal de Alagoas*; 04/05/44, p.05. (IHGAL).

Jornal O Globo, 1943-1945.

S/A. Numerosas Divisões do Brasil na Invasão da Europa. *Jornal O GLOBO*, Rio de Janeiro, 21/08/194, edição matutina, p.1 e 3. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com>>. Acessada em: 25/08/2013.

BAGLEY, Henry W. *Além do Exército, a Marinha e a FAB*. *Jornal O GLOBO*, Rio de Janeiro, 19/07/44, edição matutina, p.1. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/>>, acessado em 23/08/2013.

S/A. *Chegam à Europa os Soldados do Brasil*. *Jornal O GLOBO*, Rio de Janeiro, 18/07/44, edição vespertina, pág. 01. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/>>, acessado em: 15/07/2013.

Jornal O Estado de São Paulo, 1943-1945.

S/A. A Volta dos Nossos Expedicionários. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 12/05/1945, p.18. Disponível em:

<<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:IqiwwGbiRt4J:acervo.estadao.com.br/+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>, acessado em 19/05/2013.

S/A. Embarcou para o Brasil o Primeiro Contingente da FEB. *O Estado de São Paulo*, São Paulo:07/07/1945, p.01. Disponível em:

<<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:IqiwwGbiRt4J:acervo.estadao.com.br/+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>, acessado em 21/05/2013.

MARTINS, H. Leôncio. Participação da Marinha Brasileira na II Guerra Mundial. *Jornal Letras em Marcha*, ano XXIV, p.11, Rio de Janeiro: jun. 1995.

S/A. O ataque do navio da Costeira foi realizado em pleno dia, por um submarino alemão, a seis milhas apenas da vila da Barra de São Miguel. *Jornal Diário de Notícias*, Maceió: 02/10/1943, segunda seção, p.01. Associação dos ex-combatentes de Alagoas.

S/A. *O Diário da Bahia*, Salvador: 14 de julho de 1942, fornecido pela Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, secção Alagoas.

S/A. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 04/02/1945 (PEDREIRA: 2004, p.170).

REVISTA DO IHGAL. Maceió: 1977, volume XXXIII, p. 45.

REVISTA DO IHGAL. Maceió: 1945-1946, volume XXIV, p.115.

REVISTA DO IHGAL. Maceió: 1947, volume XXV, pág. 110.

REVISTA O NATAL. Maceió: 24/12/1945, p.56, IHGAL.

ROTEIRO da FEB, disponibilizado pela Associação dos Ex-combatentes do Brasil, secção de Alagoas, baseado em dados concedidos pelo Exército brasileiro.

Legislação:

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Art. 53, inciso IV, dos Atos das Disposições Constitucionais e Transitórias da Constituição Federal de 1988, que assegura alguns direitos aos ex-combatentes, como por exemplo, a pensão especial de segundo-tenente...

BRASIL. Decreto nº 19.770, de 19 de Março de 1931. Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências.

BRASIL, Lei n.288, de 08 de junho de 1948, que concede vantagens a militares e civis que participaram de operações de guerra. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, DF: 08 de julho de 1948. Disponível em: <<https://www.google.com.br/#q=diario+oficial+de+Lei+n.288%2C+de+08+de+junho+de+1948>> acesso em: 24/02/2013.

BRASIL, Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967, que regulamenta o art. 178 da constituição do Brasil, que dispõe sobre os ex-combatentes da 2ª guerra mundial. Disponível em: <<https://www.google.com.br/#q=BRASIL%2C+Lei+n%C2%B05.315%2C+de+12+de+setembro+de+1967%2C>> acesso em 24/03/2013.

BRASIL, Lei nº 8.059, de 04 de julho de 1990. Dispõe sobre a pensão especial devida aos ex-combatentes da segunda guerra Mundial e a seus dependentes. Disponível em: <<https://www.google.com.br/#q=Lei+n%C2%B0+8.059%2C+de+04+de+julho+de+1990.>> acesso em 12/05/2013.

BRASIL, Ministério da Guerra. Portaria N.º 8.250. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, DF:, em 11 de maio de 1945.

DECRETO-lei Municipal 4022 de 26 de março de 1991. O Mausoléu do Ex-combatente de Alagoas.

DECRETO-Lei nº 5.315 de 12 de setembro de 1967 (Fonte: AECB-AL). Trata do conceito de Ex-combatente brasileiro.

DIÁRIO Oficial de Alagoas, Maceió, 25 de outubro de 1995 (Associação dos Ex-combatentes do Brasil – Secção Alagoas).

ESTATUTO da Associação Nacional dos Ex-combatentes do Brasil, de 01/10/1945, preâmbulo.

VADE MECUM: Acadêmico de Direito. 12 ed. São Paulo: Rideel, 2011.

Sites:

IBGE, 1940. Censo Demográfico de 1940. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dados referentes á população do estado de Alagoas, disponível em: <www.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=oo>. Acessado em 18/11/12.

SAREx, Serviço de Assistência Religiosa do Exército. Disponível em: <<http://sarex.dgp.eb.mil.br/index.php/historico>>. Acesso em 22/04/2013.

NAUFRÁGIOS do Brasil. Disponível em: <<https://www.google.com.br/#q=%3Cwww.naufragiosdobrasil.com.br%3E>>. Acesso em: 21/05/2012.

A COBRA Fumou na Itália. Entrevista com Carlos Sclier. 1'32"32. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=Z726h2euqBs>> . Acesso em novembro de 2012.

INSTITUTO Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro<<http://www.iuperj.br/index.php/institucional/historico>. Acesso em: 01/11/2013.

CONAB <<http://www.ibge.gov.br/Conab>> acessado em 17/02/2014.

A Associação dos Ex-combatentes do Brasil
<<http://www.excombatentesvit.com.br/pg/25985/a-associacao/>>

Sobre o fechamento do Museu da FEB
<[http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL463446-5601,00-ex-combatentes+da+FEB+fecham museu+e+associação.html](http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL463446-5601,00-ex-combatentes+da+FEB+fecham+museu+e+associação.html)> . Acesso em fevereiro de 2014.)

APÊNDICE A – Entrevista I: Rosalvo José de Souza (14/09/2013)

Em entrevista concedida para este trabalho, o ex-combatente, Rosalvo Loureiro, morador de Delmiro Gouveia, relata alguns fatos que contribuíram para minha pesquisa de mestrado sobre os pracinhas alagoanos. O pracinha alagoano nos recebeu em sua casa com muita boa vontade e admiração pelo trabalho proposto. Depois das apresentações, e demais receptividades iniciais, começamos a perguntá-lo:

SÉRGIO: O nome do senhor todo:

ROSALVO: Rosalvo José de Souza

SÉRGIO: Qual a data do seu nascimento?

ROSALVO: A minha idade? 93 anos, no dia 11 de Julho de 1920.

SÉRGIO: O nome da sua mãe?

ROSALVO:

SÉRGIO: O nome de seu pai

ROSALVO: José de Souza Ferraz.

Obs.: Teve 07 irmãos e tem 10 filhos.

SÉRGIO: Eles faziam o quê, mais ou menos?

ROSALVO: Eles trabalhavam em Delmiro Gouveia. Eram operários. Eles são sertanejos de Pernambuco da cidade de Betânia.

SÉRGIO: O senhor passou a sua infância todinha aqui em Alagoas?

ROSALVO: Foi

SÉRGIO: Em Delmiro Gouveia?

ROSALVO: Foi

SÉRGIO: O senhor tem alguma lembrança daquela época, como era aqui? Era tão moderno como agora?

ROSALVO: Naquele tempo não tinha a fábrica. No tempo que pai chegou aqui. Ali no lugar da fábrica era xique-xique e macambira. Aí meu pai foi inspecionador de pele. Delmiro ia comprar pele por Pernambuco, aí nas cidades, e meu pai era inspecionador. O meu pai, foi inspecionador de pele por muito tempo.

SÉRGIO: O senhor estudou aqui mesmo?

ROSALVO: sim

SÉRGIO: O senhor chegou a se formar aqui?

ROSALVO: Não, não. Eu não sou formado.

SÉRGIO: Não. Eu falo do primeiro grau

ROSALVO: É. O que eu tive que aprender foi por aqui.

SÉRGIO: Sua trajetória profissional. Eu sei que o senhor fez muita coisa nesses mais de 90 anos. De prefeito, tendo sido ex-combatente e tal. Mas eu quero pelo menos saber o caminho do senhor para se chegar até agora, assim, profissionalmente falando.

ROSALVO: Primeiro do que tudo, eu fui operário. O meu pai gostava de roça. Até 15 anos, o meu pai colocava “nós” pra trabalhar na roça. Ele gostava de roça. Aí eu passei 15 anos na Fábrica da Pedra. Com 20 anos eu fui sorteado.

SÉRGIO: Esse sorteio era como? Colocava o nome das pessoas?

ROSALVO: O sorteio vinha lá da cidade. O Exército mesmo, eles têm o mapa da cidade e coisa e tal. Quando menos espera, recebe o aviso que foi sorteado e aí não pode deixar de atender.

PEDRO (Foi quem intermediou a entrevista. Morador também de Delmiro.): Era do Distrito de Água Branca, uma cidade a 15 km e aqui pertencia a Água Branca. Aí depois emancipou-se.

SÉRGIO: Aí o senhor foi sorteado?

ROSALVO: Fui. Aí eu fui sorteado.

SÉRGIO: O senhor ficou sabendo como?

ROSALVO: Não, eles mandam. Eles mandam a convocação.

SÉRGIO: E o senhor pegou o papel...

ROSALVO: Não. Quem recebe é o prefeito, neste tempo era o de Água Branca, quem recebeu. Quando eu me batizei o padre que funciona aqui era lá de Água Branca. Era uma coisa só. Trabalhava lá e cá.

SÉRGIO: O prefeito, então, falou que o senhor tinha sido convocado?

ROSALVO: Não. Veio o papel.

SÉRGIO: O senhor leu perto da família?

ROSALVO: Foi.

SÉRGIO: E quando o senhor viu isso? Quando o senhor pegou o papel e viu? O senhor tinha quantos anos na época?

ROSALVO: Eu sei que eu fui com 20 anos. Foi em 1940.

Obs: na verdade seu Rosalvo foi convocado em 1943. Depois de conversar com a sua esposa, a segunda. Ele era viúvo.

SÉRGIO: Tinha alguma namorada aqui? Para deixar com saudade?

ROSALVO: Mais ou menos.

SÉRGIO: Quando o senhor pegou o papel e viu. O senhor sabia o que iria encontrar, mais ou menos, pela frente?

ROSALVO: Não. Não tinha. Na verdade eu não vou mentir. Mas recebi, coisa e tal, li, entendi que era coisa do Exército, era um caso sério, não podia deixar de atender.

SÉRGIO: Aqui vocês tinham notícias do que estava acontecendo lá?

ROSALVO: Sabia que a guerra na Alemanha já tava funcionando. Aí nesse ano eu passei lá (o lugar é o da convocação). Vi que a guerra tava funcionando e já fui liberado. Com um ano eu fui liberado. Mas com 10 meses eu recebi o chamado para voltar novamente. Aí foi nesse dia que a minha mãe, quando soube que eu ia viajar, “tem chamado, tá esperando lá”, deu um

ataque. Aí eu sei que me despedir do povo, me despedi de pai, vi descendo uma lágrima. Coisa que eu nunca vi ele chorar. A minha mãe era chorona, mas meu pai não.

Aí depois de despedi de todo o mundo. E a minha mãe, cadê? Disseram: ela tá lá dentro, aí eu entrei, cheguei lá e o pessoal “apegado” com ela e não tive mais acesso. Aí eu saí. Não chorei por isso, por que eu tive raiva. Deixei a minha mãe esperando morrer, digamos, e eu fui a eles e não tive o direito de esperar que ela morresse ou... e sabendo também que daquela noite, no outro dia ia viajar e não tinha condições de voltar. Por que eu já sabia da coisa mais ou menos.

SÉRGIO: Aí o senhor foi. Teve mais ou menos um curso, e qual foi a cidade que o senhor ficou?

ROSALVO: Em Maceió. Eu passei 15 dias lá esperando para aonde a gente ia ficar. Aí com 15 dias foi que chegou o aviso que era para ir para Rio Grande do Norte. A capital de Natal. Que era o 16º RI. Aí justamente, é que seguimos, como lhe falei, de Maceió embarcou por 6 horas e daí houve uma confusão com o pessoal, que andava com uma conduta, alteração na hora. E foi preciso agarrar ele, um cabra como aquele ali (meu cunhado, de 1,80m) e deu trabalho, mas agarraram ele e coisa e tal, e deixaram ele preso. Aí quando foi 3:00 da madrugada, quando me acordei, já sentia que o navio ia funcionando. Aí, 11:00, “nóis” tava em Recife. Foi bom, aí tivemos uma hora lá de trégua para a gente, se a gente quisesse andar em linha (deu uma volta no local). Coisa e tal, mas era só uma hora. Aí todo mundo saiu para tomar um negócio, aí viajamos. Lá no caminho, um avião passou baixinho, investigando a gente, coisa e tal, mas tudo correu bem. Em 12:00 chegamos em Natal.

SÉRGIO: Ficou em Natal?

ROSALVO: 6 meses. Esse navio que eu viajei, o Itapajé, foi torpedeado, aqui nessa cidade de Rui Palmeira, do engenho de Guilherme Palmeira. Ali esse navio foi torpedeado. Esse que eu viajei. Eu fiquei assim, até meio preocupado, “Meu Deus do Céu, quase que me pegaram”. Mas...

SÉRGIO: O treinamento, lá em Natal, durante esses 6 meses, como era o curso que o senhor teve?

ROSALVO: Homem, lá até metralhadora de avião a gente fez treinamento.

SÉRGIO: O senhor lembra o nome do seu superior direto?

ROSALVO: De lá de Natal, não.

SÉRGIO: O senhor fez parte de algum grupo específico?

ROSALVO: Homem, lá se fazia de tudo. Um dia era uma coisa, outro dia era outra. Era assim, era treinamento para enfrentar a guerra.

SÉRGIO: O senhor conheceu ou viu alguns alagoanos? Pessoas que o senhor depois teve contato?

ROSALVO: Teve lá, um rapaz que foi convocado primeiro e voltou à cidade e levaram lá para fazer treinamento com a gente. Mas não cheguei a ver ele. Sei que a gente fez muito treinamento de tiro. E teve até um baleado, de bala de festim.

PEDRO: Quantos foram aqui mais o senhor?

ROSALVO: Homem, no dia em que eu saí, parece que só foi eu. Mas, depois, quando eu já estava em Maceió, chegou outros: compadre Ulisses, eu acho que vocês vão passar lá na casa dele. Meu compadre Ulisses, ele é mais velho do que eu.

Obs: o seu compadre Ulisses foi um dos convocados que foi para a Itália e será alvo da segunda entrevista.

PEDRO: O comandante que lhe denunciou para dar benção à sua mãe, foi o coronel, capitão Aldo?

ROSALVO: Capitão Aldo, isso. Eu falei com ele, naquele tempo ninguém tinha direito. Mas teve um dia... chegou o chamado, aí nós passamos o dia todo se arrumando para viajar. E passamos o dia, e passamos até 12:00 horas. Mas, aquilo ali, disseram que fizeram isso para que no dia de fato que fosse verdade ele já tá mais ou menos com aquilo na cabeça, e não estranhar muito. Mas, isso me preocupou muito. Mas eu, tanto tempo que estou aqui, ia fazer dois anos que estou fora de casa. Eu vim cá do, vim aqui para Tamandaré, na divisa de Alagoas com Pernambuco. Fiz dois meses de serviço lá. Aí, vim de lá, da banda da Paraíba, e foi criando um contingente lá do R.G.N., eu soube da história que era pra vim aqui ficar na divisa com Alagoas, e eu quero ir. Eu disse, pode ser que quem sabe que eu de lá, mais perto, não posso voltar na casa da minha mãe.

SÉRGIO: Lá no fundo o senhor não queria participar disso mesmo. O senhor acha que teve alguém com vontade de participar da guerra, pela conversa que o senhor teve com seus amigos?

ROSALVO: Não tem. Eu acho que não tem gente que queria ir para a guerra. A gente vai porque a lei manda. A gente tem compromisso né? De cidadão. Não quer desertar, né? Foi bom (riso acanhado).

SÉRGIO: O senhor tem ideia de algum caso engraçado que aconteceu lá nesses 6 meses? Num joguinho de baralho que vocês jogavam. Dava para ouvir música lá. Quando vocês estavam lá, nesses 6 meses?

ROSALVO: Nesse tempo que eu vim para aqui, quando eu cheguei aqui, a semana quase toda foi samba. Eu sou sambista. Aí aproveitaram eu aqui. Um fazia um samba, outro fazia outro samba. Até no dia que ficou para viajar, mas não viajei porque a gente viajava daqui. Os caminhões da companhia, até Rio Branco naquele tempo, e hoje é Arco Verde. Foi bom, aí eu fiquei sambando. A minha mãe quando eu chegava em casa, ela ia pra dentro do quarto e se deitava. Eu sempre ficava muito triste. Eu andava passando, visitando meus amigos e coisa e tal. Quando chegava, minha mãe tava cuidando da casa, mas quando ela via eu chegar, fechava a porta do quarto. Aí eu não queria tá muito tempo em casa. Eu tornava sair para lá me entretendo com os amigos (risos acanhados). Por que não ficava satisfeito com ela deitada e eu lá dentro de casa.

Obs.: nessa parte da entrevista seu Rosalvo relata os momentos em que ele foi vice-prefeito (1968-1973) e prefeito de Delmiro Gouveia (1977-1983) pela ARENA (o mesmo de Arnon de Mello). Depois de ter servido o Exército, foi comerciante por mais de 30 anos e logo depois ingressou na carreira política. Um homem extremamente honesto com seus princípios, nos moldes cristãos, que a convite, como ele mesmo fala, sem condições de negar o pedido, se lançou na política. Foi produto do processo político da época. (mas por convocação, que por escolha própria). Não há aqui, de minha parte, o interesse de absorvê-lo das suas opções partidárias ou das suas decisões políticas. Ele foi um típico político do interior, conservador, mas que entendia por administração correta o zelo com o erário público.

Quando perguntado sobre os “ilustres” políticos de sua época, imediatamente vêm as figuras de Arnon de Mello e de seu filho Fernando Collor de Mello.

Sobre Ismar de Góes Monteiro, o interventor de Alagoas durante os anos de 1940 a 1945, seu Rosalvo, assim relata:

Lembro de Ismar de Góis Monteiro, “mas o mais famoso era o seu irmão Silvestre Péricles, que era famoso. Ele era valentão. O outro (Ismar de Góes Monteiro) não correu nada contra ele. Silvestre é que era valentão.

SÉRGIO: E Vargas? O senhor lembra muito bem dele?

ROSALVO: Lembro.

SÉRGIO: O senhor acha o quê de Vargas como político, como cidadão?

ROSALVO: Eu achei ele muito bom. Agora Silvestre era agressivo demais. O outro, Ismar, era calmo. Ele não foi Governador? Naquele tempo o nome era diferente, era interventor.

SÉRGIO: Então o senhor acha que ele foi um bom interventor aqui para o Estado, mais tranquilo?

SÉRGIO: Foi.

SÉRGIO: O senhor hoje faz parte da Associação dos Ex-Combatentes daqui de Alagoas?

ROSALVO: Não.

SÉRGIO: Mas já fez parte?

ROSALVO: Não.

SÉRGIO: A sua patente é de?

ROSALVO: 2º Tenente

SÉRGIO: O senhor de alguma forma ainda está ligado ao Exército?

ROSALVO: Quem me atende é aqui em Paulo Afonso, no Batalhão da Infantaria.

SÉRGIO: O senhor acha que ficou algum trauma durante a guerra, ou depois da guerra, por conta dessa experiência de 6 meses de pressão? Nessa angústia de se ia ou não ia.

ROSALVO: (PAUSA) Homem, eu tive... Eu sei que eu fui com muita disposição, treinei como quem ia receber uma medalha. Eu aprendi o que devia aprender, eu aprendi. Eu vim

aqui tomar benção da minha mãe quando eu fui. Fui sartisfeito. Eu me lembro que eu pedi a Jesus, porque eu viajei sem tomar a benção da minha mãe, e eu pedi a meu Deus, que me deixasse matar 100, para poder me levar, por que eu ia sem tomar a benção da minha mãe. Eu pedi a Deus (neste momento seu Rosalvo nos mostra o que muitas vezes nós, estudantes do tema, vemos em relatos de outras pessoas, gravadas, filmadas, relatadas por outros estudiosos, a emoção e o olhar de perda que, a grande maioria dos homens e mulheres daquela época ainda traz consigo. Todos se emocionaram na sala. A entrevista que era para ser um material de pesquisa, transforma-se em material de reflexão pessoal. Principalmente para mim, o mais afinado, pelo menos naquele recinto, com o mote da entrevista. Fica claro que fazer história sem emoção é entender sem desejar, é viver lendo sem sentir, é discutir, ou debater, sem se transformar, é não se humanizar).

Para a pesquisa, a entrevista com seu Rosalvo acaba aqui. Mas os seus relatos nos dão a certeza de que mesmo com todas as suas contradições, ele foi um homem de sua época. Sabia das suas maiores obrigações. Tinha recebido um legado cultural e não queria, ou não podia, dentro das suas circunstâncias, ser radicalmente diferente do que lhe propunham. Mas, os seus atos, ou as suas atitudes, continuaram nessa inquirição por mais 13 minutos, num total de 47. Não tive coragem de interrompê-lo. Não acredito que tenho esse poder. E mesmo se tivesse, deixá-lo-ia extravasar o seu desabafo e a sua vontade de explicar, para todos que ali estavam, que a sua longa vida, apesar das dificuldades (perdeu a mãe sem dizer o quanto a amava; ergueu o pai no leito de morte, para que pudesse evacuar de dor; Foi jurado de morte por alguns desafetos políticos; dentre outros acontecimentos), foi vivida, para ele, de forma honesta. Não acho que houve a intenção de se valorizar diante das câmeras. Mostrou-se desde o primeiro momento como uma pessoa educada e bastante simples. Claro que em alguns momentos as suas convicções fizeram transbordar a personalidade e o seu caráter de homem forte e pouco afável com aqueles que o acusaram de ser diferente do que afirmava ser.

APÊNDICE B – Entrevista II: Ulisses Firmino de Oliveira (14/09/2013)

Na entrevista concedida pelo senhor Ulisses a este trabalho de pesquisa, ficou clara a sua boa vontade de nos acolher de forma bastante respeitosa e se dispor a responder às perguntas que lhe foram direcionadas sempre com um sorriso no rosto. O pracinha de 96 anos, negro, ex-operário e lavrador, nos proporcionou uma ideia do que foi a guerra na Itália quando lá esteve em 1944. A entrevista teve início logo após a ocorrência com o Sr. Rosalvo. Assim, depois das apresentações e de dizer quais eram os meus objetivos, passamos a entrevistá-lo:

SÉRGIO: O seu nome todo?

ULISSES: Ulisses Firmino de Oliveira (95 anos)

SÉRGIO: Como era o nome do pai do senhor?

ULISSES: André

SÉRGIO: O nome da mãe do senhor?

ULISSES: Maria Joaquina

SÉRGIO: Todos são daqui (Delmiro Gouveia)?

ULISSES: Eram

SÉRGIO: O senhor nasceu aqui, foi criado aqui?

ULISSES: Eles já morreram.

Obs.: Senhor Ulisses é surdo de um ouvido. Por isso às vezes as suas respostas não coincidem com as perguntas de forma perfeita, mas com a repetição da pergunta de forma mais intensiva, mais límpida, conseguimos fazer com que ele as respondesse de maneira mais segura.

SÉRGIO: O senhor foi criado aqui?

ULISSES: Foi

SÉRGIO: A escola, lá no iniciozinho, o senhor chegou a fazer as séries iniciais. O senhor teve contato com ela?

ULISSES: Home! o estudo foi muito pouco, eu não vou mentir. E agora tá com dois anos que eu vou e nem o nome eu posso assinar mais.

Obs: ele se refere a assinatura do depósito correspondente à sua aposentadoria. Ele a recebe no quartel de Paulo Afonso, como 2º Tenente.

SÉRGIO: E o senhor está com quantos anos hoje?

ULISSES: Hoje? 95 anos. Eu completei no dia 15 de outubro.

SÉRGIO: Na época em que o senhor foi convocado, o senhor tinha quantos anos, mais ou menos?

ULISSES: Tá aí, essa eu não tô lembrado.

SÉRGIO: Foi 44 ou 45 que o senhor chegou a ir?

ULISSES: Fui convocado... em 42.

SÉRGIO: E o senhor saiu daqui de Delmiro Gouveia mesmo, foi para Maceió...

ULISSES: Nós fomos para Maceió, num caminhão “veio” aí, ele botou corrente, os cabra já tudo envenenado (tinham bebido um pouco de bebida alcoólica). Não tô muito lembrado do negão, que disse “olha, vocês desçam e vão “impurrar” o carro”. Aí eu disse: “pera. nós somos ‘calunga de caminhão’? isso, dentro de Mata Grande. Ele infezou-se, nós fiquemo lá. Passamo a noite em Mata Grande, logo dia de feira, menino... oh rapaz...

SÉRGIO: Foi sofrimento?

ULISSES: Foi

SÉRGIO: O senhor chegou sair daqui para Maceió ou já foi para Recife, ou foi para onde?

ULISSES: De Mata Grande, o motorista disse e o tenente “olha não vou levar ninguém mais para Maceió, não. Bagunçaram aí, não todos, mas bagunçaram bastante. Aí não foi.

SÉRGIO: Mas, o senhor serviu o Exército dessa época, 42, 43. Qual foi o batalhão, aonde foi que o senhor ficou?

ULISSES: No Rio Grande do Norte, no 3º batalhão, tudo convocado, no quartel 29.

SÉRGIO: O senhor ficou lá no R.G.N. durante esse tempo?

ULISSES: Muito tempo.

SÉRGIO: O senhor lembra mais ou menos dessa época? O senhor chegou a ir para Itália? Ou o senhor ficou aqui mesmo?

ULISSES: De lá nós fomos... O cumpade Rosalvo (o outro pracinha entrevistado por mim) veio para o Batalhão de engenho, não sei... E os outros foram com o General Cordeiro de Farias e Mascarenhas de Moraes, de navio.

SÉRGIO: O senhor, então não foi?

ULISSES: Não. Eu fui lá para Itália.

SÉRGIO: O senhor chegou a sair do RJ ou saiu daqui mesmo?

ULISSES: Saí do R.G.N.

SÉRGIO: O senhor saiu do R.G.N. e foi para a Itália?

ULISSES: Foi

SÉRGIO: O senhor tem, mais ou menos, uma lembrancinha da viagem, como foi. Um dia no navio?

ULISSES: Rapaz, muito nego enjoou. Eu não, eu não quis comer...

SÉRGIO: Foi a viagem todinha sem comer?

ULISSES: Sim. Os “cabra”... não, primeiro nós fomos para Recife, chegou lá não tinha vaga, nem na Paraíba, nem nada, aí veio um capitão... aí chegou lá deu um sinal, ou telefonou, não sei o que... aí nós saímos marchando, a pé, para o quartel 29. Dormi em rede, tinha nego que chiava (risos). Eita diabo! Tinha um César, do Rio de Janeiro, menino! Esse era o cão.

SÉRGIO: Na preparação que foi do Brasil para ir para a guerra, antes do embarque, o senhor lembra como foi a preparação?

ULISSES: Foi o primeiro batalhão, passava 6 meses na praia treinando. Aqueles canhãozão de concha, 150, e o derradeiro foi o 3º batalhão. Com 6 meses nós viemos. Coronel ruim que só o cão. O quartel dos convocados, não tava pronto ainda. Aí foi quando de manhã bem cedo a banda de música tocava. Os maus elementos ficavam tudo atrás, pro mode que os oficiais tinham raiva deles. Quando ele dizia “bom dia meu regimento”. Cabra dizia: “bom dia corno”.

Outro dizia: “fi dessa, fi daquela outra”. Eu sei que ele ficava vermelho. Mas, por sinal, rapaz, nesse dia, o sargento testou, tava lá perto, uns treino de tiro. Eu vinha com uns tijolos nos braços, aí ele disse: “o que que você é? Aí eu disse: “um simples carregador de tijolo”. Aí, ele ficou vermelho como a peste. Aí danou-se lá para o quartel. Aí bateu a corneta. Aí o Sargento Nestor disse: “olha vão lhe expulsar”. Aí eu disse: “não posso fazer nada”. Ele não me deu um bom dia lá. Eu com a mão cheia de tijolo. Tinha gesto de cabeça, mas eu não fiz. Aí, me mandaram chamar. Tinha um cearense, era quem dirigia o jipe. Naquele tempo, não tinha carro não. Era um jipe veio, que andava pra lá e pra cá. Aí, quando eu cheguei, já tinha conversado muito, aí disse: “olha, foi mandado chamar você minha ordenança”. O bicho ficou vermelho que só a peste. Eu digo: “olha, eu nunca fui vaqueiro, nunca lavei cavalo e nem arrumei cama pra mulher, ou pra homem. “aí foi que ele ficou vermelho. E mandou eu sair.

SÉRGIO: Isso tudo aqui no Brasil, ainda?

ULISSES: Sim. Foi lá no R.G.N. Antes de embarcar. Outro dia ele me mandou chamar. Aí eu falei: “rapaz eu já não disse que eu não vou. Eu nunca lavei cavalo de patrão, nem nunca arrumei cama para mulher”. Aí ele, não, mas vamos lá...

SÉRGIO: E como o senhor recebeu a notícia da convocação para a guerra?

ULISSES: De Água Branca, do prefeito de lá é que mandava as cartas de convocação.

SÉRGIO: O senhor lembra do dia em que o senhor pegou o papel e leu. Aonde o senhor estava?

ULISSES: Não. Eu fui buscar na perna. Aqui era ruim de carro. Foi eu e Quichabera, bebo como um cachorro (risos). Era novo.

SÉRGIO: Tinha namorada por aqui, mulher, filho?

ULISSES: Não. Eu morava ali (aponta para o local que fica numa rua próxima a sua atual residência). Eu era solteiro ainda.

SÉRGIO: Aí o senhor pegou o papel da convocação, junto com outras pessoas daqui também?

ULISSES: O caminhão foi cheio, home. Agora voltou... O finado João Gomes tava com o pé, era agricultor, e a roda do carro de boi passou no pé dele.

SÉRGIO: Tinha alguém que fazia alguma coisa para não ir? Falava que tava doente, ou não?

ULISSES: Não podia, né. Foi dispensado, o Palmeira, os que era agricultor...

SÉRGIO: Tinha alguém dentro desse caminhão que tinha algum dinheirinho? Ou era tudo da classe trabalhadora, mais humilde?

ULISSES: Não. Os que tinha mais alguma coisa eram os “pacífes”. Os outros não tinham nada não. Eram operários, outros num eram. Como diz a história, era pé-no-chão.

SÉRGIO: Aí o senhor saiu do Rio Grande do Norte, pegou o navio e foi parar na Itália?

ULISSES: Não. Nós terminamos no R.G.N. os cabra (risos)... o Coronel tão Caxias que ia na frente marchando, deixou o jipe lá, e saiu marchando. E as mulheres pegando com ele, mostrava os peitos, ele: “não tem jeito, não”. E os cabra assobiando, mas não teve jeito, não. Quando a gente embarcou no navio. Foi Cordeiro Farias e Mascarenhas de Moraes, que já morreram, em Recife, um bichinho baixo, mas era bom.

SÉRGIO: O senhor chegou a vê-lo, assim, de pertinho?

ULISSES: Claro. Eu já tinha visto ele em 39, quando eu fui sorteado. Tinha um Major que criava passe de mulher prostituta, me dava um valor danado. Aí, Assis me deu um fuzil véio, que nem a bixiga limpava ele. Ele me deu o “corné” e um pó, eu passava assim (mostra como limpava o fuzil) da janela, aí eu abusei. Tá prestando “im riba” não. O Major olhava assim. Aí eu falei: “nem o cão limpa ele”. Ele tava do lado do General. Ele pegou e jogou, assim, lá no chão. Aí o Cordeiro de Farias disse: “não se faz isso com recruta, não”. Aí ele pegou o fuzil olhou e disse: “Isso aqui só se for no fogo ou na broca”. Aí depois ele mandou me chamar e disse: “viu o que ele disse a você?” aí eu falei: “ eu não tenho culpa. Que culpa tenho eu?” Mas também com poucos dias ele foi transferido, num sei pra onde (risos). Aí chegou um Coronel bom que danado.

SÉRGIO: O senhor lembra o nome desse Coronel?

ULISSES: Não.

SÉRGIO: O senhor ficou lá em qual batalhão? Lá na Itália?

ULISSES: A gente ficou colocado na divisão dos EUA. Num batalhão deles, assim (mostra com as mãos, sinalizando várias fileiras de homens). Aí, agora me lembrei (rindo). Bem cedinho, naquele nervoso doido, eles davam dois dedos assim (demonstra com os dedos uma pequena dose), não sei que bebida era, eu dizia “bota isso pra lá, que eu não bebo”. Nem

beber, nem fumar, nunca. Aí, esse agricultor que era nervoso que só a desgraça, um dia ele fez o Tenente coisar... pegou e jogou ele dentro de uma privada véia, na Roca. Uma cachaça da peste dos cabra. Aí, o Tenente veio, era o 1º Tenente mineiro. Mas, menino! Aí disse: “bigode ó como eu tô”. “Que culpa tenho eu?”. Aí peguei na oreia do burro, ele outra. Torcemo, torcemo, aí ele disse: “viu paraibano? O que o alagoano fez? Mas você deixar o burro me jogar dentro da lama.” Naquele tempo usava bota, até aqui, os oficiais... mas, menino, todo melado. Vamos simhora (risos). Fi da peste! (mais risos).

SÉRGIO: E lá na Itália, era muito diferente? O povo de lá o senhor achava muito diferente do daqui? O senhor chegou a ter contato com alguém de lá?

ULISSES: Pouco, pouco, com as mulher. Você sabe que soldado gosta de esculhambar demais. As italianas com raiva chegava, assim, ficava aquela fila. Aí eu me lembro pouco.

SÉRGIO: Elas eram bonitas?

ULISSES: Tinha bonita e tinha feia (risos). Aí, não sei o que eu tava cantando, aí ela perguntou: “quem é bigode, aqui?” “é aquele cara ali”. Lá vem ela conversar comigo (risos). Aí conversamos um pouco, e ela disse: “olha, você pode dar uma voltinha por aqui de noite?” “Homi”, se eu não sair da patrulha...

SÉRGIO: Saia todo dia de patrulha?

ULISSES: Saia. Mas, não saia um só não. Era um bocado de soldado.

SÉRGIO: O senhor ficou na Itália quanto tempo?

ULISSES: Quase 3 anos. Terminou a guerra, nós ficamos por lá e tudo.

SÉRGIO: Depois da guerra o senhor ainda ficou por lá?

ULISSES: Ficamos. O derradeiro combate foi no Monte Castelo. Era uma metralhadora da peste, lá de cima.

SÉRGIO: Mas o senhor chegou a participar?

ULISSES: Eu tava lá no meio.

SÉRGIO: O senhor viu brasileiros morrerem?

ULISSES: Morreu muito. Agora o engraçado que eles davam cobertura aos médicos, os aviões davam cobertura, os médicos desciam, com os enfermeiros. Aquele que não tinha condições ficava gemendo até morrer. Agora, aquele que tinha condições eles levavam.

SÉRGIO: O senhor acha que o Exército Brasileiro, daquela época, estava preparado?

ULISSES: Ele tava preparado apulso.

SÉRGIO: Batia saudade de casa?

ULISSES: Batia. Quem tava num inferno daquele, não saía por que não podia.

SÉRGIO: E quanto à alimentação? O senhor teve algum problema?

ULISSES: Não, não tive problema nenhum. Agora, alguns tiveram. Nem tudo que eu via, eu não ia comer.

SENHOR: As minas que ficavam enterradas, o senhor chegou a ver a casos de explosão?

ULISSES: Morreu muita gente, mas eu não conhecia não. Era gente demais. 3 batalhão. Eu fazia parte do 3º batalhão.

SÉRGIO: O senhor lembra quantos foram para lá, de vez, no navio que o senhor foi?

ULISSES: Aí é difícil.

SÉRGIO: Então, o senhor participou do Monte Castelo?

ULISSES: Eu fui até o Monte Castelo. Fui não, me levaram. Por que eu não ia (risos).

SÉRGIO: E o senhor chegou a ver o Exército Alemão que foi capturado?

ULISSES: Vi, agora o mais ruim era o Hitler. Aquele era um velho ruim da peste. Mas, não deu jogo a ninguém para pegar ele, não.

SÉRGIO: Aí o senhor ficou este tempo todo na Itália, mesmo depois da guerra?

ULISSES: Poucos dias.

SÉRGIO: Aí o senhor voltou para o Brasil.

ULISSES: Sim.

SÉRGIO: O senhor voltou direto para O R.G.N., ou para o R.J?

ULISSES: Voltei para o R.G.N.

SÉRGIO: Qual a sua patente no Exército? O senhor chegou a seguir carreira, ou o senhor parou?

ULISSES: Eu não tinha nada. Essa esmola, como diz a história, me veio num bom tempo, de segundo tenente. Mas, mais nada.

SÉRGIO: O senhor guarda alguma lembrança dessa época?

ULISSES: Lá eu não tirei foto nenhuma.

SÉRGIO: E a sua aposentadoria é pelo Exército?

ULISSES: É sim.

SÉRGIO: Hoje, olhando para trás, o que o senhor pensa daquele momento? Valeu a pena?

ULISSES: Valeu por que, eu ganhava um salário vagabundo, salário não, esmola. Olha, a mulher que atendia a gente na 1ª seção, menino! Dei várias viagens, passando fome, não vou mentir. Mas, teve um filho de Deus, de Feira de Santana, me disse: “oh cidadão, não leve a mal, não, mas por que é que todo mundo salta e vai fazer lanche. O que é que tá acontecendo?” Aí eu disse isso (mostra a mão como quem mostrasse um documento). Aí ele me deu um café. Com poucos dias a minha aposentadoria chegou. Dona Vitória dizia, mas seu Ulisses vá agora com Collor. Eu disse: quantos tenentes não queriam que eu fosse embora daqui, queriam que eu tirasse outros papéis. Eu disse não. Por que eu tinha feito na associação dos Ex-Combatentes.

SÉRGIO: O senhor, então, faz parte da Associação?

Obs.: Ele falou que não faz. Mas, a filha falou que ele ainda contribui.

SÉRGIO: Então, o senhor acha que valeu a pena ter sido convocado e ter ido para Itália?

ULISSES: Foi. Olha, eu ganhava uma porqueira. Na roça, rachando toco...

SÉRGIO: Os outros que saíram aqui de Alagoas, também trabalhavam no campo, como o senhor?

ULISSES: Não sei.

SÉRGIO: Pela conversa que o senhor teve lá, com os amigos, não tinha muita gente que trabalhava no campo não?

ULISSES: Tinha, mas a conversa lá era pouca.

SÉRGIO: O senhor lembra qual foi a cidade da Itália que senhor ficou?

ULISSES: Depois que fiquei surdo, eu me esqueci de muita coisa.

Neste momento, já vendo que ele estava um pouco cansado, e acredito, com fome, resolvi fechar a entrevista. Mostrando uma lista de nomes de alagoanos que foram convocados para a guerra, perguntei a ele se conhecia alguns daqueles nomes. Mas, infelizmente ele não conhecia. No entanto me forneceu vários documentos pessoais que comprovam a sua participação na FEB, naquele tempo. Sendo que ficou patente a sua ideia positiva da convocação graças à aposentadoria, concedida por conta da sua ida para Itália.

APÊNDICE C – Entrevista III: Abel Silva do Amor Divino (21/02/2014)

O senhor Abel Silva do Amor Divino é o presidente da Associação dos Ex-combatentes Brasileiros Secção Alagoas. Foi um dos alagoanos que serviram às Forças Armadas Brasileiras quando da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Serviu a Marinha desde 1944 e nos possibilitou uma entrevista sobre a Associação da qual preside. A entrevista foi concedida em janeiro de 2014, tendo a duração de 36 minutos e 45 segundos. Os principais aspectos que envolvem a sua criação e a sua manutenção foram explicados pelo senhor Abel em um depoimento bastante elucidativo a respeito dessa instituição que como diz o próprio presidente está com os dias contados. Assim, vamos à entrevista:

SÉRGIO: O nome do senhor todo:

ABEL: Abel Silva do Amor Divino.

SÉRGIO: Qual a sua naturalidade?

ABEL: Sou alagoano mesmo. Sou natural do município de São Miguel dos Milagres, na época era Porto de Pedra.

S: Como o senhor iniciou a sua formação militar?

A: Eu fui para Escolar Militar de Marinheiro, em 11 de junho de 1944.

S: O senhor chegou a ser convocado pela Marinha na época da Segunda Guerra?

A: Não. Eu fui para a Escola, quando terminei a Escola fui para a Guerra.

S: Mas o senhor chegou a embarcar?

A: Embarquei. Embarquei de São Paulo.

S: O senhor tinha quantos na época?

A: 17 para 18 anos.

S: Como foi a experienciência lá? O treinamento...

A: Rapaz, na guerra tem que ser o treinamento de guerra, não sabe? Estávamos com os americanos e tinha que ser junto com eles.

S: O senhor conheceu alguns alagoanos lá na época?

A: Há conheci muitos. Minha turma toda de Alagoas eu conheci todos.

S: Vocês faziam o cadastramento, ou melhor, o recrutamento era em Recife ou aqui (Alagoas) mesmo?

A: Tudo em Recife.

S: E o treinamento chegou a ser em Recife, ou chegou a ir para o Rio?

A: Tudo em Recife, aqui mesmo não tinha nada. Aqui tinha uma capitanhazinha (pequena capitania) só.

S: Quantos anos o senhor serviu a Marinha?

A: Eu servir 25 anos.

S: Na época da Revolução de 64 (o termo “revolução” foi utilizado e não “golpe” para deixar o entrevistado mais à vontade) o senhor chegou a pedir sua aposentadoria, ou alguma coisa desse tipo, foi negada?

A: Não. Eu quando pedi a reserva sem ter completado os 25 anos, completava assim no mês de trinta dias, que tinha um parecer do Supremo Tribunal Federal que dava esse direito e eu fui negado. É a única coisa que eu fui negado. Depois, quando eu o completei me deram e tiraram meu direito. Tiraram e me botaram como suboficial.

A: Vai sair tudo isso?

S: Se o senhor quiser que sai, sai.

A: Então, tá. A minha reserva saiu como suboficial coisa que eu já era e com os proventos de segundo tenente e só. A lei 288, 616 e 1156 me amparava e me dava direito a duas promoções, mas não me deram.

S: E o senhor acha que foi por conta do que? O que eles alegam?

A: Depois mais ou menos uns dois anos que eu estava na reserva, eu encontrei uma pessoa da Marinha e ele disse: “olha, você foi castigado pela revolução”. Por que saiu na época da revolução para a reserva. O Ministro considerou que todas as pessoas da Marinha que se aposentou na época da Revolução, era contra a Revolução. Eu não era contra nada. Nunca fui

contra Revolução, nunca fui contra nada, nada. Sempre fui a favor da Marinha, dos oficiais etc. meu trabalho é intenso na Marinha. Fiz viagens nos navios. Na Ilha Grande fui para a Europa. O navio ficou fazendo reparo e eu conheci a Europa quase toda: França, Alemanha, Bélgica, Holanda, a Dinamarca, a Espanha, Suécia, conheci o Líbano, conheci a Síria, conheci o Iraque...

S: Tudo a serviço da Marinha?

A: Tudo a serviço da Marinha. De lá eu fui para esses lugares. Eu estava num petroleiro e para pagar o serviço que tinha sido feito no próprio petroleiro, tinha que fazer essas viagens para poder fazer o pagamento.

S: E outras pessoas tiveram o mesmo problema do senhor, neste caso?

A: não sei dizer. Se alguém pediu não levou também por que... o que eu sei que tinha uma turma que depois de 14 anos anularam a promoção e eu não sai. E eu inclusive entrei e nenhuma dessas turmas recebeu. Eu tenho direito, a lei está dizendo.

S: Quanto a questão da Associação, quando foi fundada a Associação dos Ex-combatentes de Alagoas?

A: Foi no dia 12... (Senhor Abel da uma para da para pegar um documento que fala da criação da Associação seção Alagoas). A Associação Geral, era o Conselho Nacional, foi fundada em outubro de 1945. Essa era a geral. Agora, a daqui de Alagoas foi fundada em 12 de maio de 1956.

S: O senhor se lembra daquela divisão que tem as Associações dos ex-combatentes e teve outra agremiação, o senhor lembra?

A: Teve qualquer outra, mas é lá no Exército. Eu não sei bem. Eu sou da Marinha. Teve isso lá do pessoal que foi para a Itália, chamava pracinha, chamava veterano. Foi criado mas lá junto deles lá do Exército.

S: Qual a diferença básica, assim, entre elas?

A: É a mesma coisa...

S: Quando teve o encontro de 2010 participou os veteranos e os associados das outras associações?

S: Em 2010, participou o pessoal que foi para Turquia, da guerra dos sete dias.

S; Mas não teve um grande encontro da Associação dos Ex-combatentes, a última, que foi nacional, em 2010?

A: bom, essa aí de 2010 foi para extinguir. Iria reeleger o presidente que estava muito velho, não tinha mais General, apareceu um Coronel que não ex-combatente e queria ser o presidente. Então, o pessoal anulou o Conselho Fiscal.

S; Então quer dizer que o Conselho não existe mais?

A: Não existe mais.

S: Certo. Então nacionalmente falando...

A: Cada estado tem a sua e nada mais. O estado de São Paulo, por exemplo, tem mais de uma Associação. Assim como o Rio de Janeiro. Santa Catarina só tem uma, é um estado pequeno como o nosso.

S: Minas Gerais também deve ter mais de uma, né?

A: Tem mais de uma, também.

S: Qual o principal objetivo da criação da Associação?

O senhor Abel pega o Estatuto da Associação e pergunta se pode lê-lo. Digo que pode, mas insisto no pedido da resposta ser livre. Então ele responde:

A: O objetivo naturalmente foi para o reconhecimento geral do Brasil e principalmente em Alagoas que não tem nada a respeito disso. Esse negócio que tem lá na praia (monumento em homenagem aos ex-combatentes brasileiros da Segunda Guerra Mundial) foi feito há três anos passados, foi na época da Kátia (ex-prefeita de Maceió). Aqui, só tem isso aqui (referindo-se ao prédio da sede da Associação), eu nem sei como. O governo daqui queria tomar isso. Tanto é que eu falei com a escola Superior de Guerra, e estou agindo daqui mesmo, eu quero colocar ela aqui em cima, a Escola Superior de Guerra, e eu fico lá embaixo para poder não morrer a história dos ex-combatentes. Estamos fazendo o memorial dos ex-combatentes de Alagoas junto com a Escola Superior de Guerra.

S: Existe até um probleminha do Mausoléu, né?

A: O Mausoléu tem no regulamento que quando tivesse mais de um passasse para a prefeitura. Mas, eu estive conversando com um secretário da prefeitura e ele me disse “faça tudo, pois se quiser que continue o negócio dos ex-combatentes para fazer o negócio do”... (no momento ele é interrompido sobre uma reunião marcada). Eu quero falar até com o Rui (Rui Palmeira, atual prefeito de Maceió) se ele decreta um negócio, um projeto de lei... está aqui o projeto de lei da Kátia Borni, prefeita, que nós fizemos junto com a prefeitura. Mas, a prefeitura cobra 450,00 ou 500,00 para o nosso Mausoléu (no caso, senhor Abel declara que a prefeitura cobra 450, ou 500,00 reais para o ex-combatente ser enterrado no mausoléu). Ela não devia cobrar. Com o comandante da CSM pedi a ele não sei quantas vezes para ver se havia possibilidades de falar com o prefeito, ele era muito amigo dele, mas não consegui. Ele até que tentou. Tentou três vezes falar com o prefeito e não conseguiu.

S: Como é que se faz para se tornar sócio da Associação?

A: Bom, é só ler o estatuto que vai ser mudado, a Associação não vai ter mais, vai ser um outro nome, a Escola Superior de Guerra vai me ajudar a fazer. A razão social vai mudar. Tem dois oficiais que vão me ajudar a fazer, porque eu não tenho condições sozinho de fazer. Vocês façam tudo e assumam essa sala todinha (correspondente ao primeiro andar) para poder botar a Escola Superior de Guerra aqui. Tem força? Porque eu sozinho como é que vou fazer? Até o vice-presidente não vem mais. Eu pago 150,00 reais e não é mole.

S: Qual foi o maior número de associados que a Associação já teve?

A: Mais ou menos uns quinhentos associados. Mais ou menos, porque aqui não foi só os militares. Tinha os da Marinha, do Exército, da aero náutica e da Marinha Mercante. O pessoal da Marinha Mercante era subordinado à Marinha de Guerra.

S: Tem até um livro do Coronel Maia Pedrosa que vai dizer sobre as pessoas que vão participar indiretamente da guerra.

S: E atualmente?

A: Atualmente, rapaz, tem uns oito.

S: E por isso que a razão social vai mudar, por que tem menos de vinte associados?

A: Exatamente.

S: O senhor acha que há algum incentivo público ou privado?

A: Tem nada. É zero. Eu já me dirigi ao Banco do Brasil, Petrobrás, a antiga SALGEMA, fui negado em tudo.

S: O senhor entrou com algum projeto?

A: Mandava fazer e nada.

S: O senhor acha que isso é uma dificuldade de Alagoas ou é geral de todas as Associações?

A: É só de Alagoas. A de Santa Catarina é uma beleza.

S: O ex-combatente lá você vê que tem a cesso a muita coisa.

A: Tem. Não sei, para mim não agiliza. Telefonou para mim semana passada disse que vinha aqui fazer uma visita, aí me disse: “você ainda está aí?”, aí eu falei: “estou”.

S: Quantos anos o senhor é presidente?

A: Eu sou de 2004 para cá (08 anos), quando faleceu o Floriano (ex-presidente da Associação antes de senhor Abel assumir).

S: A presidência é vitalícia?

A: Não. Sempre eleito. Meu mandato em dezembro de 2014 termina, aí eu não vou fazer mais eleição. Não tem o que fazer. Eu fiz uma eleição, ganhei duas vezes, estava em casa. Não precisei publicar. Foi como se fosse indireta (essa atitude foi dada pelo fato de se ter poucos associados comprometidos com a eleição da Associação secção de Alagoas. Caso não houvesse um presidente a Associação poderia já ter fechado as portas).

S: E as condições financeiras, daqui? São péssimas?

A: São péssimas. Eu pago 150,00 reais todos os meses para ajudar.

S: Quanto à documentação, o senhor acha que existe um acervo abrangente aqui?

A: Bom, tem. Agora, eu não sei bem porque nunca pesquisei, mas tem muito livro lá embaixo e tem livro de guerra.

S: E, por último, qual é o futuro, para o senhor, da Associação de ex-combatentes de Alagoas?

A: O futuro dessa Associação não pode ser mais. A Associação não tem ninguém. Estão morrendo, inclusive morreu um até a semana passada lá em Delmiro Gouveia (foi seu Rosalvo, entrevistado também para essa pesquisa). Não há possibilidade de se fazer mais uma Associação. A Associação, eles pedem no regulamento que tenha pelo menos 20 associados. Assim, será um memorial dos ex-combatentes.

S: E o senhor já publicou algo sobre isso, avisando às outras Associações sobre essa desvinculação?

A: Não. Já está desvinculada, já. Eu já recebi a ata.

S: Senhor Abel muitíssimo obrigado e espero que o nosso trabalho de pesquisa sirva para que outras pessoas venham a se interessar pela Associação, assim como houve esse interesse de minha parte.

A: Eu também espero. Olha, eu estou satisfeito também com a Escola Superior de Guerra. Eu não tenho palavras para agradecer o que eles me garantiram. “Nós vamos fazer de tudo para o senhor. Vamos fazer o memorial, vamos fazer a lei para poder usar isso aqui”. Porque, pelo o que está aqui (mostra uma folhas), enquanto existir um ex-combatente eu garanto o prédio, mas o governo (de Teotônio Vilela) já falou aí com alguém, oferecendo este prédio. Ele não disse para que era, mas ele ofereceu este prédio porque aqui não havia mais ninguém e ia ser entregue. Mas, nunca recebi nada.

S: Aqui paga IPTU, água...?

A: Água, luz, paga. O IPTU agente estava pagando, mas o prédio é do governo e eu não posso pagar para o governo. Isso aqui não foi alugado, foi doado. Eu conversei com o Cícero (que foi prefeito de Maceió), tenho procurado dinheiro, mas não consegui. Tive que dá 500,00 para poder salvar alguma coisa que tem aqui.

S: Então o senhor acha que a Escola Superior de Guerra vai dar um grande auxílio?

A: Vai. Vai melhorar muito. Agora não posso dizer nada por que Lea me pediu segredo. Não diga nada a ninguém. Porque é muita gente com inveja por conta do prédio e pode atrapalhar.

Depois de agradecer mais uma vez pela entrevista senhor Abel leu para mim o termo de doação expedido pela prefeitura quanto ao prédio do qual se encontra a sede da Associação dos Ex-combatentes Secção Alagoas. Tudo com o objetivo de provar e deixar registrado o

compromisso firmado entre os órgãos públicos a aquela entidade no que diz respeito à manutenção das suas acomodações naquele local. É visível o descontentamento com a situação da Associação causada principalmente pelo descaso do poder público e de algumas autoridades indiferentes ao papel da história e da memória que alguns homens possibilitaram ao país. Diz ele: “não quero que morra uma parte de Alagoas perante o Brasil sobre a guerra”.

APÊNDICE D – Entrevista IV: Joaquim Balbino dos Santos (09/03/2014)

Com o segundo tenente aposentado, e ex-combatente Joaquim Balbino dos Santos, tivemos um rápido contato. Mesmo estando disposto a dar a sua contribuição para este trabalho, a saúde era bastante debilitada. Tivemos que entrevistá-lo no seu quarto, onde esteve sentado na cama e nos dando as suas impressões sobre os dias de guerra em que esteve envolvido como um soldado convocado para a defesa do litoral.

SÉRGIO: o senhor é daqui de Alagoas mesmo?

BALBINO: Sou.

SÉRGIO: Nasceu aqui em alagoas?

BALBINO: Venho de Anadias.

S: Os pais do senhor também são daqui?

B: São de Limoeiro de Anadias.

S: O senhor chegou a frequentar escola?

B: Na escola comum?

S: Sim.

B: Somente no começo, né? Eu não me formei em nada não.

S: E o senhor trabalhava aqui, na época da juventude, em que?

B: Trabalhei na companhia de Bonde.

S: Ah, então trabalhava aqui em Maceió mesmo?

B: Sim, como condutor de bonde. É aquele rapaz que cobrava o dinheiro das pessoas.

S: o senhor lembra quando o senhor foi convocado?

B: Lembro.

S: O senhor recebeu uma cartinha? Como foi?

B: Eu recebi uma notificação.

S: E o senhor tinha quantos anos mais ou menos?

B: Naquela época era moço. Eu tinha... era muito moço...

S: Tinha pai, tinha mãe, irmão?

B: Meu pai morreu muito cedo. Tinha irmão e foi quem nos criou.

S: Mas eles também chegaram a ser convocados?

B: Eles chegaram a ser convocados. Parece que só teve um que foi convocado

S: Junto com o senhor?

B: Sim.

S: E o senhor lembra mais ou menos para onde vocês foram na época da convocação? Como foi o treinamento de vocês?

B: Para as praias. Naquelas praias das barras, aonde podiam entrar o adversário. Barra de Santo Antônio.

S: Vocês ficaram então no litoral?

B: Sim. Ficamos no litoral.

S: Mas chegou a ir para Recife, Natal?

B: Eu mesmo não fui não, né? Mas alguém foi, né?

S: O senhor lembra de alguns alagoanos que participaram junto com o senhor?

B: Agora eu tô meio esquecido. Pode até ser que com o tempo eu possa me lembrar.

S: Foram 148 alagoanos que saíram daqui e foram lá para Itália, na Europa. Aí eu acho que vocês ficaram aqui no litoral, defendendo o litoral, né?

B: Isso mesmo. Ficamos aqui no litoral. Não foi para a Itália, não.

S: O senhor lembra quanto tempo o senhor ficou de guarda, aqui?

B: Eu fiquei de 1942, quando fui convocado, até 1945. Três anos.

S: Como era o seu dia-a-dia nesses três anos? O que vocês faziam?

B: Ficava naqueles bicos da praia, naquelas entradas, né? Naquelas entradas que dava acesso à cidade, né?

S: Tiveram algum treinamento com armas, com essas coisas?

B: O treinamento era normal.

S: O senhor chegou a pegar que patente?

B: Eu era cabo, quando fui transferido fui promovido a tenente. Eu sou segundo tenente. Tá entendendo? (ele dá uma maior intensificação na sua patente, repetindo o seu posto no Exército). Eu fui transferido para o interior e fui promovido a segundo tenente.

S: Maceió era muito diferente de hoje, né?

B: Rapaz, não era essas diferenças toda não.

S: Era melhor para viver?

B: Eu acho que era. Nós vivíamos num mundo cão, sabe? Ninguém gostava de ninguém não.

S: E hoje em dia?

B: Não, hoje em dia não. Apesar das coisas ter mudado com o tempo, mas dão mais reconhecimento as pessoas.

S: o senhor lembra mais ou menos na época da guerra, 1942-45, se as notícias da guerra rodavam aqui em Alagoas, se todo mundo sabia como é que estava a guerra lá fora?

B: Aqui se sabia de tudo. Tinha um noticiário, num sabe? Aqui se sabia de tudo que estava acontecendo, principalmente nós, ex-combatentes, que tinha responsabilidade por aqui, num sabe? Nós éramos os responsáveis por aquela base.

S: O senhor falou que era onde mesmo a base que o senhor ficava?

B: Das barras, né? Barra de santo Antônio que foi instaurada uma companhia. Passamos lá uma porção de tempo, sem abuso, tranquilo.

S: Mas ficava com medo de ser convocado para ir lá para fora, para a Itália?

B: Não. Quer dizer, naquele tempo eu era muito moço e não tinha medo de nada não. Eu cheguei até uma vez lá, o pessoal começou a chorar porque foi transferido para viajar e começou a chorar, né? Aí aperreou a mãe dele, né? Aí eu pedi para me colocar no lugar do rapaz. Aí o doutor, o chefe, o tenente, disse: Você não faça isso não porque o tratamento de lá não é igual o daqui, não. Naquele tempo eu era cabo, num sabe? Era cabo de fileira.

S: Isso tudo bem novo?

B: Bem novo.

S: O senhor está com quantos anos hoje?

B: Bom eu sou de 1918...

S: Então o senhor tem 96 anos incompletos e está forte. Está com corpo de 70 anos.

B: Mas eu tenho mais (sorri).

S: Mas então se pedisse para ir para a Itália, aí você iria?

B: Iria, tranquilamente.

S: E as notícias que estavam vindo de lá, sobre a guerra não dava medo não?

B: Não dava medo a mim, mas a muita gente dava. Para algumas pessoas como os colegas. Você sabe que nem todo mundo é igual, né? Tinha uns companheiros que já estavam se acabando. Naquele tempo era moço, disposto. Esses cabras meio banda voou, que não tem medo de nada. Eu era meio desmantelado.

S: Aí depois que acabou que acabou a guerra em 1945, o senhor continuo ainda no Exército?

B: Quando acabou a guerra fiquei no Exército.

S: chegou a trabalhar em outra coisa?

B: Bom, depois que eu servi o Exército é que eu trabalhei como condutor de bonde.

S: aposentou como condutor de bonde?

Obs: Mesmo insistindo com a pergunta ele não conseguiu entendê-la e respondeu que trabalhava no bonde.

S: Nunca trabalhou na roça, no campo?

B: Na roça mesmo não.

S: O senhor sabe ler escrever direitinho?

B: Sim, sei ler e escrever graças a Deus.

S: O senhor faz parte da associação dos Ex-combatentes de Alagoas?

Faço.

S: Tem tempo que o senhor faz parte?

B: Tem tempo, muito tempo.

S: O senhor guarda alguma lembrança dessa época, de amizade, alguma coisa forte que você lembra? Alguma saudade?

B: Tinha muito lugar bom. Eu me lembro de que o povo tinha muito medo, né? O povo em geral tinha muito medo dos ex-combatentes. Achavam que os ex-combatentes era um guerreiro, forte, diferente e o povo tinha medo.

S: E você reparava isso quando andava nas pelas ruas? O povo já olhava cismado?

B: É, mas a gente não queria que demonstrasse não. Não queríamos passar medo, não. Ex-combatente não tinha fardamento, não.

S: Vocês tiveram que devolver, não foi?

B: Foi.

S: O senhor acha que faltou reconhecimento a vocês?

B: Bom, eu mesmo não acho não. Porque eu fui reconhecido, né? Mas, há alguém que acha que faltou reconhecimento. Existe alguém, mas eu não. Eu fui convocado e fui promovido. A guerra me deu o que eu tenho hoje, por isso eu não tenho queixa da guerra. Se não tivesse tido a guerra, se não tivesse sido convocado eu não teria o que eu tenho hoje. Hoje tenho o pão de cada dia certo, graças a Deus, para mim e para minha família.

S: Mas tiveram algumas pessoas que acham que não foram reconhecidos. Por que o senhor acha que eles pensam assim?

B: Eu noto que cada um quer para si. Aham que deveria ser tudo para eles. Agente tem o espírito diferente do dos outros.

S: O senhor se sente honrado de ter dado a sua contribuição?

B: Eu graças a Deus não sofri nada na guerra. Eu fui um alvo de respeito.

S: O senhor chegou a tirar foto da época vestido de praça?

B: Tirei, tem em casa.

(Nós vimos as fotos dele espalhadas pela casa e a documentação que o atesta como convocado no ano da guerra, além da carteira de associado da Associação dos ex-combatentes secção Alagoas, entre outros objetos referentes á sua época quando estava no Exército).

S: Você acha que merecia ter feito mais trabalhos sobre vocês, mais divulgação sobre o que vocês fizeram?

B: Nós que participamos, merecia o que talvez eles nunca pensaram em nos dá. Já pensou pegar um fuzil e brigar com o adversário? Naquela época o adversário era os alemães e que hoje nós si damos com ele, como amigo. Coisa que nunca devia acontecer, por que eles foram uma espécie de carrascos, entendeu?

S: Na época vocês tinha a maior raiva deles, não era?

B: Vixe, nossa senhora. Eu lembro que na época o desejo era só de matar.

S: Vocês liam nos jornais sobre os alemães?

B: A gente lia tudo, né? Sabia de tudo.

S: Quem era o seu comandante, qual era o seu nome?

B: Coronel Amilton de Freitas Rolim.

S: Era gente boa?

B: Era sim.

S: Gostava de vocês?

B: Gostava. Eu era diferente dos outros. Por que eu era diferente me mandavam fazer as coisas: “mande o Cabo Balbino”. Eu era Cabo naquela época, né? Mande o Cabo Balbino, ele não perde viagem não. Aí mandavam me chamar: “tem um trabalho para você”. Aí eu respondia: “Se tiver ao meu alcance eu atendo agora”. Vai buscar um soldado que estava desesperado, fazendo absurdos.

S: O senhor acha que a gente estava preparado. Os soldados estavam preparados? O senhor estava preparado para uma invasão? Tinha soldados suficientes no Brasil?

B: Tinha não. Tinha aparentemente, mas na realidade eu acho que não tinha, não.

S: Faltava muito ainda?

B: Os alemães era um povo assim sem vida, sem noção. Uma espécie de bandido. Naquela época os alemães eram uma espécie de bandidos. Não sei como as pessoas chegaram a botar o alemão na lista de amizade. Eles não mereciam, não.

S: E as notícias das mortes que tinham na época, muita gente morrendo?

B: Tinham, tinham sim. Tinha muita notícia sobre isso.

S: O senhor conheceu muita gente que ficou preocupada com alguém que estava na Europa?

B: Eu conheci gente que morreu lá. Conheci gente que foi convocado quando eu fui. Viajou mas não voltou.

S: A família que ficava aqui ficava desesperada?

B: Oh meu Deus, ficava todo mundo. Recebia um dinheiro, mas não se conformava, não. Tudo moço, morrendo. Vinte anos, vinte e poucos. Os mais velhos não chegavam a ter mais de vinte e cinco anos.

S: O senhor lembra quando teve que apagar as luzes aqui do litoral com medo de invasão?

B: Me lembro. Me lembro que fiz parte, mas não lembro dos detalhes. De apagar todo tipo de luz aqui da praia.

S: O senhor lembra do governador (Interventor) Ismar de Góes Monteiro?

B: Lembro. Era um governador bom. Cabra bom e valente.

Chego ao final da entrevista com o senhor Joaquim Balbino dos Santos. Já estava um pouco cansado e resolvi parar de entrevistá-lo por conta disso. Agradei pelo tempo e pela paciência que ele teve comigo, contando sobre sua vida como convocado e sua atuação na defesa do litoral brasileiro. Porém, tentando ainda me esclarecer algumas coisas sobre aquele momento, disse-me:

B: Ali, naquela época, vou lhe dizer uma coisa, o cara tinha que ter coragem de qualquer jeito. Ninguém podia se acovardar, não. Tinha que ter coragem de qualquer jeito. O tempo era perigoso, pesado, todo mundo tinha cuidado com a vida.

S: Quanto ao agradecimento pela sua contribuição, afirmou ele:

B: Eu que agradeço pelo seu trabalho. O seu trabalho esta mostrando o valor que teve os ex-combatentes, mostrando o que os ex-combatentes fizeram.

Lembrando sobre os tempos difíceis para encerrar a entrevista ele diz mais uma vez sobre as mortes de muita gente inclusive de alguns amigos seus que serviram junto com ele, mas que foram para a Itália e não voltaram mais. Conseguiu lembrar do nome de um deles, que ficou desaparecido: O Cabo Olivar Barbosa Vila Nova.

APÊNDICE E – Entrevista V: Aurino Ribeiro da Silva (12/04/2014)

O ex-combatente alagoano Aurino, morador do bairro do Vergel do Lago, localizado em Maceió, foi um dos pracinhas que conseguimos entrevistar. Foi convocado para a defesa do litoral brasileiro, mas especificadamente em Fernando de Noronha, Aurino demonstra uma boa saúde e relata as suas experiências de guerra, sendo um dos colaboradores deste trabalho.

SÉRGIO: O senhor nasceu quando?

AURINO: 16 de outubro de 1920.

SÉRGIO: Qual o nome da mãe do senhor?

AURINO: Maria da Conceição.

SÉRGIO: O nome do seu pai?

AURINO: Firmino ribeiro da Silva.

S: no que seus pais trabalhavam?

A: Bom, ela era doméstica e ele sempre trabalhava na luta cotidiana.

S: Mas era na lavoura ou...

A: Era na pescaria.

S: O senhor passou a sua infância aqui mesmo em Alagoas?

A: Sim. Eu fui sorteado e convocado daí partir para o 20º BC. Do 20ª BC um trem levou a gente para Recife. De Recife tinha um caminhão esperando para Olinda Farol, de Olinda eu fui para Piedade, de Piedade eu fui para Fernando de Noronha, no navio Itupiara, passando três dias, com três noites, navegando dentro do oceano, que quando chegamos, via gente vomitando aquela água azul, não tinha mais o que vomitar dentro do corpo. Chegando em Fernando de Noronha, servir lá por quatorze meses. Depois de quatorze meses, passando uma vida medonha, só tinha lá... rato, só tinha rato branco, cobra não existia. Passei lá quatorze meses. Voltei para Olinda. De Olinda eu fui engajado, depois fui reengajado. Quando terminou o reengajamento aí eu pude ser enviado.

S: O senhor tinha quantos anos nessa época/ o senhor lembra?

A: Bom... (faz menção que não lembra).

S: A carta de convocação que o senhor recebeu, o senhor lembra mais ou menos como foi, quanto anos o senhor tinha? Só tinha o senhor de filho? A carta veio por onde? Veio pelo correio?

A: Bom, de filho só. Agora, eu fui sorteado e convocado, né? (Ele repete toda a história contada antes sobre o seu percurso até está preparado para exercer os comandos militares)

S: O senhor tinha mais ou menos uns 22 anos, 23?

A: mais ou menos isso.

S: E o senhor ficou como? O senhor tinha uma ideia do que estava acontecendo e do tamanho da guerra? O senhor ouvia no rádio?

A: Não, na guerra é o seguinte, quando a gente chegou lá em Fernando de Noronha tinha o telêmetro (é um dispositivo de precisão destinado à medição de distâncias em tempo real), que era quem avistava os civis, as divisas coisa e tal. Aí tinha os canhões 152, 4, que era preciso duas pessoas na padiola para botar na câmara, quando ele dava os estampidos muita gente “pocava” os ouvidos e se estivesse com a boca aberta mordida a língua. NE morro aas vezes desabava muitas pedras que tava no morro do estampido do canhão.

S: Mas eu falo assim, antes do senhor embarcar, no momento que o senhor soube que o senhor ia, o senhor tinha mais ou menos ideia do que estava acontecendo no mundo, assim pelo jornal, pelo rádio, ou pelos bares, o povo falando, ou o senhor não sabia?

A: Eu não sabia nada disso.

S: Os seus amigos não discutiam isso, não?

A: Não, não. Não discutiam nada. Eu fui convocado e partir para lá.

S: Mas, assim, na época os jovens iguais ao senhor não comentava sobre as convocações? “Olha, fulano foi!”. Não dava esse medo, não?

A: Depois que eu cheguei lá, chegou um... lá mesmo eu tive o posto de Cabo, chegou um que era advogado e disse: eu vou fazer o curso de Cabo para botar você para resolver terra aqui

em Fernando de Noronha. Disse: Eu já estou acostumado. Quando a gente chegava pegava o carro de mão, subia no caminhão e ia abrir estrada, não sabe? Aí, quando foi um tempo, todo mundo de lápis na mão, nem caneta tinha. Eu cheguei um pouco atrasado, o comandante lá do território disse: você sente-se naquela mesa ali, nem pesca e ninguém pesca seu. Aí veio a prova, né? Quando as provas chegou, tudo que tinha na prova eu já sabia de cor e salteado.

S: A escolaridade do senhor é até o ensino primário?

A: É o primário completo. Aí eu meti o pau escrevendo, fiz e fiquei esperando. Ele disse: termina rapaz. Aí eu disse: já terminei. Traga para cá. Aí entreguei ele, ele olhou e disse: è você é um cabra danado. O Jorge que era advogado, estudou muito elevado e não sabia o que era que ia acontecer antes não passou. Aí ele disse que ia “butar” ele para remover a terra lá, e eu já estou acostumado...

S: O senhor trabalhava com o que? Ou não trabalhava ainda antes de ir?

A: Eu negociava. Vendia camarão, siri na feira.

S: Mas já era casado, não?

A: Não. Não era casado.

S: O senhor ficou lá em Fernando de Noronha por quanto tempo, mesmo?

A: Onze meses (O senhor Aurino ficou quatorze meses fora de casa, mas desses onze foram em Fernando de Noronha).

S: E o senhor foi para lá mais ou menos quando? 43, 44.

A: Foi quando começou a guerra. Aí eu fui engajado. Depois que eu me engajei e terminou a guerra, aí volto para Olinda. Em Olinda, quando terminou a guerra aí eu saí.

S: O curso foi em Olinda?

A: Não, o curso foi em Fernando de Noronha.

S: E o senhor tem na carteira do Exército qual posto?

A: Cabo.

S: Bom. Eu queria saber algumas coisas antes do senhor ter ido. O senhor lembra de alguma coisa que eles falavam da produção da borracha aqui no estado?

A: Não. Não lembro.

Obs: pode-se notar que senhor Aurino quando ficou sabendo que seria entrevistado para uma pesquisa sobre a participação de alagoanos na guerra, achou que seria apenas requisitado pela sua atuação junto ao Exército. Muitas das perguntas sobre a sua experiência também se referiam ao contexto mais geral da guerra, como por exemplo, sua vida antes do conflito, a parte econômica da época em alagoas e a política do estado. Ele se ateve mais a responder sobre a sua preparação para a guerra e sua atuação na defesa do litoral brasileiro, mesmo que as perguntas se referissem aos aspectos econômicos, políticos e sociais. Essa atitude não quer dizer necessariamente que ele não saiba relatar sobre esses pontos. Mas como foi cobrado para dar um depoimento sobre a guerra e como talvez ele fez questão de se apresentar como um ex-combatente, algo que lhe dá orgulho, essa sua fala e a exposição apenas desses acontecimentos podem ser um reflexo da ideia que tem da supervalorização do status de ex-combatente que é parte do Exército e ,de acordo com seus valores, homem que já provou o quanto é corajoso e destemido pelas suas experiências. Talvez, para ele, isso seria o seu cartão de visita, sendo por isso requisitado ou aceito em rodas de conversa ente amigos e familiares. Ele se sente pertencente a algo que foi importante e faz questão de intensificar essa sua participação.

S: E vocês aqui não tinham muito a cesso no que estava acontecendo lá fora?

A: Não, não tínhamos.

S: E o senhor encarou como quando viu que teria que participar da guerra?

A: Pegamos um navio que ruim, o Itupiara, passou três dias e três noites dentro do oceano, quem vomitava, vomitava água verde porque não tinha mais nada para vomitar. Quando chegamos lá, aí só foi trabalhar.

S: Teve algum grupo daqui de Alagoas, também de jovens assim como o senhor, que o senhor conheceu lá na hora?

A: Teve o advogado que passou batido lá na hora das provas.

S: Mas não tiveram outras pessoas lá não? Só era o senhor de Alagoas lá.

A: que eu saiba só.

S: O senhor lembra algum caso engraçado que aconteceu lá?

A: Bom, lá era o seguinte tinha um tenente que obrigava a gente a ir a olhar para um canto e para outro e uma das vezes apareceu um submarino, quando o submarino apareceu a gente se preparou para fazer fogo. Aí ele falou que tinha que comunicar primeiro para o Rio, quando vier ordem do Rio, então faz fogo no submarino. Aconteceu o seguinte o submarino emergiu foi embora e aí ninguém fez nada.

S: Mas será que era submarino alemão mesmo?

A: Era, era sim. Então, era submarino alemão.

S: E aí o senhor estava de guarda...

A: Com o telêmetro, coisa e tal, e canhão é aquele de 152,4, duas pessoas para colocar ele na câmara, quando ele dava um tiro aquele rochedo rachava.

S: E o treinamento, o senhor acha que dava para defender? A turma que estava lá. Estava bem preparada?

A: Claro. O curso que nos tomamos foi interessante.

S: E existia a possibilidade do senhor ser mandado para a Itália?

A: Olha uns foram para a Itália e outros foram para Fernando de Noronha.

S: Quem estava em Fernando de Noronha não tinha mais como ir para a Itália?

A: Não, não porque quem tinha que ir para Itália já tinha ido.

S: O senhor lembra do governador daqui da época?

A: Lembro não.

S: Ismar de Goês Monteiro?

A: Só meio pra lá, né?

S: Não gostava muito de política na época que o senhor era jovem, não?

A: É por que eu sempre trabalhei para manter a família. A minha era a família que foi criada por vó.

S: Então era o pai do senhor, a mãe e a avó. Quantos irmãos ou irmãs o senhor tinha?

A: tinha um, mas era por parte de outra mulher. Então só era eu mesmo.

S: Mas não teve tensão, nervoso lá na época não?

A: Não. Acordava normal.

S: Existia aquela conversa de que os alemães poderiam invadir o Brasil?

A: Bom, sempre conversavam né? Mas aí a gente estava na atividade. Sempre olhando por que se aparecesse dentro do oceano a gente atirava.

S: Se fosse para matar matava?

A: Era, mas também quando apareceu era preciso ter uma ordem do Rio.

S: Mas não deu nervoso de jeito nenhum quando viu um submarino alemão?

A: O cabra fica meio cismado, não sabe o que vem de lá, né?

S: O senhor costuma lembrar desses casos? Às vezes quando o senhor se deita, lembra ainda?

A: Rapaz é bom esquecer, mesmo. Lá ninguém tinha medo de nada.

S: Quando o senhor saiu de lá o senhor veio direto para Alagoas?

A: Para Olinda, para tirar o reengajamento, porque eu fui engajado e reengajado. Quando terminou o reengajamento aí todo mundo foi dispensado.

S: Aí o senhor foi para onde?

A: Aí eu voltei para Pilar, porque eu sou de Pilar. Quando eu fui convocado eu estava em Pilar. Aí eu fiquei trabalhando em Pilar.

S: O senhor chegou a receber alguma aposentaria especial por ser pracinha?

A: Eu sou ex-combatente e recebo como ex-combatente. Depois de muita luta.

S: O senhor faz parte da Associação dos Ex-combatentes de Alagoas?

A: Faço parte. E de seis em seis meses, em abril e em outubro, eu me apresento a CSM.

S: quando o senhor foi dispensado o senhor trabalhou como comerciante, não deu vontade de seguir Carrera no exército, não?

A: Não, porque quando acabou a guerra ninguém queria saber mais de nada, queria era ir para casa.

S: Se o senhor não fosse convocado não teria ido.

A: É.

S: se fosse para o senhor reviver aqueles meses de Fernando de Noronha o senhor reviveria, ou o senhor acha que aquilo seria bom que não existisse mais?

A: Seria bom que não existisse mais. Quem quer saber de guerra?

APÊNDICE F – Entrevista VI: Assis de Barros Costa (21/02/2014)

O senhor Assis, um dos poucos sócios presentes e atuantes da Associação dos Ex-combatentes do Brasil-Secção Alagoas, nos concedeu uma entrevista e nos proporcionou ter acesso sobre a sua participação na guerra, junto à Marinha de Guerra brasileira e como membro efetivo da associação. Dessa forma:

SÉRGIO: O nome completo do senhor:

ASSIS: Assis de Barros Costa.

SÉRGIO: O senhor é daqui de Alagoas?

ASSIS: Sou. Nasci em Atalaia (Um município de Alagoas).

S: Como o senhor iniciou a sua formação militar?

A: Eu entrei como aprendiz de marinha na Escola de Aprendiz de Recife. Cheguei lá, fui excesso. Voltei e entrei como voluntário.

S: O senhor chegou a ser convocado pela Marinha na época da segunda Guerra?

A: A Marinha não convocava ninguém para a guerra. Embarcava nos navios para fazer comboio. Eu fiz muitos comboios: Norte-Sul, Sul-Norte, Leste-Oeste, Oeste-Leste, por aí a fora.

S: Foi no período da Guerra?

A: Nesse período da guerra.

S: O senhor sabe, mais ou menos, quantos anos tinha?

A: Eu? Vinte e poucos anos.

S: Era casado?

A: Não.

S: Qual foi a sua experiência de guerra? O senhor lembra dos companheiros, das conversas?

A: Olha, a minha guerra foi o seguinte: A minha guerra foi comboiar navios mercantes carregados de mercadorias do Brasil. Quer dizer que, na área de guerra eu embarquei num navio de nome Marcílio Dias, embarquei no Duque de Caxias e fiz essa viagem toda, tudo dentro do Brasil.

S: Pelo litoral brasileiro?

A: Pelo litoral brasileiro.

S: Na época, chegou a conhecer alguns alagoanos?

A: Olha, eu conheci, mas não me lembro do nome deles.

S: Mas, chegou a conhecer, sabia que eram de Alagoas?

A: Sim.

S: E o treinamento, o senhor chegou a ter algum tipo de treinamento específico?

A: O único treinamento que eu me lembro foi o lançamento de torpedo. Cheguei a executar e aprendi a manobrar, né?

S: Quantos anos o senhor serviu à Marinha?

A: Na Marinha? Eu fiquei 16 anos.

S: Nesse tempo que o senhor ficou na Marinha, por 16 anos, a gente vê muitas coisas acontecendo quanto aos direitos dos pracinhas. O senhor tem alguma reclamação sobre isso? Houve algum direito que não foi dado ao senhor nesses 16 anos?

A: Não. Tenho n ao, pois todos os direitos eles me deram.

S: O senhor acha que, nesse ponto, a guerra foi uma boa?

A: Me foi bom, por que eu passei a..., depois que eu dei baixa fiquei recebendo como ex-combatente.

S: O senhor tinha noção do que estava acontecendo no mundo?

A: Tinha noção. Tinha, por que a gente via nos jornais, ouvia no rádio e os comboios nos comunicavam, nos avisavam, nos abria a atenção à bordo, como deveria se manter. Por que a guerra é guerra.

S: Antes do senhor servir, aqui em alagoas, dava para se ter uma ideia do que estava acontecendo lá na Europa?

A: Dava por conta da comunicação: rádio e jornal. Naquela época não tinha televisão.

S: O senhor tem quantos irmãos?

A: Tenho três.

S : Três irmãos. Como é nome do pai do senhor?

A: José Thomas de Farias Costa.

S: E da sua mãe?

A: Anedina de Barros Costa.

S: O que eles ficaram pensando? Assim, meu filho vai servir à Marinha brasileira, numa época tão difícil dessa, em que o Brasil estava passando?

A: Estava muito preocupado, mas achava que era melhor eu ficar na Marinha do que ir para o Exército.

S: Mas, mesmo assim, a Marinha na costa brasileira ficou apreensiva por conta de uma suposta invasão alemã. Teve esse comentário?

A: Teve. Mas acontece que a Marinha tornou as precauções de isolar com os navios de guerra, na? Quando localizavam os submarinos, jogavam uma bomba, eles desciam (afundavam). Por que houve um bombardeio de submarinos em território nacional.

S: o senhor chegou à ver algum submarino?

A: Vi. Vi e eles mergulharam, se jogou bomba e tudo. Eles mergulharam, descaram e foram embora. Fugiram.

S: E qual foi o litora?

A: foi na Bahia.

S: O fato de o senhor ter servido à Marinha tão cedo, 20 e poucos anos, entre vocês jovens, não tinha um certo receio e medo, não?

A: Rapaz, as precauções nossas era na hora do serviço. O serviço era ativo, não ficava cochilando, dormindo. Ficava atento, né? Até por que o radar ficava ligado. A pessoa ficava olhando no radar se tinha submarino, olhando as embarcações que tinham nas mediações, né?

S: E quando acabou a guerra, o senhor viu as manifestações em comemoração pela volta da FEB? O senhor chegou a presenciar?

A: Sim, presenciei sim a recepção dela.

S: Foi festa mesmo?

A: Foi um negócio bacana, sabe? Só pensando nos que ficaram lá, né? Nos mortos mais os que haviam chegado.

S: O que o senhor acha de um momento tão importante como aquele, onde o Brasil esteve envolvido na maior guerra que o mundo já viu? O senhor acha que o povo esqueceu desse momento? O que foi que contribuiu para isso?

A: O povo, o brasileiro, não acreditava numa guerra com a Alemanha tão distante. Se a guerra fosse aqui e todo mundo pudesse tomar parte, aí ninguém esquecia.

S: Parece que a guerra só foi de vocês, né?

A: Quem foi para lá, né? Sé sentiu a guerra mesmo, a pessoas que foram para a Itália, ou seja, o Exército. Agora, a Marinha sentiu a guerra dentro do território nacional. Por que a gente ia comboiando navios, que pegavam 300 a 400 soldados para levar para a Itália. Nós comboiamos cinco navios carregados de soldados para irem para a Itália. O navio com os soldados ia no meio e ao redor os navios de guerra iam escutando se havia submarinos para bombardear. Então, a maior preocupação da Marinha àquela época foi transportar o Exército para a Itália.

S: O senhor tem quantos anos de associação?

A: Uma base de 15 a 18 anos.

S: O senhor acha que a associação é importante?

A: Foi importante, por que tratava de todos os assuntos referentes aos ex-combatentes.

S: O senhor acha que o fim da associação seria ruim até que para a memória do país?

A: Sim. E para os ex-combatentes que estão mortos, a associação atende aos familiares que estão vivos, né?

ANEXOS

NÚMEROS DE SOLDADOS CONVOCADOS QUE COMPUSERAM A FEB, DISTRIBUIDOS POR ESTADOS¹⁹⁹.



Amazonas: 91;
 Pará: 281;
 Maranhão: 134;
 Piauí: 87;
 Ceará: 347;
 Rio Grande do Norte: 341;
 Paraíba: 349;
 Pernambuco: 651;
Alagoas: 148;
 Sergipe: 192;
 Bahia: 686;
 Espírito Santo: 345;
 Estado do Rio: 1942;

Distrito federal: 6.094;
 São Paulo: 3.889;
 Paraná: 1542;
 Santa Catarina: 956;
 Rio Grande do Sul: 1.880;
 Minas Gerais: 2.947;
 Goiás: 111;
 Mato Grosso: 679.

¹⁹⁹ MORAES, J. B. Mascarenhas. *A FEB Pelo Seu Comandante*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005, p. 313.

EXTRAIR
BORRACHA
PARA A
VITÓRIA

*é colaborar
no esforço de Guerra!*



Propaganda da Borracha (Fonte: IHGAL, Jornal de Alagoas 24/06/43).

choeira pelo arrazador escore de 11x0

OBJETOS USADOS DE BORRACHA

VALEM MUITO PARA A VITÓRIA!

 1/2 quilo de borracha entra na fabricação de cada máscara contra gases.	 Para fabricar um flutuador salvavidas são precisos de 7,5 a 45 quilos de borracha.
 Em cada carro de assalto se empregam perto de 140 quilos de borracha.	 826 quilos de borracha entram na fabricação de um bombardeiro pesado.

Propaganda da Borracha (Fonte: IHGAL, Jornal de Alagoas 01/07/43).

de negatas, brasil, jogara, amanna, no vergel

Na Defesa de Nossa Liberdade, Precisamos de **MAIS BORRACHA!**

**"...nenhum brasileiro admitirá a hipótese
de ser cedido um palmo desta terra que
é o sangue e a carne de seu corpo"**

Amigos da paz e da ordem, fomos arrastados a uma guerra sangrenta pelo desrespeito à nossa liberdade. Os nossos inimigos violaram as águas que fazem parte do nosso território e mataram, criminosamente, os nossos inocentes irmãos.

Estamos, agora, em luta! E para levar a nossos adversários a derrota, precisamos, imediatamente, de mais borracha! Temos de nos prover, a nós e a nossos Aliados, de toda a imensa quantidade de borracha indispensável aos carros de assalto, tanks, aviões, encouraçados e inúmeros outros equipamentos bélicos. O Brasil dispõe dessa borracha, em reservas inesgotáveis, existentes nas Seringueiras, Maniçobas e Mangabeiras, em vários pontos de nossa Pátria. Falta, apenas, extraí-la!

Aliste-se nesta campanha para conseguir borracha. Você pode! É simples!

É OBRA PATRIÓTICA E É REMUNERADOR

Todo brasileiro que procura extrair o "latex" da Maniçoba, da Mangabeira ou da Seringueira, sabe que está trabalhando, decisamente, pela nossa Vitória final, em nome de nossa honra e de nossa liberdade! Mas, além disso, está aproveitando uma oportunidade excepcional para incrementar seus haveres e aumentar o valor econômico do Brasil.

PROCURE INFORMAÇÕES NA PREFEITURA LOCAL

MÊS NACIONAL DA BORRACHA

OUÇA diariamente, às 19,30, o Programa da Borracha nos seguintes emissores:

- RÁDIO NACIONAL (Ondas curtas) Rio de Janeiro e RÁDIO RIJOURNA (Ondas curtas) São Paulo e RÁDIO INDEPENDÊNCIA (Ondas longas) Belo Horizonte e RÁDIO GOVERNADOR DE SAIA (Ondas longas) Salvador e RÁDIO CLUBE DE PENAMBUCO (Ondas curtas) Recife e RÁDIO EDUCADORA DE NATAL (Ondas longas) Natal e RÁDIO CLUBE DE NITERÓI (Ondas curtas) Niterói e RÁDIO CLUBE DO NORTE (Ondas longas) Belém.

Contra o "Vaquejada" Cama" fará o SUB-COMISSÃO ESTADUAL DA PAZ HOJE 15 ANOS O LUX.

Propaganda da Borracha (Fonte: IHGAL, Jornal de Alagoas 31/05/43).



Propaganda do carnaval de 1943 (Fonte: IHGAL, Jornal de Alagoas).



Imagem do relatório do Interventor de Alagoas Ismar de Góes Monteiro de 1941-1943 (Fonte: IHGAL).



Imagem do Interventor alagoano Ismar de Góes Monteiro (Fonte: IHGAL, Jornal de Alagoas 31/05/43).



Fonte: Acervo da Associação dos Ex-combatentes do Brasil -Secção Alagoas (AECB-AL).



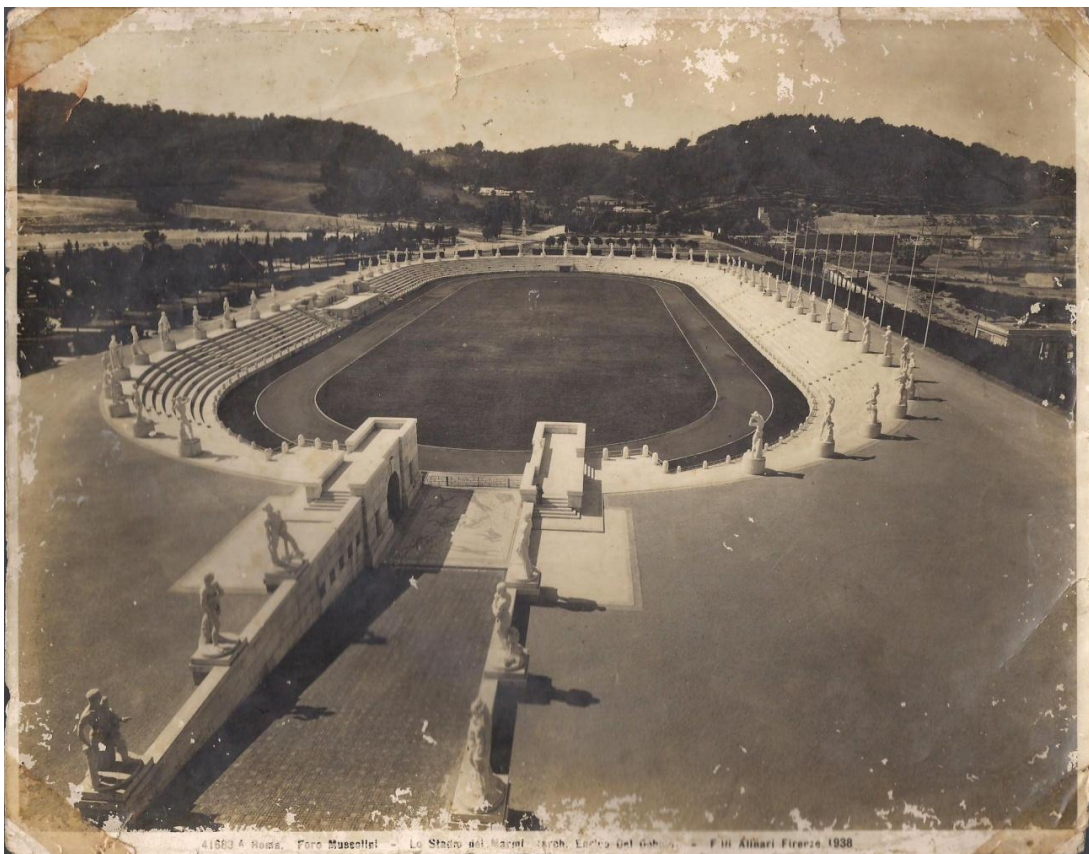
Pracinhas embarcando para a Itália em 1944 (Fonte: Acervo da Associação dos Ex-combatentes do Brasil -Secção Alagoas (AECB-AL)).



Fonte: Acervo da Associação dos Ex-combatentes do Brasil -Secção Alagoas (AECB-AL).



Fonte: Acervo da Associação dos Ex-combatentes do Brasil -Secção Alagoas (AECB-AL).



Fórum Mussolini 1938 (Fonte: Acervo da Associação dos Ex-combatentes do Brasil -Secção Alagoas (AECB-AL)).



Itália 1944 (Fonte: Acervo da Associação dos Ex-combatentes do Brasil -Secção Alagoas (AECB-AL)).



Pisa, 1945

Bo prezado Sergio Lima com uma
foto obsequio de
John W Bayer

Imagem do ex-piloto norte-americano da Segunda Guerra Mundial John Bayer (Fonte: BUYERS, John W. A História do 1º Grupo de Caça, 1943-1945. Maceió: Editora do Autor, 2001).

O NATAL — Maceió, 24 de Dezembro de 1945

“Os Pracinhas voltaram...”

(Especial para a revista O NATAL)

IRMA MIRANDA

Na multidão compacta, que se agita freneticamente no recinto da praça Mauá, um grito de milhões de vozes repetem um unísono, rebôa poderoso e forte, abalando todos os recantos cariocas: “Ei-los que voltam, os nossos heróis”!...

Sim, os nossos pracinhas retornam vitoriosos e cobertos de glória! Em cada brasileiro renascem sentimentos que se achavam adormecidos; e relembrando um passado de glórias imortais, saem pelas ruas, delirantes de alegria, para aclamar os seus bravos soldados de Caxias!

E até os mais tibios e descrentes reconhecerão que o heroísmo de nossa raça não ficou sepultado nas batalhas da guerra do Paraguai. Não! Ele permanece acêso, e brilhará eternamente enquanto sobre a terra houver um filho do Brasil! E para isto, para testemunhar o nosso valor, estes homens que agora desfilam diante de nós, deixaram suas esposas, suas mães, seus filhos pequeninos! Para isto — milhares de vidas foram sacrificadas na epopeia de Monte Castelo!...

Abandonaram seus lares e seu conforto, sacrificaram sua saúde e seu bem estar, para que o nome de nossa Patria brilhasse entre as sentinelas defensoras da liberdade!...

Hoje nos sentimos transportados ao passado longínquo, aos tempos primêvos de nossa formação. Primeiro, a luta com os holandeses. Ai, a bravura do primitivo brasileiro, do cabôco e do mameluco, insinuava-se

pouco a pouco. Não importava que do outro lado houvesse também um braço opressor! Alguem invadira a sua terra, alguém desejava subjuga-lo, vencê-lo, humilha-lo! O sangue guerreiro e tenaz do índio corria nas veias daqueles homens rudes de pele bronzeada; por isso lutaram e resistiram, até o último instante e jamais conheceram a covardia!...

A nossa história está pontilhada de nomes ilustres, de imorredouros exemplos de tenacidade e inolvidáveis páginas de heroísmo! Que o prohem

plos sublimes como o de Tiradentes, figuras destimadas como a de Osório Duque Estrada, Barroso e Luís Alves de Lima e Silva! Para seguir-lhes o exemplo, deixaram a sua terra natal, os nossos jovens patriotas! E talvez nos momentos angustiosos vendo a morte a rondar em torno de si, um nome pronunciado religiosamente tenha afastado um súbito desfalecimento, um minuto de fraqueza!... “E’ preciso vencer! E’ necessário honrar e defender o nome da Patria”!...



Um dos aspectos da Procissão Triunfal do Congresso Eucarístico de Ação Católica. A multidão vibra de entusiasmo em homenagem ao Congresso Eucarístico.

(Foto de G. Jatubá, especial para a revista O NATAL).

CASA COLOS
O melhor sortimento
das lãs e estam
Chapêus de lã desde

12.00

Seção de Calchoaria em
predio proprio a Rua Barão
de Jaraguá, n. 216
Maceió — Estado de Alagoas

SÉRGIO
Pós

Dr. Rodrigo Ramalho
Cirurgia Geral
Ginecologia (Parto espe-
cializada)
Farmácia Pasteur
Fone 300

Horário das 16 horas em
diante
Residência
Ladeira Rosalva — Rincão 13*



Ulisses Firmino de Oliveira (Fonte: elaborada por Sérgio Lima conceição).



Fonte: elaborada por Sérgio Lima conceição.



Fonte: elaborada por Sérgio Lima conceição.



Imagem de quadro em homenagem ao ex-combatente brasileiro, entregue a Ulisses Firmino de Oliveira (Fonte: elaborada por Sérgio Lima conceição).



Imagem de Joaquim Balbino dos Santos (Fonte: elaborada por Sérgio Lima Conceição).



Imagem da Carteira de membro da Associação dos Ex-combatentes do Brasil-Secção Alagoas de Joaquim Balbino (Fonte: elaborada por Sérgio Lima Conceição).



Imagem da Carteira de membro da Associação dos Ex-combatentes do Brasil-Secção Alagoas de Joaquim Balbino (Fonte: elaborada por Sérgio Lima Conceição).



Imagem da medalha entregue a Balbino pelos seus serviços prestados às Forças Armadas quando da Segunda Guerra Mundial (Fonte: elaborada por Sérgio Lima Conceição).



Imagem da boina utilizada pelo ex-combatente Joaquim Balbino (Fonte: elaborada por Sérgio Lima Conceição).



Imagem do Ex-combatente alagoano Aurino Ribeiro da Silva (Fonte: elaborada por Sérgio Lima Conceição).



Imagem da medalha entregue ao Ex-combatente alagoano Aurino Ribeiro pelos 50 anos da participação brasileira na segunda Guerra Mundial Silva (Fonte: elaborada por Sérgio Lima Conceição).

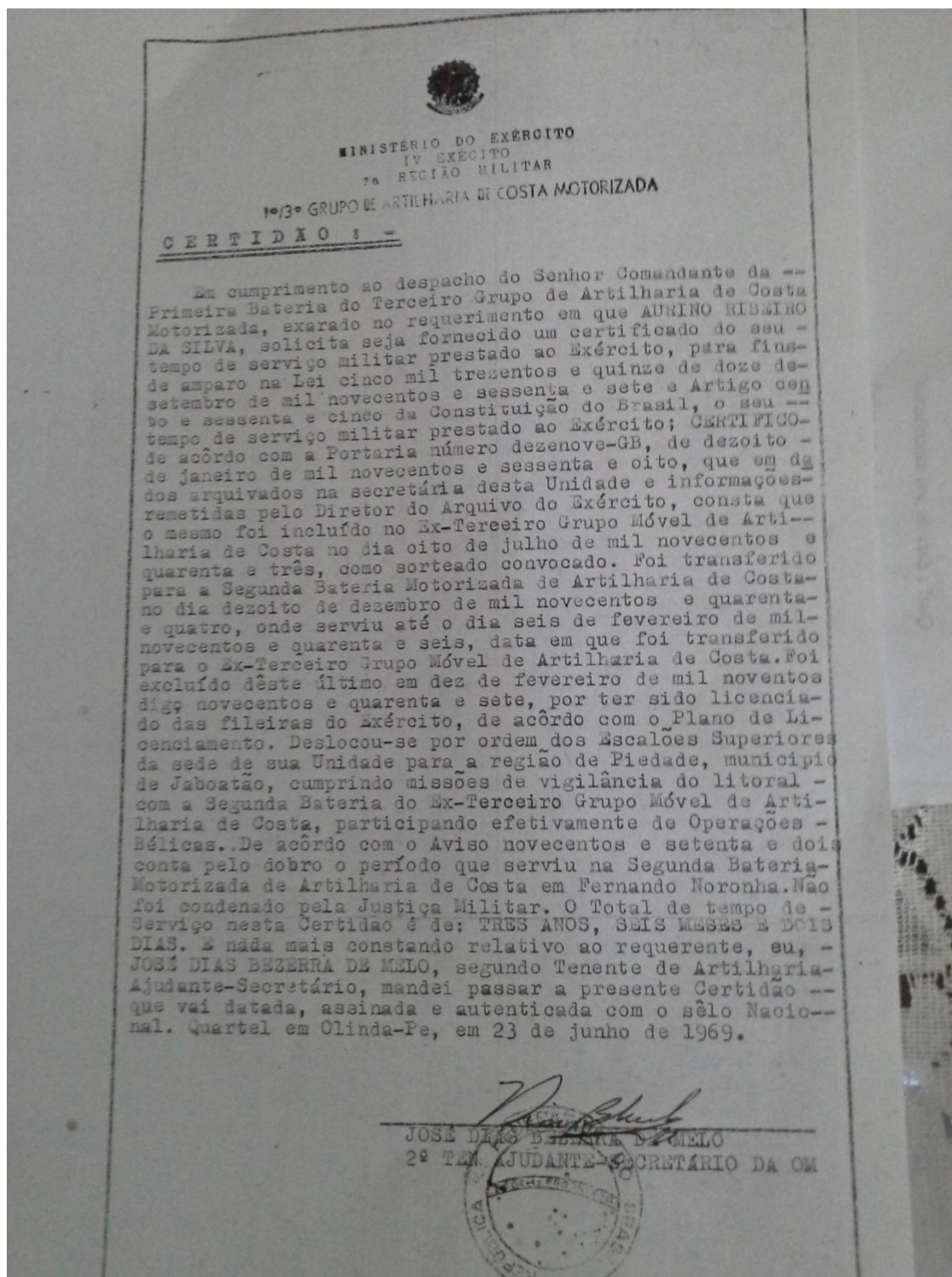


Imagem da certidão expedida pelo Exército que confirma a participação do Ex-combatente Aurino Ribeiro da Silva na defesa do litoral brasileiro na época da Segunda Guerra Mundial (Fonte: elaborada por Sérgio Lima Conceição).

MINISTÉRIO DA GUERRA

T. A. R. M. 3º G. A. C. M.
(Corpo ou Formação de Serviço)

CERTIFICADO DE RESERVISTA DE 1ª CATEGORIA

Nº 685609

Certifico que o cidadão **AURINO RIBEIRO DA SILVA** (1) pelo município
da classe de **1920** (2) alistado no ano de (3) **1943** (4) pelo município
de (5) **Estado** (6) **Alagoas** (7) e incorporado no ano de (8) **1943** (9) é considerado reservista de 1ª categoria.

A) IDENTIFICAÇÃO

Filho de **Felinto Ribeiro da Silva** (10)
e de **Maria Pastora da Conceição** (11)

Natural de **Estado Alagoas** (12)
Município **Pilar** (13)
Cidade (lugar) **Pilar** (14)
Data de nascimento **18/X/1920** (15)
Vacinado? **Sim** (16) **Sim** (17) **Sim** (18) **Sim** (19)
Profissões sucessivas como civil (20)

Outras notas **É solteiro e convocado.**
É licenciado de acordo com o
plano de Lic. publ. no Bol. (21)
Reg. nº 264 de 11/XI/1946.

Côr. Parda (22)
Cabelo Espirralhado (23)
Olhos Castanhos (24)
Altura 1,60 (25)
Nariz Chato (26)
Boca Oval (27)
Boca Grande (28)
Sinais particulares
Não tem (29)

G. A. C. M. / 7 = 14.177

H. Ribeiro da Silva
(Assinatura do reservista) (30)

B) SERVIÇO ATIVO (31)

Unidade onde serviu **3º G. A. C. M.**
Tempo de serviço (incluído em **8/VII/1943** (32), excluído em **10/II/1947** (33))
Especialidades **Metralhadora**
Graduação **Cabo**

C) MOBILIZAÇÃO

Destino de mobilização **Seção Mob. n.º** (34)
Vai residir em (35) **Cidade e, se possível, rua e número** (36)
Em caso de mobilização deverá apresentar-se (37) **Cidade (lugar)** (38)
Centro de Mobilização n.º (39)
No (40) **dia de mobilização** (41)
de 19 (42)

OBSERVAÇÕES:

A) Este certificado poderá ser substituído oportunamente pela caderneta correspondente.
B) Em caso de mobilização o reservista deverá apresentar-se à autoridade local (civil, se ele não
tiver guarnição militar), a fim de obter meio de transporte até o lugar do Centro de Mobilização que
lhe foi atribuído.

(1) Preenchido pelo corpo ou formação de serviço.
(2) Preenchido pelo reservista se souber ler e escrever.
(3) Número de ordem dado pela Diretoria de Recrutamento.
(4) Tomada na sede do corpo ou formação de serviço e autenticada com o respectivo carimbo.
(5) Preenchido pelo agente do correio local.
(6) Preenchido pelo chefe da Seção Mobilizadora.

Imagem do certificado de reservista de Aurino ribeiro da Silva quando da sua incorporação ao Exército em 1943 (Fonte: elaborada por Sérgio Lima Conceição).

CARTÃO DE IDENTIDADE

BRASIL
MINISTÉRIO DA MARINHA

88.744 13.07.1945
N.º DO REGISTRO DATA DO REGISTRO

ABEL SILVA DO AMOR DIVINO
NOME

Suboficial (ES) Refº
POSTO GRADUAÇÃO PROFISSÃO

007626364/91 * * *
CPF PIS/PASEP

CARTÃO DE IDENTIDADE

SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO DA MARINHA

Fonte: elaborada por Sérgio Lima Conceição.



Imagem do ex-combatente Rosalvo José de Souza e Sérgio Lima Conceição (Fonte: elaborada por Sérgio Lima Conceição).

Associação dos Ex-Combatentes do Brasil
 Seção de Alagoas

— Ficha Financeira —

Nome: Rosalvo José de Souza Matrícula Nº: 403

REGISTRO DE MESALIDADES

MESES	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	OBSERVAÇÕES
Ano 2008.													
Ano 20													
Ano 20													
Ano 20													
Ano 20													
Ano 20													
Ano 20													
Ano 20													
Ano 20													
Ano 20													

Imagem da ficha de membro da Associação dos Ex-combatentes do Brasil-Seção Alagoas de Rosalvo José de Souza (Fonte: Associação dos Ex-combatentes do Brasil-Seção Alagoas).

Associação dos Ex-Combatentes do Brasil - Secção de Alagoas

Matrícula N.: 403

Nome: Rosalvo José de Souza

Filiação: { Pai: Jose de Souza Fomaz.
Mãe: Mãe das Honas de Souza.

Categoria de Sócio: Fomea do EXERCITO Identidade N.: 175392 SSP AL.

Estado Civil: _____ Data do Nascimento: 11/07/1920

Admissão: 17/06/1988

Endereço: Rua DON Pedro II N.: 200 Bairro: DELMIRO GOMES

Histórico: _____

Observações: MIRALDO
Filho: Rua Xavier de Brito 1.117. 1.º andar. 33366246.-
32236246-

Aguardando documentos do filho Miraldo em

Sergasa Maceió

Imagem da ficha de membro da Associação dos Ex-combatentes do Brasil-Secção Alagoas de Rosalvo José de Souza (Fonte: Associação dos Ex-combatentes do Brasil-Secção Alagoas).

Associação dos Ex-Combatentes do Brasil
Secção de Alagoas

Ficha Cadastral

Nome: ABEL SILVA DO AMOR DIVINO Mat. N.: 165

Filiação: AMARO DO AMOR DIVINO / VIRGINIA CÂNDIDA DO AMOR DIVINO

Admissão: 07 / 01 / 1974 Identidade N.: 88.744 -M. DA MARINHA

Endereço: RUA "B", 71, CONJ. HABITACIONAL, CIDADE UNIVERSITÁRIA Bairro: CIDADE UNIVERSITÁRIA

Categoria de Ex-Combatente: MARINHA DE GUERRA

Tipo de Sangue: A+ (POSITIVO) Data de Nascimento: 28 / 05 / 1926

Obs: PRESTOU SERVIÇOS ATIVOS EM CAMPANHA PELA MARINHA DE GUERRA, NA 2ª GUERRA MUNDIAL.

FONE 322-2113

3322-2113

Imagem da ficha de membro da Associação dos Ex-combatentes do Brasil-Secção Alagoas de Abel Silva do Amor Divino (Fonte: Associação dos Ex-combatentes do Brasil-Secção Alagoas).

Associação dos Ex-Combatentes do Brasil - Secção de Alagoas

Matricula N.º 41

Nome: Antonio José da Silva

Filiação: (Pai Ezaquiel José da Silva
Mãe Gracinda Maria de Oliveira

Categoria de Sócio efetivo Identidade N.º IG-314247

Estado Civil Casado Data do Nascimento: 4 / 09 / 19 21

Admissão: 30 / 04 / 1971

Enderêço: Rua Porto Real do Colegio N.º 57-290-000 Bairro: _____

Historico: Prestou serviços efetivos no Teatro de Operações de Italia no periodo da 2ª Guerra Mundial.

Observações: _____



Imagem da ficha de membro da Associação dos Ex-combatentes do Brasil-Secção Alagoas, alagoano, que foi para a Itália (Fonte: Associação dos Ex-combatentes do Brasil-Secção Alagoas).

Associação dos Ex-Combatentes do Brasil - Secção de Alagoas

Matricula N.º 41

Nome: Antonio ~~Antonio Murta Neto~~ MARTINS

Filiação: (Pai Arnaldo de Vasconcelos Correia Murta
Mãe Guilhermina Bessa de Vasconcelos Murta

Categoria de Sócio Efetivo Identidade N.º 43.643

Estado Civil Casado Data do Nascimento: 23 / 03 / 19 23

Admissão: 28 / 11 / 1970

Enderêço: Rua Av. Comendador Leão N.º 323 Bairro: Jaraguá

Historico: Prestou Serviços Ativos em Operações Bélicas na defesa do litoral Brasileiro quando da segunda Guerra Mundial.

Observações: _____

FONE ~~231-1353~~ 231-1353



Imagem da ficha de membro da Associação dos Ex-combatentes do Brasil-Secção Alagoas, alagoano, que defendeu o litoral brasileiro durante o período da segunda Guerra Mundial (Fonte: Associação dos Ex-combatentes do Brasil-Secção Alagoas).



Imagem do desfile dos Ex-combatentes alagoanos em comemoração ao 07 de setembro (Fonte: Associação dos Ex-combatentes do Brasil-Secção Alagoas).



Imagem dos Ex-combatentes alagoanos reunidos em frente à antiga sede da Associação de Ex-combatentes (Fonte: Associação dos Ex-combatentes do Brasil-Secção Alagoas).



Imagem do desfile dos Ex-combatentes alagoanos em comemoração ao 07 de setembro (Fonte: Associação dos Ex-combatentes do Brasil-Secção Alagoas).



Imagem do desfile dos Ex-combatentes alagoanos em comemoração ao 07 de setembro (Fonte: Associação dos Ex-combatentes do Brasil-Secção Alagoas).



Imagem da apresentação dos Ex-combatentes alagoanos, antes do desfile em comemoração ao 07 de setembro (Fonte: Associação dos Ex-combatentes do Brasil-Secção Alagoas).



Imagem do senhor Abel do Amor Divino, atual presidente da Associação dos Ex-combatentes do Brasil, Secção-Alagoas, no desfile de 07 de setembro de 2013.



Imagem da Associação dos Ex-combatentes do Brasil-Secção Alagoas (Fonte: Sérgio Lima Conceição).



Imagem da Associação dos Ex-combatentes do Brasil-Secção Alagoas (Fonte: elaborada por Sérgio Lima Conceição).



Fonte: Associação dos Ex-combatentes do Brasil-Secção Alagoas (elaborada por Sérgio Lima Conceição).



Fonte: Associação dos Ex-combatentes do Brasil-Secção Alagoas (elaborada por Sérgio Lima Conceição).



Imagem do monumento em homenagem ao Ex-combatente alagoano da segunda Guerra Mundial (fonte: Sérgio Lima Conceição).

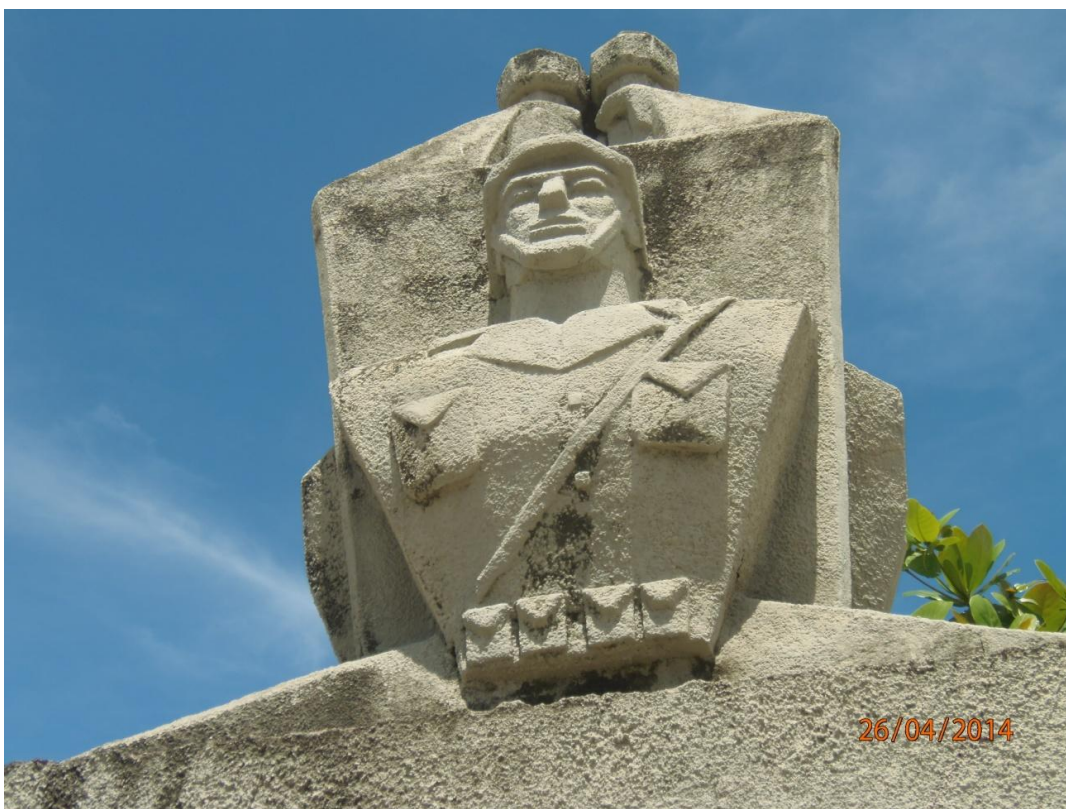


Imagem do monumento em homenagem ao Ex-combatente alagoano da segunda Guerra Mundial (fonte: Sérgio Lima Conceição).



Imagem da antiga rampa de lançamento de aviões anfíbios norte-americanos, localizada no bairro Vergel do Lago, em Maceió, quando do patrulhamento da costa brasileira no período da Segunda Guerra Mundial (fonte: Sérgio Lima Conceição).



Imagem da antiga rampa de lançamento de aviões anfíbios norte-americanos, localizada no bairro Vergel do Lago, em Maceió, quando do patrulhamento da costa brasileira no período da Segunda Guerra Mundial (fonte: Sérgio Lima Conceição).



Imagem do Mausoléu dos Ex-combatentes alagoanos, localizado no Cemitério da Piedade, no bairro do Prado, em Maceió (fonte: Sérgio Lima Conceição).



Imagem da placa que faz parte do Mausoléu dos Ex-combatentes alagoanos (fonte: Sérgio Lima Conceição).



Imagem de escultura talhada dos soldados que representaram às Forças Armadas brasileiras, expostas ao lado do ossário que também compõe a estrutura do Mausoléu dos Ex-combatentes alagoanos (fonte: Sérgio Lima Conceição).